



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DANIEL PEREIRA BRANDI

**AGENDA DO MEIO AMBIENTE NO JORNAL NACIONAL:**  
Avaliação da qualidade da relevância temática

São Cristóvão - SE  
2018

DANIEL PEREIRA BRANDI

**AGENDA DO MEIO AMBIENTE NO JORNAL NACIONAL:**  
Avaliação da qualidade da relevância temática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra

São Cristóvão - SE  
2018

DANIEL PEREIRA BRANDI

**AGENDA DO MEIO AMBIENTE NO JORNAL NACIONAL:**  
Avaliação da qualidade da relevância temática

**Banca de avaliação:**

Prof. Dr. Danilo Rothberg - UNESP

Prof. Dra. Sonia Aguiar Lopes - UFS

Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra (Orientador) - UFS

São Cristóvão - SE  
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Brandi, Daniel Pereira

B818a      Agenda do meio ambiente no jornal nacional : avaliação da qualidade da relevância temática / Daniel Pereira Brandi ; orientador Josenildo Luiz Guerra. – São Cristóvão, 2018.

250 f. : il.

Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Comunicação de massa. 2. Meio ambiente. 3. Jornalismo. I. Guerra, Josenildo Luiz, orient. II. Título.

CDU 659.3:504



Programa de Pós-graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM

ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO UFS

**Título do trabalho:** “A Agenda do meio ambiente no Jornal Nacional: Avaliação da qualidade da relevância temática.”

**Aluno:** DANIEL PEREIRA BRANDI

**Data da defesa:** 29/08/2018

Às 15h00 (quinze) do dia 29 do mês de agosto de 2018, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe realizou a Defesa da Dissertação do discente DANIEL PEREIRA BRANDI denominada “A Agenda do meio ambiente no Jornal Nacional: Avaliação da qualidade da relevância temática”, conforme o que estabelece a Resolução 60/2014/CONEPE/UFS, que regula o funcionamento do PPGCOM/UFS. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores JOSENILDO LUIZ GUERRA (PPGCOM-UFS) orientador, SONIA AGUIAR LOPES - avaliadora Interna (PPGCOM-UFS) e DANILO ROTHBERG - avaliador Externo (UNESP). A sessão solene de Defesa ocorreu no Sala de reuniões do DCOS. Após o discente proceder à apresentação da dissertação, a banca fez os questionamentos e comentários referentes ao trabalho, os quais foram respondidos pelo discente. Ao final, a banca reuniu-se reservadamente e considerou o discente DANIEL PEREIRA BRANDI APROVADO no Curso de Mestrado em Comunicação da UFS com o conceito A.

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 29 de agosto de 2018

Prof. Dr. JOSENILDO LUIZ GUERRA (PPGCOM-UFS) orientador

Prof. Dra SONIA AGUIAR LOPES - avaliadora interna (PPGCOM-UFS)

Prof. Dr. DANILO ROTHBERG - avaliador externo (UNESP)

Mestrado em Comunicação Social:

Prédio do DCOS, andar superior – Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
Av. Marechal Rondon, S/N – CEP 49.100-000 – Rosa Elze – São Cristóvão – Sergipe – Brasil  
Telefones: (79) 2105-6390 – E-mail: [mestradocomunicacao.ufs@gmail.com](mailto:mestradocomunicacao.ufs@gmail.com)

*Eis que lhes dou todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês. E dou todos os vegetais como alimento a tudo o que tem em si fôlego de vida: a todos os grandes animais da terra, a todas as aves do céu e a todas as criaturas que se movem rente ao chão. (Bíblia, Gênesis 1:29-30)*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida e por sua vontade soberana, que me conduziu neste caminho de conhecimento e desafio.

A Pricila, pelo incentivo amoroso, bom ânimo e compreensão nos momentos mais necessários. A Victor e Nicolas, pela prazerosa tarefa da paternidade e pela simples e melhor definição de “verdade”.

A Dona Rose, mãe e incentivadora incondicional. Meu primeiro exemplo de determinação.

Ao professor doutor Josenildo Luiz Guerra, por todos os ensinamentos e pela criteriosa dedicação à construção deste trabalho. Pelo incansável desejo de contribuir para um jornalismo de qualidade.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, pelas aulas produtivas e disposição para a reflexão apropriada sobre os desafios do jornalismo.

Aos colegas do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia do Jornalismo (Qualijor) e do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (Lica), pelo apoio na produção desta pesquisa, sobretudo no compartilhamento de livros e estudos.

Aos alunos e professores da graduação em Jornalismo da UFS, onde incursiono desde setembro de 2017 com a missão de ensinar e ser ensinado por pessoas brilhantes, sempre disponíveis a aprender.

Aos colaboradores Evaldo Becker, Genival Nunes e Anna Caroline Nogueira, que cederam tempo para contribuir com a elaboração das matrizes de relevância.

A todos que acreditam na força do jornalismo enquanto instituição social de representação democrática. E àqueles que se dedicam à preservação do meio ambiente natural, em exercício de consciência individual e estímulo coletivo.

## RESUMO

A pesquisa realiza uma avaliação de qualidade experimental da cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre a temática do meio ambiente, com base no requisito relevância (Feitoza, 2016). A verificação se deu em três movimentos: montagem do mapa de unidades temáticas ambientais; a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), que registrou os macro e microtemas presentes na cobertura; e a construção das matrizes de relevância, conforme metodologia proposta pelo Guia da Agenda Jornalística (Guerra, 2016). O objetivo central é demonstrar que a adoção de parâmetros de qualidade amplia o cumprimento das expectativas demandadas pelo grupo prioritário: a audiência. Definimos um modelo de referência aplicável às redações de jornalismo, com base em três esferas da agenda ambiental (McCombs, 2009): midiática, representada pelo levantamento empírico de 12 meses de exibição do JN; pública, com base em consulta a especialistas ambientais; e política, a partir de documentos do Ministério do Meio Ambiente do governo federal brasileiro e da Organização das Nações Unidas (ONU). A Pesquisa Aplicada mergulha no conteúdo oferecido pelo produto jornalístico, de modo a revelar traços de prioridade temática e de inobservância a aspectos éticos de *accountability*, ou seja, atendimento insuficiente a bandeiras da essência democrática moderna, como direito a informação, transparência e prestação de contas. Ao fim da análise, é possível identificar o grau de correspondência entre o Fator de Relevância de Referência, definido pelas agendas pública e política, e o Fator de Relevância Apurado na cobertura do JN. Oferecemos principalmente um conjunto de indicadores de mensuração das notícias, que pode colaborar para a qualificação dos processos de planejamento, produção, acompanhamento e divulgação de resultados.

**Palavras-chave:** agendamento; meio ambiente; qualidade; relevância jornalística; *accountability*; Jornal Nacional.



## ABSTRACT

The research is an experimental quality evaluation of the Jornal Nacional (JN) coverage on the environmental theme, based on the relevance requirement (Feitoza, 2016). The verification took place in three movements: assembly of the map of environmental thematic units; the Content Analysis (Bardin, 1977), which recorded the macro and micro themes present in the coverage; and the construction of relevance matrices, according to the methodology proposed by the Journalistic Agenda Guide (Guerra, 2016). The main objective is to demonstrate that the adoption of quality parameters extends the fulfillment of the expectations demanded by the priority group: the audience. We define a reference model applicable to newsrooms, based on three spheres of the environmental agenda (McCombs, 2009): media, represented by the empirical survey of 12 months of exhibition on JN; public, based on consultation with environmental experts; and political, from documents of the Ministry of Environment of Brazilian federal government and the United Nations (UN). The Applied Research immerses in the content offered by the journalistic product, in order to reveal traces of thematic priority and of nonobservance to ethical aspects of accountability, that is, insufficient attention to emblems of the modern democratic essence, such as the right to information, transparency and accountability. At the end of the analysis, it is possible to identify the degree of correspondence between the Reference Relevance Factor, defined by the public and political agendas and the Factor of Relevance Determined in coverage of JN. We mainly offer a set of indicators to measure the news, which can contribute to the qualification of the processes of planning, production, monitoring and dissemination of results.

**Keywords:** agenda-setting; environment; quality; journalistic relevance; “Jornal Nacional” TV News.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
PARTE I: Jornalismo, qualidade e meio ambiente	
1. Qualidade no agendamento da pauta ambiental	
1.1 Agendamento e meio ambiente .....	18
1.2 Mundo à parte: efeitos e níveis de leitura .....	19
1.3 Campo ambiental .....	21
1.4 Captura ambiental .....	24
2. Avaliação da qualidade jornalística	
2.1 Qualidade e crise do jornalismo .....	30
2.2 Relevância jornalística .....	41
2.3 Missão social .....	51
2.4 Responsabilidade social da imprensa .....	59
2.5 Sistemas de responsabilização da mídia .....	66
PARTE II: Avaliação da qualidade jornalística do Jornal Nacional	
3. Metodologia	
3.1 Recorte e tematização do <i>corpus</i> .....	79
3.2 Peso jornalístico da previsão do tempo .....	83
3.3 Contextualização .....	85
3.4 Unidades temáticas ambientais .....	88
3.5 Síntese descritiva .....	94
3.5.1 Temperatura e Mudanças Climáticas .....	101
3.5.2 Ocorrências .....	103
3.5.3 Governança Ambiental .....	107
3.5.4 Inovação e Desenvolvimento .....	110
3.5.5 Biodiversidade .....	114
3.5.6 Resíduos Sólidos .....	118
3.5.7 Produção de Alimentos .....	122
3.5.8 Urbanismo .....	125
3.5.9 Recursos Naturais .....	128
3.5.10 Matrizes Energéticas .....	131

3.5.11 Participação das notícias ambientais no Jornal Nacional .....	135
3.6 Matrizes de relevância temática .....	143
3.6.1 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda política .....	142
3.6.1.1 Agenda da ONU .....	144
3.6.1.2 Agenda do Ministério do Meio Ambiente .....	149
3.6.1.3 Extração do Índice de Resolução Semântica de Referência .....	155
3.6.2 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda pública .....	158
3.6.2.1 Extração do Índice de Resolução Semântica de Referência .....	162
3.6.3 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda do JN .....	163
3.7 Resultados finais: revelando o grau de correspondência .....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	179
REFERÊNCIAS .....	183
APÊNDICE I .....	189
APÊNDICE II .....	249

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios de atuação da mídia .....	76
Figura 2 - Notícia sobre Acordo de Paris .....	103
Figura 3 - Notícia sobre “tragédia de Mariana” .....	106
Figura 4 - Notícia sobre passagem do furacão Irma pelos EUA .....	107
Figura 5 - Notícia sobre 25 anos da conferência ‘Rio 92’ .....	108
Figura 6 - Notícia sobre disputa pela Mata do Jamanxim, no Pará .....	109
Figura 7 - Notícia sobre métodos empresariais de economia de água .....	111
Figura 8 - Notícia sobre ativismo de crianças para coleta de garrafas PET .....	112
Figura 9 - Notícia sobre ativismo solitário para reflorestamento .....	113
Figura 10 - Notícia sobre mobilização urbana para proteção de araras .....	117
Figura 11- Notícia sobre falta de aplicação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos .....	120
Figura 12 - Notícia sobre prensa de carros abandonados para reutilização .....	121
Figura 13 - Notícia sobre contaminação de ovos por pesticida na Europa .....	124
Figura 14 - Notícia sobre interdição de parques ecológicos urbanos .....	126
Figura 15 - Notícia sobre permanência de lixões urbanos no Brasil .....	127
Figura 16 - Notícia sobre maior crise hídrica de Brasília .....	131
Figura 17 - Notícia sobre energia solar e economia para empresários .....	134
Figura 18 - Notícia sobre recorde de produção de energia eólica .....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de notícias/Temperatura e Mudanças Climáticas .....	102
Gráfico 2 - Proporção de notícias do macrotema Ocorrências .....	105
Gráfico 3 - Proporção de notícias de Governança Ambiental .....	110
Gráfico 4 - Proporção de notícias - macrotema Inovação e Desenvolvimento .....	114
Gráfico 5 - Proporção de notícias - macrotema Biodiversidade .....	118
Gráfico 6 - Proporção de notícias do macrotema Resíduos Sólidos .....	119
Gráfico 7 - Proporção de notícias do macrotema Produção de Alimentos .....	125
Gráfico 8 - Proporção de notícias do macrotema Urbanismo .....	128
Gráfico 9 - Proporção de notícias do macrotema Recursos Naturais .....	129
Gráfico 10 - Proporção de notícias do macrotema Matriz Energéticas .....	132
Gráfico 11 - Participação da Editoria Meio Ambiente no JN .....	135
Gráfico 12 - Evolução da Editoria Meio Ambiente no JN .....	136
Gráfico 13 - Veiculação anual de notícias do Jornal Nacional .....	138
Gráfico 14 - Distribuição de notícias por macrotema ambiental no JN .....	138
Gráfico 15 - Medição de tempo das notícias ambientais (em segundos) .....	140
Gráfico 16 - Temas de maior relevância para agendas política e pública .....	166
Gráfico 17 - Temas de relevância intermediária para agendas política e pública .....	167
Gráfico 18 - Temas de menor relevância para agendas política e pública .....	167
Gráfico 19 - Temas de maior relevância para agenda do JN .....	168
Gráfico 20 - Temas de relevância intermediária para agenda do JN .....	168
Gráfico 21 - Temas de menor relevância para agenda do JN .....	169
Gráfico 22 - Curva de comparação entre agendas (grau de relevância interno) .....	170
Gráfico 23 - Fatores de relevância de maior proximidade .....	171
Gráfico 24 - Fatores de relevância de proximidade intermediária .....	172
Gráfico 25 - Fatores de relevância de maior distanciamento .....	174

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Etapas da análise de conteúdo .....	81
Quadro 2 - Frequência do microtema Previsão do Tempo no Jornal Nacional .....	85
Quadro 3 - Mapa de Ungaretti - Unidades temáticas ambientais .....	89
Quadro 4 - Mapa atualizado de unidades temáticas ambientais .....	93
Quadro 5 - Ementa temática da editoria ambiental .....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das editorias temáticas do Jornal Nacional .....	82
Tabela 2 - Edições atípicas do mês de abril/2017 .....	137
Tabela 3 - Tempo das notícias ambientais .....	139
Tabela 4 - Tempo versus número de notícias ambientais .....	141
Tabela 5 - Macro e microtemas principais do relatório Brundtland .....	146
Tabela 6 - Macro e microtemas da agenda da ONU Meio Ambiente .....	148
Tabela 7 - Macro e microtemas da agenda do Ministério do Meio Ambiente .....	150
Tabela 8 - Fatores de Relevância ambiental da agenda política .....	154
Tabela 9 - Matriz de Relevância da cobertura ambiental - hipótese da agenda política .....	157
Tabela 10 - Fatores de Relevância ambiental da agenda pública .....	161
Tabela 11 - Matriz de Relevância da cobertura ambiental - hipótese da agenda pública .....	162
Tabela 12 - Matriz de Relevância da cobertura ambiental - agenda do JN .....	164
Tabela 13 - Fatores de relevância de maior proximidade .....	171
Tabela 14 - Fatores de relevância de proximidade intermediária .....	171
Tabela 15 – Fatores de relevância de maior distanciamento .....	173
Tabela 16 - Tendência a saturação e tendência a invisibilidade .....	176
Tabela 17 - Quantificação da cobertura conforme margem de tolerância .....	177

## INTRODUÇÃO

Na essência da atuação, a prática jornalística pressupõe o exercício de princípios singulares da democracia, como liberdade de expressão – por conseguinte liberdade de imprensa – e direito à informação. Em função desses e outros aspectos de transparência, o fazer jornalístico requer responsabilidade no modo de seleção e apresentação das notícias.

A despeito das rotinas produtivas limitadas e das variáveis organizacionais de tempo, recursos humanos e tecnológicos, a atividade necessita de um modelo refinado de gestão, capaz de balizar as decisões editoriais, nortear as tarefas de triagem, produção, reportagem e edição, e contribuir para a adequada prestação de contas à sociedade.

Afetado pelas novas configurações sociais e localizado na esfera de poder, o jornalismo precisa de reformulação técnica e operacional, sob aspectos de base cognitiva, administrativa e informatizada. Com traços de missão social, o diferencial competitivo na produção noticiosa deve ser balizado por critérios de qualidade da informação.

Indicadores, métodos e práticas adequadas ajudam a cumprir o duplo desafio do posicionamento estratégico de caráter democrático, por um lado, e de contexto mercantilista, de outro. E de modo semelhante, o jornalista precisa atender às expectativas inerentes a três grupos de referência: fontes de informação, audiência e superiores hierárquicos.

Este trabalho toma como base três frentes propostas pela teoria da agenda: as agendas midiática, pública e política. Buscamos investigar o grau de correspondência entre o conteúdo produzido por um produto jornalístico (o Jornal Nacional) e as expectativas de conteúdo das outras agendas.

No capítulo 1, apresentamos um breve histórico da construção do conceito de *agendamento*, a partir da contribuição de autores contemporâneos, como o pesquisador Nelson Traquina e dois teóricos essenciais para a compreensão da pesquisa: Maxwell



McCombs e Donald Shaw<sup>1</sup>. Buscamos observar características que reforçam a hipótese central de que a mídia exerce um papel social determinante, porque tem a “habilidade de influenciar a saliência de tópicos na agenda pública” (McCOMBS e REYNOLDS, 2002, p. 6).

Optamos, para efetividade objetiva, pela ênfase à notícia de cunho ambiental. Após um exame minucioso em estudos de agendamento, apresentamos nuances de aproximação entre a linha teórica e uma editoria considerada estratégica por alguns setores, mas acolhida como pouco relevante por parte dos veículos de comunicação.

Em virtude das mudanças nos papéis desempenhados pelo jornalismo, somadas à fiscalização de sua interferência para o agendamento da opinião pública, é necessário propor aspectos de revitalização de processos. Em primeiro lugar, entendemos que os parâmetros de qualidade devem nortear todas as etapas do processo jornalístico.

Por isso, no capítulo 2, propomos debate sobre o conceito multidisciplinar de qualidade, seus requisitos e o atendimento às diferentes demandas por excelência informativa. Sedimentada na exigência por transparência editorial, a teia de práticas de prestação de contas ou *accountability* é eleita como norte referencial, uma espécie de biblioteca ou bússola para o desempenho de tarefas jornalísticas – muitas delas relegadas culturalmente no interior das redações e, em larga escala, desconhecidas da audiência.

Assim consolidamos o debate em torno da emergência da qualidade jornalística, ao reunir elementos de inovação a conceitos derivados da doutrina da responsabilidade social da imprensa. Originada na segunda metade do século XX, a doutrina propõe a adoção de Sistemas de Responsabilização da Mídia no interior das redações jornalísticas.

A visão conjunta de fatores, com efeitos práticos de planejamento estratégico, possibilita a aplicação de um programa de gestão do jornalismo, fundamentado em quatro bases igualmente prioritárias: trabalho integrado; suporte tecnológico; prestação de contas; e orientação normativa. Todos os aspectos são interligados e obedecem à lógica de contraponto ao individualismo em rotinas produtivas e quadros oferecidos ao público.

---

<sup>1</sup> Quando escreveram o célebre artigo (base desta etapa de pesquisa), McCombs tinha 34 anos. Há controvérsias sobre a idade de Donald Shaw, mas registros apontam 36. Antes da parceria acadêmica, foram jornalistas.

No capítulo 3, algumas variáveis de análise servirão para a adequada delimitação de um quadro de avaliação da qualidade jornalística. Esta última etapa traz a construção experimental de matrizes de relevância temática, com base em indicadores de qualidade jornalística. Durante as fases de montagem, lançamos as bases de apuração estatística da análise do conteúdo jornalístico, a partir da contribuição de Laurence Bardin (1979), de Wladimir Ungaretti (1998) e do Guia da Agenda Jornalística proposto por Guerra (2016a).

Delimitamos aqui um conceito balizador para o estudo: a *relevância jornalística*. Detectamos indícios e reunimos provas refinadas para defender a premissa de que o meio ambiente não tem sido devidamente retratado pelo jornalismo.

Portanto, uma extração empírica peculiar do produto telejornalístico de maior alcance e repercussão da grade de programação brasileira, o Jornal Nacional (JN), permite a oferta de inferências consistentes de modo experimental e inovador. Com recorte de 12 meses, a pesquisa levanta traços, aspectos e denota possíveis objetivos de agendamento específico, organizado por esferas de responsabilidade pública e particular.

De natureza aplicada, o trabalho parte do entendimento sobre as responsabilidades da atividade jornalística, derivadas de papéis representativos no contexto da democracia moderna. Dessa forma, defendemos a ausência de um modelo único ou autocentrado de comunicação, tampouco de padrões estritamente formatados para cada veículo ou plataforma. Logo, acreditamos que o alicerce da orientação ética nasce da composição de princípios sociais, plurais e participativos.

## **PARTE I**

### **Jornalismo, qualidade e meio ambiente**

## 1. Qualidade no agendamento da pauta ambiental

### 1.1 Agendamento e meio ambiente

Durante o verão de 1972, líderes mundiais discutiam e formulavam propostas para questões ambientais, em Estocolmo. Do outro lado do Atlântico, uma dupla de jovens professores norte-americanos dava um passo importante para os estudos em Comunicação: a publicação do conceito de agendamento midiático ou *agenda-setting*. Aparentemente díspares, estes casos guardam ao menos uma semelhança exata: a data. Mas outros aspectos os aproximam.

Em apenas dez páginas, o artigo publicado pela revista britânica *Public Opinion Quarterly*, no distrito de Oxford, serviria para delimitar um novo caminho para a análise dos efeitos da mídia sobre o público. Com foco na eleição presidencial de 1968, o estudo investigou a relação entre os principais temas da campanha política, as pautas mais frequentes do noticiário da grande mídia e os assuntos relatados como prioritários pela população norte-americana. Coincidentemente, Richard Nixon foi eleito e reeleito, respectivamente, nos anos de pesquisa e de publicação do artigo.

Detalhado em 318 páginas, o relatório intitulado *Our Common Future* apresentou e colocou um novo conceito na pauta da agenda<sup>2</sup> política: “desenvolvimento sustentável”<sup>3</sup>. Resultado da Conferência de Estocolmo, o documento reuniu 26 princípios que deveriam orientar as relações do homem com o meio ambiente. Ao contrário da autoria da *agenda-setting*, o termo ambiental foi formulado diante da contribuição de chefes de 113 países, e de mais de 400 instituições governamentais e não-governamentais.

Com respeito aos esforços empreendidos pelos dois teóricos de Chapel Hill<sup>4</sup>, bem como pela colaboração positiva de uma parcela dos participantes de encontros ambientais mundiais, realizados progressivamente em todos os continentes, esta pesquisa se propõe

---

<sup>2</sup> O termo *agenda* é definido como “uma lista de questões e acontecimentos que são vistos num determinado ponto no tempo e classificados segundo uma hierarquia de importância” (ROGERS e DEARING, 1988, p. 565).

<sup>3</sup> Segundo o relatório: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

<sup>4</sup> Cidade localizada no estado americano da Carolina do Norte, no Condado de Orange, citada com frequência nos estudos de McCombs.

a identificar de que maneira a pauta ambiental – ora designada ecológica, ora sustentável – está presente na seleção temática operada pela mídia jornalística.

Quando McCombs e Shaw redigiram o artigo inaugural, não foram pioneiros em analisar a questão da influência da mídia sobre a opinião pública. O mecanismo de seleção e reforço de alguns temas em detrimento de outros, chamado de *salientação* e examinado como função principal da mídia, remete ao conceito de *pseudoambiente* introduzido por Walter Lippmann<sup>5</sup> em 1922: “a mídia constrói e apresenta ao público um pseudoambiente que significativamente condiciona como o público vê o mundo” (LIPPMANN, 2008, p. 47).

O conceito original não é descartado, mas utilizado como fundamentação para a nova hipótese, que leva em consideração o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na sociedade democrática moderna:

A capacidade dos mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um *pseudoambiente*, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass mídia (McCOMBS e SHAW, 1977, p. 7 - grifo nosso).

A ideia de *pseudoambiente* precede e equivale, de certa maneira, ao conceito de *mapa*, elaborado quatro décadas depois pelo cientista e historiador norte-americano Bernard Cohen (1963). Segundo o autor, “o mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores que leem” (COHEN, 1963, p. 72).

## **1.2 Mundo à parte: efeitos e níveis de leitura**

Em todas as três concepções (*salientação*, *pseudoambiente* e *mapa*), depreende-se um esforço em identificar a constituição de uma espécie de “mundo à parte”, construído inicialmente no interior das redações jornalísticas, conforme a leitura da realidade social feita por profissionais da mídia, e projetado para um segundo nível de leitura: o dos receptores. E sobretudo na observação de Cohen, observa-se a possibilidade de diferentes

---

<sup>5</sup> O jornalista, escritor e analista político norte-americano Walter Lippmann é considerado a principal referência teórica para o estudo do agendamento proposto por McCombs. O livro-chave de Lippmann, *Public Opinion*, é publicado em 1922 em New York e traduzido para o português em 2008.

abordagens na primeira instância de leitura, variantes conforme a ótica de cada profissional revestido de poder, em subníveis, de decisão editorial.

Vigorava, desde os anos 40, uma maneira própria de interpretar a relação entre os meios de comunicação e o público, por parte da corrente norte-americana denominada *communication research*. Formulada no contexto do Pós-Guerra, como tentativa de compreender os efeitos da propaganda durante e depois do conflito armado, a premissa central residia em pelo menos três aspectos: mídia massiva, audiência igualitária e efeitos rápidos (TRAQUINA, 2001). Paralelamente ao desenvolvimento deste que se tornaria o primeiro paradigma dos estudos dos efeitos da mídia, novos meios surgiram e passaram a ampliar, progressivamente, o alcance das mensagens midiáticas.

Em termos de atualização e adoção de outro rumo, a problemática dos efeitos também é retomada pelos teóricos do agendamento, três décadas depois do surgimento da teoria dos efeitos limitados, que desde o início não gozava de aceitação entre “parte significativa dos comunicólogos europeus” (TRAQUINA, 2001, p. 15). Contudo, agora, compreende-se que o resultado do impacto projetado pela mídia é solidificado paulatinamente, conforme a repetida exposição a determinados assuntos, previamente selecionados.

Dessa maneira, o pensamento antecessor é revirado ao avesso, visto que elaborase um entendimento de que tais efeitos são ilimitados, cognitivos e adquiridos ao longo do tempo. Enquanto a teoria tradicional se dedicou a estudar a mudança de atitudes e opiniões, McCombs e Shaw passaram a investigar o poder da mídia na formação e mudança de cognições.

A Teoria da Agenda não é o retorno à teoria da bala ou hipodérmica sobre os poderosos efeitos da mídia. Nem os membros da audiência são considerados autômatos esperando para serem programados pelos veículos noticiosos. Mas a Teoria da Agenda atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública (McCOMBS, 2009, p. 24).

A grande novidade que emprestou, além de mudança de roteiro, fôlego diferenciado à hipótese do agendamento, certamente foi a consistência trazida pela investigação empírica. De acordo com o último levantamento<sup>6</sup> feito pelo próprio McCombs (2009, p. 9), mais de 400 artigos e livros utilizaram a hipótese como

---

<sup>6</sup> Conforme indicado no livro original, publicado em 2004 e traduzido para o português em 2009.

instrumental, ao longo dos anos, sob as mais variadas circunstâncias, tempos e lugares. Se considerarmos a diversidade de publicações, advinda de programas de graduação e pós-graduação que surgiram ou ampliaram a atuação desde então, certamente podemos imaginar uma estimativa ainda maior.

### 1.3 Campo ambiental

Em toda a vasta literatura escrita neste período, da década de 70 até hoje, é possível observar pelo menos três campos de investigação, bem delimitados por Rogers, Dearing e Bregman (1993) e citados por Traquina (2001):

(...) os estudos da *agenda midiática* (*media agenda-setting*), definidos como os estudos do conteúdo dos mídia, os estudos da *agenda pública* (*public agenda-setting*), definidos como os estudos que conceituam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público, e os estudos sobre a *agenda das políticas governamentais* (*policy agenda-setting*), definidos como o estudo da agenda das entidades governamentais (TRAQUINA, 2001, p. 19).

De forma geral, os estudos do agendamento têm priorizado o exame da relação entre os dois primeiros componentes. No caso de McCombs e de uma série de pesquisadores, o principal contexto investigado tem sido o cenário eleitoral. De igual modo, mas em menor escala, é possível localizar – ao longo de seis décadas – algumas contribuições relevantes ao “campo ambiental”.

Na década de 1990, uma ampla pesquisa sobre a opinião pública dos Estados Unidos dedicou-se a investigar a relação de influência entre o repertório de algumas fontes de informação (entre elas o *New York Times*) e o conteúdo informativo da opinião pública, com foco único: o problema ambiental considerado mais relevante nos últimos vinte anos, ou seja, a poluição do ar e da água<sup>7</sup>. Nos resultados, o índice de correlação influente do periódico norte-americano revelou-se mais forte que as pesquisas estatísticas, visto que estas indicavam uma tendência invertida de queda na poluição total. Em outras palavras, as páginas do jornal mostravam aumento do problema, enquanto estatísticas oficiais revelavam o contrário.

Contudo, é preciso adicionar cuidado à análise das discrepâncias entre o noticiário e outras fontes de informação, em qualquer circunstância. O exame do grau de leitura da

---

<sup>7</sup> ADER, C. *A longitudinal study of agenda-setting for the issue of environmental pollution*. Journalism & Mass Communication Quarterly, 72, 1995, p. 300-311.

opinião pública sobre determinados problemas sociais é explicado pela teoria de Downs (1972) sobre o “ciclo da atenção sobre um tema”.

Segundo o economista norte-americano, existem sucessivos períodos responsáveis por influenciar o comportamento do público em relação a determinados problemas e, conseqüentemente, sobre a agenda. Assim, a percepção dos problemas é construída de algumas etapas sequenciais: a fase de “pré-problema”, em que uma condição social existente ainda não desperta atenção do público; a fase de “descoberta e entusiasmo”, em que o público toma consciência de uma questão e fica em estado de alerta com suas conseqüências; a percepção sobre dificuldades e custos necessários à resolução do problema; a queda gradual do interesse do público; e por fim, a saída do problema do centro de preocupações do público, seja por meio da substituição do problema por outro ou seu deslocamento para fora do debate público, em que recebe menor nível de atenção (DOWNS, 1972, apud CAPELLA, 2015, p. 5).

McCombs (2009) explica o fenômeno analisado por Downs, sob a denominação de “descoberta alarmante”:

A apresentação da mídia dos temas recém-discutidos pode ser caracterizada como “descoberta alarmante” porque as notícias começaram a dar ênfase a cada um destes temas num tempo em que nada de excepcional estava ocorrendo no mundo real. Na verdade, estes foram experimentos naturais no mundo real que produziram evidência causal especialmente convincente da influência do agendamento do noticiário no público (McCOMBS, 2009, p. 56).

Um aspecto interessante chama a atenção da teoria do agendamento: o progressivo aumento do número de temas na agenda pública conforme o crescimento dos níveis de educação formal. Dessa forma, à medida em que os índices de escolaridade norte-americana aumentavam, a agenda pública tornava-se mais volátil e dava espaço de relevância a temas outrora dispensados.

Enquanto durante a Segunda Guerra e até 1960, “uma única categoria, assuntos internacionais, dominava amplamente a agenda pública” (McCOMBS, 2009, p. 70), nas décadas seguintes outros assuntos passaram a ganhar o interesse do público – agora mais instruído – ainda que por breves intervalos de tempo.

Estes temas menores, como são os casos do meio ambiente, a educação e a saúde, não aparecem tão frequentemente, nem sua duração no palco é tão longa. Mas eles aparecem apesar da limitada amplitude da agenda



pública, como resultado da influência crescente da educação nas perspectivas do público sobre os tópicos do dia (McCOMBS, 2009, p. 71).

Se a categoria “tempo” é substrato necessário para a delimitação do que vem a ser notícia, a teoria do agendamento suscita uma reflexão sobre “quanto tempo” se faz necessário para que uma sequência de notícias provoque efeitos sólidos no público. Em outras palavras, torna-se importante inferir: em quanto tempo um assunto ganha saliência na opinião pública?

Não existe uma fórmula fechada sequer um modelo obrigatório recomendado. Contudo, o resultado de algumas investigações sugere alguns parâmetros temporais que podem ser úteis como referencial para outros pesquisadores. Conforme evidências, o tempo compreendido na transferência da saliência de um tópico da agenda midiática para a agenda pública é, geralmente, de quatro a oito semanas (McCOMBS, 2009; ZUCKER, 1978; SALWEN, 1988; WANTA e HU, 1994; ROBERTS, WANTA e TZONG-HOUNG, 2002).

Segundo os testes realizados, o tempo para o aparecimento dos efeitos de agendamento está condicionado a variáveis como intensidade noticiosa e suporte tecnológico. Os pesquisadores de Jornalismo Wanta e Hu (1994) sintetizaram bem essa diferença. Eles detectaram, em um levantamento feito com cinco formatos midiáticos, maior facilidade de correspondência entre as duas agendas (midiática e pública) na categoria “notícias nacionais na TV”: o período de uma semana de exposição é indicado como o suficiente. Por outro lado, o mesmo estudo indica que o desaparecimento dos efeitos de agendamento ocorre mais rapidamente na mesma categoria – em oito semanas.

No caso do tema ambiental, Salwen (1988) detectou efeitos de agendamento no prazo de dois meses, ao pesquisar o grau de influência de três jornais de abrangência local. E uma década antes, Zucker (1978) encontrou em metade do tempo (um mês) forte saliência entre a opinião pública e a abordagem jornalística sobre três temas considerados mais relevantes de 1960 a 1970: poluição, abuso de drogas e energia.

Em temáticas da história natural<sup>8</sup>, pesquisadores têm descoberto, por um lado, razões individuais como “nível de incerteza” sobre um assunto complexo e, por outro,

---

<sup>8</sup> São categorizadas como *história natural* as pesquisas com foco em um único tema da agenda midiática, mas que utilizam dados agregados.

motivações coletivas como a visão seletiva de temas de “ameaça à sociedade” (McCOMBS, 2009, p. 92). Ambas as causas servem para explicar a atenção do público e do jornalismo a temas como o meio ambiente.

#### 1.4 Captura ambiental

A experiência pessoal também conta na leitura do valor temático. Afinal, além dos meios de comunicação de massa, uma série de fontes de informação colabora para a composição do repertório individual e coletivo. Assim, as conversações informais atravessam a construção de conteúdo na mesma ou maior intensidade que a mídia noticiosa. E nesse sentido, alguns temas são melhor capturados e repercutidos que outros.

Breves notícias sobre água potável, estiagem, caminhão-pipa e cisternas, por exemplo, podem gerar maior qualidade de captura que uma grande reportagem sobre a degradação dos oceanos. O ponto de diferença reside na interferência do cotidiano.

Em termos teóricos, alguns temas são intrusivos, ou seja, eles se inserem em nossas vidas diárias e são experimentados diariamente. Outros assuntos não são intrusivos. Nós os encontramos facilmente nas notícias, não nas nossas vidas diárias (McCOMBS, 2009, p. 99).

A temática ambiental é classificada, sob essa ótica, como não intrusiva<sup>9</sup>. Porém, o aprofundamento teórico permitiria uma nova separação, em que a proporção do grau de interferência (ou intrusão) colocaria alguns temas ambientais como menos intrusivos que outros. Um tópico contemporâneo como efeito estufa ganharia, nessa perspectiva, maior efeito de intrusão que uma notícia sobre legislação ambiental – ou que o próprio tema há cinco décadas.

Desse modo, além das diferenças proporcionais de correlação cotidiana, seria necessário incluir na análise aprofundada variáveis de tempo, lugar, cultura, características das mídias e de cada notícia. O mergulho investigativo permitiria uma análise mais criteriosa e aproximada da amplitude do assunto “meio ambiente”.

---

<sup>9</sup> Os conceitos de *história natural* e de *intrusivo/não intrusivo* (*obstrusive/unobstrusive*) pertencem à “tipologia de Acapulco”, formulada por McCombs no mesmo ano e logo em seguida ao nosso principal artigo-objeto. Ele chama o primeiro trabalho de *Chapel Hill Study* e o posterior de *Charlotte Study*, referências às cidades pesquisadas na Carolina do Norte. Ambos são análises das eleições presidenciais de 1972, com diferenças na abrangência dos eleitores entrevistados. O último artigo perdeu a fama do nome justamente para parte do conteúdo: a “tipologia de Acapulco”, cidade mexicana que sediou a apresentação de McCombs no Congresso da International Communication Association (BARROS FILHO, 2001, p. 178-179).

A percepção da noticiabilidade ambiental no vasto interior dos veículos jornalísticos requer um pequeno exercício comparativo com outros temas não intrusivos – conforme a linha de raciocínio preliminar. Uma pesquisa ilustrativa para o comentário, desenvolvida no Canadá<sup>10</sup>, identificou efeitos de agendamento no período de 1985 a 1995. O ponto de partida foi a análise de três categorias temáticas frequentes no momento histórico: meio ambiente, débito nacional e déficits orçamentários.

Apesar das aparentes diferenças na teia de complexidade temática, sobretudo entre as editoriais ambiental e econômica, o estudo revelou semelhante poder da agenda jornalística em ambos os casos. Porém, os resultados empíricos revelaram peso maior ao primeiro tema.

Para o meio ambiente, a relação entre a agenda da mídia e a agenda pública é recíproca – e o impacto do público na mídia revela-se mais forte. Para o tema não intrusivo e abstrato do débito nacional canadense e dos déficits orçamentários, há evidência de significativa influência da mídia na agenda pública (McCOMBS, 2009, p. 172).

Há que se considerar ainda, ao menos, dois modelos teóricos contributivos para a adequada análise do que chamamos nesta pesquisa de “captura ambiental”: o agendamento de atributos e o enquadramento jornalístico. Segundo a teoria do agendamento, a mídia desempenha dois papéis de poder seletivo: dos objetos e dos atributos. É do segundo nível que tratamos agora.

A agenda midiática não oferece apenas a atenção (ou exposição pública) a determinados tópicos, mas também determina a compreensão sobre certos aspectos de cada assunto: os atributos. É o estágio descrito por Lippmann (1922) como “as imagens em nossas cabeças”.

Nesse ínterim, a hipótese original relembra a formulação feita por Cohen (1963, p. 13): “na maior parte do tempo, [a imprensa] pode não ter êxito em dizer aos leitores *como pensar*, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores *sobre o que pensar*” (grifo nosso). Contudo, a ordem de importância passa a ser tomada de modo invertido:

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a

---

<sup>10</sup> SOROKA, S. Issue attributes and agenda-setting by media, the public and a policymakers in Canada. *International Journal of Public Opinion Research*, 14, 2002, p. 264-285.

atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento (McCOMBS e SHAW, 1993, p. 62).

A “agenda de atributos” diz respeito ao modo como as notícias da mídia influenciam a opinião pública sobre os assuntos considerados mais importantes do dia. Esse nível de agendamento abarca uma compreensão que vai além da escolha de um assunto prioritário, mas que aprofunda a percepção em torno das inclinações da opinião pública “na direção de uma perspectiva particular ou de uma solução preferencial” (McCOMBS, 2009, p. 129).

Ao discutir esse ponto, a teoria se aproxima do segundo conceito-chave – conforme nossa sistematização: o enquadramento ou *framing*, utilizado como “a ideia central que organiza o conteúdo noticioso, que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (TANKARD et al., 1991, p. 3).

A convergência entre as duas linhas teóricas (agenda de atributos e enquadramento) amplia a robustez da explicação sobre os efeitos da mídia, porque, entre outros motivos, acrescenta um elemento de análise: o *status* diferenciado mantido por certos atributos no conteúdo da notícia. Portanto, na ótica da teoria da agenda, o enquadramento é definido como uma perspectiva dominante do objeto, notadamente apresentado como uma categoria muito especial de atributos, considerada como “macroatributo” (McCOMBS e GHANEM, 2003, p. 74).

Para demonstração prática, alguns estudos específicos sobre jornais impressos locais revelam a disparidade do enquadramento dado à pauta sobre “meio ambiente” e outros assuntos corriqueiros, como política, criminalidade e economia.

Na pequena cidade norte-americana de Bloomington<sup>11</sup>, em Indiana, a análise de um diário local indicou a presença de 19 temas noticiosos. Quatro deles - arte e entretenimento, congelamento nuclear, serviços e eleições - ganharam cobertura em larga escala. Em menor grau estavam outros dois: proteção dos animais e desenvolvimento urbano (WEAVER e ELLIOT, 1985).

---

<sup>11</sup> O censo de 2010 indica uma população de 80.405 moradores.

Nesta breve compilação, há três assuntos nitidamente relacionados ao “meio ambiente”. Porém, somente um deles (congelamento nuclear) recebeu tratamento maior, em termos de proporção e ênfase. É nesse sentido que caminham os estudos contemporâneos de agendamento jornalístico, ou seja, por meio da apresentação da distinção de pesos ou preferências atribuídas aos temas do repertório noticioso.

A influência da agenda de eventos merece consideração à parte. Por ocasião da realização de grandes reuniões políticas, como a Conferência de Estocolmo e a Rio +20, vários assuntos normalmente relegados ascendem à categoria de relevantes na seleção dos *gatekeepers*<sup>12</sup>, antes, durante e depois dos eventos.

A emergência dos temas ambientais e sua inserção na agenda dos *media* (...) estão diretamente vinculadas à evolução de uma agenda ecológica internacional, conduzida por organismos transnacionais de amplo reconhecimento e com capacidade de intervenção política nos países ocidentais, como a Organização das Nações Unidas. É nesse processo de negociação que está o gérmen da mediatização do ambiente e da constituição de uma “esfera pública verde” ou “ecosfera” (BARROS e SOUSA, 2010, p. 45).

Uma pesquisa feita em Tóquio encontrou evidências empíricas para defender esse padrão de interferência, com base em oito assuntos relatados como prioritários pela Eco 92 (YAGADE e DOZIER, 1990). Um fato previamente agendado e que reúne os principais líderes mundiais não pode escapar ao filtro jornalístico. Como num processo circular, o fato se transforma em notícia por reunir elementos relevantes para uma nação, um receptor e uma equipe de redação.

Além da agenda de eventos, é necessário delimitar outro fator de escolha das pautas ambientais – que de certo modo servem para descrever métodos de seleção das notícias em geral. Trata-se do que Bertrand (2002) chama de “distorção sistemática” ou preferência noticiosa por fatos e aspectos negativos da realidade.

Dessa maneira, “os jornalistas tendem a priorizar conflitos, escândalos, ruínas, falências, ameaças, acidentes e mortes” (BERTRAND, 2002, p. 21). No caso da editoria de Meio Ambiente, muitos rótulos acima sintetizam bem a frequência temática que veremos na avaliação empírica (Cap. 3).

---

<sup>12</sup> Conceito jornalístico sobre quem define o que será noticiado, com base em critérios específicos e gerais, como valor-notícia e linha editorial, respectivamente.

A distorção ou preferência excessiva por fatos negativos demonstra, por um lado, o peso de uma editoria que lida com assuntos de impacto social, denúncia e acompanhamento, por vezes ao lado de investigações policiais e de apurações da Justiça. Por outro lado, o tipo de cobertura factual pode gerar efeito de desinformação ou de superficialidade ao noticiário do tempo presente.

A tradição jornalística comum está como que desatualizada, com sua cobertura de apenas a ponta do *iceberg* da informação; sua insistência na política e nas “histórias de interesse humano”; seu amor aos episódios divertidos e de preferência sensacionais; sua obsessão pelo “furo”; seu tratamento negligente do contexto e da explicação (...) Os jornalistas tendem a provocar negatividade. Essa distorção sistemática acaba por insuflar no público um pessimismo desarrazoado quanto à situação do mundo, perigoso porque insensibiliza e faz ignorar os problemas sociais” (BERTRAND, 2002, p. 21).

Se há relevância maior concedida a assuntos factuais negativos, faltaria frequência, aprofundamento e contextualização às notícias de meio ambiente. Cruz (2013) encontra esses aspectos ao propor um estudo específico sobre “la calidad de la información sobre medio ambiente”, com base nos jornais diários espanhóis El País, ABC e El Mundo.

Em primeiro lugar, a pesquisadora observa a inexistência de seções especializadas para a temática no jornalismo tradicional, em despeito de certo interesse ou necessidade de parte da sociedade pelos assuntos ambientais. Ela assinala resposta informativa insuficiente à demanda do público, “porque os temas emergentes nos meios nem sempre correspondem à agenda de temas que estão no índice de interesse e preocupações cotidianas dos cidadãos” (CRUZ, 2013, p. 178, tradução livre).

Nesse sentido, é necessário ponderar o peso da atenção dada ao tema ambiental, que tem crescido “tanto por sua importância intrínseca como por sua transcendência econômica e política” (idem, p. 178).

Ao analisar os três principais jornais da Espanha, a autora revela traços desfavoráveis da cobertura ambiental, que não se verificariam em editorias como Política, Esportes e Economia. É o caso da “tendência ao catastrofismo, o trato superficial da notícia, a dificuldade de linguagem e contexto técnicos ou, entre outros, a baixa acessibilidade das fontes” (idem, p. 179). Ademais, ela detecta a falta de relatos aprofundados, capazes de revelar causas e consequências de determinados fatos, como os acidentes e desastres ecológicos.

Na Espanha, a pesquisa revela que os temas ambientais mais frequentes na imprensa estão relacionados a medidas administrativas, políticas e de proteção – que incluem a legislação disponível e aplicada, além de planos, programas e acordos governamentais. Em segundo lugar, aparecem temas da biodiversidade (fauna, flora) sob ponto de vista conservacionista e, por conseguinte, dos fatores de ameaça (contaminação, desmatamento).

De forma sintética, conclui-se que a editoria tem abordagem excessivamente política no país – fato que conflui com outro resultado do estudo: a adaptação da imprensa à “agenda de temas proposta por instituições e governos” (idem, p. 183), cujas fontes correspondem a 44,2% das notícias. Além disso, a proporção da informação ambiental frente às demais editorias é de apenas 2,26%, conforme resultado apurado. Portanto, a frequência é mínima e restrita a uma lista específica de assuntos:

El efecto invernadero, la gestión de los residuos, el debate sobre la energía nuclear, el crecimiento desaforado de las ciudades, la degradación del litoral, el impacto de la huella ecológica, las agresiones a los espacios protegidos, la contaminación atmosférica, el uso de las energías renovables, la pérdida de la biodiversidad o la desertificación (...). (CRUZ, 2013, p. 178)

Portanto, o repertório noticioso da editoria ambiental apresentaria limitações na seleção de critérios de noticiabilidade, com preferência à escolha de grandes acontecimentos e certa proximidade cultural. Esses aspectos serão retomados no capítulo a seguir, quando trataremos dos conceitos de relevância jornalística e valores-notícia.

Agora, iremos demonstrar a aproximação entre as duas bases que fundamentam este trabalho: a teoria do agendamento e os estudos sobre avaliação de qualidade do jornalismo. Ao fim, buscaremos apresentar um levantamento de dados que consiste numa análise de conteúdo experimental, para fins de teste metodológico. O objetivo final é verificar o grau de correspondência entre o conteúdo ambiental de um produto de mídia (agenda midiática) e a expectativa de conteúdo ideal sugerida por especialistas ambientais (agenda pública) e recomendada por documentos políticos (agenda política). Portanto, a pesquisa empírica dará conta de dois movimentos: uma análise de conteúdo tradicional e outra robusta, com base em parâmetros e indicadores de qualidade jornalística.

## 2. Avaliação da qualidade jornalística

### 2.1 Qualidade e crise do jornalismo

A compreensão em torno da interferência das notícias da grande mídia no contexto democrático tem suscitado amplo debate no campo da pesquisa em Comunicação. Contudo, a literatura a respeito da avaliação da qualidade em jornalismo ainda é incipiente. Mas alguns estudos feitos no início dos anos 2000 servem de base para reflexões apropriadas<sup>13</sup>. Em primeiro lugar, é preciso delimitar bem o que é qualidade. Em seguida, devemos demonstrar o conceito de relevância como eficiente para uma avaliação de conteúdo temático.

O avanço das pesquisas aplicadas em Jornalismo propõe superar o histórico uso incorreto ou superficial do conceito de qualidade como valor positivo atribuído a processos ou produtos jornalísticos. Genericamente utilizado como *slogan* de veículos de comunicação, o elemento é facilmente encontrado em campanhas publicitárias e bordões anunciados por apresentadores de rádio e televisão. Aparece em larga escala, ao lado de jargões como “jornalismo-verdade” e “contra fatos, não há argumentos”.

Embora seja encampada como item obrigatório ao jornalismo industrial, de rotinas estruturadas e produção em série, a adoção de práticas de qualidade não tem sido devidamente demonstrada por meio de métodos e critérios de avaliação. Como sugestão à ausência de mecanismos de gestão no interior das redações jornalísticas, os esforços para construção da teoria da qualidade propõem o desenvolvimento de metodologias de análise, acompanhamento e correção dos produtos, com base em requisitos e indicadores de desempenho. De modo completo, trata-se de induzir transformação na lógica produtiva, isto é: “ajustar processos, e instrumentos de trabalho aos requisitos e indicadores, a fim de enquadrar a produção aos parâmetros considerados” (GUERRA, 2016, p. 4).

Para tanto, a utilização de mecanismos de avaliação passa pela aceitação da complexidade do tema qualidade e suas peculiaridades. *A priori*, convém explicitar a

---

<sup>13</sup> Alguns autores contemporâneos pesquisam o tema e trazem contribuições atuais, do ponto de vista teórico e da pesquisa aplicada-experimental: Pinto e Marinho (2003), Jornet (2006), Suárez (2007), Palacios (2008 e 2011), Benedeti (2009), Guerra (2010a, 2010b), Christofolletti (2010), Rothberg (2010), Cerqueira (2010), Guerra (et. al. 2013) e Monpart, Lozano e Sampio (2013).



distinção entre “qualidade jornalística” e “qualidade da informação”. Sobre este último assunto, Sordi, Meireles e Grijo (2008) reforçam a falta de estudos aprofundados e citam dois trabalhos que constataam o problema:

A qualidade da informação constitui-se num conceito problemático. [...] não há consenso na literatura sobre definições teóricas e operacionais da qualidade da informação. Há uma alusão recorrente entre autores interessados no tema de que as definições de qualidade de informação são ambíguas, vagas ou subjetivas (PAIM, NEHMY e GUIMARÃES; 1996, p. 112, apud SORDI, MEIRELES e GRIJO, 2008)

Qualquer critério de avaliação da qualidade da informação é, por natureza, subjetivo. É praticamente impossível encontrar um critério de mensuração simples, preciso e satisfatório (SCHWUCHOW; 1990, p. 67, apud SORDI, MEIRELES e GRIJO, 2008)

Para Sordi, Meireles e Grijo (2008), a informação – e consequentemente a produção de conhecimento – é um dos principais recursos inerentes às organizações contemporâneas, cuja gestão eficaz pode render resultados positivos a médio e longo prazo. Os autores fazem uma compilação de estudos sobre qualidade da informação e destacam a sistematização elaborada por Huang, Lee e Wang (1999), que desenvolvem uma lista de quinze dimensões de análise, classificadas em quatro categorias distintas. Para efeito deste trabalho, detemo-nos a uma delas, a “qualidade contextual”, que contém entre os elementos: “relevância, valor-agregado, economia de tempo, completeza e quantidade de dados” (HUANG, LEE E WANG, 1999, apud SORDI, MEIRELES e GRIJO, 2008).

Sinteticamente, a avaliação da “qualidade da informação” remete à análise das características de determinados produtos (notícias, por exemplo), enquanto a avaliação da “qualidade jornalística” está associada ao estudo dos processos executados pelas organizações (como as empresas de comunicação).

A opção pelo segundo modelo de avaliação é bem apresentada por Mompart (2013):

Falamos preferencialmente de ‘qualidade jornalística’, mais do que de ‘qualidade informativa’, visto que nos interessa não só o produto, mas sim todo o processo de produção informativo-comunicacional. Sobre qualidade jornalística, não há uma definição única e dificilmente pode ser universal, mas há muitos elementos que permitam que profissionais honestos de qualquer parte do mundo e cidadãos democráticos estejam de acordo na hora de decidir o que é um bom jornalismo e para que ele serve em uma sociedade deliberativa de liberdades e direitos iguais. (MOMPART, 2013, p. 9 – tradução livre)

Neste trabalho, adotamos a concepção de Mompert, ou seja, preferimos o entendimento sobre a “avaliação da qualidade jornalística”, embora veremos demonstrada uma análise sobre o conteúdo temático específico de um determinado produto midiático. Ao analisar a qualidade produtiva de um tipo específico de informação, iremos sugerir a adoção de matrizes de relevância jornalística como instrumento de calibragem do trabalho, que se origina em readequação de processos internos (rotinas de seleção) e externos (prestação de contas).

Ademais, a escolha do conceito fundamenta-se na especificidade de uma atividade baseada em algumas tarefas de tratamento de informações, como coleta, processamento e transmissão dessa matéria-prima (a informação) em formato padronizado como notícia. E ainda que específica, a atividade jornalística pode ser analisada sob a ótica genérica de uma organização a serviço da sociedade, com normas bem definidas para o atendimento a expectativas sociais ou necessidades públicas por informação.

Nesse ponto, localizamos a definição precisa do conceito de qualidade, bem como a que se destina. De modo referencial, recorreremos à formulação proposta pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Assim, qualidade significa “o grau no qual um conjunto de características inerentes [do produto] satisfaz a requisitos” (ABNT NBR ISO 9000:2005, p. 8), sendo requisito a “necessidade ou expectativa [em relação a um produto ou serviço] que é expressa, geralmente, de forma implícita ou explícita”.

Partindo do pressuposto de que a produção noticiosa está orientada às expectativas da audiência, é importante também considerar as diferentes nuances dos “requisitos do cliente”, expressão própria da área de gestão da qualidade. A norma ABNT NBR ISO (9001: 2015) classifica esses requisitos em cinco categorias:

a) requisitos especificados pelo cliente, incluindo os requisitos para atividades de entrega e pós-entrega; b) requisitos não declarados pelo cliente, mas necessários para o uso especificado ou pretendido, quando conhecido; c) requisitos especificados pela organização; d) requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis a produtos e serviços; e) requisitos de contrato ou pedido diferentes daqueles previamente expressos. (ABNT NBR ISO 9001:2015, p. 33)

No âmbito jornalístico, os cinco itens podem ser reunidos em dois grupos. No primeiro, figuram os requisitos “a” e “c”, que denotam um contrato direto entre audiência e organização, fundamentado no atendimento a preferências ou necessidades do cliente. E o segundo grupo contém os demais requisitos, típicos de “uma esfera de contratos mais

ampos, que envolvem não apenas a audiência, em particular, mas o conjunto da sociedade” (GUERRA e BARRETO, 2016, p. 82).

Uma pequena ilustração serve para auxiliar o entendimento. No mercado de produtos industriais, a satisfação do cliente está diretamente relacionada ao preenchimento de uma lista de aspectos: usabilidade, preço e durabilidade, por exemplo. Quando observa algum defeito, o consumidor pode solicitar a troca do produto e, a depender do retorno, acionar órgãos de defesa.

Embora circunscrito oficialmente à categoria de serviços<sup>14</sup>, o mercado de jornalismo é soberano em oferecer um produto específico: a notícia. Perecível e não palpável, a notícia reivindica uma série de elementos: verdade, relevância, pluralidade e interesse público, entre outros. Assim, ao notar falha no cumprimento de um desses valores, o leitor, espectador ou ouvinte tem o direito de recusa. E como qualquer empresa comercial, uma emissora de televisão está sujeita a movimentos negativos: troca de canal, perda de credibilidade e, em casos particulares, ações judiciais.

O pequeno exemplo serve para compreender que o desempenho de uma organização jornalística está diretamente ligado ao cumprimento das necessidades (requisitos) do público. Portanto, a qualidade do produto oferecido (a notícia) depende em grande parte do atendimento às características esperadas pela audiência – que veremos serem de ordem pública e privada. Nesse ponto, é importante inferir: é possível mensurar a qualidade de um noticiário? Como demonstrar a qualidade jornalística interna e externamente?

De modo experimental, algumas pesquisas têm oferecido respostas consistentes a essas inquietudes. É o caso dos estudos desenvolvidos pelo Qualijor (Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo), que têm produzido diagnósticos sobre a cobertura de grandes veículos noticiosos do país, com o auxílio da tecnologia<sup>15</sup>. A dinâmica de avaliação envolve um ciclo de etapas, aplicáveis à execução de um modelo de gestão editorial, com planejamento, análise e correção.

---

<sup>14</sup> Ao registrar formalmente uma empresa jornalística no Brasil, normalmente opta-se pela categoria ou tipo de atividade negocial do ramo de serviços, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Propomos

<sup>15</sup> O Programa Qualijor desenvolve instrumentos de avaliação de qualidade para a produção de diagnósticos e soluções. O projeto âncora do programa, “Qualidade em Organizações Jornalísticas: um panorama inicial”, foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Criado no âmbito do programa, o *software* Qualijor é registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade

Um processo de avaliação de qualidade requer elementos básicos: a definição de um conjunto de requisitos a se alcançar; a implementação de processos adequados à produção com os requisitos desejados; um sistema contínuo capaz de monitorar em que medida os processos estão efetivamente gerando os resultados esperados; e, finalmente, mecanismos de correção de falhas e de desenvolvimento de melhorias para processos e produtos. (GUERRA et. al., 2013, p. 156)

A aplicação de mecanismos de avaliação, no interior de uma redação jornalística, requer esforço e acompanhamento contínuos, de modo ampliado e integrado. Cada profissional deve colaborar, diuturnamente, para a correta aplicação dos requisitos de referência. E com o auxílio da tecnologia, um diretor de jornalismo pode ter acesso facilitado ao panorama de desempenho e ao diagrama de problemas que precisam ser solucionados.

Esse domínio organizado do conhecimento ou a implementação de um sistema de avaliação de qualidade, que permite inovação dos processos, pode gerar significativa melhoria na oferta do produto noticioso. Dessa maneira, uma organização jornalística pode obter, por um lado, *status* de excelência nos serviços prestados, e por outro, diferencial competitivo no mercado de notícias. Novamente, a correspondência com outros setores do mercado capitalista é válida.

Há uma crescente consciência de que bens e serviços de alta qualidade podem dar a uma organização uma considerável vantagem competitiva. Boa qualidade reduz custos de retrabalho, refugo e devoluções e, mais importante, boa qualidade gera consumidores satisfeitos. Alguns gerentes de produção acreditam que, a longo prazo, a qualidade é o mais importante fator singular que afeta o desempenho de uma organização em relação aos seus concorrentes. (SLACK et. al., 2007, p. 549)

Segundo Guerra (2010a), a qualidade é um “recurso de vinculação entre a esfera da produção de bens e a esfera do consumo” (p. 14). Nesse sentido, a execução adequada de um modelo de gestão da qualidade editorial produz frutos tanto para a organização jornalística (melhoria da imagem pública e aumento da lucratividade) quanto para a audiência (segurança informativa).

Para Meyer (2007, p. 18), a qualidade editorial corresponde a uma das condições necessárias para a superação da crise de confiança no jornalismo, que pode ajudá-lo a manter-se como instituição social de referência para as sociedades democráticas. Se há

crise, exige-se da atividade e, por conseguinte, das empresas e profissionais, alguma reformulação no sentido de melhoria em processos e produtos. Logo, a realidade reforça a cobrança por um “compromisso com padrões de excelência” (CERQUEIRA, 2010, p. 14).

Para Cerqueira (2010, p. 5), as tarefas desafiadoras da busca pela qualidade dos produtos e dos processos de produção devem ser tomadas como responsabilidade de todos os atores envolvidos na produção da informação. Segundo ele, a submissão ao escrutínio público pode levar a atividade jornalística a aprimorar tanto os conteúdos oferecidos quanto a interlocução com a audiência. E como consequência, surgem efeitos positivos para a viabilidade econômica das organizações.

(...) essa exposição à crítica tende a funcionar como instrumento balizador para a consecução dos objetivos de qualidade pretendidos por qualquer empreendimento interessado na consolidação de sua reputação, no incremento de sua participação no mercado e na perpetuação do seu negócio. (CERQUEIRA, 2010, p 14).

Numa investigação feita com jornalistas brasileiros em posições de comando (diretores, editores chefes e chefes de redação, entre outros), o autor procurou identificar a compreensão em torno do significado conceitual de qualidade jornalística. Descobriu que não há definição única, mas a citação de alguns aspectos comuns, como zelo pela apuração, compromisso com a precisão das informações, independência, ética, responsabilidade social e atendimento a demandas da audiência – atributos que, juntos, constituem a formação da credibilidade de um veículo de jornalismo.

A leitura do desequilíbrio de credibilidade ou confiança na instituição jornalística pode ser feita sob vários momentos históricos, sobretudo em momentos de transição social. Martinez (2017) reforça dois períodos importantes para a evolução do jornalismo e a incorporação de novos processos tecnológicos e normativos.

O primeiro remete à década de 1950, em função do contexto pós-Segunda Guerra, quando “decai a influência do paradigma da mídia francesa - em tese mais opinativa - e ascende a da mídia estadunidense, tida como mais informativa e concisa”. Em consequência, começam a ser desenvolvidos códigos deontológicos e padrões de objetividade jornalística. E o segundo período transitivo é o fim da década de 1990, quando o desenvolvimento da internet e das mídias digitais “alavanca uma transformação

sem precedentes na prática e nos modelos de gestão jornalísticos” (MARTINEZ, 2017, p. 24).

É nesse período mais recente, que se aprimora em desdobramentos atuais, que Philip Meyer<sup>16</sup> elabora sua crítica a respeito da concepção de jornalismo, que serve de base para uma série de estudos recorrentes sobre padrões de periodismo impresso e eletrônico. Quais os riscos reais para o modelo tradicional? O questionamento referenda a discussão do autor.

Esta pesquisa não se propõe a enfatizar as dificuldades para a manutenção de determinados tipos de jornalismo, mas ao analisar um meio específico (audiovisual), tende a citar nuances de uma atividade contemporânea que se reinventa em função das interferências do modo de produção digital.

Se Meyer (2004) prevê cenário apocalíptico para o jornalismo de qualidade e, decerto, comprova-o em franco desenvolvimento, associa a crise do modelo impresso a um fator de constatação numérica: a queda de circulação do produto, ou seja, do número de leitores. Assim, o pesquisador verifica redução da participação efetiva dos jornais como instrumentos de interferência social.

Entre mudanças associadas ao perfil da audiência, o autor relaciona fatores sócio-econômicos, como a diminuição do poder de compra de grande parte dos consumidores, ao déficit educacional e cultural examinado nos locais de circulação, que normalmente são vinculados a grandes centros urbanos (MEYER, 2004, p. 5).

Outros aspectos referentes ao público poderiam ser adicionados à análise da reformulação do modelo impresso de jornalismo, como a expansão da produção audiovisual – em particular os produtos feitos para consumo na televisão, como os telejornalísticos e os produtos híbridos de informação e entretenimento (infotainment). Há que se considerar ainda o tempo disponível para consumo, as preferências de linguagem e sobretudo as experiências de leitura convertidas em hábitos pela conveniência do formato de conteúdo digital.

---

<sup>16</sup> Philip Meyer é um dos principais defensores da tese que associa o surgimento da internet comercial à pior crise da história do jornalismo impresso. É repórter aposentado do grupo Knight-Ridder, que publica mais de uma dezena de jornais nos Estados Unidos, e professor emérito da Universidade da Carolina do Norte, na cidade de Chapel Hill – coincidência com origem dos teóricos da Teoria da Agenda (McCombs e Shaw, citados na abertura do capítulo).

Podemos acrescentar dois elementos citados por Righetti e Quadros (2008, p. 4) para constituir o panorama de riscos do modelo em transição: “a queda de participação dos jornais no total do dispêndio publicitário e o crescimento da internet como um meio de comunicação concorrente ao jornal impresso”.

Segundo Meyer (2004), a internet não criou a crise do jornalismo impresso, mas acelerou uma crise já existente e que pode se intensificar, já que a mídia eletrônica, apesar de ainda não ter se configurado como um meio de comunicação capaz de atrair montantes significativos de publicidade, tem potencial de se tornar alvo do mercado publicitário, pois oferece vantagens ao anunciante, como novas formas de anúncios (interativos, por exemplo) e a facilidade do receptor encontrar a propaganda/informação quando desejar. (RIGHETTI e QUADROS (2008, p. 9)

A reconfiguração da lógica de investimentos do mercado publicitário leva gradativamente à remodelagem do padrão empresarial e, em consequência, a prejuízos para a perseguição de critérios de excelência profissional. Desse modo, o agravamento da crise das empresas de comunicação age negativamente sobre a qualidade do jornalismo.

Com problemas financeiros, as organizações jornalísticas promovem redução de gastos em recursos humanos, com demissão de profissionais experientes, contratação de iniciantes e diminuição de salários, entre outras estratégias empresariais. Com equipes enxutas, as redações jornalísticas registram perdas na capacidade informativa e no acompanhamento de parâmetros de qualidade. Em última análise, vê-se ameaçada a credibilidade frente a anunciantes e consumidores (MEYER, 2004).

Todo o desenho elaborado até aqui serve para estabelecer o pano de fundo para a proposta necessária de junção entre a visão de mercado e a compreensão sobre um modelo de jornalismo de qualidade. Embora seja difícil, de modo concomitante, mensurar perdas e reconstruir resultados, é possível sugerir meios alternativos baseados em métodos de gestão orientada para a responsabilidade social. Alguns desses procedimentos serão abordados mais adiante, no tópico sobre os Sistemas de Responsabilização da Mídia (*Media Accountability Systems - MAS*).

Agora é suficiente explicar que a análise da responsabilidade, na investigação acadêmica sobre comunicação, está associada à posição elevada do jornalismo enquanto atividade profissional e instituição social. O conceito de jornalismo entendido enquanto serviço público é um dos eixos de pesquisa identificados por Pinto e Marinho (2003), quando fazem um mapeamento dos quadros de referência para o estudo do assunto.

Os autores explicam que, para os teóricos que analisam a qualidade jornalística, o objetivo do jornalismo é “prestar um serviço dirigido a cidadãos (e não consumidores), para quem é importante ter acesso a informação credível sobre acontecimentos relevantes da vida pública” (p. 5).

Bem informados, os cidadãos teriam ampliadas as capacidades de compreensão e de ação sobre o espaço público. Dessa maneira, o público teria aptidão para exercer funções de vigilância tanto dos meios de comunicação quanto dos poderes públicos, com resultados positivos para a democracia e a qualidade de vida. Para este modelo, a avaliação da qualidade jornalística está associada à escolha dos temas abordados, à linguagem utilizada pelos jornalistas e à capacidade de intervenção dos cidadãos na vida pública (PATTERSON, 2000 apud PINTO E MARINHO, 2003, p. 5).

Além de enquadramento como serviço público, a dupla de autores portugueses verifica outros dois modelos de análise da qualidade, que a compreendem sob rótulos distintos: como característica da organização ou produto; e como investimento estratégico. Os modelos são complementares entre si.

Na primeira perspectiva, busca-se observar o cumprimento da eficiência e eficácia organizacional, com atribuição de valor ao tempo e ao dinheiro gastos pelo público (aqui entendido como consumidor) para acessar um produto ou serviço. Ou seja, o principal objetivo de empresas e jornalistas seria obter a satisfação da audiência, necessária para aquisição de confiança e fidelidade.

Nesse sentido, para analisar a qualidade jornalística seria preciso avaliar processos de trabalho, como tempo gasto em entrevistas, ida a eventos, viagens, frequência de reuniões, busca e organização de material, entre outras atividades próprias ao jornalismo. Outra modalidade de avaliação é a aplicação de modelos ISO (*International Standards Organization*) às empresas jornalísticas, para verificar a relação entre as necessidades do cliente, as características do produto e a competitividade produtiva. (PICARD, 2003 apud PINTO E MARINHO, 2003, p. 4).

Já a segunda perspectiva, que entende a qualidade como investimento estratégico, investiga o jornalismo como negócio lucrativo – e tem Philip Meyer como um dos principais autores. Em vez de analisar os processos de funcionamento da empresa, esse modelo concentra a verificação nos resultados globais do ponto de vista econômico-



financeiro, que podem ser gerados por meio da adoção de critérios de qualidade. No ponto de vista de Meyer (2004, p. 28), “o bom jornalismo sempre foi o produto de uma tensão entre a procura do lucro e o assumir de uma responsabilidade social”.

Pinto e Marinho (2003, p. 6) interpretam este modelo de análise conforme algumas etapas de articulação necessárias. Por ser um investimento com retorno a longo prazo, pratica-se primeiro a qualidade no jornalismo para obter credibilidade. Por sua vez, este fator ocasiona, por um lado, aumento nas vendas e assinaturas e, por outro, consolidação da imagem de respeito e influência social. Por fim, a ampliação do lucro ou da viabilidade do negócio permitirá o reinvestimento na qualidade.

Após apresentar os modelos detectados, Pinto e Marinho (2003) apresentam uma proposta fundamentada em quatro eixos essenciais para o estudo da qualidade no jornalismo: a diversidade, a liberdade, a *accountability* e o contexto organizacional e profissional. São eixos que formam um conjunto de pressupostos referenciais para formulação de um quadro de mapeamento geral do problema da qualidade jornalística.

Com relação à diversidade, os autores referem-se à diversificação dos meios de comunicação, à variedade de gêneros, conteúdos e formatos, e à pluralidade de representações e pontos de vista apresentados nas notícias oferecidas.

Já o segundo eixo, liberdade, é um direito fundamental das sociedades democráticas modernas e, por consequência, um dos princípios basilares da comunicação pública – conforme veremos mais adiante, na seção 1.4. Segundo os pesquisadores, a liberdade configura “um terreno em que se equacionam e debatem novos problemas e novos mecanismos de censura e autocensura, mais ou menos visíveis” (p. 10).

O conceito de *accountability*, que compõe o terceiro eixo, corresponde a uma dupla dimensão: por um lado, a necessidade de prestação de contas à sociedade por parte dos meios de comunicação e, por outro, o escrutínio público dos meios por parte dos cidadãos, grupos e instituições.

E o último eixo, formado pelo contexto organizacional e profissional, se aproxima de estudos de *newsmaking* e diz respeito ao contexto empresarial em que o jornalismo é praticado, além da cultural organizacional e das “lógicas e condições da profissão de jornalista, que condicionam os ‘modos de fazer’ dos profissionais e, naturalmente, as características da informação difundida” (idem, p. 10).

Apesar de avanços na formulação da teoria sobre avaliação de qualidade no jornalismo (e algumas iniciativas sejam adotadas nas organizações), Guerra (2010a) observa que a prática não foi de fato incorporada ao setor, ao contrário de outras áreas de produção da indústria, comércio e serviços. Entre os fatores, estão a baixa competitividade do mercado de comunicação; as dificuldades para construção de parâmetros para medição rigorosa dos produtos jornalísticos; e a cultura profissional avessa a mecanismos de fiscalização (p. 13).

De fato, há grandes limitações para a adoção de mecanismos internos e externos de acompanhamento, avaliação e correção de procedimentos na mídia. E além da ausência de métodos e critérios mínimos para aferir a qualidade editorial, nota-se fragilidade estrutural no ambiente acadêmico para abordagem do tema (GUERRA, 2016, p. 4).

Dessa maneira, os desafios passam pela definição consistente do conceito de qualidade e de sua gestão aplicada ao jornalismo, o desenvolvimento de metodologias eficazes de avaliação, e aquela que pode ser a etapa mais complexa: o ajuste de processos de trabalho a determinados requisitos e indicadores no ambiente organizacional.

Está posto que esse terreno de impressões é sedimento fragmentário e complexo para a adequação da atividade jornalística a um modelo sistemático de gestão da qualidade. Sinteticamente, a meta inicial dos estudos sobre qualidade no jornalismo é comparar as características apresentadas pelos produtos e os requisitos necessários para o seu funcionamento, bem como aqueles esperados pelos usuários. “Quanto mais próximas as características estiverem dos requisitos, maior a qualidade” (GUERRA, 2010b, p. 5).

No âmbito da atividade jornalística, importa descobrir quais são os requisitos básicos que podem ser denominados de qualidade. Guerra (2010b) identifica dois desses requisitos ou expectativas da audiência em relação à notícia: verdade e relevância: “verdade porque se espera que a notícia ponha a audiência a par de fatos reais. Relevância porque não são todos os fatos reais que têm valor jornalístico, mas aqueles que atendam à demanda da audiência” (p. 5).

Nesta pesquisa, o interesse é direcionar a análise para o requisito da relevância. Não se trata, porém, de considerá-lo de modo isolado ao segundo requisito básico de qualidade (a verdade). Adiante, na apresentação dos termos da responsabilidade editorial,

demonstraremos que relevância e verdade são duas faces do mesmo objetivo central: avaliar o grau de qualidade da produção de informações, ao mesmo tempo verídicas e relevantes – portanto submetidas a métodos de verificação e classificação, antes da efetiva distribuição ao público.

## **2.2 Relevância jornalística**

A consideração sobre o que é uma notícia relevante é um dos questionamentos centrais da rotina de um jornalista, sobretudo aquele envolvido diretamente na produção de pautas ou quem está ligado a alguma posição hierárquica de decisão editorial. A escolha de um assunto, que passa pela atribuição de pesos e medidas comparativas, normalmente é destituída de um regramento bem definido e disponível para consulta nas redações jornalísticas.

O primeiro problema é a escassez de documentos normativos ou de orientação prático-conceitual no Brasil, formulados por organizações, veículos ou entidades de classe, que reunissem regras fixas, diretrizes e critérios claros, valores de referência e conceitos editoriais para leitura obrigatória e necessária ao desempenho de cada etapa do processo produtivo. Tampouco encontramos facilmente relatórios corporativos sobre métodos de seleção de conteúdo, pluralidade de fontes ou algum tipo de prestação de contas genérica sobre produção de matérias.

Associada à fragilidade normativa, que se agrava por falhas de acompanhamento e de atualização jurídica e legislativa, a compreensão em torno do conceito de relevância jornalística requer esforço acadêmico para a formulação de uma definição apropriada. Veremos que a questão tem despertado interesse de pesquisadores desde o fim do século XVII e, hoje, é matéria-prima de análise de pesquisas sobre qualidade no jornalismo e em outras áreas do conhecimento.

No campo da Ciência da Informação (CI), alguns estudos se detêm a explorar o conceito de relevância como base necessária à avaliação de sistemas informatizados. Monteiro et al. (2017) traçam um breve histórico do uso do conceito por teóricos da área, associando o primeiro a Bradford em 1934, que empregou a relevância como item de medida de produtividade das fontes de informação, do ponto de vista contabilístico ou bibliométrico. Ou seja, a intenção inicial era “constatar os periódicos e autores mais

produtivos e, portanto, mais relevantes para determinadas áreas” (MONTEIRO et al., 2017, p. 166).

Figueiredo (1977) delimita a primeira utilização extensiva do conceito de relevância por cientistas da informação: em 1958, durante a *International Conference for Scientific Information* (ICSI), da qual decorrem três conclusões: “relevância não é, exclusivamente, uma propriedade de documentos; relevância não é uma propriedade dicotômica; existe uma ‘relevância para o usuário’ que deve ser julgada”. Na década de 1960, Maron e Kuhns elaboram a primeira Teoria da Relevância (TR), com uma compreensão quantitativa ligada à satisfação de expectativa. Relevância é definida como “a derivação de uma medida indicando a probabilidade de um documento satisfazer a um determinado pedido” (FIGUEIREDO, 1977, p. 76).

Também de critério matemático, um conceito central para a CI e os estudos da Comunicação é formulado por Goffman (1964). O cientista social canadense considera a relevância como “uma medida de informação apresentada por um documento em relação a uma pergunta”. Para o autor, a relevância é determinada tanto pela relação pergunta-documento quanto pelas relações entre documentos. Em qualquer caso, a relevância tem propriedades requeridas por uma medida. Em sua teoria epidêmica, Goffman explica que o processo de comunicação “é efetivo quando a informação é relevante (...), isto é, quando resulta em acumulação de conhecimento”. Nesse sentido, a teoria demonstra que relevância deve ser considerada sob os seguintes aspectos: tempo, condições da população e dependência relativa - não existiria relevância absoluta, mas uma necessária comparação entre relevâncias disponíveis (GOFFMAN apud FIGUEIREDO, 1977, p. 76).

Outra Teoria da Relevância (TR), desenvolvida pelos linguistas Sperber e Wilson, pode ser utilizada para fundamentar o estudo da relevância jornalística. Os autores desenvolvem o conceito com base em elementos cognitivos humanos, de ordem biológica e evolutiva. Dessa forma, a necessidade de sobrevivência levaria o homem a atuar de maneira seletiva diante da recepção ou “entrada” de informações. A interpretação da teoria é feita por Feitoza (2016):

Na cognição humana, como em qualquer sistema de processamento de dados, a capacidade de tratar entradas é limitada, de forma que a todo o momento as pessoas são atingidas por uma quantidade muito ampla de informações, mas não chegam a processar todas elas. A TR compreende

que a cognição evoluiu ao ponto de pré-selecionar, entre todos os fenômenos e acontecimentos disponíveis à cognição, os previamente dignos de atenção, por terem mais chances de serem relevantes ou de levarem a outros estímulos relevantes, o que explica porque muitas vezes não notamos o canto de um pássaro, mas não conseguimos ignorar o toque de um aparelho celular. (FEITOZA, 2016, p. 28)

A Teoria de Sperber e Wilson pode ser explorada em três dimensões: classificatória, comparativa e quantitativa. A primeira define relevância com base nos efeitos cognitivos gerados, sendo positivos quando se conectam ao “repertório de informações, experiências e conhecimentos [do sujeito]” (SPERBER e WILSON, 2005, p. 223).

Além da geração de efeitos cognitivos positivos, a segunda dimensão (comparativa) considera também os esforços requeridos. Ou seja, quanto menor o esforço cognitivo, maior o grau de relevância percebido pelo indivíduo. Já a dimensão quantitativa refere-se à manifestação da relevância em índices de maior ou menor peso. “Intuitivamente, relevância não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de graus” (idem, p. 224).

Convém destacar que esta Teoria da Relevância propõe uma separação entre dois tipos de intenção: informativa, que pretende levar alguma informação ao receptor; e comunicativa, que pretende passar ao receptor a intenção informativa do emissor (idem, 2001, p. 65). Nesse ponto, depreende-se que a intenção de comunicar terá efetividade quando alcançar compreensão ou qualidade de relevância por parte do público. Assim, o grau de relevância corresponde em grande parte ao nível de atendimento às necessidades informativas de cada indivíduo.

De acordo com Guerra (2010b), as expectativas de relevância são nomeadas como valores-notícia no jornalismo, que funcionam como “idealizações do espectador real, a partir das quais os jornalistas podem prever qual é o seu interlocutor e qual a sua demanda de informações” (p. 7). Quando uma organização incorpora essas expectativas da audiência, chega aos Valores-Notícia de Referência.

Mas na infinidade de assuntos que frequentam o repertório de necessidades do público, há uma série de outras expectativas que ainda não foram incorporadas pelas organizações jornalísticas. São os chamados Valores-Notícia Potenciais (GUERRA, 2008, p. 235), que podem se transformar em oportunidades de inovação de conteúdo no

jornalismo. Devidamente capturados pelo jornalismo, os valores-notícia atendem a necessidades distintas, que vão de valores individuais a questões mais amplas.

Qualidade é o grau de conformidade entre as notícias publicadas e as expectativas da audiência, consideradas as expectativas da audiência em duas dimensões: a) dimensão privada, relativas a seus gostos, preferências e interesses pessoais; e b) dimensão pública, relativas ao interesse público como Valor-Notícia de Referência Universal. (GUERRA, 2010a, p. 46)

Há três modos possíveis de análise dos valores-notícia ou três eixos de avaliação da relevância, de acordo com a sistematização oferecida pelo programa Qualijor – citado na abertura deste capítulo. Por meio de um *software* desenvolvido para a gestão dos processos jornalísticos, o programa permite a construção de uma Matriz de Relevância conforme um dos eixos a seguir (GUERRA e BARRETO, 2016, p. 85):

- *Formal*: relativo a valores-notícia clássicos do jornalismo;
- *Temático*: relativo a temas constantes das agendas pública, política, da audiência e da mídia;
- *Editorial*: relativo a temas prioritários para uma determinada organização jornalística, em função de seu projeto editorial.

Este trabalho se detém ao segundo eixo de análise, conforme será demonstrado nas Matrizes de Relevância elaboradas no último capítulo. A exceção fica por conta do estudo da agenda da audiência, ausente da pesquisa, e que no ponto de vista da teoria do agendamento corresponde à execução de pesquisas de opinião pública.

Originalmente, os critérios de seleção, hierarquização e tratamento de informações são denominados como valor-notícia por autores como Golding e Elliott, citados por Wolf (2009) e Gans (1979). Mas antes e depois deles, esses métodos jornalísticos recebem outros rótulos como: critérios de escolha das notícias (ERBOLATO, 1978), atributos de relevância (CHAPARRO, 1994), valores informativos (LIPPMANN, 2010), elementos da notícia (WARREN, 1975) e critérios de noticiabilidade (SHOEMAKER, 1991), entre outros.

O primeiro trabalho a produzir um quadro de referências sobre o que deve ser selecionado foi formulado por Tobias Peucer na Alemanha de 1690. Considerado fundador da teoria do Jornalismo, o pesquisador alemão apresentou a primeira tese sobre Jornalismo em uma universidade. Quatro séculos depois, é possível localizar um bom

número de sistematizações teóricas, embora considere-se que inicialmente há uma tendência tecnicista, isto é, voltada à observação da ação cotidianamente repetida pelo jornalista, em detrimento de uma sistematização teórica do processo e dos termos (SANTOS, 2014).

A rotinização habitual, arraigada conforme procedimentos institucionalizados, coloca em risco a qualidade da tarefa de seleção de notícias, exposta a um conjunto de práticas prejudiciais e vícios do jornalismo. Normalmente repassadas verbalmente ou ainda que disponíveis em códigos, as listas de regras comuns indicam tão somente o *modus operandi* comum para selecionar fatos ou informações para notícias, deixando à margem os motivos da seleção ou o que ela representa de fato (SANTOS, 2014).

No caminho de superação à visão tecnicista, Golding e Elliott, conforme Wolf (2009), explicam que os valores funcionam para além da inclusão no produto final, visto que correspondem a uma espécie de linha-guia para a apresentação da notícia. Desse modo, os valores atuam durante e após a seleção, porque auxiliam o jornalista no processo de hierarquização das informações em menos ou mais relevantes.

O conceito de noticiabilidade ajuda a explicar a necessária ponte argumentativa entre a visão tecnicista e um entendimento mais contextual, que considera a ação individual dos profissionais de imprensa. Para Wolf (1999), o alcance da noticiabilidade é fruto da articulação entre a cultura profissional dos jornalistas – suas ações na seleção e narração do acontecimento – e a organização dos processos produtivos.

A compreensão sobre a articulação entre os dois polos também está presente em Martini (2000), ao defender que a construção da notícia articula as instâncias de classificação e hierarquização do material publicável, a seleção da informação por meio do reconhecimento do que é noticiável, e as modalidades de enunciação que organizam o discurso da notícia e tarefas como verificação, ampliação, contextualização e interpretação das informações.

Para a autora, os critérios de noticiabilidade permitem que o jornalista identifique o grau significativo de valor em cada acontecimento passível de relato, com base em condições e valores previamente atribuídos aos fatos, e aplicados pelos profissionais no processo de produção de notícias. E de onde se originam os critérios? Viriam de várias direções, como soma da cultura da sociedade, das agendas temáticas habituais dos meios

de comunicação (o que podemos chamar de agenda intermídia, segundo McCombs, 2005)<sup>17</sup>, da política editorial e de uma determinada concepção da prática profissional (MARTINI, 2000).

No entanto, os jornalistas têm espectro de atuação limitado a condicionantes como tempo e espaço (FRANCISCATO, 2014). Em consequência, os critérios de noticiabilidade podem reduzir a classificação da realidade em realidade noticiável, à medida em que fatos são apreendidos conforme fatores e regras culturais, rotineiras, sociais e editoriais. Além disso, o modelo de critérios acentua certos aspectos isolados de um fato para transformá-lo em notícia.

A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade (FRANCISCATO, 2014, p. 87).

Se há limitações, há que se considerar o envolvimento de cada indivíduo em sua tarefa particular inserida na complexa atividade noticiosa, seja de coleta, apuração, construção do texto final e hierarquização das notícias na apresentação do produto. E principalmente, deve-se ponderar as diferentes perspectivas e orientações editoriais dos jornalistas e das organizações, além das especificidades de cada suporte ou plataforma de circulação.

A noticiabilidade pode ser entendida de modo abrangente, como o conjunto de todos os fatores comuns de interferência no processo produtivo, como as características próprias do fato, a qualidade do material apurado, os julgamentos pessoais do jornalista e as condições profissionais oferecidas pela organização. Entram nessa grande teia fatores éticos, o relacionamento com as fontes e com o público, além de circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais que circundam esses processos (SILVA, 2014).

De modo mais sucinto, Sousa (2005) descreve os critérios de noticiabilidade como mecanismos que estão sobrepostos à subjetividade jornalística, portanto desconsidera a contribuição do juízo particular de cada profissional que, de forma consciente ou não, avalia e em seguida aplica prévio conhecimento para escolher os acontecimentos que

---

<sup>17</sup> McCombs (2005) definiu a interação entre os próprios veículos concorrentes como *intermedia agenda-setting* (agenda intermídia). A simples observação para coleta de pautas em veículos de outras emissoras, jornais ou portais colabora para a manifestação desse tipo de agendamento. Explicaremos as bases da teoria da agenda adiante, no capítulo 2.



merecem ser publicados. “Os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais. Por outro lado, são, frequentemente, de natureza esquiva, opaca e, por vezes, contraditória” (p. 31).

À medida em que se tenta abarcar as diversas nuances da prática jornalística, para explicar os métodos de seleção em função de todos os fatores de cunho individual, organizacional, social e cultural, permite-se uma abertura para estudar todas as variáveis capazes de contribuir para a escolha de alguns assuntos e exclusão de outros – ou o tempo dedicado para a publicação de uma notícia em detrimento de outra.

Ainda que seja possível dar tamanha amplitude ao grupo de fatores de interferência ou valores imbricados, interessa esclarecer que esses critérios não são fixos, imutáveis, de fácil assimilação ou explicação. Por isso, a interpretação de um fato como notícia relevante requer métodos e práticas bem estabelecidos e, de igual modo, bem demonstrados. Antes disso, convém entender a diferença de objetivo e público cumpridos por fatores externos e internos, que atendem a outros critérios: como a expectativa da audiência e as metas voltadas a resultados empresariais ou institucionais.

É nesse ponto que a sistematização de Guerra (2008), sobre Valores-Notícia de Referência e Potenciais, recebe uma distinção que a antecipa: entre valor-notícia e critério organizacional (idem, 2014). De um lado, os valores-notícia são usados pelos meios a partir da contribuição da audiência a qual se dirige. São parâmetros concebidos em função da percepção sobre as expectativas do público, que justificam a qualidade jornalística da notícia, e são empregados por jornalistas na avaliação e inclusão de fatos no noticiário. Do outro lado, o critério organizacional está relacionado à possibilidade de publicação submetida às rotinas produtivas de cada organização. Ao contrário do movimento para a audiência, este parâmetro provém das formas de trabalho das empresas e aponta para sua eficiência e eficácia: “um conjunto de imposições práticas voltado para garantir a exequibilidade e o padrão do produto jornalístico da organização” (GUERRA, 2014, p. 44-45).

Mauro Wolf (2009) também problematiza o conceito, embora proponha analisar separadamente valores-notícia e critérios de noticiabilidade na obra *Teorias da Comunicação*, lançada em 1985. Para o pesquisador italiano, os critérios de noticiabilidade são um “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que

selecionar as notícias” (p.195). Em seguida, ele define valores-notícia como “critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção; isto é, não estão presentes apenas na seleção das notícias, participam também nas operações posteriores, embora com um relevo diferente” (p.196).

No entanto, Feitoza (2016) observa um problema na demonstração prática desses dois conceitos elaborados por Mauro Wolf. Ela explica que o autor “é cuidadoso ao definir em separado valores-notícia e critérios de noticiabilidade, mesmo que a aplicação diferenciada destes conceitos não fique clara durante a construção do quadro de elementos do autor” (p. 21). A pesquisadora nota que, nesse quadro de elementos, Wolf lista apenas um dos dois conceitos: valores-notícia.

Apesar da observação pontual, convém destacar a contribuição do autor para a origem e desenvolvimento da discussão. Segundo Wolf (2009), os valores-notícia exercem força em várias direções: tanto em todas as etapas de produção da notícia (para além da fase de seleção), quanto na criação de regras práticas (que abrangem conhecimentos profissionais e referências sobre a natureza e o objeto dos relatos noticiosos).

Essa concepção suscita a necessidade da adoção de mecanismos reais de auxílio e orientação, visto que os valores-notícia deveriam, em tese, atender a uma “lógica de uma tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos” (WOLF, 2009, p.197).

De carácter dinâmico, os valores-notícia (critérios de relevância) variam conforme o tempo, as circunstâncias sociais e culturais. E derivam de aspectos determinantes para a seleção dos fatos, como o conteúdo da notícia, a disponibilidade do material nos processos de produção, a imagem que os jornalistas fazem do público e a concorrência entre os veículos noticiosos (idem, p. 198-200).

A influência da cultura é uma das partes fundamentais da discussão sobre as variáveis de interferência nos valores-notícia. Embora não seja o foco deste trabalho, é conveniente citar a formulação feita na década de 1960 por Galtung e Ruge. Os dois sociólogos noruegueses elaboraram uma listagem de condições, características ou diferenciais que os acontecimentos devem representar para serem transformados em

notícia: Frequência, Amplitude, Clareza, Significância, Consonância, Imprevisibilidade, Continuidade, Composição, Referência a nações de elite, Referência a pessoas de elite, Referência a pessoas e Referência a algo negativo (GALTUNG e RUGE, 1965, p. 70-71).

Um dos doze fatores nos interessa em particular: o fator significância (*meaningfulness*), porque se deriva em duas ramificações de relação direta com o público: proximidade cultural e relevância. A primeira ajuda a explicar a conjunção entre a atenção do público e a familiaridade com os acontecimentos eleitos para a cobertura noticiosa:

(...) um certo etnocentrismo estará operativo: tem de haver uma proximidade cultural. Isto é, aquele que procura o acontecimento dará particular atenção ao familiar, ao semelhante culturalmente, enquanto o distante culturalmente passará de modo mais fácil e não será notado. (GALTUNG e RUGE, 1999, p. 65)

Quanto à segunda ramificação, a relevância, está ligada ao grau de significado de um fato para o leitor – ainda que o acontecimento esteja culturalmente distante dele. “O factor comum por detrás de ambas as dimensões do que nós chamamos ‘significância’ (*meaningfulness*) é, provavelmente, a ‘identificação’” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 66).

Além do elemento geográfico, a proximidade está associada às afinidades socioculturais ou ao compartilhamento de pressupostos culturais comuns entre organizações jornalísticas e público. “As notícias se prestam, principalmente, a criar para os leitores experiências de satisfação estética que os ajudem a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las à nação, cidade ou classe a que pertencem” (SCHUDSON, 2010, p.108).

Correia (2011) reforça o vínculo formador entre relevância e as variáveis culturais, compostas por interesses e problemas de cada lugar, comunidade ou grupo de indivíduos, que se diferenciam e implicam a variação do grau de importância dos assuntos. Dessa forma, o conteúdo dos meios jornalísticos é ou deve ser uma espécie de representação dos conceitos vigentes na sociedade em que estão inseridos, conforme o espaço geográfico e também o tempo corrente. Por ser uma prática social direcionada à produção de relatos do tempo presente (FRANCISCATO, 2005), o jornalismo dá destaque aos fatos aplicando sobre eles valores e crenças presentes em um dado momento histórico.

Assim, terá que se ter em conta que a relevância é um conceito útil mas resulta de processos conflituais porque o jornalismo é um dos protagonistas essenciais em definir o que é relevante em cada momento - o agendamento, a tematização e, de certo modo, o *framing* são,

justamente, processos em que se fazem sobressair temas e quais os esquemas interpretativos que se podem aplicar a esses temas considerados relevantes (CORREIA, 2011, p.36).

Neste trabalho, a ênfase final é examinar a correspondência entre a impressão de relevância oferecida pela agenda midiática (afetada pelos critérios jornalísticos ou valores-notícia) e a relevância manifestada por outros dois tipos de agenda, ou grupos de interesse: público (opinião especializada) e político (ou governamental). Por isso, precisamos demarcar uma especificidade já relatada sobre o estudo dos valores-notícia: a dimensão que o relaciona não às qualidades intrínsecas ao fato, mas às expectativas do receptor da notícia, ou seja, a audiência da informação jornalística (GUERRA, 2008).

Não significa desconsiderar a ligação referencial dos valores-notícia aos fatos e acontecimentos, mas destacar sua função mediadora entre jornalistas e expectativas, de ordem pública e privada, da audiência. E para evitar significados díspares decorrentes do uso popular do termo, preferimos adotar a concepção sobre audiência desenvolvida por McQuail (1997), que indica a possibilidade de uma percepção dupla. “As audiências são tanto um produto de um contexto social (o que leva a interesses culturais, entendimentos e necessidades de informação comuns) quanto uma resposta a um padrão particular de fornecimento de mídia” (McQUAIL, 1997, p. 2).

Feitoza (2016) traz essa opção bem delimitada, a partir das recomendações do pesquisador britânico e da elaboração de Guerra (2008, p. 180). Com base nos dois autores, ela explica que:

A audiência será concebida como um conjunto empírico e potencial, ainda que geralmente não seja diretamente observável, de receptores e consumidores da mensagem jornalística. A audiência figura, dessa forma, como um recorte em meio a um público mais geral cuja composição pode ser feita a partir de uma dimensão espacial (sendo, por exemplo, a audiência de um jornal específico os moradores da cidade em que ele é distribuído); pelas características de um grupo de pessoas (idade, gênero, posição política, etnia, entre outros); pelas especificidades de um meio/canal; pelo conteúdo da mensagem ou pelo tempo. (GUERRA, 2008, apud FEITOZA, 2016, p. 22)

Em função do difícil objetivo de atender ao conjunto de expectativas de uma diversidade de receptores, os valores-notícia são elementos auxiliares para orientar o trabalho dos jornalistas. Captados dentre o público de referência, “os valores-notícia funcionam, portanto, como idealizações do espectador real, a partir dos quais os

jornalistas podem supor qual é o seu interlocutor, esforçando-se para adequar a sua oferta de informações aos interesses presumidos de sua audiência” (GUERRA, 2014, p. 43).

Numa lógica de mercado, a obtenção e a manutenção de requisitos de qualidade resulta em diferencial perante a concorrência. A fidelidade do público responde bem à identificação de notícias de interesse público. No entanto, a simples tarefa de selecionar fatos e transformá-los em notícias não responde suficientemente ao questionamento da qualidade jornalística. Há uma série de outros critérios de responsabilidade com o dever de bem informar, a serem vistos agora, que compõem a doutrina da responsabilidade da mídia.

### **2.3 Missão social**

Podemos estabelecer uma segunda ilustração, para iniciar o debate sobre o caráter profissional e o ambiente de uma redação jornalística. O exercício do jornalismo leva consigo o calibre da arma empunhada pelos soldados da informação, que matam um leão por dia para levar ao público as “principais notícias do dia”<sup>18</sup>. Nesse contexto de batalhas predatórias em nome da sobrevivência, preferimos um olhar pacífico, que considera o ofício como uma prática de missão social.

Ao extrair relevância de um fato cotidiano, o missionário devota critérios de escolha em um ato de representação da equipe e do interesse público. Pratica ato de parlamentar eleito e sob acompanhamento unitário e da audiência. Teoricamente, a decisão de peneirar aspectos, temáticas e abordagens passa pelo filtro individual, porém de cunho organizacional. O problema ocorre quando as atividades de retenção e fluidez se desenvolvem aleatoriamente, na ausência de regras e parâmetros normativos.

A adoção de um projeto editorial, que considere o implemento de processos de avaliação de qualidade e a disposição para demonstrar recursos de transparência editorial formariam, num básico agrupamento, o conteúdo de responsabilidade jornalística requerido pelas sociedades democráticas.

---

<sup>18</sup> A alcunha serve de *slogan* para veículos jornalísticos da grande mídia, sobretudo telejornais. Assemelha-se, no tom de alusão, à expressão utilizada “matar um leão por dia”. Esta remete à tarefa cotidiana de fabricar produtos perecíveis, porém novos e quentes (notícias). É comum ser proferida por jornalistas, em todos os setores de mídia.

Essas práticas, em conjunto, reúnem mecanismos que ajudariam no cumprimento da missão social ou dos “papéis essenciais do jornalismo”, elencados por Norris & Odugbemi (2008, p. 30-32): acompanhar e fiscalizar os poderes constituídos; co-liderar o sistema democrático de freios-e-contrapesos (*watchdogs*); contribuir para o agendamento de temas prioritários (*agenda-setters*); promover a pluralidade de pontos de vista (*gatekeepers*); e informar de forma contextualizada, de modo a estimular a cidadania ativa.

Inserido diretamente na vida social, o jornalismo pode ser delimitado simplesmente como a “atividade de se fabricar e distribuir notícias” (GOMES, 2009, p. 11). Outra boa definição é encontrada na obra de Koszyk e Pruys (1976), citada por Kunczik (1997, p. 16): “o jornalismo é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento”. Nesse extrato sintético, estão evidenciadas algumas etapas da produção e circulação de informações jornalísticas.

O tom de missão social é encontrado na contribuição de Kovach e Rosenstiel (2004), que procuram explicar o objetivo central da prática jornalística com base na obrigação moral perante a sociedade. Para tanto, os dois críticos norte-americanos citam elementos como liberdade e independência, sempre no sentido de reforçar a responsabilidade fiscalizatória da “instituição-jornalismo”.

Segundo eles, a principal finalidade dessa instituição é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar. “A imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos” (p. 31).

Para os autores, a principal meta evidenciada pelos códigos de ética das organizações jornalísticas traduz uma espécie de “missão social”, cujo compromisso maior é com a independência editorial. Para reforçar a amplitude dessa obrigação moral, os autores citam o trecho de uma declaração do Papa João Paulo II, feita a um grupo de donos de meios de comunicação de vários países, em junho de 2000:

Com sua influência vasta e direta sobre a opinião pública, o jornalismo não pode se só guiado por forças econômicas, lucros e interesses especiais. Deve, ao contrário, ser encarado com uma missão, até certo ponto sagrada, realizada com o entendimento de que poderosos meios de comunicação foram confiados aos senhores para o bem geral (Associated Press, registro da declaração do Papa João Paulo II no Dia

dos Jornalistas no ano sagrado do Vaticano, 4 de junho de 2000, apud KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 35)

O entendimento sobre os efeitos positivos do jornalismo para a sociedade corresponde a uma visão que se direciona à responsabilidade com o uso da matéria-prima jornalística (a informação), seu processamento e a subsequente distribuição em forma de produto (a notícia). Nesse sentido, é preciso delimitar o que se entende por “ética da responsabilidade”.

Kunczik (1997) aborda o conceito à luz da formulação elaborada por Max Weber (1964). O sociólogo alemão faz uma distinção necessária entre a ética da responsabilidade e a ética dos valores absolutos, ao estudar a atitude de políticos e jornalistas:

Os políticos assumem a responsabilidade por seus atos e avaliam os fins, os meios e os possíveis efeitos secundários, comparando-os entre si. Os jornalistas, por outro lado, adotam uma reorientação ética de valores absolutos e atuam racionalmente segundo os seus valores, quer dizer, recusam-se a assumir responsabilidade por suas ações”. (WEBER, 1964, p. 57 apud KUNCZIK, 1997, p. 42)

Objetivamente, o primeiro conceito (ética da responsabilidade) diz respeito à ação orientada pela racionalidade do propósito, ou seja, “pelas esperanças de comportamento dos objetos do ambiente externo e de outras pessoas e através do uso dessas esperanças como condições ou meios para fins racionais” (KUNCZIK, 1997, p. 40). E o segundo conceito (ética dos valores absolutos) corresponde à “crença consciente no próprio valor absoluto, quer se interprete como ético, estético, religioso etc., de certo tipo de comportamento exclusivamente por ele mesmo, independentemente dos resultados” (idem).

No primeiro modelo de ética, o sujeito da ação leva em conta os defeitos das pessoas, em contraste à ética dos valores absolutos, em que a pessoa não acredita que pode atribuir nos outros a consequência de sua ação (KUNCZIK, 1997, p. 42).

Ainda de acordo com Kunczik (1997), um estudo feito na Alemanha por Kepplinger e Vohl (1979) buscou examinar a consciência de responsabilidade dos jornalistas de televisão. Nos resultados da pesquisa, ficou evidente a distinção entre a responsabilidade jornalística pela exatidão da reportagem e pelas consequências desta.

Com relação à reportagem que produz resultados positivos, mais de 85% dos entrevistados atribuíram-na a mérito moral do jornalista. Por outro lado, somente 25%

deles opinaram que também eram responsáveis pelas consequências negativas de suas reportagens. Kepplinger e Vohl (1979) decidiram comparar os resultados com os de Weber e concluíram que os jornalistas tendem a obedecer à ética dos valores absolutos em suas ações.

O conjunto de valores absolutos de uma sociedade pressupõe a existência de regras morais e dificilmente mutáveis, como as tradições e hábitos de um povo. Progressivamente, os costumes morais e a tendência a selecionar determinados assuntos como mais importantes que outros são reproduzidos ou estimulados facilmente pelos meios jornalísticos. Nesse ponto, pode-se adicionar a função de seleção ou agendamento temático à relação dos papéis preponderantes do jornalismo.

De modo interessante ao objeto de estudo deste trabalho (meio ambiente), Canela (2007) coloca o “agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano” nessa lista de funções. Igualmente, Gomes (2004) delimita entre os papéis do jornalismo a “formação da agenda de temas sobre os quais os cidadãos irão discutir e formar suas próprias convicções sobre as mais diversas esferas da vida social” (p. 51). Assim, o papel de agendamento também serviria para reforçar a função privilegiada da instituição jornalística.

Para o autor, o discurso do jornalismo tem por função produzir na sociedade convicções sobre determinados assuntos, revelados em formato noticioso e retirados das próprias demandas sociais. Além disso, ele explica que esse discurso reforça tanto convicções públicas quanto profissionais e, como objetivo final, colabora para o alcance da autolegitimação da prática jornalística.

O jornalismo, como todas as instituições, possui um discurso cujo propósito é afirmar sua legitimidade social. Um discurso social é um conjunto de falas, locuções, textos, sentenças em circulação onde se postulam e reafirmam visões de mundo, valores, teses, apreciações acerca de temas ou núcleos de temas relevantes para a sociedade ou para um setor social específico. (...) O discurso de autolegitimação do jornalismo, além da função de refletir e configurar a identidade da corporação, cumpre a decisiva tarefa de convencer a todos de que o jornalismo é uma instituição importante, preciosa e necessária para toda a sociedade e que, portanto, deve ser mantida, protegida e cuidada pelos cidadãos, mediante uma cultura e uma mentalidade adequadas, e pelo Estado, por meio de suas leis e princípios. (GOMES, 2009, p. 67-68)

Ao analisar a profundidade do conceito de legitimidade inerente ao jornalismo, Gomes (2009) relaciona a função social da profissão ao que se entende por interesse



público – um dos elementos fundamentais das sociedades democráticas modernas e que, segundo o autor, se revela aparentemente com desempenho mais eficiente por meio do jornalismo do que em outras instituições, como a política. É a orientação ao interesse público vista como fator de qualidade, operado como obrigação social pelo jornalismo.

O autor defende que o serviço ao interesse público pode ser considerado mais que uma função social, ou seja, o cumprimento de uma determinação moral. Para ele, o que tornaria o jornalismo uma instituição legitimada do ponto de vista social “seria o fato de estar voltado para servir, de maneira completa, ao interesse público” (p. 70).

Nesse sentido, o princípio elementar de “serviço ao interesse público” significa que o ofício jornalístico deve estar dirigido a acompanhar as necessidades informativas mais relevantes da sociedade, num ponto de vista que se configura acima da concepção de um “ramo de negócios ou de serviços industriais quaisquer” (idem, p. 70).

De acordo com Gomes (2009), a compreensão do interesse público como valor referencial para o jornalismo pode ser encontrada na construção histórica da profissão em vários países. Na imprensa norte-americana, por exemplo, reforça-se a função do jornalismo como “cão de guarda” do interesse público, sobretudo no acompanhamento de fatos e assuntos da editoria Política. Na tradição liberal, diz-se que “a função democrática mais fundamental do jornalismo é a de agir como *watchdog* a vigiar o Estado, para revelar os abusos contra o interesse público” (p. 70).

Contudo, o autor esclarece que o serviço ao interesse público não pode ser defendido como um princípio absoluto da prática jornalística. Um dos motivos é a clara distinção entre interesses da esfera política e da esfera civil<sup>19</sup>. Na primeira esfera, que diz respeito ao controle do Estado, estão circunscritos o poder político, a administração dos recursos comuns, a elaboração da lei e a produção de decisões sobre assuntos de interesse geral. Já na esfera civil, não há participação direta no controle do Estado, mas somente a soberania política manifestada nos períodos eleitorais.

Desse modo, o objetivo democrático que envolve a questão do interesse público seria garantir a correspondência entre os interesses da esfera civil e as decisões políticas. E o jornalismo, como atividade orientada ao interesse público, deveria “oferecer à esfera

---

<sup>19</sup> As duas esferas irão compor, no capítulo 3, a formulação sobre agendas política e pública, respectivamente.

civil a possibilidade de se ver representada e satisfeita nos procedimentos regulares da esfera política” (idem, p. 79).

Como o serviço que o jornalismo pode prestar é o de produção e circulação de informações, servir ao interesse público significaria colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política”. (GOMES, 2009, p. 79)

Outra razão destacada pelo autor está relacionada à complexa necessidade informativa das sociedades. Esse ponto diz respeito às limitações do alcance do jornalismo, em termos de atingir com qualidade às demandas por informações especializadas de diversos níveis, provenientes de variados setores sociais.

Onde estaria a preocupação entre, por exemplo, informações sobre a vida privada de estrelas de televisão, informações sobre automóveis e motos, matérias sobre bromélias e caprinos, reportagens sobre chalés, enfim, tudo isso, e o interesse público no campo político?” (GOMES, 2009, p. 80)

Para buscar resolver o impasse, o autor sugere duas alternativas: a escolha do interesse público como “demarcador da identidade do campo” e a consequente exclusão do que não tem vínculo extremamente direto com esse objetivo; ou ao contrário, a compreensão do conceito de interesse público em sentido lato, que inclui todos os assuntos que ajudam o indivíduo para a vida social, direta ou indiretamente.

Na prática, a primeira alternativa levaria ao entendimento de que uma série de veículos e editorias jornalísticas, que contêm notícias sobre temas como arquitetura, moda, decoração, culinária e comportamento não poderiam ser enquadrados no campo do jornalismo. Por outro lado, o segundo caminho conduziria a uma visão mais permissiva, que inclui essas e outras vertentes do jornalismo especializado como partes de uma atividade que oferece insumos para a vida em sociedade.

Ao apresentar as duas possibilidades, Gomes (2009) reforça falhas em ambas. No caso da primeira alternativa, ele explica ser impossível do ponto de vista empresarial e incoerente com as necessidades sociais contemporâneas, que ajudaram a moldar as feições do jornalismo como “um balcão variado de informações”. E com relação à segunda alternativa, o autor descarta sua aceitação pelo fato de estar baseada em motivos como: incompatível compreensão de todo o jornalismo como atividade pedagógica; e equívoco do uso do conceito de interesse público em todo tipo de noticiário, como o

esportivo e o de celebridades, por exemplo. Segundo Gomes (2009), “quanto maior for a extensão de um conceito, menor será a sua utilidade para explicar a realidade” (p. 81).

Além disso, é necessário estabelecer a distinção entre a função social do jornalismo e seu aspecto empresarial. Gomes (2009) sustenta que a prática jornalística não é simplesmente um serviço público, mas antes disso um ramo de atividade incluído do mundo dos negócios. Para manter uma organização viável economicamente, além da publicidade, o jornalismo tem lógica de funcionamento definida em função da necessidade social por informação sobre determinados âmbitos da atualidade, “nos padrões de qualidade, velocidade e profundidade demandados, buscando fazer a maior quantidade possível de clientes, a audiência” (p. 82).

A partir desse ponto, ou seja, por meio da observação do público a que se destina, é preciso delimitar outro aspecto essencial da teia de responsabilidades da instituição jornalística: a necessidade de prestar contas à sociedade. Este imperativo é consequência de um princípio popular, citado no início deste capítulo: o compromisso do jornalismo com a verdade dos fatos – além do compromisso em responder ao que se propõe.

O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro. (...) É um sistema que atua no ramo da verdade. Os seus produtos se oferecem como verdadeiros, tendo a sua verdade garantida por procedimentos bem codificados de verificação e certificação. (GOMES, 2009, p. 11-12)

O uso de práticas refinadas de prestação de contas confere reforço à posição central do jornalismo, que sob a maturação da democracia moderna, é visto como semelhante às instituições de poder político. É onde reside a fronteira da *accountability*.

Sem tradução exata para a Língua Portuguesa, o termo corresponde ao Inglês *account*, oriundo do francês *aconter* ou *aconter*. A origem etimológica remete ao Latim (onde *a-cont*, em uma tradução simplificada para o Português, significaria "a contar, a computar"). O termo contemporâneo (*accountability*) significa "*the state of being accountable*", isto é, algo ou alguma situação passível de ser calculada, mensurada. De

certo teor ético, a palavra denota responsabilidade social, imputabilidade, obrigações e prestação de contas<sup>20</sup>.

De igual modo à esfera da Política e sob esse ponto de vista, a prática do jornalismo requer o uso de instrumentos de retorno ao público, capazes de preencher a necessidade coletiva por transparência editorial e fiscalização dos poderes.

O jornalismo tem sido tratado, desde Edmund Burke, Jeremy Bentham e James Mill, como um dos atores clássicos capazes de promover controle na partilha de poder, através de mecanismos de *checks and balances*<sup>21</sup>, mantendo o governo *accountable* na ordem democrática. (...) Aqueles que demandam *accountability* exigem respostas e justificativas, enquanto aqueles que se mantêm *accountable* aceitam responsabilidades e provêm explicações. Nesse sentido, o jornalismo permite tanto confrontos diretos ou virtuais entre atores sociais quanto uma troca de pontos de vista no espaço de visibilidade midiática<sup>22</sup>. (MAIA, 2006, p. 2)

Autores da doutrina ética utilitarista, Jeremy Bentham e James Mill formulam no século 19 a filosofia que dá origem, na Inglaterra e nos Estados Unidos, às teorias de responsabilidade social (RS). No período após a Segunda Guerra Mundial, o modelo é aplicado em muitas empresas norte-americanas, por meio de códigos de autorregulação para o comportamento de jornalistas e de setores como rádio e televisão (LIMA, 2008).

Em sua origem, a responsabilidade social toma por base que a crença individual de liberdade exige certas obrigações para com a sociedade. É desse ponto que deriva seu caráter normativo.

Na sua aplicação à mídia, é uma evolução de outra teoria da imprensa – a libertária – que não se preocupava em garantir um fluxo de

---

<sup>20</sup> Definição encontrada em:

[http://www.socialiris.org/fncasp/digital/index.php?option=com\\_kunena&func=view&catid=23&id=26&Itemid=146](http://www.socialiris.org/fncasp/digital/index.php?option=com_kunena&func=view&catid=23&id=26&Itemid=146).

<sup>21</sup> “Os poderes são dinâmicos e não estáticos quanto ao seu exercício. Por isso, para assegurar a harmonia e a interdependência entre os Poderes, foi concebida a técnica dos freios e contrapesos [*checks and balances*], que surge para garantir que nenhum poder se sobreponha ao outro, ou seja, é a limitação do poder pelo poder. Esta técnica começou com Montesquieu e foi desenvolvida por Bolingbroke, na Inglaterra, durante o século XVIII. A Constituição Republicana Federal de 1988, ao consagrar em seu artigo 2º, o princípio da separação dos poderes, os declara independentes e harmônicos. Assinale-se, contudo, que essa independência não é absoluta, pois a própria Constituição prevê expressamente a atribuição de funções atípicas aos três Poderes do Estado”. (SILVA, 2014, p. 1. Grifo nosso)

<sup>22</sup> Segundo Thompson (1995, p. 245), visibilidade midiática significa “espaço do visível”, formado pelo aparato tecnológico da mídia que permite a extensão de um conjunto de formas simbólicas – sentenças, ações, imagens e eventos – no tempo e no espaço. Na visão dos estudos de *accountability*, o acesso a esse espaço requer a construção de indicadores de observação dos meios de comunicação, seus formatos e produtos.

informação em nome do interesse público. A RS aceita que a mídia deve servir ao sistema econômico e buscar a obtenção do lucro, mas subordina essas funções à promoção do processo democrático e ao esclarecimento do público ("o público tem o direito de saber"). (LIMA, 2008, p. 1)

Essa obrigação moral de prestar contas à sociedade evidencia um dos compromissos que a instituição jornalística deve ter, após operar com cuidado a seleção dos assuntos prioritários, a diversidade do conteúdo apresentado, a pluralidade de fontes ouvidas, o uso de instrumentos eficazes de checagem, a escolha da linguagem e enquadramento empregados nos textos noticiosos, entre outras tarefas da rotina de produção, que se pretende ética e democrática.

Embora o trabalho do jornalista esteja atrelado a uma série de valores de compromisso ligados às fontes de informação (sigilo e bom relacionamento), ao público (verdade e relevância) e aos superiores hierárquicos (*deadline* e padrão editorial), é preciso analisar com atenção este outro patamar de deveres: sob a perspectiva dos estudiosos da Comunicação que formularam a Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa, que veremos a partir de agora.

## **2.4 Responsabilidade social da imprensa**

A cartilha de compromissos éticos do jornalismo pressupõe a adoção de princípios e práticas de caráter referencial a todas as etapas de produção de notícias. Ao planejar uma pauta, o produtor deveria pensar ou capturar os assuntos mais relevantes para o público, indicar as sugestões de enquadramento mais apropriadas e se esforçar para agendar as entrevistas com as fontes corretas e plurais. Ao final, o produto oferecido ao repórter seria o mais próximo possível de uma pauta responsável.

Na segunda etapa de produção, o repórter teria que conduzir a matéria com zelo ao princípio democrático da mídia pública, ao coletar informações com precisão, entrevistar a todos com igualdade de atenção e construir um texto objetivo, neutro e imparcial.

Na finalização do produto, o editor deveria observar cuidadosamente a matéria formulada pelo repórter; quando necessário refazer a escolha dos trechos adequados das entrevistas; mensurar a participação equânime entre as fontes (sobretudo em fatos contundentes); e reescrever o texto em caso de erros, imprecisões e flagrantes desvios de

conduta ética. Como último filtro, o trabalho de edição envolve o maior grau de responsabilidade com a notícia final e com os destinatários.

Todas as tarefas executadas na rotina de uma redação de jornalismo deveriam funcionar de modo semelhante aos aspectos citados, de forma a integrar a coleta e o processamento de informações em torno de uma meta sistêmica comum: a responsabilidade editorial.

Desde 1942, o assunto alimenta estudos e pesquisas da Comunicação de modo mais estruturado, com fundamento em um conceito amplo de “responsabilidade social da imprensa”. Naquele ano, um empresário da mídia e um reitor davam início ao grupo que contaria, em breve, com treze homens para pesquisar a atuação do jornalismo norteamericano: a Comissão sobre Liberdade de Imprensa, mais conhecida como Comissão Hutchins.

Com objetivo de revelar “o estado atual e as perspectivas futuras da liberdade de imprensa”, a pesquisa foi desenvolvida a partir do financiamento do empresário e fundador da revista *Time* Henry Luce, em parceria com o colega de graduação na Universidade de Yale e então reitor da Universidade de Chicago, Robert Maynard Hutchins (PAULINO, 2008, p. 7).

O grupo de treze membros<sup>23</sup>, na maioria acadêmicos, contou com patrocínio de US\$ 215 mil para a pesquisa, sendo US\$ 200 mil da revista *Time* e a verba restante da *Encyclopaedia Britannica*. Durante cinco anos, o trabalho investigou o desempenho dos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão dos Estados Unidos e, em 1947, resultou na publicação do relatório *A Free and Responsible Press a General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines and Books*. (idem, p. 10-11).

A principal polêmica do relatório decorreu da proposição da criação de um órgão independente para avaliar a atuação da mídia, que “recebeu críticas de grande parte das instituições de comunicação, receosas de regulamentações que se materializassem em interferências restritivas à liberdade de imprensa” (p. 11).

---

<sup>23</sup> Robert Hutchins, Zechariah Chaffe Jr., John M. Clark, John Dickinson, William E. Hocking, Harold D. Lasswell, Archibald Macleish, Charles E. Merriam, Reinhold Niebuhr, Robert Redfield, Beardsley Ruml, Arthur M. Schlesinger e George N. Shuster.

Como contrapartida oferecida aos perigos públicos do uso demasiado dos benefícios da liberdade de imprensa, o relatório Hutchins indicou uma série de orientações de responsabilidade à mídia geral (HUTCHINS, 1947). E ao analisar com profundidade a concentração e a performance dos meios de comunicação de massa nos Estados Unidos, a comissão propôs formas de controle externas aos veículos.

É imperativo que os maiores grupos de comunicação de massa demonstrem hospitalidade a ideias que seus proprietários não compartilham. A comissão conclui que nenhuma regulação de mídia deve vir de dentro, tampouco do governo. (HUTCHINS, 1947, p. 5, tradução livre)

As principais sugestões do relatório servem como base, ainda que genéricas, ao conjunto de normas profissionais do jornalismo ético praticado hoje. As exigências para o cumprimento responsável da atividade resumem-se em cinco eixos ou objetivos: produzir relatos fiéis e exatos, separando notícias de opiniões; funcionar como fórum para intercâmbio de comentários e críticas, com espaço para o contraditório; retratar imagem social representativa, com pluralidade e sem estereótipos; exercer papel educativo, ao apresentar com clareza os objetivos e valores sociais; e distribuir amplamente o maior número possível de informações (HUTCHINS, 1947).

Os cinco eixos defendidos pela comissão contribuem para a adoção de critérios profissionais como objetividade, isenção, diversidade de opiniões e interesse público. Todos esses conceitos são adotados por boa parte dos manuais de redação dos jornais nas democracias liberais, dentro e fora dos Estados Unidos (LIMA, 2008). Esses elementos são matéria-prima para a Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa, cujo destaque é dado aqui ao “interesse público”.

Desenvolvida no período pós-Segunda Guerra Mundial, a teoria pressupõe deveres das instituições de comunicação para com a sociedade: veracidade, precisão, objetividade e equilíbrio. É uma das quatro abordagens teóricas formuladas por Siebert, Schramm e Peterson (PAULINO, 2008, p. 1).

De acordo com Schmuhl (1984), a nova teoria foi concebida para substituir a Teoria Libertária que orientava o trabalho da imprensa norte-americana até então, baseada no princípio do “*free market/flow of ideas*”. Segundo o autor, a fragilidade do modelo em vigor consistia em compreender uma atuação responsável das instituições de

comunicação, tão somente a partir do desempenho do livre mercado (SCHMUEHL, 1984, p. 52).

O papel social fiscalizador da imprensa, somado à colaboração fiscalizatória de outros poderes – e também de organismos fiscalizadores da própria mídia – reuniria um conjunto de subsídios para salvaguarda de direitos sociais, observados interna e externamente. Esse modelo de retroalimentação, partilha de poder e *checks and balances* compõe um dos ideais da Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa e representa bem a “passagem de uma imprensa que permitia a expressão de opiniões a uma imprensa que fornecia aos cidadãos elementos cada vez mais numerosos para fazer um juízo com conhecimento de causa” (PAULINO, 2008, p. 10).

Nesse contexto, a imprensa – antes constituída indistintamente por oferta de notícias e opiniões – avança para um trabalho de produção de textos objetivos, em que o processamento de informações se aproxima de uma prática de cidadania. O cidadão, indivíduo detentor de direitos e deveres, é ao mesmo tempo interferente e interferido pelos jornais, que operam ou deveriam operar sob concepção mais próxima às necessidades democráticas, portanto, de modo mais responsável.

Convém explicar o uso da palavra responsabilidade. Em síntese etimológica, ela significa a “obrigatoriedade de responder pelos próprios atos ou por aqueles praticados por algum subordinado”<sup>24</sup>. E juridicamente, corresponde à “obrigação moral, jurídica ou profissional de responder pelos próprios atos, relacionados ao cumprimento de determinadas leis, atribuições ou funções”<sup>25</sup>.

Mas para o estudo da imprensa, recorreremos à abordagem oferecida por McQuail (2003), que busca analisar quais são as responsabilidades da mídia e quais são as ações de prestação de contas necessárias à atividade jornalística. Para o autor, a responsabilidade está relacionada à conduta apropriada e devida aos meios. Na política, trata-se do conjunto de tarefas e deveres derivado de funções e campos de competência pertencentes a particulares serviços e papéis. Na lei, responsabilidade liga-se ao conjunto de regras que são aplicadas a todos os indivíduos e atores legais. E nas profissões, ao

---

<sup>24</sup> MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQV0L>

<sup>25</sup> Idem.



conjunto de habilidades que requerem autonomia de julgamento e *expertise* (McQUAIL, 2003).

O pesquisador norte-americano observa a natureza responsiva dos instrumentos de *accountability* para os meios de comunicação. Segundo ele, há *accountability* quando “autores tomam a responsabilidade pela qualidade e consequências da publicação, orientam audiências e outros grupos afetados, e respondem às suas expectativas e da sociedade em geral” (McQUAIL, 2003, p. 19 – tradução livre).

Wilson Gomes defende o uso da palavra “responsabilidade” em seu sentido de capacidade rigorosa de exposição e transparência (GOMES, 2004, p. 197). A explicação do autor é confirmada por expressões de Hans Jonas<sup>26</sup>, sobre a capacidade da imprensa em “expor a coisa, dar conta, dar razões e apresentar as causas” (JONAS, 1984, p. 21).

Para Gomes (2004), o exercício da imprensa exige o cumprimento do direito ao contraditório como um dos compromissos éticos devidos pelos meios aos interlocutores. Ele ressalta o papel do jornalismo na defesa daqueles que não têm acesso às esferas de poder – ou são subordinados a elas, no campo de forças de uma sociedade. Desse modo, a prática da responsabilidade jornalística se aproxima da garantia de visibilidade a determinados grupos, excluídos da participação hegemônica.

Responsabilidade e visibilidade são, por conseguinte, convergentes, e devem assegurar a impossibilidade da locução despótica bem como dar garantias a todos os participantes da discussão, sobretudo àqueles mais fracos que não podem retirar de outras esferas a força para impor a sua causa. Aliás, o que é a ética senão a garantia do fraco contra a força do forte? (GOMES, 2004, p. 197)

A responsabilidade perante os indivíduos de todas as classes, em termos de acesso a conhecimento e poder, coloca o jornalismo na linha de frente da defesa de direitos numa sociedade democrática moderna. Muito além de processar informações e divulgá-las em formato noticioso, a imprensa tem a responsabilidade de promover o exercício da cidadania. Portanto, o jornalismo é ao mesmo tempo sujeito e objeto de *accountability*.

Quanto ao conceito de cidadania, optamos pela contribuição de destaque normativo de Victor Gentili (2005), que pressupõe a influência de princípios racionais na formulação de direitos. No âmbito do jornalismo, essa abordagem normativa considera

---

<sup>26</sup> Filósofo alemão, conhecido devido à influente obra O Princípio da Responsabilidade. Seu trabalho concentra-se nos problemas éticos sociais criados pela tecnologia.

a informação como direito civil, que se manifesta pela liberdade de expressão, ou seja, pela liberdade de difundir informações sem censura e mantém abertura para a criação de jornais (garantia da liberdade de informar). Por conseguinte, o direito civil à informação é visto como requisito à realização dos direitos políticos, como uma das bases da esfera pública constituída de uma série de liberdades: de imprensa, de opinião, de expressão, de reunião e de associação. Assim, está posta a segunda garantia: do acesso à informação (GENTILLI, 2005).

A liberdade específica à atividade (de imprensa) deve ser observada como originária de outras formas de liberdade previstas como garantias democráticas modernas. Maturada na Inglaterra do século XVIII, a liberdade de imprensa é direito civil que se torna palco para a discussão de outros direitos políticos e sociais nos séculos seguintes (KEANE, 1998, apud GENTILLI, 2005).

Gentilli (2005) descreve a informação como um “direito-meio” que dá acesso aos demais direitos, denominados “direitos-fim”. A informação pública auxilia os cidadãos a fazer escolhas e exercer suas prerrogativas, tendo como instrumento viabilizador os jornais – que executam a função de mediadores, e os jornalistas – representantes da audiência. Por isso, os jornais possuem as bases de uma instituição social, mesmo sendo empresas privadas, porque “desempenham a função pública de atender aos direitos à informação” (p. 145). Aqui podemos considerar o jornalismo como sujeito de *accountability*, visto que produz informações que auxiliam os cidadãos a acompanhar atos do governo.

Nesse ponto de vista, independentemente de serem públicos ou privados, a responsabilidade dos meios de comunicação advém da obrigação social de prestar contas à Justiça e aos cidadãos. Por isso, além de sujeito, o jornalismo é também objeto de *accountability*, por ser prática que deve se sujeitar ao escrutínio público. Além disso, é importante esclarecer que o jornalismo não detém exclusividade como fonte de acesso a informações públicas, posto que na ausência ou em complemento à atuação desta instituição, cabe ao Estado oferecer o acesso da mesma maneira como deve fornecer outros serviços de natureza social (idem, p. 147).

Ao ser garantida normativamente, a liberdade de imprensa satisfaz a um imperativo público pelo consumo de jornais. Para Gentilli (2005), “a informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo (...) O que alguns

autores chamam de ‘necessidade social da informação’ é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo” (p.125).

A publicidade dos fatos reportados pela imprensa atende ao critério da visibilidade da democracia, na esfera pública de direito à informação. Por meio dela (a informação pública), os cidadãos podem exercer seus direitos de acesso ao poder político e à plenitude dos direitos da cidadania. No modelo ideal, ao manter condições para o livre julgamento dos cidadãos, a imprensa pode fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um. (GENTILLI, 2005, p.129-130)

Diversos autores concordam que os princípios da Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa não ganharam efetividade no Brasil. Segundo Silva (1991), a repercussão insuficiente deve-se à influência do modelo também norte-americano da Teoria Libertária. Para Lima (2008), o jornalismo praticado no país ainda não absorveu o conteúdo do relatório Hutchins e os princípios dele ainda não representam mudança de paradigma nacional.

Talvez o jornalismo brasileiro ainda tenha algo a aprender com o velho relatório da Hutchins Commission. Talvez já seja tempo de os empresários de mídia – que hoje incluem os donos, controladores e gerentes de provedores de internet – se darem conta de que os tempos são outros e a consciência dos direitos individuais e coletivos avança e ganha força dia a dia em camadas cada vez mais amplas de nossa população. (LIMA, 2008, p. 3)

Beluzzo (2005) tentou aproximar os princípios do relatório Hutchins à realidade brasileira, mas constatou que “existe uma razão inversamente proporcional entre a vasta influência da imprensa na atualidade e o tamanho do grupo que pode utilizá-la para expressar sua opinião” (p. 23).

A dificuldade para implantar meios de responsabilização da mídia no Brasil deve-se, em grande parte, ao contexto cultural e regulatório das instituições de comunicação. O principal entrave seria a prática arraigada do clientelismo, comum na história ibero-americana, em que os poderes políticos são exercidos como fornecimento privilegiado de serviços públicos a certos grupos sociais, em troca de subordinação eleitoral (HALLIN, 2005, p. 38).

É importante observar que há esforços, sobretudo nas sociedades democráticas, de mudanças de paradigma e de ampliação do acesso a informações fidedignas, plurais e

éticas por meio da imprensa. Na segunda metade do século XX, notadamente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, alguns mecanismos de responsabilidade social da mídia se desenvolveram com certo fôlego – como veremos a partir de agora.

## **2.5 Sistemas de responsabilização da mídia**

Derivados da Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa, os mecanismos de responsabilização da mídia podem ser internos, externos ou cooperativos. São alternativas não-concorrenciais de mediação, arbitragem e disciplinação da atividade profissional (BERTRAND, 2002; PAULINO, 2008).

Todos esses instrumentos auxiliam a avaliação da qualidade e a prestação de contas e, conseqüentemente, colaboram para ampliar o potencial de confiança e apoio do público. Convencionou-se chamá-los de Sistemas de Responsabilização da Mídia (*Media Accountability Systems - MAS*). Claude-Jean Bertrand (2002) oferece a definição precisa:

Os MAS são quaisquer meios de melhorar os serviços de mídia ao público, totalmente independentes do governo (...) Esses sistemas são um misto de controle de qualidade, serviço ao consumidor, educação contínua e muito mais – não apenas, decerto, auto-regulamentação. (BERTRAND, 2002, p. 35)

O autor detectou 58 formas diferentes de meios, as quais dividiu em três grupos, conforme o grau de funcionamento. Os sistemas internos funcionam exclusivamente dentro da própria organização jornalística e constituem, propriamente, a auto-regulamentação ou o controle de qualidade em sentido estrito.

Já os sistemas externos, como o nome sugere, funcionam fora da organização e lhe escapam ao controle, portanto a responsabilidade pode ser imposta aos meios de comunicação a sua revelia. E os sistemas cooperativos exigem que pessoas ligadas e não-ligadas à mídia trabalhem juntas, ou seja, implicam que a imprensa, os profissionais e o público se aliem para promover o controle de qualidade (BERTRAND, 2002, p. 41).

A sistematização elaborada pelo autor inclui uma série de instrumentos, com algumas variações entre o lugar e o formato ocupados por eles. Entre as ferramentas “internas” de MAS, estão as funções e produtos: página/programa de mídia, orientador de ética, carta do editor, comunicado, memorando interno, comunicado aos consumidores, programa de conscientização, espaço de correção, código de ética, repórter de mídia, informante, repórter de consumidor, comitê de ética, comissão de avaliação,

comitê de redação, agência de filtragem, companhia de jornalistas, estudo interno de problemas, difusão pública, pesquisa sobre o leitorado, difusão internacional e auditoria ética (idem, p. 42-43).

O autor também elaborou uma relação de funções e produtos “internos” de MAS, a saber: mídia alternativa, pesquisa sem fins lucrativos, revista jornalística, pesquisa de opinião sobre mídia, “farpas e louros”, campanha de alfabetização em mídia, filme/reportagem/ livro crítico, programa “mídia na escola”, website relacionado à mídia, grupo de consumidores, petição para pressionar a mídia, associação de cidadãos atuantes, declaração pública de executivo responsável, curso de ética, educação superior dos jornalistas, Organização Não-Governamental voltada para a mídia e agência reguladora independente (idem, p. 42-43).

E para finalizar a lista de meios, Bertrand (2002) agrupou aqueles que denominou “MAS cooperativos”: carta ao editor, clube de leitores/ espectadores, mensagens on-line, conselho de imprensa local, ombudsman, conferência anual, central de queixas, conselho de imprensa nacional, sessão de consultas aos consumidores, comitê de ligação, questionário de exatidão e honestidade, associação ligada à mídia, propaganda paga, cooperação internacional, encontro com o público, ONG de treinamento, painel de usuários de mídia, educação contínua, participação de cidadãos no conselho editorial, prêmios e outras recompensas (idem, p. 43).

Muitos jornalistas e veículos de comunicação criticam o modelo de responsabilização de mídia, atribuindo aos sistemas de controle ameaça direta às liberdades garantidas pelas leis democráticas, como a livre manifestação de ideias e a liberdade de imprensa. Essa visão considera a liberdade “um valor supremo e não uma condição para melhor servir ao público” (BERTRAND, 2002, p. 24).

A resistência aos MAS está fundamentada em uma série de críticas à real eficiência do modelo, posto em xeque em suas intenções e resultados. Além da chamada “ameaça à liberdade” citada acima, outros argumentos frequentes dão conta de que os sistemas seriam manobras de relações públicas para evitar processos judiciais diante de escândalos ou para escapar à regulamentação.

Proprietários de veículos de comunicação defendem que normas de responsabilização seriam ilegítimas por não serem leis propriamente ditas,

regulamentadas e promulgadas por representantes políticos. E como reforço positivo às críticas de empresários, boa parte dos próprios jornalistas demonstra indiferença por motivos como desconhecimento e medo de mudanças na regulação do trabalho.

A corrente crítica também alega certa inutilidade dos sistemas de responsabilização, por acreditar que “só a lei produz resultados. Os MAS podem aliviar sintomas, mas não curar a doença arraigada da mídia: o controle exercido pelas grandes empresas” (BERTRAND, 2002, p. 48).

Outros obstáculos relacionados dão conta de que muitos métodos são impraticáveis porque são caros (como a contratação de um *ombudsman* e a manutenção de um conselho de imprensa); não levam em consideração a limitação de tempo do universo da mídia (não haveria espaço de tempo para o *feedback* e o controle de qualidade); e não atingem o alvo (ou seja, deveriam ser direcionados aos erros da mídia, em oposição aos erros dos jornalistas – que, em geral, não têm grandes responsabilidades decisórias).

Contudo, as qualidades dos sistemas de responsabilização respondem bem a essas críticas e, para serem reveladas, dependem do interesse dos meios de comunicação, dos profissionais e do público. Em primeiro lugar, o reforço ético é necessário para melhorar a qualidade da mídia e, por outro lado, conceder mais autonomia aos jornalistas contra ameaças políticas e econômicas. Dessa maneira, os dispositivos não configuram “limitação à liberdade de imprensa, mas um meio fundamental para manter a liberdade de imprensa” (BERTRAND, 2002, p. 485).

As formas de regulação ética colaboram para o combate a excessos do uso indiscriminado das funções midiáticas. De acordo com Johnson (1987), todas as formas e tipos de comunicação humana tendem a ser regulados por convenção, regra ou acordo para garantir um bom funcionamento e evitar abusos (JOHNSON, 1987, apud McQUAIL, 2012, p. 19).

Os sistemas são democráticos, muitos permitem a participação de jornalistas, cidadãos e têm caráter voluntário. Além disso, não representam perigo para ninguém e, no máximo, diminuem o poder dos proprietários ao conceder voz ativa aos profissionais.

Como os sistemas são diversificados, podem operar em conjunto e adaptar-se às circunstâncias e necessidades. “O conflito entre eles é pouco provável: seus métodos e

objetivos imediatos diferem, cada qual funciona em seu próprio nível, em diferentes áreas e períodos diversos” (BERTRAND, 2002, p. 54).

Quanto ao financiamento dos MAS, seria mais correto pensar que o investimento tem retorno positivo. Primeiro, porque são instrumentos que ampliam a credibilidade e, por conseguinte, a fidelidade da audiência. Consequentemente, o controle de qualidade pode contribuir para o aumento das vendas e dos lucros com propaganda. E ainda que os lucros sejam baixos, normalmente a qualidade jornalística de um veículo representa prestígio e influência.

É fato que a solução para os problemas da mídia não aparece da noite para o dia. As respostas não costumam ser simples, rápidas ou globais. Mas quanto maior o apoio e o financiamento, melhores os resultados – sobretudo o grau de confiança dos leitores, ouvintes ou telespectadores.

Os MAS são armas poderosas, embora brandas, que se podem manejar com elevada competência jornalística (as duas coisas, de certa maneira, estão relacionadas) para garantir que um melhor serviço ao público seja fornecido pelos meios de comunicação e que os jornalistas recuperem a confiança e o favor do público. (BERTRAND, 2002, p. 55)

Para produzir impacto, os sistemas precisam funcionar de modo conjunto. Primeiro, os proprietários dos meios de comunicação devem estar interessados no investimento e na manutenção dos dispositivos de responsabilização da mídia. Há algumas motivações para sugerir a adesão: eles podem ter grandes perdas financeiras em casos de denúncias de violação ética e, além disso, devem ter ciência de que a produção de notícias de qualidade é ponto positivo para a busca de anunciantes e, portanto, para garantir a viabilidade econômica das organizações.

Em segundo lugar, a consolidação de sistemas eficientes de responsabilização depende da adesão dos próprios jornalistas. Hierarquicamente subordinados aos donos dos veículos, esse grupo tem mais limitações para manifestar o interesse na mudança. Mas podem se organizar e recorrer a entidades de classe para lutar por independência, fiscalização e regulação dos serviços oferecidos pela mídia.

O terceiro e último grupo de interesse é formado pelo público consumidor de notícias. Para ter acesso a um jornalismo de qualidade, o público também pode se organizar de modo ativo por meio, por exemplo, de determinada associação de consumidores – de forma semelhante à fiscalização praticada em outros setores da

economia. O teste e a comparação entre os produtos e serviços podem ser feitos por quem lê uma revista ou assiste a um telejornal. E as escolas podem treinar as crianças ao consumo inteligente da mídia.

O conceito de público aqui adotado remete ao “grupo informal, voluntário e autônomo de cidadãos que compartilham e buscam objetivos e interesses comuns, principalmente no que diz respeito à política de formação de opinião e de defesa” (BLUMER, 1939 apud McQUAIL, 2012, p. 17).

Em consequência da existência deste grupo, há um determinado número de meios de comunicação disponíveis em cada sociedade, que compõem a chamada “esfera pública” – espaço onde se desenvolve a complexa rede de transações informais, expressivas e solidárias (HABERMAS, 1962).

Na visão contemporânea, compreende-se que esse lugar é constituído principalmente pelos grandes canais e redes de comunicação. Eles oferecem tempo e espaço a determinados assuntos de interesse geral, escolhidos por critérios de relevância aferidos por indivíduos específicos, os *gatekeepers* que controlam os “portões” da comunicação na sociedade. Entre eles, sobressaem-se os proprietários dos veículos, editores e jornalistas (McQUAIL, 2012; HABERMAS, 1962; WHITE, 1950).

A escolha de determinados temas, o acompanhamento mais evidente de alguns fatos e o enquadramento dado às notícias mais relevantes são decisões que revelam, além de critérios particulares, traços manifestos de parâmetros de qualidade. Nesse trabalho de seleção de tópicos, os comunicadores constroem um quadro de assuntos prioritários e atribuem pesos de importância entre eles. Mas é possível observar outros atores decisivos neste processo de seleção.

Nesta pesquisa, a ênfase é direcionada ao papel da mídia ou a forma manifestada da agenda midiática. No entanto, um determinado padrão de avaliação de qualidade pode considerar a função dos meios de comunicação e, em paralelo, outros atores estratégicos na composição social.

É o caso do modelo desenvolvido para avaliar a qualidade do jornalismo na radiodifusão japonesa, cuja análise leva em conta a participação do Estado, da sociedade e da audiência, além do papel da instituição jornalística. Em qualquer um deles, importa observar se os critérios utilizados representam os valores e necessidades da sociedade. O



senso de orientação estará voltado, em qualquer caso, para o cumprimento do mesmo objetivo: a responsabilidade social correspondente ao bem-estar da sociedade, em termos de acesso às informações mais relevantes, que auxiliam a tomada de decisões e até mesmo o processo educacional do público (ISHIKAWA E MURAMATSU, 1991, apud MCQUAIL, 2012, p. 25).

Contudo, McQuail (2012) pondera certo grau de incerteza do trabalho de avaliação, inerente à suposição de interesses sociais. “A sociedade, em nome de quem a avaliação é conduzida, é provavelmente a parte que menos fala por si própria com uma única voz identificável. Seu ‘ponto de vista’ sempre precisa ser inferido e está sujeito a ser diverso e dividido” (McQUAIL, 2012, p. 25).

Embora sejam de difícil determinação, os interesses ou as necessidades da sociedade devem ser compreendidos de algum modo, sob a utilização de alguns parâmetros ou métodos de observação. Nesse momento, convém delimitar a imprecisão histórica do uso da expressão “interesse público” – que está presente em leis, códigos deontológicos, estudos de campos diversos como Direito, Política e Comunicação e em uma infinidade de *slogans* de produtos jornalísticos que se autopromovem como jornais ou programas “em nome do interesse público”.

A complexidade do entendimento sobre o conceito requer a compreensão de uma problemática fundamental: o interesse público envolve um campo de forças, de caráter político. Ao analisar o caso do sistema de telecomunicações, Smith (1989) observa bem esse espaço de conflitos.

Em um certo nível, todas as políticas, planos e objetivos por parte do governo (...) são manifestações do interesse público (...) O interesse público é um campo em que as partes lutam para estabelecer políticas. O interesse público também implica a inovação de objetivos sociais em todos os assuntos em que ainda existe um território de políticas coletivas discutíveis na sociedade. (SMITH, 1989, p. 23)

A origem do conceito está nos primórdios da regulamentação econômica, mais precisamente no ideário de justiça econômica praticado na Idade Média. Para obter alguns direitos e privilégios, a sociedade devia obrigações às forças de mercado, num sistema de trocas baseado em critérios como eficiência e preço justo (MITNICK, 1980).

A convicção nesse processo de concessão de privilégios de monopólio como garantia de acesso ao bem público não se aplica atualmente. Agora, numa sociedade

democrática moderna, o interesse público é compreendido na esfera de atuação do governo, acima da esfera do mercado.

Segundo Downs (1962, p. 3), o conceito de interesse público cumpre basicamente três funções na democracia: servir como recurso para que os cidadãos possam julgar as ações do governo; justificar posições em fatos que gerem danos ao interesse individual de alguém; e guiar e verificar ações. Para o autor, há ao menos três escolas de pensamento que identificam o conceito. A primeira compreende o interesse público como derivação da vontade da maioria das pessoas. A segunda versão acredita em padrões absolutos de valores – independentes dos desejos dos cidadãos. E a terceira escola situa o interesse público no “resultado de determinados métodos de tomada de decisão”.

Outros autores optam por refutar o uso do termo “interesse público”. Nesse sentido os pontos de vista de Held (1970) e de Mitnick (1980) se aproximam. A primeira propõe pensar em “reivindicações conflitantes”.

Reivindicações de ‘interesse público’ são declarações normativas de que alguma coisa (por exemplo, uma ação ou um objetivo) é justificável em razão de benefícios mais amplos, dentro dos termos de um dado sistema político e de um modelo de normas. (HELD, 1970 apud McQUAIL, 2012, p. 39)

Desse modo, os principais elementos das reivindicações são o conjunto de princípios e normas que pode ser testado por algum mecanismo a partir de uma reivindicação coletiva. Para tanto, entra em cena a figura do sistema político e jurídico, que pode agir como um “sistema de validação”. O papel é decidir entre as reivindicações conflitantes ou, em determinados casos, delegar as decisões a autoridades de regulamentação da mídia.

De maneira aproximada, Mitnick (1980) escolhe um termo mais neutro que “interesse” para abordar os detalhes das reivindicações: sugere o uso de “preferência” ou “esquema de preferência”.

No centro do conceito de “interesse” está a noção de “preferências” (...) pode haver uma redução na ambiguidade ao focarmos em um aspecto do “interesse”, o conceito mais neutro de “preferência”. Um conjunto de preferências ou esquemas de preferências são termos que significam, na verdade, um conjunto de instruções que especificam o que constitui uma busca bem-sucedida pela meta ou objetivo desejados. (MITNICK, 1980, p. 265)

Para explicar como se aplica o esquema conceitual, o autor recorre aos chamados “agentes de preferência”, que atuam ou fazem reivindicações que atendem a valores fundamentais ou comuns, em nome de finalidades de benefício geral à sociedade, comunidade ou público.

Os grupos de agentes geralmente incluem o Estado ou outra autoridade pública; instituições sociais com interesse próprio na comunicação, como partidos políticos, empresas e sindicatos; instituições sociais vulneráveis e minorias organizadas; críticos e diversos tipos de “observadores da mídia”, como revisores, pesquisadores acadêmicos e comentaristas profissionais; e a mídia em si, sejam proprietários, gerentes ou comunicadores profissionais e a própria audiência (McQUAIL, 2012, p. 42).

A discussão em torno dos valores fundamentais contidos no repertório dos meios de comunicação recai sobre um questionamento antigo: é possível estabelecer normas de conteúdo ou indicar princípios comuns a todos os veículos? A história do jornalismo tem demonstrado que há uma infinidade de grupos econômicos e políticos interessados nos meios, muitos deles diretamente como proprietários de conglomerados de mídia.

Ainda que seja preciso entender as características de dependência econômico-política dos meios, o esforço dos pesquisadores tem caminhado no sentido de formular concepções consistentes sobre as normas adequadas para as relações entre a mídia e a sociedade. Um desses modelos de princípios é desenvolvido por McQuail (2012), com base em valores centrais da sociedade moderna ocidental: liberdade, justiça/igualdade e ordem/solidariedade.

O primeiro valor fundamental ou princípio de comunicação, a liberdade, é normalmente compreendido como direito irrestrito de publicação, sem necessidade de licença, censura ou permissão prévia. Portanto, a priori, pode-se pensar que a mídia é absolutamente livre para publicar qualquer tipo de conteúdo, sob qualquer ponto de vista e com a exploração ou omissão de qualquer aspecto que considere irrelevante ou desnecessário.

Contudo, a condição de liberdade tem seu preço de permanência. Como cada veículo de comunicação de massa responde a determinados públicos de relacionamento (como fontes, clientes e anunciantes), deve a eles e sobretudo à sociedade em geral, o atendimento a certos critérios de ética e responsabilidade.

Historicamente, a imprensa não conquistou sua liberdade por causa do apelo irresistível de um princípio utilitário ou libertário abstrato, nem simplesmente como um direito derivado de propriedade. A liberdade possui diversas vantagens práticas, quando exercida de maneira ‘responsável’, ou seja, sendo relevante, confiável e nunca subversiva, por princípio. (McQUAIL, 2012, p. 80)

Há uma série de benefícios diretos e concretos decorrentes da liberdade de comunicação. Um deles é a credibilidade adquirida pelos meios que perseguem e revelam conduta de independência editorial, que por exemplo desprezam conteúdos de cunho apelativo, sensacionalista ou influenciados por partidos políticos e outros grupos de interesse – como governo, anunciantes e empresários.

Outro benefício é a promoção da diversidade de canais ou mídias, que permite opções de escolha de informações e outros serviços de mídia ao consumidor. A liberdade também gera abertura a ideias alternativas e disponibilidade de acesso a diferentes posicionamentos sociais. Nesse sentido, possui aspecto duplo: “oferecer um amplo conjunto de vozes e responder a uma demanda ampla” (McQUAIL, 2012, p. 81).

O segundo princípio, a igualdade, também atende ao critério da diversidade, por contribuir para o acesso adequado das diferentes vozes aos meios de comunicação, de modo equivalente. “A igualdade exige uma ausência de discriminação ou parcialidade na quantidade e tipo de acesso disponível para os emissores e receptores, tanto quanto possível” (idem, p. 82).

Na prática, os esforços para o alcance da diversidade podem ser direcionados sob vários parâmetros de diferença, que vão dos tipos de mídia (impressa ou eletrônica) às variantes de conteúdo (informação ou entretenimento), sem desprezar o tipo de público alcançado (em termos de renda, idade etc) e aspectos de identidade linguística, cultural ou ideológica.

Segundo McQuail (2012), o princípio da igualdade conduz ao território da objetividade na prática da comunicação pública. Ele explora o conceito como necessário à atuação responsável da mídia, em termos de limites de envolvimento.

A objetividade é uma forma de prática de mídia e também uma atitude específica sobre a tarefa de coleta, processamento e disseminação de informações. Isso significa adotar uma posição de distanciamento e neutralidade do objeto sendo noticiado (por isso a ausência de subjetividade ou envolvimento pessoal e também de partidarismo). Ela exige atenção à precisão e a outros critérios relativos à verdade (por

exemplo, relevância, totalidade), além da ausência de motivos ocultos e serviços para terceiros. (McQUAIL, 2012, p. 83)

Com distribuição justa e equânime, todos podem ter acesso à mídia, seja como porta-vozes ou público variado. Dessa maneira, qualquer tipo de conteúdo deve ser veiculado sem distorção parcial ou intervenção inadequada, de modo a manter a independência dos meios de comunicação. Em paralelo, o conteúdo jornalístico deve manter distanciamento claro do conteúdo publicitário. Assim, o princípio da igualdade leva à compreensão de que, cumpridos esses e outros cuidados, o grau de confiança e a aceitação do público são ampliados.

E o terceiro e último princípio da comunicação pública, a ordem, é utilizado por McQuail (2012) no sentido de “coesão”, integração ou harmonia social. Para o autor, a mídia de massa “ajuda a manter a identidade pessoal e a coesão em grupo, mas pode ser uma fonte de perturbação quando introduz valores estranhos ou quando é usada como instrumento de controle” (p. 85).

Normalmente, a expectativa do público reside na consideração da mídia como instrumento ou instituição necessária à manutenção da ordem estabelecida socialmente. Essa característica diz respeito à função educacional, de fiscalização e de denúncia de desvios. Cabe à mídia observar atentamente o funcionamento da coletividade, selecionar os fatos que rompem a ordem natural ou ideal da sociedade e, após tratamento adequado, expor e acompanhar falhas tipificadas em elementos de perturbação da ordem, como conflitos e crimes.

De modo geral, o princípio da ordem pode ser aplicado a dois campos de abordagem. O primeiro deles está ligado ao conteúdo simbólico, ou seja, ao ambiente de significados sociais e culturais decorrente dos produtos disponibilizados pela mídia. E o segundo campo está relacionado às formas de organização social, visto que os meios de comunicação podem contribuir para a manutenção do sentido de pertencimento a um grupo e a uma cultura autêntica.

Essa dicotomia de significados entre o ambiente simbólico e as relações sociais pode ser analisada também de modo transversal. Nesse caso, cabe identificar a quem pertence a ordem. Com frequência, a avaliação da mídia tem adotado o padrão da perspectiva dominante (de autoridade estabelecida). Mas há duas perspectivas em questão.

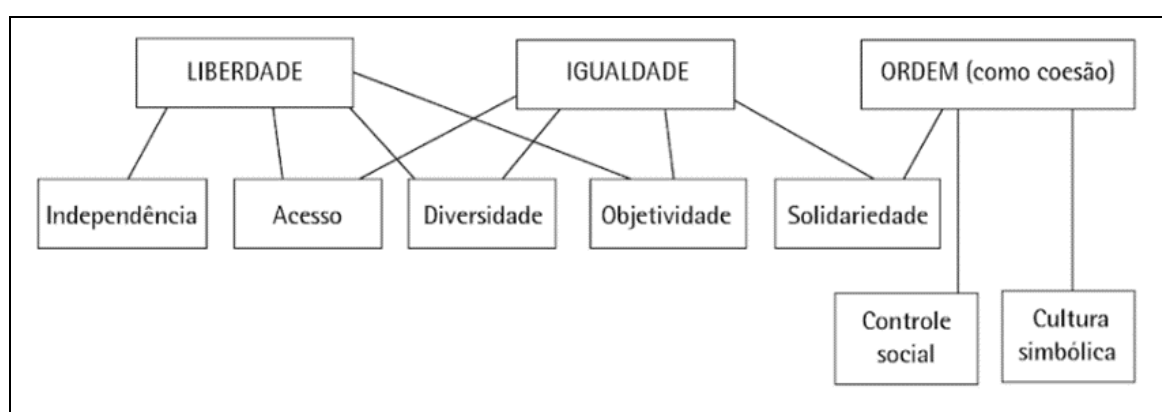
Segundo McQuail (2012), sob a perspectiva dominante, o espaço social é “caracterizado pelos esforços de comunicação para estabelecer controle e conformidade. Isso significa descrições muito ‘negativas’ e conflitos, desordem e desvio de comportamento” (p. 86). Por outro lado, sob a perspectiva popular, é necessário lidar com “conceitos e também qualidades de reciprocidade, cooperação e afeto voluntário” (idem).

Para o autor, a essência da discussão está localizada na compreensão do termo “solidariedade”, que serviria para explicar o valor principal, em termos de reconhecimento da composição da sociedade em vários subgrupos, de bases diferentes de identidade e interesses distintos.

Ela [a mídia de massa] deve, de forma solidária, reconhecer as perspectivas alternativas e proporcionar algum acesso e apoio para os grupos sociais e situações que são marginais, distantes ou diferentes do ponto de vista nacional e dominante. Isso implica apoio simbólico para as aspirações dos subgrupos da sociedade, fornecendo acesso ou formas positivas de representação. A mesma tendência da mídia deve expressar empatia por ‘vítimas’ e pelos menos favorecidos, pelo reconhecimento público de riscos, tristezas e dificuldades comuns e pela relação entre experiência pessoal e local para uma experiência mais ampla. (McQUAIL, 2012, p. 87)

Os três princípios da comunicação pública, que correspondem a três valores fundamentais da sociedade moderna ocidental podem ser melhor observados no diagrama elaborado pelo autor (Figura 1).

**Figura 1 – Princípios de atuação da mídia**



Fonte: McQUAIL (2012).

Nesta pesquisa, propomos investigar o grau de correspondência entre as expectativas de determinadas agendas (pública e política) e o conteúdo efetivamente

produzido pela agenda midiática. Dessa forma, buscamos relacionar as demandas de grupos representativos da sociedade ao conteúdo distribuído pela mídia.

A seguir, tentaremos identificar a aplicação da teoria por meio de alguns movimentos, que consistem basicamente em duas etapas: análise de conteúdo e avaliação de qualidade. Primeiro, vamos analisar o peso dado à editoria ambiental, em relação às demais seções temáticas do Jornal Nacional (JN), veiculado pela Rede Globo de Televisão. Em seguida, iremos delimitar as características da cobertura específica do JN sobre meio ambiente, em termos de macro e microtemas, frequência e tempo. Por último, buscaremos de modo experimental detectar o grau de correspondência entre o conteúdo do telejornal e a expectativa de conteúdo ideal, sugerida por especialistas ambientais e recomendada por documentos políticos. Em outras palavras, vamos investigar a equivalência entre o conteúdo de um produto de mídia (agenda midiática) e o conteúdo referencial obtido de seus pares (agendas pública e política).

## **PARTE II**

### **Avaliação da qualidade jornalística do Jornal Nacional**



### 3. Metodologia

#### 3.1 Recorte e tematização do *corpus*

A metodologia de avaliação de qualidade empregada na pesquisa tem como técnica básica para produção de dados a Análise de Conteúdo, que seja:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para verificar a frequência da veiculação de temas de meio ambiente pelo produto jornalístico *Jornal Nacional*, procedeu-se a seleção dos programas veiculados entre os dias 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017 – portanto, o período correspondente a um ano de exibição escolhido aleatoriamente. Essa delimitação buscou preservar a análise da interferência de grandes eventos específicos de cobertura – como é o caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, realizados em agosto e setembro de 2016, e do período eleitoral brasileiro, que se encerrava em outubro daquele ano – visto que poderiam conter distorções de grande dimensão em termos de agendamento temporal. Contudo, como veremos, um evento programado – as eleições nos Estados Unidos – e certos fatos históricos inesperados, com respectivos desdobramentos, afetaram a produção de algumas edições no período analisado.

No ar desde 1969, o *Jornal Nacional* é exibido pela Rede Globo de Televisão em horário noturno, a partir das 20h30, de segunda-feira a sábado. É o telejornal mais assistido e reconhecido do país, tendo, ao longo de sua existência, acumulado diversos prêmios. O objeto de análise é selecionado, entre outros motivos, porque reúne uma série de elementos-chave para o desenvolvimento da pesquisa em questão: alcance; tematização; segmentação temática; inovação; e acervo digital.

Nesta pesquisa, o interesse está concentrado em identificar o grau de relevância dado ao eixo temático “meio ambiente” no conjunto da cobertura.

É importante ressaltar que o objeto de análise trabalha basicamente duas modalidades ou gêneros noticiosos: a reportagem e a nota (coberta ou seca) – às quais chamaremos genericamente de “matérias”. Para efeito de estudo, consideramos o *corpus* principal, formado pela sequência de notícias gravadas e editadas – com imagens externas

ou de estúdio. Desse grupo, excluímos a participação do quadro Previsão do Tempo, por constituir ponto perene do telejornal, ou seja, com conteúdo previsto em todas as edições em forma de coluna fixa.

Por isso, foram desconsideradas da contagem as notas cobertas e o material de *mapa-tempo*<sup>27</sup> sobre aspectos da meteorologia, ambos conduzidos pela jornalista Maria Júlia Coutinho – apresentadora oficial da coluna Previsão do Tempo. No período de análise, observamos a frequência média de duas “matérias” pertencentes à coluna por edição. Todo o material empírico analisado está disponibilizado para acesso na página do Jornal Nacional na Internet.

Embora a presença do repórter ao vivo tenha recebido, desde a última reformulação do telejornal, mais frequência em determinadas edições, optamos pela análise das reportagens gerais por duas questões: viabilidade de pesquisa e priorização dada ao conteúdo pela própria equipe de produção.

Também convém esclarecer que algumas notícias compreendem dois ou mais assuntos integrados e, nesses casos, adotamos o critério da ênfase temática, ou seja, a rotulagem mais apropriada a cada reportagem, em termos de conjunto de informações apresentadas no enquadramento noticioso individual. Desse modo, consideramos que cada matéria possui um único tema geral e, por isso, uma única editoria correspondente.

Nesta pesquisa de caráter experimental<sup>28</sup>, para fins de teste metodológico, executamos uma abordagem quantitativa por meio de um método estatístico. Nos doze meses de análise, ao todo, foram compiladas 5.165 matérias.

Como ponto de partida temporal, consideramos o tempo de produção do Jornal Nacional levando em conta o critério semanal: 45 minutos por dia (às segundas, terças, quintas, sextas e sábados) e 25 minutos às quartas-feiras (nestes dias específicos, o tempo de produção é ajustado em função da exibição das partidas de futebol).<sup>29</sup> Embora em

---

<sup>27</sup> Mapa-tempo (ou mapa de previsão do tempo) é um formato jornalístico para noticiar informações atuais ou previstas de meteorologia. Historicamente restrito à figura do mapa nacional ou regional, com ilustrações, cores e tabelas numéricas de temperaturas mínima e máxima, passa a ganhar novos recursos estilísticos e de linguagem.

<sup>28</sup> A pesquisa experimental consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto (LAZAR, FENG e HOCHHEISER, 2010).

<sup>29</sup> FALCHETI, Vaquer; GABRIEL, Fabrício. Futebol na Globo começará mais cedo em 2016; entenda porquê. Na Telinha - UOL. Disponível em: <<http://natelinha.uol.com.br/noticias/2016/01/16/futebol-na-globo-comecara-mais-cedo-em-2016-entenda-por-que-95674.php>>

períodos esporádicos do ano a programação não seja afetada pelos campeonatos, a média de exibição adotada, para efeito de estudo, atinge a faixa de 250 minutos por semana.

Desse modo, o tempo considerado fraciona-se em 41,66 minutos diários na grade de programação da TV Globo, ou ao reverso da conta, 1.250 minutos por mês. Preliminarmente, vamos nos concentrar no mês de novembro de 2016, que contém 514 reportagens, ou 17,13 por dia. Desse total, verificamos 463 reportagens gerais e 51 matérias da coluna Previsão do Tempo.

Mais adiante, veremos que a proporção de matérias para verificação semântica levará consideração mais apropriada. Agora, precisamos delimitar as etapas essenciais ao suporte empírico. Faremos a análise em cinco etapas, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1 – Etapas da análise de conteúdo**

<b>Etapas</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
1ª etapa	Delimitar número de editorias temáticas do telejornal	Agrupar o conteúdo geral do telejornal em editorias específicas, conforme tema principal de cada notícia.
2ª etapa	Construir mapa de unidades temáticas ambientais	Formular quadro-base de orientação para a pesquisa da editoria “Meio Ambiente” e seus subtemas específicos.
3ª etapa	Identificar proporção de notícias ambientais no noticiário geral	Mensurar a quantidade de notícias da editoria “Meio Ambiente” em relação ao conteúdo geral do telejornal (macro e microtemas).
4ª etapa	Elaborar matrizes de relevância temática	Construir quadro detalhado de análise do conteúdo sobre “Meio Ambiente”, com consideração a parâmetros refinados da pesquisa metodológica, sob três movimentos: pesquisa documental (agenda política), entrevistas com especialistas ambientais (agenda pública) e levantamento empírico da cobertura do telejornal (agenda do JN).
5ª etapa	Apresentar resultados finais	Verificar o grau de correspondência entre o conteúdo produzido pelo Jornal Nacional e a expectativa de conteúdo das agendas pública e política.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na primeira etapa, a análise de conteúdo oferece uma compilação das editorias temáticas presentes no noticiário geral, conforme extrato preliminar do mês de novembro de 2016. Convém explicar que, para efeito da pesquisa, optamos pelo nome “editoria”, embora não seja comum ao modo de organização de um telejornal. A intenção é observar hipoteticamente em quantas seções ou rubricas as notícias produzidas poderiam ser agrupadas, de modo semelhante às editorias ou cadernos de um jornal impresso ou um portal de notícias. A Tabela 1 apresenta um resumo dos resultados obtidos.

**Tabela 1 – Análise das editorias temáticas do Jornal Nacional**

<b>Editorias</b>	<b>Total de notícias</b>
Política	120
Economia e Emprego	35
Curiosidades, Ciência e Tecnologia	16
Cultura e Personalidades	14
Educação	12
Saúde	11
Esporte	88
Justiça e Cidadania	88
Segurança e Violência	34
Trânsito e Cidades	5
Religião	3
Meio Ambiente	37
<b>Total</b>	<b>463</b>
<b>% Meio Ambiente</b>	<b>8%</b>

Fonte: elaborado pelo autor; dados de novembro de 2016.

Na observação preliminar, agrupamos as notícias do Jornal Nacional em 12 editorias temáticas. Destas, ao menos três editorias apresentam maior frequência noticiosa, pela ordem: Política, com 120 reportagens; Esporte; e Justiça e Cidadania – estas duas, coincidentemente, com 88 reportagens cada. Contudo, algumas ponderações precisam ser feitas. A primeira diz respeito a atipicidade de edições isoladas do telejornal, verificada em três momentos do mês de novembro de 2016, que correspondem igualmente à inflação numérica de três editorias.

A Editoria Política obteve pico noticioso para além da média em duas edições (vide detalhamento no Apêndice I), em função da cobertura específica das eleições norte-americanas. De ordem semelhante, a Editoria Cultura e Personalidades foi responsável por uma edição atípica, que apresentou os desdobramentos da morte de Fidel Castro. E a Editoria Esporte, que não obtinha até então total diário superior a quatro reportagens,

registrou dois picos sequenciais, sendo um deles a maior quantidade noticiosa por editoria numa determinada edição. Trata-se da cobertura da “tragédia da Chapecoense”, certamente um dos fatos mais chocantes do noticiário anual nacional, com notoriedade de dimensão internacional. Além do peso jornalístico incomensurável, verificou-se a coincidência da exibição no dia reservado ao menor tempo de produção: uma quarta-feira. Entretanto, antecipadamente o telejornal foi planejado para começar mais cedo e terminar mais tarde, neste dia específico.

Se tomarmos a editoria líder em quantidade de notícias (Política), observamos que o fato isolado de duas edições dedicadas à votação e apuração das eleições norte-americanas não é, de todo, o fator responsável pela prioridade temática. Afinal, se retirarmos as reportagens sobre o assunto específico nos dias 8 e 9 de novembro (20 notícias), o total de matérias de Política verificado em novembro será reduzido para 100 reportagens, portanto o suficiente para manter a Editoria na primeira posição.

Outra ponderação necessária diz respeito ao nosso foco de análise: a Editoria Meio Ambiente. Conforme mencionado, no mês de novembro, observou-se total numérico de 37 notícias. Porém, se considerássemos as 51 notícias da coluna Previsão do Tempo, chegaríamos a total idêntico a outras duas editorias (88). Contudo, explicaremos adiante a opção pela exclusão dessa coluna específica da análise ambiental.

Além disso, o peso observado na Editoria Justiça e Cidadania deve-se a grande número de reportagens sobre os desdobramentos da Operação Lava-Jato, desempenhada pela Polícia Federal em parceria com outros órgãos fiscalizadores e da Justiça – um dos assuntos mais frequentes no noticiário do país desde o ano de 2014.

Convém frisar que a análise do extrato do mês de novembro de 2016 justifica-se por dois objetivos. O primeiro relaciona-se à primeira etapa da análise de conteúdo propriamente dita, ou seja, a delimitação do número de editorias temáticas do telejornal. E o segundo significa exemplificar a concentração de notícias em determinadas editorias.

### **3.2 Peso jornalístico da previsão do tempo**

Conforme informamos anteriormente, a análise empírica integral (que considera doze meses do telejornal) não irá levar em consideração o material noticioso do quadro Previsão do Tempo, visto ser coluna fixa com espaço reservado em todas as edições do

Jornal Nacional. Contudo, optamos por observar a presença da temática livremente, nesta seção específica e rapidamente justificada.

*A priori*, notamos grande relevância temática dada às notícias de meteorologia, fruto da penúltima reformulação editorial e estética do Jornal Nacional. A personalidade da jornalista Maria Júlia Coutinho, o recurso tecnológico do telão de tamanho real, a novidade do apresentador em pé e a releitura do formato de *link* ao vivo (com impressão de ambiente integrado e conversacional) reúne, resumidamente, uma série de elementos representativos da maior dimensão concedida à pauta antes reservada e de menor peso editorial.

Neste breve exercício empírico, a análise dos dados do mês de novembro de 2016 permite confirmar a principal relevância, no escopo específico, emprestada ao assunto pontual. Das 88 reportagens ambientais verificadas (17,12% do total global), 51 são matérias sobre Previsão do Tempo (9,92% do total global) e 37 abordam outros microtemas ambientais (7,19%). Desse modo, a porcentagem de participação do rótulo Previsão do Tempo na cobertura ambiental, no mês verificado, é de 57,95% - ou mais da metade das notícias sobre meio ambiente no telejornal.

Curiosamente, a quantidade mensal de matérias (88) se aproxima da média geral observada de reportagens por semana (85,66). Se fosse possível executar uma ilustração real, consequentemente uma semana poderia ser dedicada integralmente a matérias sobre meio ambiente. Contudo, no caso hipotético, haveria que se desconsiderar o peso das notícias sobre meteorologia<sup>30</sup>. Vejamos os dados detalhados no Quadro 2.

---

<sup>30</sup> Importa observar que adotamos, para efeito terminológico, o sinônimo popular entre meteorologia e previsão do tempo.

## Quadro 2 – Frequência do microtema Previsão do Tempo no Jornal Nacional

Frequência   Microtemas	Microtema Previsão do Tempo	Outros microtemas ambientais	Total
Reportagens	51	37	88
Frequência no Jornal Nacional	9,92%	7,19%	17,12%
Frequência na Editoria Meio Ambiente	57,95%	42,05%	100%

Fonte: elaborado pelo autor; dados de novembro de 2016.

### 3.3 Contextualização

A escolha do recorte analítico sobre meio ambiente deve-se, em parte, à relevância noticiosa da pauta ambiental e, em consequente, à disposição para investigar a presença da temática no conteúdo veiculado na mídia. Embora o assunto tenha tomado evidência na agenda internacional em determinadas circunstâncias, períodos e lugares, nota-se certa disparidade entre a necessidade de discussão e a abertura, de fato, para a produção jornalística de caráter ambiental oferecida ao grande público, por veículos massivos.

A problemática em torno do meio ambiente passou a ser discutida, com mais afinco, a partir da década de 1960, mas a discussão ganhou contornos de maior precisão na década seguinte, conforme levanta Felizola (2012, p. 10):

Com a Conferência de Estocolmo em 1972, passou-se a se questionar, de forma mais contundente, o modelo econômico e social global até então adotado. A prática de um discurso ecológico alterou a percepção do modelo de desenvolvimento existente. Temas como *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável* saíram dos bancos acadêmicos e passaram a fazer parte do cotidiano de empresas e pessoas.

A partir da década de 1980, grandes movimentos ambientais se tornaram transnacionais, como é o caso da Rede WWF (originada na Suíça) e do Greenpeace (fundado no Canadá). Segundo assinala Felizola (2012, p. 11), essas instituições lançaram e paulatinamente amadureceram as bases de uma atuação profissional, que asseguraram prestígio junto à opinião pública.

Conceitualmente, discutir “desenvolvimento sustentável” implica em buscar o cumprimento de dois objetivos aparentemente dissociados: desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Esse casamento desafiador tem sido o elemento básico propulsor de uma série de organizações sem fins lucrativos.

No ano de 1987, um grande esforço foi tomado no sentido de formatar um modelo de desenvolvimento global capaz de transformar a sociedade de consumo. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas) elabora um documento intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), que ficou conhecido como “Relatório Brundtland”, por ser coordenado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

No documento, o desenvolvimento sustentável é concebido assim: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Três décadas depois, o conceito formulado mantém-se praticamente inalterado entre as organizações ambientais – como nota-se na página da Rede WWF:

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro<sup>31</sup>.

A progressiva mobilização de movimentos semelhantes, ao redor do mundo, sedimentou força à realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano em 1992, no Rio de Janeiro. Por ocasião e em consequência do evento, muitas organizações não-governamentais foram criadas no Brasil. Dessa maneira, observou-se evidente crescimento do poder de influenciar a opinião pública, notadamente a brasileira, em favor da pauta em comum: a preservação do meio ambiente.

Desde então, a questão ambiental passou a ganhar mais espaço na agenda mundial, tanto por parte da sociedade civil organizada quanto dos meios de comunicação de massa. E ao mesmo tempo, por meio de acordos internacionais, governos assumiram compromissos de metas de redução do impacto ambiental. Contudo, o aumento do debate culminou diametralmente no agravamento da problemática, em função dos conflitos por

---

<sup>31</sup> Definição localizada em:

[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/)



questões políticas e ideológicas. E as metas estipuladas têm encontrado dificuldades para serem cumpridas.

Mas o conceito de “desenvolvimento sustentável” continua em voga e empresta um sentido diferencial, de valor relevante, a instituições, empresas e até mesmo alguns partidos políticos. O emblema “ser sustentável” revela, por si só, posição de destaque na sociedade. A insígnia concede status de socialmente responsável. A discussão em torno da efetividade necessita, nesse caso, de ultrapassar as técnicas comunicativas para buscar entender a complexa e necessária contextualização da teia de aspectos, situações e implicações da pauta ambiental.

Na imprensa, as primeiras coberturas efetivamente dedicadas ao assunto se desenrolaram após a Segunda Guerra Mundial, em função, por um lado, dos problemas causados ao meio ambiente pelo conflito armado e da iminência do confronto nuclear e, por outro lado, devido ao crescimento do movimento pacifista e ao surgimento do Partido Verde, na década de 1980. Todos esses acontecimentos influenciaram o interesse ambiental da opinião pública (FELIZOLA, 2012).

Para delimitar a pesquisa, é preciso compreender a especificidade do jornalismo ambiental e como tem sido trabalhado pela imprensa. De forma geral, conforme observa Nelson (1994), a atenção tem se restringido a pautas sobre catástrofes naturais, “ecotragédias” ou assuntos exóticos (*fait divers*), em detrimento da chamada “pauta preventiva”.

Em geral, os jornalistas precisam ter um papel ativo na busca de boas ideias para reportagens. Existe uma tendência de que a cobertura ambiental fique limitada a acidentes, como vazamentos de substâncias tóxicas, ou evento ‘preparados’ por grupos ambientalistas ou empresas (NELSON, 1994, p. 16).

Um estudo feito na Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo vinculado à ONU, reforça a tese da restrição ou limitação noticiosa. A pesquisa identificou três ocasiões em que a imprensa brasileira costuma se dedicar ao jornalismo ambiental: “1) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza; 2) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global; 3) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela ONU” (LUFT, 2005, p. 46).

A reflexão em torno dos padrões de decisão que contribuem para a escolha da pauta noticiosa necessita debruçar-se sobre determinada base teórica, que estuda os critérios de relevância – vistos no capítulo 2.

Esses determinados critérios, analisados em conjunto, traduzem a força noticiosa de um fato, numa lógica de separação do que deve ser ou não veiculado por determinado veículo. No caso de um telejornal diário, por exemplo, a análise da noticiabilidade de um assunto ambiental é prejudicada por aspectos como: *deadline* apertado, faixa de programação reduzida, priorização à cobertura de fatos do dia, multiplicidade de editoriais e superficialidade da contextualização factual.

O conjunto de pontos restritivos não pode redundar em entrave definitivo, visto que o esforço editorial em favor de determinado assunto, temática ou editoria, associado a boas medidas de planejamento, pode resultar numa sequência de notícias, suítes ou séries de reportagens sobre determinada temática. E num sistema de exibição mensal, o tempo de produção pode refinar os resultados positivamente, desde que sejam adotados, acompanhados e desenvolvidos parâmetros de qualificação noticiosa.

### **3.4 Unidades temáticas ambientais**

A base de estudo da cobertura ambiental, utilizada nesta pesquisa, emprega a essência do modelo proposto por Ungaretti (1998), que formulou um conjunto de 11 unidades temáticas ao analisar, durante o decurso de um ano, o conteúdo da página diária de meio ambiente do jornal Gazeta Mercantil<sup>32</sup>. De forma geral, a formulação do autor foi preservada, sobretudo no que se refere ao subconjunto de quatro “índices” de cada unidade temática – ao que chamamos de *microtemas*. Já o conceito básico de “unidades temáticas” corresponde, neste trabalho, ao que apresentamos como *macrotemas*<sup>33</sup>.

Contudo, algumas unidades temáticas e índices foram submetidos à revisão, para adequação ao momento histórico e ao modelo jornalístico atual. Além de fundamentar o significado de cada macro e microtema, em termos de enquadramento informativo, faremos adiante a explicação dos ajustes operados ao modelo original, que chamamos

---

<sup>32</sup> O periódico impresso, com foco na Editoria Economia, dedicava determinada página do jornal a pautas de Meio Ambiente. Fundado em 1920 como boletim diário do mercado, preservou por décadas a alcunha de jornal econômico mais tradicional do Brasil. Extinto em 2009, ressurgiu em remodelagem unicamente digital sete anos depois.

<sup>33</sup> Conceitos de Guerra (2016a) para grupos temáticos gerais e específicos.

livremente de “mapa de Ungaretti” – observe no Quadro 3. E na sequência, apresentaremos o modelo final, destinado ao objetivo empírico.

**Quadro 3 – Mapa de Ungaretti - Unidades temáticas ambientais**

Unidades temáticas		Índices			
Cód.	Unidades	1	2	3	4
1	Urbanismo	Planejamento	Crescimento	Qualidade de vida	Outras
2	Recursos Hídricos	Abastecimento	Poluição	Recuperação	Outras
3	Reciclagem	Domiciliar	Industrial	Novas tecnologias	Outras
4	Camada de Ozônio	Proteção/Novas tecnologias	Legislação	Ciência	Outras
5	Ocorrências	Naturais	Provocadas	Ação ambientalista	Outras
6	Oceanos	Nacional	Internacional	Recursos	Outras
7	Matrizes Energéticas	Racionalização	Alternativas	Previsões	Outras
8	Desenvolvimento	Sustentabilidade	Agências	Ação empresarial	Outras
9	Política Ambiental	Flora	Fauna	Solo	Outras
10	Nuclear	Segurança/Acidentes	Utilização	Programa nacional	Outras
11	Legislação	Nacional	Internacional	Disputas/Ações	Outras

Fonte: Ungaretti (1998).

Os critérios adotados por Ungaretti (1998) assemelham-se aos objetivos desta análise empírica, visto que considera “o cruzamento de temas da literatura ambientalista e temas indicados pela denominada leitura flutuante ou primeiro contato com o material pesquisado” (p. 57).

A todas as 44 unidades de informação, o autor aplicou uma escala de favorabilidade conforme o espaço e o tratamento dados pelo jornal: de 10 a 50 pontos, que variavam de muito desfavorável a muito favorável. Nos resultados da pesquisa, a unidade “Política Ambiental” registrou a melhor pontuação (30,64), com destaque para o índice “Flora”, que obteve a melhor centimetragem (2.867 cm). E a pontuação mais baixa (2,98) ficou com a unidade “Oceanos”, sendo a maior parte dela formada por notícias sobre ocorrências envolvendo grandes navios petroleiros.

No processo de atualização da grade de leitura, foram feitos movimentos de revisão, inclusão e exclusão de macro e microtemas. Alguns ajustes são sutis e outros são

mais severos, à medida do refinamento necessário. Iremos explicar cada um deles e vamos iniciar pela exclusão de quatro unidades temáticas (chamadas agora de macrotemas).

A primeira unidade excluída chamava-se “Nuclear”, que figurava na análise-base como sétimo tema de maior peso, mas não obtém consistência para a nova configuração, em termos de agendamento. A opção pela exclusão dessa unidade temática, porém, é reanalisada tendo em vista a permanência do macrotema “Matrizes Energéticas”, e consequentemente do microtema “Alternativas”.

A segunda exclusão se refere à unidade “Oceanos”, que respondia pela menor frequência noticiosa no modelo inicial e, agora, é analisada como sendo incorporada ao macrotema “Recursos Hídricos”. O item geral e suas ramificações podem atender a uma relevante demanda nacional, dadas as configurações geográficas, sociais e ambientais do Brasil.

Também foi suprimida a unidade temática “Recursos Hídricos”, que se revelava como quinto tema mais noticiado à época da pesquisa de Ungaretti (1998). Contudo, o assunto continua em evidência no modelo revisto, sob duas formas: em uma nova unidade (Recursos Naturais) e na unidade mantida “Matrizes Energéticas”.

E a quarta e última exclusão é da unidade temática “Política Ambiental”, que obtém liderança de publicações no mapeamento original. De modo semelhante às demais, os assuntos correspondentes são redirecionados a outras seções. E conforme apresentaremos adiante, foi criado o macrotema “Governança Ambiental” (uma reformulação da unidade “Legislação”), para abarcar notícias de certa correlação e abordagem, originadas normalmente de fontes oficiais dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Justificadas as exclusões, passaremos a explicar o movimento inverso, que resultou na criação de três macrotemas: Biodiversidade, Produção de Alimentos e Recursos Naturais.

O primeiro deles ganhou o número mais sucinto de microtemas. Flora e Fauna respondem, objetivamente, à necessidade do público por notícias sobre a realidade distante das florestas, matas e demais ecossistemas descolados da cidade. Mas também podem trazer reportagens sobre aspectos da vida animal e vegetal que sobressaem ao cotidiano urbano.

Contribuiu para a inclusão, de um lado, a urgência do tema relatada em documentos públicos (como veremos na agenda política) e, de outro, o aumento do interesse pelo assunto desde o advento do conservacionismo. O movimento é ampliado no Brasil no fim da década de 1950, mas ganha força noticiosa e política décadas depois – conforme detalhamento em tópico mais adiante (vide 3.4.5).

O segundo macrotema incluído (Produção de Alimentos) resolve a ausência da melhor correspondência factual à relação contemporânea entre meio ambiente e saúde humana. No século XXI, a busca do homem urbano por mais qualidade de vida envolve, fundamentalmente, a adoção de práticas saudáveis de consumo de alimentos, ao que se chama reeducação alimentar. A reboque, aumenta o interesse em notícias sobre produção agropecuária, notadamente a respeito do uso de agrotóxicos e das alternativas empregadas pela livre cultura orgânica e agroecológica. Portanto, o assunto recebe três microtemas: Agrotóxicos, Agroecologia e Novas Tecnologias.

Em outras palavras, a inclusão justifica-se pela atualidade do assunto nas esferas de discussão midiática e da opinião pública, em virtude do novo *front* temático do repertório popular. E a qualidade de vida de cunho coletivo é, para efeito de pesquisa, melhor rotulada em outra seção: o microtema “Qualidade de Vida”, contido no item “Urbanismo”.

Por fim, a criação do terceiro macrotema (Recursos Naturais) abraça a relação oferecida pelo primeiro (Biodiversidade). Por meio dos microtemas Água, Solo e Ar, pretende-se arrematar em agrupamento o terreno de sedimentos à discussão sobre “conservação do meio ambiente”. Além disso, pretendemos designar sob o mesmo rótulo todas as notícias sobre abastecimento, poluição e recuperação de rios e nascentes, entre outros assuntos correlatos ao microtema Água – ao contrário da divisão sugerida pelo modelo inicial na unidade extinta Recursos Hídricos.

Todos os macro e microtemas compilados podem ser observados no Quadro 4. Além das três inclusões e quatro exclusões operadas, optamos pela manutenção integral de quatro outras unidades temáticas (agora macrotemas): Ocorrências; Reciclagem (renomeada como Resíduos Sólidos); Urbanismo; e Matrizes Energéticas. E o último movimento é a revisão dos quadros das três unidades restantes.

Essas três seções não são totalmente retiradas do modelo, mas submetidas a movimentos de ajustes graduais, que resultam nos novos nomes: Temperatura e Mudanças Climáticas; Governança Ambiental; e Inovação e Desenvolvimento.

A primeira delas tinha outro nome popular à época da pesquisa de Ungaretti (1998). Chamava-se “Camada de Ozônio”, em referência ao tema de grande atenção midiática desde o ano de 1979, mas perde o *status* de item geral nesta sistematização. Agora, o novo macrotema (Temperatura e Mudanças Climáticas) passa a representar todo o conjunto de debates em torno de assuntos relevantes da pauta atual, sobretudo se observarmos a linha adotada pelos encontros ambientais que reúnem os principais líderes mundiais desde a década de 1970.

No modelo proposto, retira-se o índice “Legislação”, que assim como o tema “Camada de Ozônio”, pode ser enquadrado no item Outros. E no arremate da análise, é feita a inclusão de um microtema essencial para a análise do Jornal Nacional: “Previsão do Tempo<sup>34</sup>”.

O segundo movimento de ajustes é operado na unidade temática “Desenvolvimento”, que passa a ser considerada como macrotema “Inovação e Desenvolvimento”. Na configuração atualizada, os índices “Agências” e “Ação Empresarial” são unidos em um só microtema (Agências e Empresas) e três microtemas são acrescentados: Sustentabilidade; Ciência; e Ativismo – este último resulta de contribuições recentes de movimentos sociais populares, desde iniciativas individuais até ações desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos, como as ONGs – Organizações Não Governamentais.

De ordem pontual, a terceira sequência de mudanças atinge a unidade “Legislação”. Conforme citado anteriormente, o novo macrotema “Governança Ambiental” agrupa notícias relacionadas a esferas do poder governamental, legislativo e judiciário. Os índices originais (agora microtemas) são mantidos: Nacional; Internacional; e Disputas/Ações.

---

<sup>34</sup> Conforme informado anteriormente, excluímos da análise as matérias contidas na coluna fixa sobre Previsão do Tempo (vide item 3.2).

**Quadro 4 – Mapa atualizado de unidades temáticas ambientais**

Macrotema	Microtemas
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do tempo
	Proteção/Saúde
	Ciência
	Comportamento
	Outros
Ocorrências	Naturais
	Provocadas
	Ação ambientalista
	Outros
Governança Ambiental	Nacional
	Internacional
	Disputas/Ações
	Outros
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade
	Agências e empresas
	Ciência
	Ativismo
	Outros
Biodiversidade	Flora
	Fauna
	Outros
Resíduos Sólidos	Domiciliares
	Industriais
	Novas tecnologias
	Outros
Produção de alimentos	Agrotóxicos
	Agroecologia
	Novas tecnologias
	Outros
Urbanismo	Planejamento
	Crescimento
	Qualidade de vida
	Outros
Recursos Naturais	Água
	Solo
	Ar
	Outros
Matrizes Energéticas	Racionalização
	Alternativas
	Previsões
	Outros

Elaborado pelo autor, adaptado de Ungaretti (1998).

Antes de apresentar as matrizes de relevância temática, que darão corpo e refinamento à pesquisa empírica, é necessário fundamentar o entendimento sobre os

macrotemas escolhidos. O que significa cada nome? Que tipos de notícia contém cada um deles? Essas e outras questões recebem explicações suficientes à compreensão dos aspectos de realidade recortados em cada seção ou quadro noticioso, conforme detalhamento a seguir.

### 3.5 Síntese descritiva

Situados todos os assuntos identificados para a editoria ambiental, devemos organizá-los descritivamente para facilitar eventual consulta e o andamento de futuras pesquisas. Nesse momento, oferecemos um conjunto de ementas sobre cada rótulo utilizado, ou seja, nomeadamente os dez macrotemas e seus 31 microtemas correspondentes.

**Quadro 5 – Ementa temática da editoria ambiental**

Macrotema	Microtema	Pautas/Ganchos definidores
<b>Temperatura e Mudanças Climáticas</b>	Previsão do Tempo	Notícias sobre informações atuais ou previstas de meteorologia. Historicamente restrita à figura do mapa nacional ou regional, com ilustrações, cores e tabelas numéricas de temperaturas mínima e máxima, passa a ganhar novos recursos estilísticos e de linguagem. Registros didáticos sobre fenômenos naturais, cuja ênfase principal seja dada às variações numéricas de temperatura e clima <sup>35</sup> . <i>Ex.: mapa-tempo; matérias explicativas sobre fenômenos naturais (notadamente chuva, massa de ar quente e estiagem), com destaque à explicação meteorológica.</i>
	Proteção/Saúde	Notícias com informações preventivas ou relatos de causas de problemas de saúde atrelados às variações meteorológicas. <i>Ex.: matérias que relacionam fatores como calor e frio a sintomas, doenças e epidemias.</i>
	Ciência	Notícias sobre estudos, pesquisas e estatísticas científicas que comprovam ou preveem situações e problemas decorrentes das variações climáticas. <i>Ex.: divulgação de resultados de pesquisas sobre aumento da temperatura anual em uma região, país, continente ou em escala mundial; relatórios sobre aquecimento global e efeito estufa e seus efeitos.</i>

<sup>35</sup> Embora semelhantes, tempo (temperatura) e clima são conceitos distintos. “Tempo” se refere ao estado momentâneo da atmosfera em um determinado local. Ou seja, o tempo consiste na mudança de curto prazo da atmosfera. E “clima” é definido como a média do tempo meteorológico observado para uma certa região e por algum período. Geralmente é tomado durante 30 anos. Fonte: <https://agrosmart.com.br/blog/clima/diferenca-entre-clima-tempo/>



<b>Ocorrências</b>	Comportamento	Notícias sobre situações comportamentais, culturais, sociais e econômicas decorrentes de variações meteorológicas. Normalmente, são matérias leves, conduzidas em tom bem-humorado. <i>Ex.: matérias sobre curiosidades, encantamento, diversão, vestuário, vendas comerciais, fé e religião atreladas geralmente a aumento ou diminuição da sensação térmica (mais frio ou mais calor) ou a situações curiosas relacionadas à frequência ou ausência de chuvas.</i>
	Naturais	Notícias sobre fatos e acontecimentos decorrentes de fenômenos da natureza, ou seja, sobre ocorrências ambientais cujas causas evidentes sejam consideradas “naturais” (explicadas por movimentos da natureza). Normalmente são notícias factuais, ou seja, que reportam eventos atuais como desastres, tragédias ou catástrofes ambientais. <i>Ex.: matérias sobre enchentes, tempestades, deslizamentos de terra, terremotos, passagens de furacão, nevascas, ondas de calor e erupção de vulcões e outros fenômenos da natureza, que evidenciem causas naturais.</i>
	Provocadas	Notícias também factuais sobre fatos e acontecimentos decorrentes de fenômenos da natureza, ou seja, sobre ocorrências ambientais cujas causas evidentes sejam consideradas “provocadas” (que envolvem responsabilidades diretas do homem). <i>Ex.: matérias sobre queimadas, incêndios, explosões, desabamentos, deslizamentos de encostas ocupadas por casas, atoleiros em estradas, rompimento de barragens e vazamento de rejeitos extrativistas e/ou industriais.</i>
	Ação ambientalista	Notícias sobre ações, campanhas e atividades programadas e/ou desempenhadas por grupos ambientalistas e outras representações coletivas, provenientes da sociedade civil organizada ou de iniciativas individuais e comunitárias. <i>Ex.: matérias sobre atos e protestos em favor de ecossistemas afetados por problemas naturais ou provocados, contra projetos políticos, contra ameaças iminentes ou reais; intervenção de indígenas ou campanhas em defesa dos territórios indígenas; relatórios e pesquisas de organizações sem fins lucrativos sobre situações ambientais.</i>

<b>Governança Ambiental</b>	Nacional	Notícias sobre atos, fatos e decisões governamentais, legislativas e judiciais sobre assuntos de cunho ambiental relacionadas a questões de caráter nacional. Em alguns casos, são notícias que registram fatos localizados em um município, estado ou região específicos, mas recebem dimensão de representação simbólica geral por serem veiculadas por um produto midiático nacional. <i>Ex.: matérias sobre autorização, sanção, veto e veredito provenientes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); decretos, leis, anúncio de projetos e destinação de verbas governamentais, atos administrativos como nomeações e exonerações; proposição e votação de projetos de lei; decisões e investigações judiciais sobre situações de cunho ambiental, como áreas, territórios e uso de recursos naturais e matrizes energéticas.</i>
	Internacional	Notícias sobre atos, fatos e decisões governamentais, legislativas e judiciais sobre assuntos de cunho ambiental relacionadas a questões de caráter internacional. Em alguns casos, são notícias que registram fatos localizados em um país ou continente específicos, mas recebem dimensão de representação simbólica global. <i>Ex.: projetos e decisões dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) de países estrangeiros; conferências ambientais; acordos internacionais para metas ambientais.</i>
	Disputas/ações	Notícias sobre situações, desafios, batalhas judiciais, guerras e conflitos decorrentes de problemas sociais ou econômicos. <i>Ex.: luta por posse de terra; confronto entre indígenas, fazendeiros, posseiros, madeireiros, garimpeiros e integrantes de movimentos sociais; decisões governamentais e atos e investigações judiciais e policiais decorrentes de disputas por áreas e territórios.</i>
<b>Inovação e Desenvolvimento</b>	Sustentabilidade	Notícias sobre ações e iniciativas desenvolvidas individual ou coletivamente, com objetivo de reduzir riscos e/ou minimizar impactos ambientais em atos de intervenção sugeridos, formulados ou praticados, com ênfase a um modelo “sustentável” de práticas, hábitos de consumo de recursos naturais e energéticos e de desenvolvimento regional e local. <i>Ex.: matérias sobre iniciativas para redução de consumo de água e energia elétrica; campanhas educativas e de reeducação ambiental.</i>

	Agências e Empresas	Notícias sobre ações e iniciativas desenvolvidas individual ou coletivamente, com objetivo de reduzir riscos e/ou minimizar impactos ambientais em atos de intervenção sugeridos, formulados ou praticados por agências e empresas. <i>Ex.: matérias sobre projetos, indicadores e relatórios empresariais de boas práticas ambientais; intervenção institucional em comunidades; divulgação de documentos de prestação de contas; campanhas a favor de causas ambientais específicas.</i>
	Ciência	Notícias sobre estudos, pesquisas e estatísticas científicas que comprovam ou preveem situações, melhorias e problemas decorrentes da ausência ou ampliação de práticas inovadoras. <i>Ex.: divulgação de invenções; relatórios sobre índices científicos de classificação de risco ambiental.</i>
	Ativismo	Notícias sobre ações e iniciativas desenvolvidas individual ou coletivamente, com objetivo de reduzir riscos e/ou minimizar impactos ambientais em atos de intervenção sugeridos, formulados ou praticados por ativistas individuais ou organizados em pequenos grupos. <i>Ex.: matérias sobre ações de mobilização de pequeno a grande porte, destinadas a reflorestamento, limpeza urbana e recuperação de nascentes.</i>
<b>Biodiversidade</b>	Fauna	Notícias que revelam sensações como: encantamento” com aspectos da vida animal que sobressaem, de modo inusitado, curioso e belo ao cotidiano urbano (em alguns casos, a presença de um grupo de animais vira atração turística); “senso de proteção ambiental” demonstrado em situações de cativeiro ou devolução à natureza; e “curiosidade humana” pela descoberta científica de espécies. <i>Outros exemplos: matérias sobre ações, campanhas e adoção temporária de animais em risco de extinção; trabalho de proteção animal de agências governamentais, da iniciativa privada e do terceiro setor.</i>
	Flora	Notícias semelhantes ao microtema Fauna, com acréscimo da categoria “preocupação” com ritmo de desmatamento de ecossistemas, fundamentada em medições periódicas oficiais. <i>Outros exemplos: matérias sobre ações e projetos de incentivo à arborização urbana e reflorestamento (com ênfase ao valor das árvores e outras espécies vegetais); e matérias em que árvores, plantas ou flores são</i>

		<i>protagonistas (ex.: umbuzeiro socorre agricultores na seca nordestina); orquídeas são fonte de sustento para famílias do Sul).</i>
<b>Resíduos Sólidos</b>	Domiciliares	Notícias sobre métodos e práticas de descarte e reaproveitamento do lixo doméstico. <i>Ex.: matérias sobre ações e projetos de coleta seletiva em condomínios, bairros e municípios; outras iniciativas de separação do lixo reciclável; campanhas de coleta e destinação de óleo de cozinha e eletrônicos; ações de prevenção e combate ao consumismo com ênfase no acúmulo de resíduos sólidos.</i>
	Industriais	Notícias sobre métodos e práticas de descarte e reaproveitamento do lixo industrial. <i>Ex.: matérias sobre ações e projetos de iniciativa da indústria para reciclagem ou reutilização de produtos industriais que contém material de grande potencial tóxico, como pilhas alcalinas, lâmpadas, eletrônicos e pneus.</i>
	Novas tecnologias	Notícias sobre descarte e reaproveitamento de material reciclável, com ênfase a aspectos de inovação. <i>Ex.: matérias sobre invenção de máquinas recicladoras; métodos inovadores, científicos ou domésticos para redução de consumo de produtos.</i>
<b>Produção de Alimentos</b>	Agrotóxicos	Notícias relativas ao uso de intensivos agrícolas, como agrotóxicos, pesticidas e herbicidas, com destaque para necessidades das lavouras, crescimento de pragas e consequências, riscos e prejuízos para a saúde e a vida de manipuladores dos produtos tóxicos e de consumidores. <i>Ex.: matérias sobre contaminação de safras de alimentos; relatórios de agências reguladoras como Vigilâncias Sanitárias sobre índices de agrotóxicos em cereais, leguminosas, frutas, hortaliças e raízes.</i>
	Agroecologia	Notícias sobre práticas de produção agrícola numa perspectiva ecológica, ou seja, com priorização do uso consciente de recursos naturais em todas as etapas do processo produtivo (do cultivo à circulação). <i>Ex.: matérias sobre aumento da produção e consumo de produtos agroecológicos, como orgânicos (em agrotóxicos e fertilizantes químicos); estudos e pesquisas sobre participação da agroecologia na cadeia produtiva nacional ou sobre proporção de impacto ambiental da agroecologia em contraste a outras práticas.</i>

	Novas tecnologias	Notícias sobre criações inovadoras na produção e consumo de alimentos. <i>Ex.: matérias sobre avanço do uso de hortas urbanas; anúncio científico de criação de alimentos com características diferentes; práticas de cozinha criativa, para aproveitamento de cascas, sementes e grãos.</i>
<b>Urbanismo</b>	Planejamento	Notícias sobre projetos, políticas e convênios de planejamento urbano, para redução de impactos ambientais nas cidades. <i>Ex.: matérias sobre ampliação de espaço para modais sustentáveis do sistema de transportes, como ações de incentivo ao transporte coletivo e construção de ciclovias; preocupação de entes governamentais e ambientais com consumo de recursos naturais, redução de desperdício de produtos e uso de tecnologias sustentáveis como máquinas, equipamentos, insumos e matérias-primas empregadas na manutenção das cidades.</i>
	Crescimento	Notícias sobre causas e consequências do crescimento das cidades, com destaque ao grau de impacto ao meio ambiente. <i>Ex.: matérias sobre avanço de obras de construção civil sobre áreas de preservação ou conservação de espécies; obras de barragens e seus impactos como mudanças no curso de rios e nascentes e êxodo de populações ribeirinhas.</i>
	Qualidade de vida	Notícias relativas a condições de vida, saúde e bem-estar de populações humanas, com ênfase aos agrupamentos urbanos e seus vínculos com o meio ambiente. <i>Ex.: matérias sobre políticas e problemas de saneamento básico; acesso a esgotamento sanitário e energia elétrica, entre outros insumos inerentes à vida urbana; divulgação de relatórios como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de municípios, estados e países; ações de intervenção governamental, institucional ou civil relativas a espaços de área verde, como praças, parques e zoológicos – com ênfase à qualidade de vida humana (exemplo específico: fechamento de parques como medida de prevenção à febre amarela).</i>
<b>Recursos Naturais</b>	Água	Notícias relativas à base de recursos hídricos para usufruto humano, em territórios urbanos, rurais ou preservados. É opção frequente dos veículos de imprensa nacional, em consideração à água como elemento básico de vida. Ao contrário do macrotema Biodiversidade, o sentido de proteção volta-se à sobrevivência da espécie humana (e não de animais).

		<i>Ex.: matérias sobre poluição; efeitos da estiagem; escassez de abastecimento; obras governamentais de transposição e recuperação de rios e nascentes; diminuição da vazão de reservatórios por hidrelétricas.</i>
	Solo	Notícias semelhantes ao microtema Água, com ênfase ao usufruto humano deste recurso natural, normalmente associado a atividades que promovem danos e prejuízos à saúde de populações. <i>Ex.: matérias sobre contaminação do solo por atividades extrativistas, agrícolas, industriais e nucleares, geralmente em função da manipulação inapropriada ou descontrolada de produtos e resíduos.</i>
	Ar	Notícias semelhantes aos microtemas Água e Solo, com destaque comum aos efeitos da emissão de poluentes atmosféricos. <i>Ex.: matérias sobre aumento dos índices de poluição industrial e automobilística; divulgação dos níveis de concentração de gás carbônico e outros gases nocivos na atmosfera; resultados de pesquisas sobre limites toleráveis de poluição; ações governamentais e institucionais para redução da emissão de poluentes.</i>
<b>Matrizes Energéticas</b>	Racionalização	Notícias sobre decisões governamentais destinadas à redução do consumo de energia elétrica. <i>Ex.: matérias sobre adoção de bandeiras tarifárias, descontos para baixo consumo e acréscimo de cobrança de impostos na conta de energia elétrica (medidas que regulam a taxa de cobrança em função do nível dos reservatórios); divulgação de balanço da economia (energética e financeira) após horário de verão.</i>
	Alternativas	Notícias sobre políticas e projetos inovadores para produção de energia, normalmente associados a efeitos positivos, como sustentabilidade ecológica e economia financeira. <i>Ex.: matérias sobre incentivos fiscais e outras medidas para ampliação da produção de “energia limpa” (eólica, solar e biomassa); sobre consumidores que produzem a própria energia; sobre inovações científicas para o setor automobilístico (carros elétricos e híbridos).</i>
	Previsões	Notícias sobre estatísticas de projeção de níveis de disponibilidade energética, divulgadas em função da leitura do padrão de consumo e do estado dos estoques de recursos energéticos. <i>Ex.: matérias sobre balanço da situação do nível de reservatórios de água e correspondente previsão de escassez de</i>

		<i>produção hidrelétrica; relatórios técnicos sobre evolução do consumo de energia elétrica e impactos previstos.</i>
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

De posse da síntese descritiva sobre cada assunto, podemos dar início à análise dos dados da editoria ambiental. A seguir, apresentamos a leitura sobre cada microtema disponível ou ausente no Jornal Nacional. A análise sobre a proporção de notícias sobre meio ambiente é acompanhada, em cada um dos microtemas, pelo ponto de vista teórico de autores da área ambiental ou de campos correlatos.

### **3.5.1 Temperatura e Mudanças Climáticas**

Temas comuns frequentam esse grupo de notícias, parte em função das reportagens sobre meteorologia e previsão do tempo – e de uma coluna fixa em grandes telejornais, como o Jornal Nacional. Ademais, a segunda metade do nome remete ao noticiário afetado sobretudo por dois conceitos contemporâneos, que frequentam jornais, eventos ambientais e acordos governamentais: aquecimento global e efeito estufa.

Os termos recebem lugar de honra na explicação de Dupas (2006), sob exemplo emblemático do caso do ecossistema da Amazônia, referendada como “uma das principais preocupações sul-americanas e internacionais na questão ambiental” (p. 229). Segundo o cientista social, vários estudos demonstram a clara correlação entre o aumento das atividades produtivas e o desmatamento da floresta amazônica. Ele cita o aquecimento global e o efeito estufa como causas.

A pavimentação de rodovias, com consequente expansão das atividades agrícolas e madeireiras, além do aumento da frequência dos transportes e de outras atividades, irá contribuir para a emissão de gases que causam o efeito estufa e alteram o ciclo do hidrogênio, afetando chuvas e enchentes em médio e longo prazos. (DUPAS, 2006, p. 229).

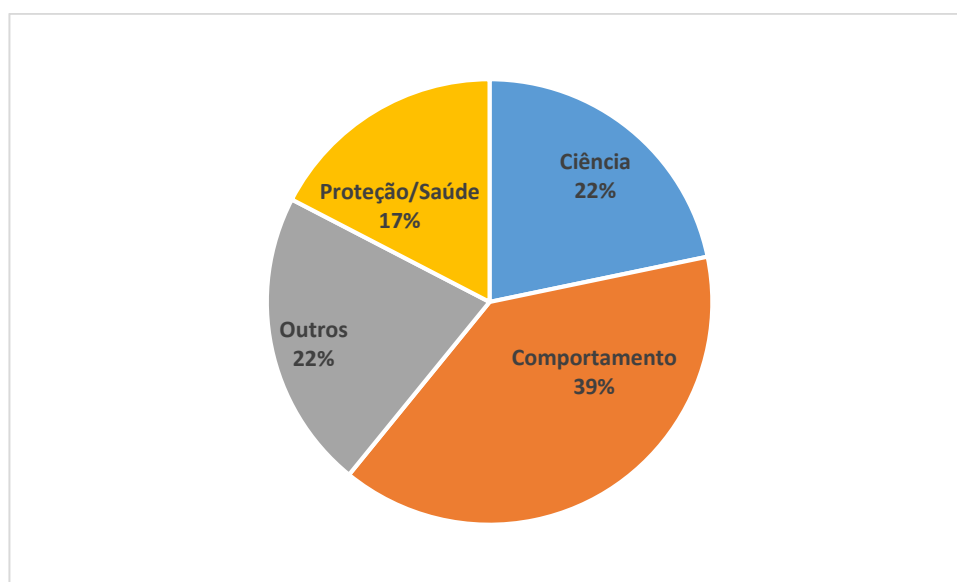
Os dois temas são explicados didaticamente pela organização não governamental *World Wide Fund for Nature* (WWF). Segundo a primeira definição, o termo aquecimento global serve para explicar “o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra que pode ser consequência de causas naturais e atividades humanas. Isto se deve principalmente ao aumento das emissões de

gases na atmosfera que causam o efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>)”<sup>36</sup>.

Quanto ao conceito de efeito estufa, corresponde a “uma camada de gases que cobre a superfície da Terra, composta principalmente por gás carbônico (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), N<sub>2</sub>O (óxido nitroso) e vapor de água. É um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies”<sup>37</sup>.

Domina este noticiário o microtema Comportamento (39%), que reúne notícias sobre situações comportamentais, culturais, sociais e econômicas decorrentes de variações meteorológicas. Normalmente, são matérias leves, conduzidas em tom bem-humorado. Ao todo, o microtema agrupa 9 das 23 matérias desta seção (Gráfico 1). São matérias sobre curiosidades, encantamento, diversão, vestuário, vendas comerciais, fé e religião atreladas a aumento ou diminuição da sensação térmica (mais frio ou mais calor) ou a situações curiosas relacionadas à frequência ou ausência de chuvas.

**Gráfico 1 - Proporção de notícias/Temperatura e Mudanças Climáticas**



Fonte: pesquisa empírica.

<sup>36</sup> [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/reducao\\_de\\_impactos2/clima/mudancas\\_climaticas2/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/)

<sup>37</sup> Idem.



A notícia que melhor representa este macrotema, capturada no dia 4 de novembro de 2016, tem como manchete: “Entra em vigor acordo para combater mudanças climáticas no planeta” (Figura 2). O conteúdo traz o relato do dia em que iniciou o cumprimento do Acordo de Paris, assinado por 195 países na conferência do clima em 2015. Entre os principais compromissos está manter o aumento da temperatura global em, no máximo, dois graus Celsius. A ilustração da meta numérica leva efeito informativo claro e curioso ao telespectador.

**Figura 2 – Notícia sobre Acordo de Paris**



Fonte: Jornal Nacional, 4 de novembro de 2016.

### **3.5.2 Ocorrências**

O macrotema representa o grupo de notícias mais frequentes, conforme veremos de modo detalhado nos resultados empíricos, e demonstra facilmente a preferência da agenda jornalística por notícias factuais, ou seja, de eventos como desastres, tragédias ou catástrofes ambientais.

Em alguns casos, os fatos exigem trabalho rigoroso de apuração, checagem de fontes e acompanhamento diário, mensal ou até anual de um determinado acontecimento e seus fatos subsequentes, com fiscalização, cobrança e relato de responsabilidades de governo e empresas, além de deveres relacionados a outras esferas de relevância, como os mecanismos da legislação e da justiça oficial.

Segundo o sócio-fundador da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marcelo Soares, a cobertura desses fatos simboliza a eficiência do jornalismo em geral. “Cobrir desastres e seus desdobramentos imediatos é o que a imprensa sabe fazer bem” (SOARES, 2013, p. 16). Mas ele indica o problema da ausência de outro tipo de jornalismo: o preventivo, que possa identificar e mesmo evitar tragédias.

Uma lista frequente de reportagens compõe este macrotema, como notícias sobre chuvas, enchentes, desabamentos, terremotos e incêndios. Mas conforme sugerimos na divisão de microtemas, as ocorrências ecológicas podem ter causas naturais (explicadas por movimentos da natureza) ou provocadas (que envolvem responsabilidades diretas do homem).

E nesse exercício de distinção, convém compreender corretamente o que se entende por “desastre”. Na definição disponível no guia *Disaster Through a Different Lens*, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta o conceito como “uma combinação de riscos, condições de vulnerabilidade e insuficientes medidas ou capacidade para reduzir as consequências negativas do risco” (LEONI et al, 2011, p. 15).

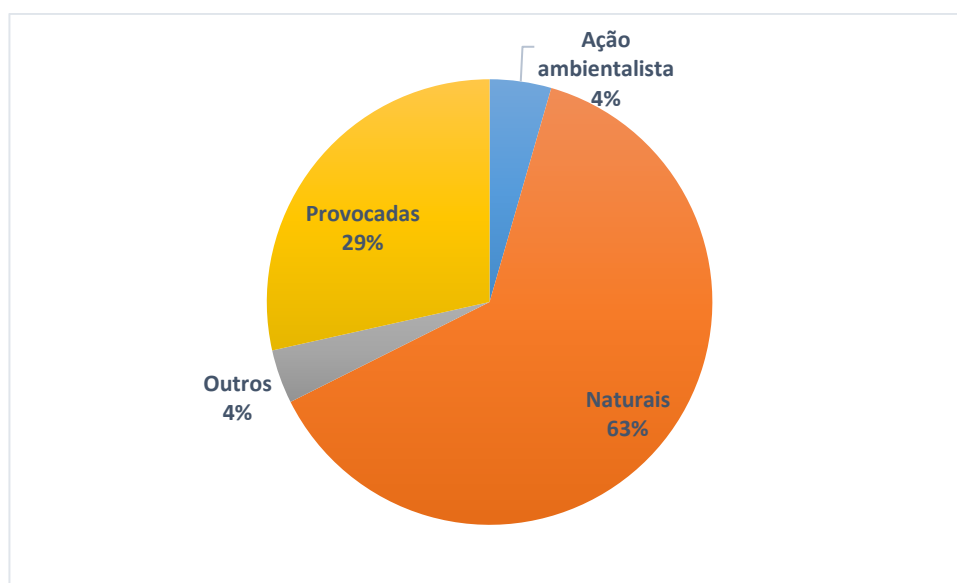
Portanto, a cobertura de determinadas tragédias deveria evitar, na construção do texto noticioso, o uso indiscriminado de expressões como “desastre natural” e “fatalidade”, para demonstrar as efetivas responsabilidades de planejamento, prevenção e omissão do Poder Público.

Para além dessa compreensão, Soares (2013) propõe uma reflexão sobre o papel preponderante do jornalismo nessa seara, no sentido de antever cenários como a “tragédia da boate Kiss” – um incêndio que matou mais de 240 jovens em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e colocou em evidência a fragilidade do plano de segurança para incêndios em espaços fechados de todo o país.

De nossa análise empírica, selecionamos duas notícias que são emblemáticas para o período analisado (de novembro de 2016 a outubro de 2017). Por serem fatos de grande repercussão e necessário acompanhamento jornalístico, recebem rótulos: “tragédia de Mariana” e “furacão Irma”, representativos dos microtemas “Provocadas” e “Naturais”, respectivamente.

A grande maioria das pautas foi atribuída ao microtema Naturais (63%), conforme pode ser observado no Gráfico 2. O microtema ocupa 113 das 179 notícias desta seção.

**Gráfico 2 - Proporção de notícias do macrotema Ocorrências**



Fonte: pesquisa empírica.

Em 5 de novembro de 2016, completou um ano daquela que o Jornal Nacional e outros veículos consideram como “a maior tragédia ambiental registrada no Brasil”: o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, localizada na cidade de Mariana, em Minas Gerais. O acidente levou à morte de 19 pessoas, ao desalojamento de centenas de famílias, ao fim do vilarejo de Bento Rodrigues e à poluição dos rios da região, que receberam rejeitos de minérios. Outras centenas de pessoas ficaram feridas.

Em função da data, o JN exibiu três matérias sequenciais sobre o tema: “Protestos marcam a passagem de um ano da tragédia de Mariana, MG” (matéria curta de “relembra”, de 37 segundos, VT de apoio para a reportagem maior); “JN refaz trecho percorrido por lama de barragem da Samarco” (matéria de “reconstituição pessoal”, de 5 minutos e 56 segundos); e “Regência, ES, tem economia quase parada 1 ano após tragédia ambiental” (“matéria-suíte de um ano”, de 1 minuto e 58 segundos, VT com tempo padrão e de complemento para situar outro estado afetado, o Espírito Santo).

Assim como a anterior, a Figura 3 simboliza o uso em larga escala de recursos gráficos especiais para ilustração numérica no Jornal Nacional. Nesse caso, o número “40 milhões de metros cúbicos” é o total apurado referente ao derramamento de lama com rejeitos de minério, que atingiu o Rio Doce e afluentes.

**Figura 3 – Notícia sobre “tragédia de Mariana”**



Fonte: Jornal Nacional, 4 de novembro de 2016.

No microtema “Naturais”, um fato registrado no exterior marcou o noticiário do mês de setembro de 2017: a passagem do furacão Irma no Caribe e, em seguida, pelos Estados Unidos (Figura 4). Exibidas entre os dias 4 e 13, oito reportagens contaram a sequência de evolução do fenômeno natural, que provocou 81 mortes, gerou danos a cidades, deixou milhões de imóveis sem energia elétrica e provocou outros transtornos como cancelamento de voos nos aeroportos.

Reportagens sobre fenômenos como furacões, terremotos e tsunamis ganham peso diferenciado na agenda do Jornal Nacional por possuírem dos valores-notícia específicos, conforme modelo citado no capítulo 1: Imprevisibilidade e Referência a algo negativo (GALTUNG e RUGE, 1965, p. 70-71). No caso do telejornal específico, notamos certa tendência a noticiar tragédias internacionais e fatos curiosos que não acontecem naturalmente no Brasil.

**Figura 4 – Notícia sobre passagem do furacão Irma pelos EUA**



Fonte: Jornal Nacional, 9 de setembro de 2017.

### **3.5.3 Governança Ambiental**

Neste macrotema, figuram as notícias sobre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), muitas vezes em função do noticiário sobre ocorrências naturais ou provocadas. Aparentemente, poderíamos pensar que este grupo de notícias é constituído pelo complemento necessário ao chamado “jornalismo de desastres”. Nesse sentido, encontraríamos aqui a seção de notícias de “cobertura preventiva”.

Entretanto, de modo semelhante ao noticiário de eventos, o mecanismo de interferência noticiosa funciona à base da alimentação promovida por fontes específicas, neste caso a produção de pautas sobrevive em função da agenda das assessorias de comunicação dos órgãos oficiais do Governo Federal, dos estados, prefeituras, câmaras legislativas, Ministério Público e dos tribunais.

Este é o único macrotema que ganha divisão geográfica em dois microtemas (Nacional e Internacional), para delimitar questões de proximidade específica do público ou, no segundo caso, fatos e decisões que interferem realidades mais distantes ou, mais frequentemente, grandes decisões internacionais – tomadas em encontros ambientais, por exemplo.

Uma das matérias mais emblemáticas de toda a pesquisa foi agrupada nesta seção (no microtema Internacional). Sob a manchete “Desafios ambientais preocupam após 25 anos da conferência ‘Rio 92’”, a reportagem de 1º de julho de 2017 fez um retrospecto dos avanços e desafios no aniversário da mais importante conferência sobre meio ambiente (Figura 5). Observe o texto do *off* de introdução da matéria:

*Off 1 - Junho chegou ao fim, mas foi um mês marcante para as questões ligadas ao meio ambiente. O presidente Donald Trump tirou os Estados Unidos do Acordo Mundial de Proteção do Clima. E a Noruega anunciou corte no repasse de dinheiro para o fundo de proteção da Amazônia por causa do aumento do desmatamento no Brasil. Em uma coincidência triste, foi o mês em que a Conferência das Nações Unidas - que reuniu representantes do mundo inteiro no Rio de Janeiro para discutir o futuro da saúde ambiental do planeta - completou 25 anos.*

*Efeito estufa, mudanças climáticas, aquecimento global. Estas expressões eram desconhecidas da opinião pública mundial até 25 anos atrás, quando uma conferência sobre meio ambiente no Brasil mostrou que só a união entre governos, cientistas e a sociedade civil poderia evitar a destruição do planeta.*

**Figura 5 – Notícia sobre 25 anos da conferência ‘Rio 92’**



Fonte: Jornal Nacional, 1º de julho de 2017.

O terceiro microtema da seção (Disputas/Ações) agrupa situações desafiadoras decorrentes de problemas sociais ou econômicos, como a luta pela posse da terra. É o



caso da matéria “Mata do Jamanxim é cobiçada por madeireiros e garimpeiros”, exibida na edição de 7 de julho de 2017. Veja a Figura 6. A reportagem ampla ganhou 5 minutos e 31 segundos de cobertura, para mostrar a situação de parte de uma floresta no Pará, alvo de disputa e degradação. Segundo a matéria, o desmatamento da unidade de conservação seria equivalente a 6.400 campos de futebol – e haveria pelo menos 250 reivindicações de posse da terra.

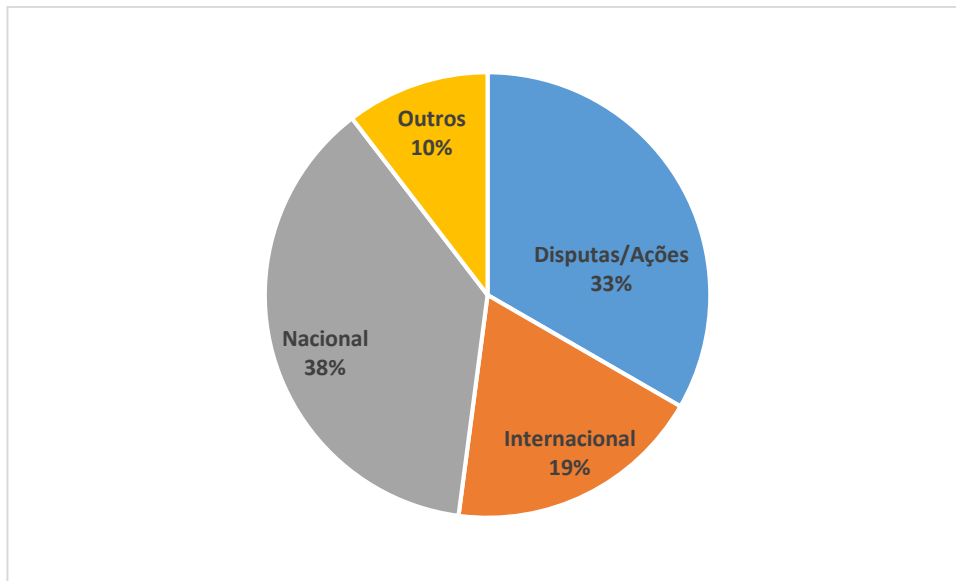
**Figura 6 – Notícia sobre disputa pela Mata do Jamanxim, no Pará**



Fonte: Jornal Nacional, 7 de julho de 2017.

A distribuição de pautas é equilibrada neste macrotema. Das 48 notícias, 18 foram atribuídas ao microtema Nacional (38%), outras 16 a Disputas/Ações (33%). O noticiário Internacional também é bem representado (19%). Veja no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Proporção de notícias de Governança Ambiental**



Fonte: pesquisa empírica.

#### **3.5.4 Inovação e Desenvolvimento**

O macrotema agrupa notícias sobre ações e iniciativas desenvolvidas individual ou coletivamente, com objetivo de reduzir riscos e/ou minimizar impactos ambientais. Novamente, o duelo entre espaço urbano e natural fica em evidência, em atos de intervenção sugeridos, formulados ou praticados por agências e empresas; por ativistas individuais ou organizados em pequenos grupos; ou por cientistas. Todos esses atores sociais nomeiam os microtemas, e foi criado um específico sobre Sustentabilidade.

Algumas notícias dão conta de efeitos do movimento empresarial desencadeado nos anos 90, em função do recém-criado “princípio do desenvolvimento sustentável” relacionado a grandes corporações, como modo de amenizar a identificação delas como causadoras de poluição ou danos ambientais (DUPAS, 2006).

O interesse pelo assunto foi ampliado após a realização da conferência internacional Rio 92, quando “sob a mira dos ambientalistas, pela primeira vez empresas e governos passaram a considerar parâmetros ambientais em suas variáveis de planejamento público e mercadológico” (p. 249). Entre as principais empresas empenhadas em utilizar slogans como “ecologicamente correta” e “empresa verde” estão as indústrias de celulose e de automóveis. Instrumento de marketing, o discurso favorável ao meio ambiente é assim descrito:



Incentivar cooperação internacional para o gerenciamento dos bens comuns globais e novas definições de segurança que incluam ameaças ambientais. Mudar hábitos de consumo por parte das sociedades e reivindicar amplo apoio do Estado para a geração de novas tecnologias, as quais terão o papel de maximizar lucros e minimizar o uso de recursos ambientais e energia. (SCHMIDHEINY, 1992, apud DUPAS, 2006, p. 250)

Mas este macrotema agrega também iniciativas de pequenos grupos (empresariais ou de cidadãos), como é o caso relatado na edição de 15 de novembro de 2016. A matéria “Comerciantes e indústrias criam meios para economizar água em PE” (Figura 7) apresentou a ação conjunta de empresários de Belo Jardim, no agreste de Pernambuco, para criação de métodos de economia de água e enfrentamento da estiagem. Neste fato, cabe a ressalva do objetivo empresarial: contornar os efeitos de um fenômeno natural (a seca), em vez de preocupação direta com algum tipo de degradação ambiental.

**Figura 7 – Notícia sobre métodos empresariais de economia de água**



Fonte: Jornal Nacional, 15 de novembro de 2016.

Outras ações podem ser desenvolvidas por indivíduos ou pequenos grupos minimamente organizados, também em função dos conceitos de “sustentabilidade” e de “eco-desenvolvimento” criados entre as décadas de 60 e 70 – conforme explicamos no capítulo 1. Ambos os conceitos se reportam a um “enfoque sistêmico de análise e planejamento de um novo estilo de desenvolvimento regional e local endógeno e orientado para a satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) das populações envolvidas” (BARROS e SOUSA, 2010, p. 50).

Portanto, além da ação de empresas, a noção de sustentabilidade atinge também os modelos de gestão das cidades e a participação de cada cidadão, individualmente ou em agrupamentos. Todos devem estar unidos em nome da sustentabilidade urbana, para perseguir a diminuição da degradação do meio ambiente e, paralelamente, a redução das desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos. Na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os 27 princípios de orientação para ações internacionais indicam que “os principais favorecidos com a sustentabilidade são os próprios seres humanos” (p. 51).

Mas a colaboração inovadora pode ser estimulada por organizações não governamentais, conforme matéria exibida na edição de 3 de abril de 2017, sob a manchete “Iniciativa combate *Aedes aegypti* e ajuda comércio em Campo Grande” (Figura 8). O Jornal Nacional revelou um pequeno projeto desenvolvido por um instituto na capital do Mato Grosso do Sul. Observe trecho do *off* da matéria, agrupada no microtema “Ativismo”:

*Off 2 - A sacola cheia é levada para a sede do Instituto de Desenvolvimento Evangélico, onde a brincadeira começa a ficar séria. Em troca das garrafas, as crianças recebem notas de Ideal: uma moeda criada pelo projeto. Tem até cotação própria, conforme o preço pago pelas empresas de reciclagem. Hoje, um quilo de garrafas custa 80 centavos, ou 1 Ideal. Metade do que é arrecadado com a venda do material reciclável ajuda a manter o projeto, que atende 150 crianças carentes. A outra metade movimenta o comércio.*

**Figura 8 – Notícia sobre ativismo de crianças para coleta de garrafas PET**



Fonte: Jornal Nacional, 3 de abril de 2017.

A participação de crianças demonstra um dos braços necessários para a aplicação do conceito de sustentabilidade, que se torna uma concepção abrangente e que requer práticas de educação ambiental – incentivadas nas escolas, nas famílias e na mídia. “A construção do desenvolvimento sustentável é uma tarefa para toda a sociedade, não apenas para os governos. (...) Exigirá o engajamento de cada cidadão” (NOVAIS, 2005, p. 330, apud BARROS e SOUSA, 2010, p. 51).

Essa mentalidade do cidadão participativo, unidade individual, agente transformador está presente de forma emblemática na matéria “Homem refloresta sozinho uma cidade de Pernambuco”, exibida na edição de 1º de maio de 2017. A notícia conta a história de um professor que plantou um sem número de árvores no município de Aliança, na Zona da Mata pernambucana, ao longo de mais de 50 anos. O nome do ativista solitário, curiosamente, remete à missão que assumiu (João Florindo) e ganha destaque em arte gráfica produzida pelo videografismo do JN (Figura 9).

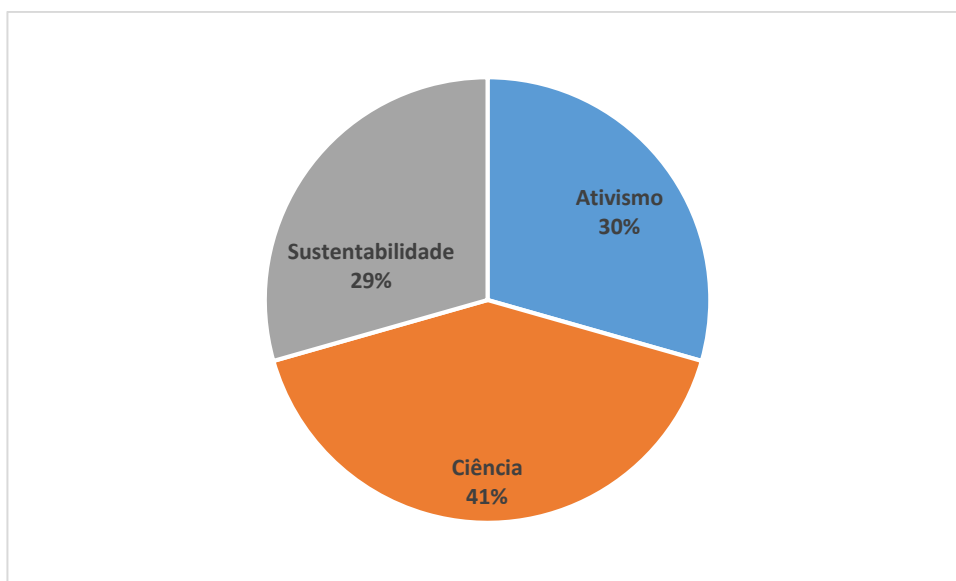
**Figura 9 – Notícia sobre ativismo solitário para reflorestamento**



Fonte: Jornal Nacional, 1º de maio de 2017.

As notícias estão bem distribuídas neste macrotema, quase que de forma equânime (Gráfico 4). A maior parte do conteúdo foi agrupado no microtema Ciência (41%), que contém 7 das 17 matérias.

**Gráfico 4 - Proporção de notícias - macrotema Inovação e Desenvolvimento**



Fonte: pesquisa empírica.

### **3.5.5 Biodiversidade**

Neste macrotema, agrupamos notícias que revelam sensações como: “encantamento” com aspectos da vida animal e vegetal que sobressaem, de modo inusitado, curioso e belo ao cotidiano urbano (em alguns casos, a presença de um grupo de animais vira atração turística); “senso de proteção ambiental” demonstrado em situações de cativeiro ou devolução à natureza; “curiosidade humana” pela descoberta científica de espécies; e “preocupação” com ritmo de desmatamento de ecossistemas como Amazônia e Mata Atlântica, fundamentada em medições periódicas oficiais.

O aumento do interesse pelo assunto é registrado no fim da década de 1940, na Europa, e na segunda década seguinte no Brasil, com o advento do conservacionismo. O movimento provém do entendimento sobre “conservação”, um conceito disseminado no fim do século XIX como um relacionamento ético entre pessoas, terras e recursos naturais, ou seja, “uma utilização coerente desses recursos de modo a não destruir sua capacidade de servir às gerações seguintes, garantindo sua renovação” (MOUSINHO, 2005, p. 346, apud BARROS e SOUSA, 2010, p. 45).

No Brasil, o marco do conservacionismo é a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958. Instituições como essa, neste e em outros países, elegeram como foco de atuação a preservação da fauna e da flora, num período

em que se manifestava um tipo de “ambientalismo romântico”, como observa Barros e Sousa (2010). O romantismo emprestado à visão da natureza termina por dissociá-la, no noticiário, da cultura e da sociedade. Um dos emblemas do período foi a discussão sobre a proteção de espécies animais e vegetais em extinção.

No Brasil, a fauna silvestre constituiu o foco de interesse dos pesquisadores, destacando-se: mico-leão-dourado, ouriço-preto, baleias, macacos mono-carvoeiros ou muriquis, tartarugas marinhas, saguis, mico-leão vermelho, macaco-da-noite e ararinha azul. As campanhas da época apresentavam conotação romântica e apelo emocional, com a exploração de imagens dos animais, a fim de comover o público. (BARROS e SOUSA, 2010, p. 45)

A natureza distante, de cores e lugares exuberantes, de fauna e flora exóticas, serve à exploração turística e ao capricho das lentes de fotógrafos e de repórteres cinematográficos. Características finais como o exótico, o lúdico e o ambíguo (idealização e degradação) são ressaltadas por reportagens e documentários de televisão, que transformam animais em “brinquedos vivos” (SCHMIDT, 2003, p. 179). Em outros casos, grupos de animais se aproximam do contexto urbano e despertam interesse semelhante.

Na análise do Jornal Nacional, capturamos algumas matérias que simbolizam essa discussão, como a reportagem exibida em 27 de dezembro de 2016: “Araras se espalham por cidade no interior de SP e encantam moradores”. E outra matéria foi exibida nessa linha, com uso do mesmo verbo na manchete, dois dias depois: “Cardumes de sardinhas encantam banhistas em praia do Rio”.

Na primeira matéria, um texto ora poético, ora informativo leva ao noticiário carga leve em meio aos assuntos tradicionais de Política, Justiça e Economia, por exemplo (Figura 10). E a repórter traduz em palavras o lado emocional (encantamento), mas também revela o sentido principal do fato (proteção ou conservação), conforme veremos no texto da matéria:

*(...) Santa Fé do Sul tem pouco menos de 30 mil habitantes e, entre eles, um grupo de invasores muito bem-vindos. É no topo das palmeiras que o casal de araras namora e aproveita para vigiar os filhotes. Eles só saem de perto do tronco onde fizeram o ninho para buscar alimento. As araras canindé começaram a chegar em Santa Fé do Sul, no interior de São Paulo, há seis anos. "É uma maravilha poder*

*ver esses animais tão lindos voando aqui. É o que enfeita e a alegra a cidade”, conta Amanda Napoleão, cabeleireira.*

*Hoje, são vários ninhos espalhados por toda cidade. Na calçada, em frente a uma oficina, a palmeira seca virou abrigo para trigêmeos. "Coisa mais bonita que tem é isso aqui”, diz um homem. Em outro bairro, mais um ninho. Os moradores fazem de tudo para vigiar e proteger os filhotes. "A gente cuida como se fosse da família mesmo", destaca outro homem. Este ano, eles criaram um grupo no celular para monitorar as araras.*

*(...) As araras começam a se reproduzir no fim de agosto e ficam em média por quatro meses. Agora, falta muito pouco para toda família partir. Os filhotes já estão treinando para isso. Alguns arriscam até um voo sem sair do lugar. Em breve, eles estarão disputando um lugar no topo das árvores, enfeitando o céu e mostrando que é possível conciliar preservação com desenvolvimento urbano.*



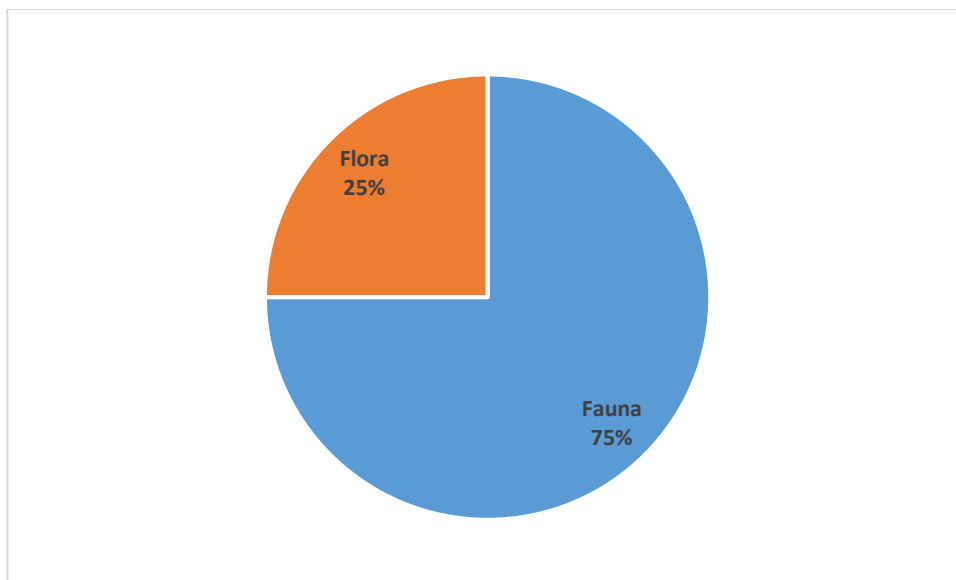
**Figura 10 – Notícia sobre mobilização urbana para proteção de araras**



Fonte: Jornal Nacional, 27 de dezembro de 2016 (montagem de três frames).

As matérias do microtema Fauna dominam dois terços do noticiário do macrotema Biodiversidade, com 12 das 16 notícias atribuídas a esta seção. Observe no Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Proporção de notícias - macrotema Biodiversidade**



Fonte: pesquisa empírica.

### 3.5.6 Resíduos Sólidos

O macrotema contém, por um lado, divisão por esferas de atribuição (microtemas Domiciliares e Industriais) e reserva espaço para notícias sobre novas tecnologias – este último microtema está presente também na seção seguinte, Produção de Alimentos.

Tema oriundo de debates sobre sustentabilidade, o descarte de resíduos sólidos é um dos principais desafios da vida urbana, sobretudo em função da ampliação do consumo de produtos industrializados. Segundo Giacomini Filho (2008), o desperdício é um indicador do consumismo nas residências (progressivo conforme a renda) e do uso inadequado no âmbito empresarial.

O grande símbolo do consumismo e do acúmulo prejudicial de lixo é o uso do plástico, a partir da década de 1970, sobretudo em regiões com maior expansão econômica. É o produto que melhor representa o dilema do descarte de embalagens, embora o desafio da reciclagem passe pela destinação correta de qualquer produto fabricado ou não, como eletroeletrônicos, roupas e alimentos orgânicos.

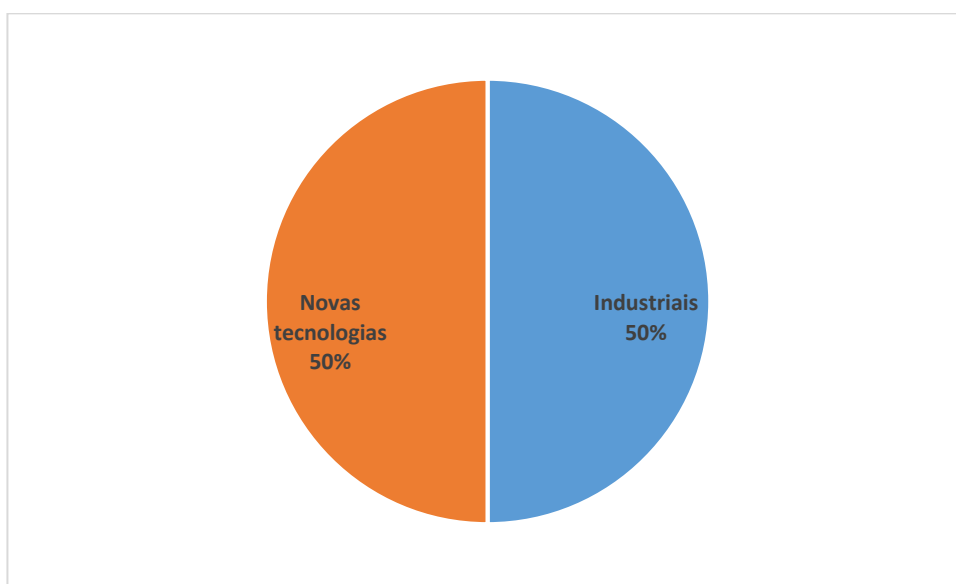


Tomamos por base o conceito de consumismo que demonstra disparidade entre necessidade e compra, ou em último estágio, entre descarte e consciência ambiental. O exato eixo do debate conceitual – o consumismo em si – é apresentado por Giacomini Filho (2008), com amplitude de adjetivos denotativos de danos e prejuízos.

Consumismo refere-se ao “consumo espúrio”, que se caracteriza pela má qualidade da compra ou pelo usufruto de bens, tornando-se inadequado aos indivíduos, à coletividade e aos padrões de sustentabilidade. Nesse sentido, o consumo pode ser caracterizado como conspícuo, depreciativo, supérfluo, fútil e prejudicial. O consumo de má qualidade é sempre prejudicial ao consumidor (...) Consumo espúrio também se refere ao consumo destrutivo, em que a opção de um produto pode ser danosa à sociedade e ao meio ambiente. (GIACOMINI FILHO, 2008, p. 73)

No período de doze meses de análise do Jornal Nacional, verificamos somente duas (2) notícias do macrotema Resíduos Sólidos, sendo cada uma delas atribuída a um microtema específico (Gráfico 6). Não encontramos nenhuma matéria enquadrável no microtema Domiciliares.

**Gráfico 6 - Proporção de notícias do macrotema Resíduos Sólidos**



Fonte: pesquisa empírica.

No microtema Industriais, enquadramos a matéria “Lei que dá destino a embalagens e resíduos industrializados não pegou”, exibida na edição de 9 de agosto de 2017. Hábito brasileiro, a Lei Nacional de Resíduos Sólidos havia completado sete anos sem cumprimento devido. A reportagem (Figura 11) visitou indústrias e ouviu

empresários e consumidores, para explicar a premissa da legenda: “Falta de diálogo com outros setores só agrava o problema dos lixões”. Observe o trecho do *Off*:

*Todas as lâmpadas deveriam parar em lugares apropriados para separar o metal, o vidro, substâncias tóxicas, como o mercúrio com segurança. A empresa recicla 300 mil lâmpadas fluorescentes por mês e já instalou uma máquina nova, ainda em testes, para triplicar a capacidade de processamento.*

*Jornal Nacional: Só falta o pessoal entregar mais lâmpada?*

*"Com certeza, estamos esperando, preparados", disse um homem [empresário de usina de reciclagem].*

*A esperança passa pelo acordo fechado com o governo pelo setor de lâmpadas, dentro do que prevê a Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Um dos raros acordos em vigor, sete anos depois da lei ter sido sancionada. Ele tem a adesão de 65 empresas e prevê a criação de quase quatro mil pontos de coleta, em todo o país, para ampliar o percentual de reciclagem desse material, que hoje não passa de 5%.*

**Figura 11 – Notícia sobre falta de aplicação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos**



Fonte: Jornal Nacional, 9 de agosto de 2017.

No período analisado, identificamos somente duas matérias direcionadas ao macrotema Resíduos Sólidos. Nenhuma sobre resíduos sólidos domiciliares. Portanto, além da matéria acima (Industriais), localizamos uma reportagem agrupada no microtema Novas Tecnologias. Exibida em 17 de fevereiro de 2017, a notícia trouxe como manchete:

“Em Goiás, carros abandonados ficam do tamanho de uma geladeira”. Observe parte do Off:

*Em Goiás, a Polícia Rodoviária Federal decidiu reduzir o problema dos carros abandonados em postos de fiscalização. Literalmente.*

*Repórter: Você seria capaz de identificar que carro era esse?*

*Maxwell Barbosa Ribeiro, motorista: Não, não. Não tem nem assim noção de saber que carro que é esse.*

*Dentro da máquina de prensar, o carro foi amassado de um lado, depois do outro, até que ficar do tamanho de uma geladeira. Este vai ser o destino de 2.600 veículos que estavam nos pátios da Polícia Rodoviária Federal em Goiás.*

**Figura 12 – Notícia sobre prensa de carros abandonados para reutilização**



Fonte: Jornal Nacional, 17 de fevereiro de 2017 (montagem de dois frames).

### 3.5.7 Produção de Alimentos

Este macrotema agrega situações díspares inerentes à saúde humana, no tocante à produção agropecuária. Embora o tema seja mais comum a produtos específicos do noticiário televisivo, como o programa Globo Rural, é possível capturar reportagens simbólicas no conteúdo produzido pelo Jornal Nacional. Detectamos seis notícias.

Duas delas foram agrupadas no microtema Agrotóxicos – assunto que despontou na esteira dos movimentos sociais de contestação, a partir da década de 1960. O combate ao uso desses produtos é uma das principais bandeiras de crítica ao sistema capitalista de produção agrícola e ao sistema de transferência de tecnologia rural para os países periféricos.

“Esse debate situa-se no âmbito dos efeitos da chamada ‘revolução verde’, com o uso maciço de máquinas e defensivos agrícolas. Nesse estágio o noticiário é apresentado de forma esparsa, com abordagem pitoresca e dramática” (BARROS e SOUSA, 2010, p. 48).

Ao analisar a presença do assunto na mídia, Lopes e Almeida Júnior (2009) relatam a ausência de orientação e de informação noticiosa sobre riscos de envenenamento a consumidores, trabalhadores rurais e técnicos que manipulam as substâncias.

Os autores citam levantamento da Organização Mundial de Saúde (1990), que indica estimativa de 3 milhões de pessoas afetadas e mais de 200 mil mortes por ano, em decorrência da contaminação pelo uso de agrotóxicos. No Brasil, seriam 400 mil casos de pessoas contaminadas somente em 2002, segundo cálculo do Ministério da Saúde (PERES et al., 2005, apud LOPES e ALMEIDA JÚNIOR, p. 116).

As duas notícias rotuladas no microtema Agrotóxicos foram: “Anvisa: 99% dos alimentos estão livres de risco agudo por agrotóxicos” (25 de novembro de 2016) e “Países da Europa recebem ovos contaminados com pesticida” (11 de agosto de 2017).

A primeira foi uma nota simples, em duração padrão limite de 29 segundos:

*A Agência Nacional de Vigilância Sanitária afirmou que quase 99% das amostras de alimentos analisadas nos últimos três anos estavam livres de resíduos de agrotóxicos com risco de intoxicação em vinte e quatro horas. É a primeira vez*

*que a Anvisa monitora o risco agudo para saúde oferecido por cereais, leguminosas, frutas, hortaliças e raízes. Agora a agência vai analisar o risco de intoxicação pela ingestão seguida desses alimentos.*

Mas a segunda ganhou repercussão de 1 minuto e 34 segundos, no texto do correspondente de Londres, Pedro Vedova (Figura 13). A notícia representa bem o que Vernier (2008, p. 93) chama de “acidentes importantes” decorrentes de riscos da produção industrial de alimentos. A produção limpa e sem riscos é um dos seis pontos enumerados pelo autor francês como desafios para a proteção do meio ambiente. E nesse caso, com consequência direta à saúde humana. Observe trecho do *Off*:

*(...) De uma omelete científica, nasceu um escândalo: pesquisadores encontraram um pesticida no meio de milhões de ovos. A contaminação aconteceu na Bélgica e na Holanda, mas logo o problema já tinha se espalhado em 16 países europeus e Hong Kong. O fipronil mata pulgas, carrapatos e piolhos. Só que a Europa não aceita o uso em animais destinados ao consumo humano.*

*A ingestão de pesticida pode causar enjoo, dor de cabeça e dor de estômago. Em casos mais graves, ataca os rins, o fígado e a tireoide, mas especialistas britânicos explicam que as pessoas só sentiriam esses efeitos se comessem dez mil ovos.*

*A precaução, sobretudo com as grávidas, fez os principais supermercados retirarem os lotes das prateleiras. Autoridades identificaram 26 suspeitos e prenderam pelo menos duas pessoas. Perto de 200 granjas foram fechadas pela Holanda, Bélgica, Alemanha e França.*



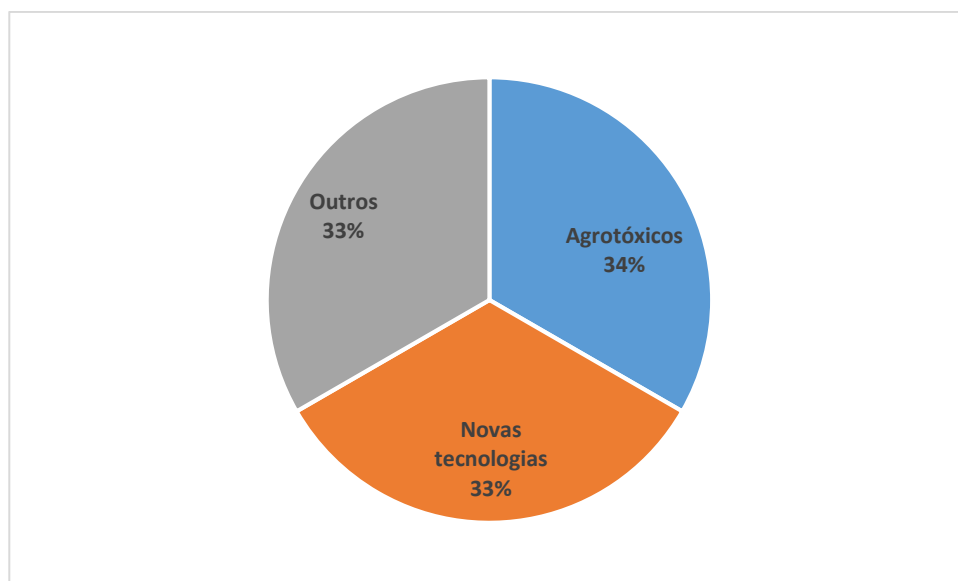
**Figura 13 – Notícia sobre contaminação de ovos por pesticida na Europa**



Fonte: Jornal Nacional, 11 de agosto de 2017 (montagem de dois *frames*).

Conforme citado acima, duas das seis matérias do macrotema Produção de Alimentos foram rotuladas no microtema Agrotóxicos (Gráfico 7). Outras duas foram endereçadas ao microtema Novas Tecnologias. E nenhuma matéria foi relacionada ao microtema Agroecologia.

**Gráfico 7 - Proporção de notícias do macrotema Produção de Alimentos**



Fonte: pesquisa empírica.

### **3.5.8 Urbanismo**

Macrotema de frequência mínima no Jornal Nacional, esta seção contém apenas três reportagens gravadas identificadas nos 12 meses de apuração. E a terceira reportagem poderia ter incrementado este resultado positivamente: a manchete “Fantástico vai debater o saneamento básico no país”, de 18 de fevereiro, compôs apenas uma chamada de 1 minuto e 12 segundos para o conteúdo a ser exibido pelo programa Fantástico, no domingo seguinte. O restante é composto por notas curtas, num total de 7 “matérias”.

Na “agenda urbana” explorada por Dencker e Kunsch (1996) e Oliveira (1991), e recuperada por Barros e Sousa (2010), seis categorias temáticas se destacam nos estudos sobre jornalismo e meio ambiente no Brasil: poluição; clima; mercado verde; ecologia e problemas sociais; urbanismo; e ambiente e qualidade de vida.

Para efeito desta pesquisa, vamos nos concentrar nas duas últimas. Segundo os autores, a abordagem noticiosa do assunto “urbanismo” relacionado a meio ambiente aparece apenas em revistas semanais, “dirigidas ao público das grandes cidades brasileiras onde a questão urbana aparece como parte do problema ecológico” (DENCKER e KUNSCH, 1996; OLIVEIRA, 1991, apud BARROS e SOUSA, 2010, p. 62). Nessas notícias de acesso restrito, as fontes frequentes são os atores governamentais e entidades conservacionistas em situação de parceria.

Já o núcleo “ambiente e qualidade de vida” abarca uma série de temas inter-relacionados como saúde, educação, meio ambiente, cidadania, espaço urbano, desenvolvimento sustentável e globalização. De enfoque denunciante, reúne notícias de conotação holística, que relacionam a qualidade da vida urbana a um conjunto de fatores como alimentação saudável e sem agrotóxicos, água tratada de forma adequada, qualidade do ar, comportamento crítico em relação ao consumo e cuidado com o espaço urbano (DENCKER e KUNSCH, 1996; OLIVEIRA, 1991; BARROS e SOUSA, 2010).

Coincidentemente, neste macrotema as duas matérias propriamente ditas (e também a chamada do Fantástico) foram agrupadas ao microtema Qualidade de Vida. São elas: “Belo Horizonte fecha parques por risco de contágio de febre amarela” (23 de fevereiro de 2017) e “Brasil tem quase 3 mil lixões ou aterros irregulares, diz levantamento” (8 de maio de 2017).

A primeira matéria relacionou o risco de contaminação de uma doença entre animais e homens, fato que resultou numa medida de saúde preventiva lida como uma intervenção de ordem urbana, com consequências turísticas. A reportagem relata que 11 macacos apareceram mortos com sinais de febre amarela. Observe na Figura 14 a arte gráfica utilizada para ilustrar os parques atingidos pela decisão.

**Figura 14 – Notícia sobre interdição de parques ecológicos urbanos**



Fonte: Jornal Nacional, 23 de fevereiro de 2017.



E a segunda matéria retrata novamente, assim como mostramos no macrotema Resíduos Sólidos, o problema da ausência de aplicação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse caso, a reportagem explica que o fim dos lixões no Brasil – previsto pela lei – está longe de acontecer. Embora a matéria (Figura 15) não traga detalhes sobre a discussão, cita que o mecanismo legal é alvo de nova prorrogação no Congresso.

De fato, com a aprovação em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que todos os lixões do país deveriam ter sido fechados até 2 de agosto de 2014 e o rejeito (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado) deveria ser encaminhado para aterros sanitários adequados. Como o plano não se concretizou, um projeto de lei de 2015, aprovado no Senado e que aguarda criação de comissão na Câmara dos Deputados, propôs a prorrogação da medida de acordo com o porte populacional das cidades<sup>38</sup>.

Na matéria do Jornal Nacional, as imagens gravadas e recuperadas de arquivo causam impacto por mostrar cenas de pessoas e famílias a “trabalhar” nos amontoados de lixo, entre urubus e caminhões coletores. A foto da figura 15 é suficiente para a simbologia emblemática de impacto social.

**Figura 15 – Notícia sobre permanência de lixões urbanos no Brasil**

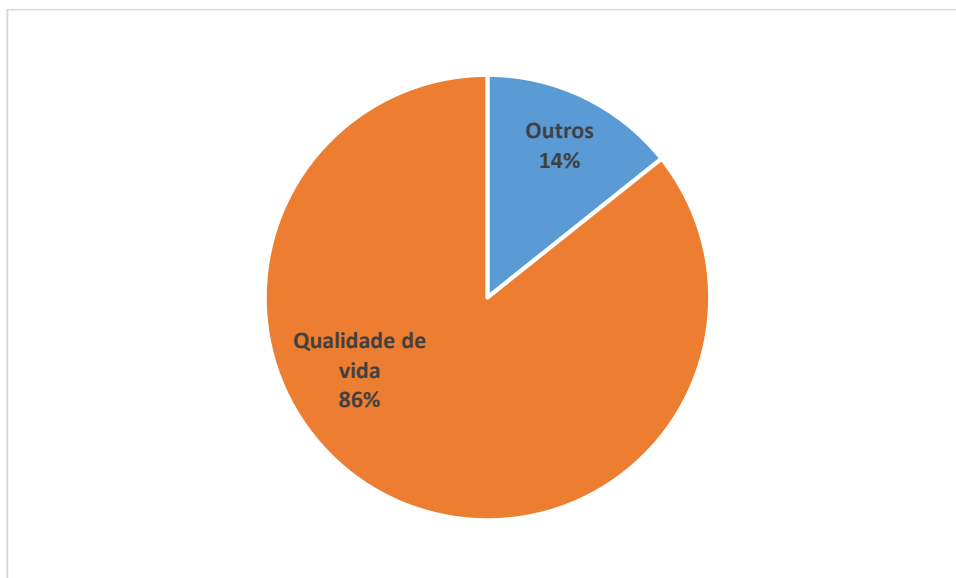


Fonte: Jornal Nacional, 8 de maio de 2017.

<sup>38</sup> O Projeto de Lei 2289/2015 dá prazo até 31 de julho de 2018, para capitais e regiões metropolitanas se adequarem; até 31 de julho de 2019, para municípios com população superior a 100 mil habitantes; até 31 de julho de 2020, para municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e até 31 de julho de 2021, para aqueles com população inferior a 50 mil habitantes.  
(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/governo-federal-espera-pela-prorrogacao-do-prazo-da-lei-que-acaba-com-os>)

Do total de sete “matérias” (três reportagens e quatro notas) do macrotema Urbanismo, a grande maioria foi endereçada ao microtema Qualidade de Vida, como vemos no Gráfico 8. Nenhuma matéria foi atribuída aos microtemas Planejamento e Crescimento.

**Gráfico 8 - Proporção de notícias do macrotema Urbanismo**



Fonte: pesquisa empírica.

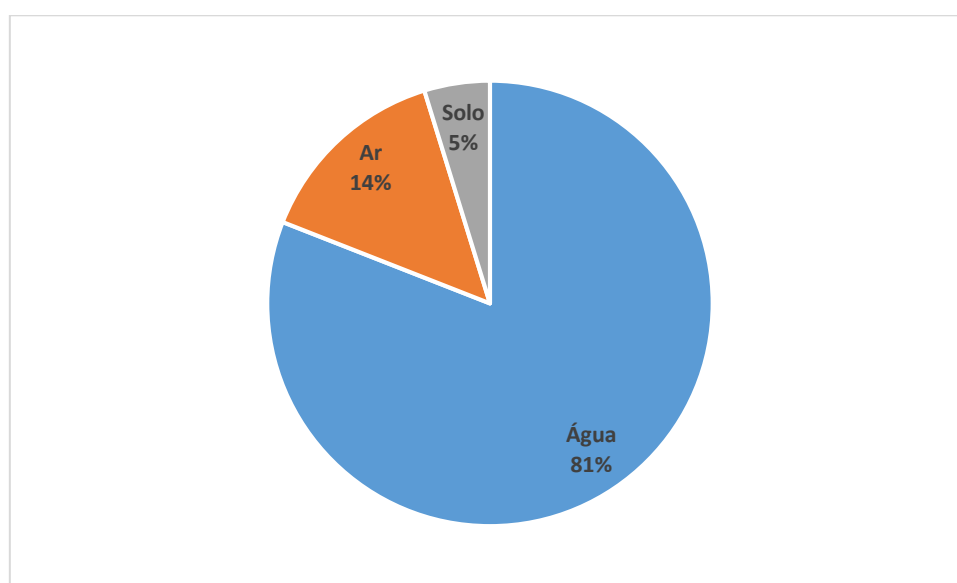
### 3.5.9 Recursos Naturais

Ao contrário do macrotema anterior, este totaliza grande número de matérias (21), com agenda massiva direcionada ao microtema Água (81% da cobertura). O noticiário sobre recursos hídricos é opção frequente do Jornal Nacional (vide gráfico 9), com matérias sobre poluição, efeitos da estiagem, transposição do Rio São Francisco e diminuição da vazão de reservatórios por hidrelétricas – este último o assunto mais notado.

Embora o foco não seja a conservação ou as medidas protetivas, esta seção agrupa notícias de relevância sobre elementos de usufruto humano, ou seja, trata de fatos de interferência decisiva às populações na cidade ou no campo. Inversamente, o sentido de proteção volta-se à sobrevivência da espécie humana. Essa preocupação com o patrimônio natural é tratada com mais evidência pela mídia a partir de 1972, quando a Conferência de Estocolmo (vide capítulo 1) ajudou a consolidar o pensamento ecológico entre governantes e cidadãos, apesar da resistência de muitos líderes.

No evento, a delegação brasileira foi uma das que defenderam a tese do “desenvolvimento industrial com poluição”. Porém, nos anos seguintes a intervenção da ONU colaborou para a criação de organismos oficiais voltados para a formulação e execução de políticas públicas ambientais, como é o caso da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), criada pelo governo brasileiro em 1973. A ação da ONU também colaborou para diversas formas de gestão sustentável e racional dos recursos naturais e para o combate à poluição, um dos temas-chave desse tipo de noticiário (BARROS e SOUSA, 2010, p. 49).

**Gráfico 9 – Proporção de notícias do macrotema Recursos Naturais**



Fonte: pesquisa empírica.

A proeminência da água como recurso natural é bem explicada por Vernier (2008), que recorda da proporção capturada por satélites do planeta azul (três quartos da superfície do globo terrestre e, igualmente, três quartos dos tecidos vivos). Mas a aparente autossuficiência é esclarecida pelo autor francês.

Tal abundância pareceria proteger-nos da falta de água. Infelizmente, não é isso que acontece por dois motivos. Não basta haver água, ela tem que ser encontrada no lugar certo e na hora certa. (...) É preciso haver água de qualidade adequada. A água salgada do mar, mesmo quando está próxima, não pode ser utilizada, exceto se for dessalinizada a um preço muito alto para a maioria dos usos: nem o bebedor, nem as caldeiras ou as indústrias, nem as produções agrícolas suportam sal. (VERNIER, 2008, p. 13)

Ao enfatizar a capacidade de contribuição do Brasil ao “futuro ecologicamente sustentado” de toda a humanidade, Leonardo Boff (2001, p. 18) coloca o potencial de água potável entre os três pontos favoráveis ao país, além da biodiversidade e da riqueza de substâncias farmacológicas. Ele frisa que na América Latina, especialmente no território brasileiro, se concentram 47% da riqueza hídrica da Terra – um dado de imenso destaque, frente ao “recurso natural mais escasso na natureza”: a água potável.

Para efeito desta pesquisa, separamos para análise o segundo assunto mais noticiado sobre o microtema Água: escassez de abastecimento. No período verificado, notícias sobre a crise hídrica no Distrito Federal ganharam evidência semelhante à problemática anual da estiagem no Nordeste brasileiro.

De janeiro a outubro de 2017, verificamos quatro matérias sobre o assunto, em que todas as manchetes mantêm o valor-notícia de novidade histórica: “Seca leva DF a sofrer primeiro racionamento de água” (12/01/2017); “DF enfrenta racionamento na maior crise hídrica da história” (02/02/2017); “Pela primeira vez na história, Brasília enfrenta racionamento de água” (27/02/2017); “Brasília vive a maior escassez de água de seus 57 anos de história” (23/10/2017).

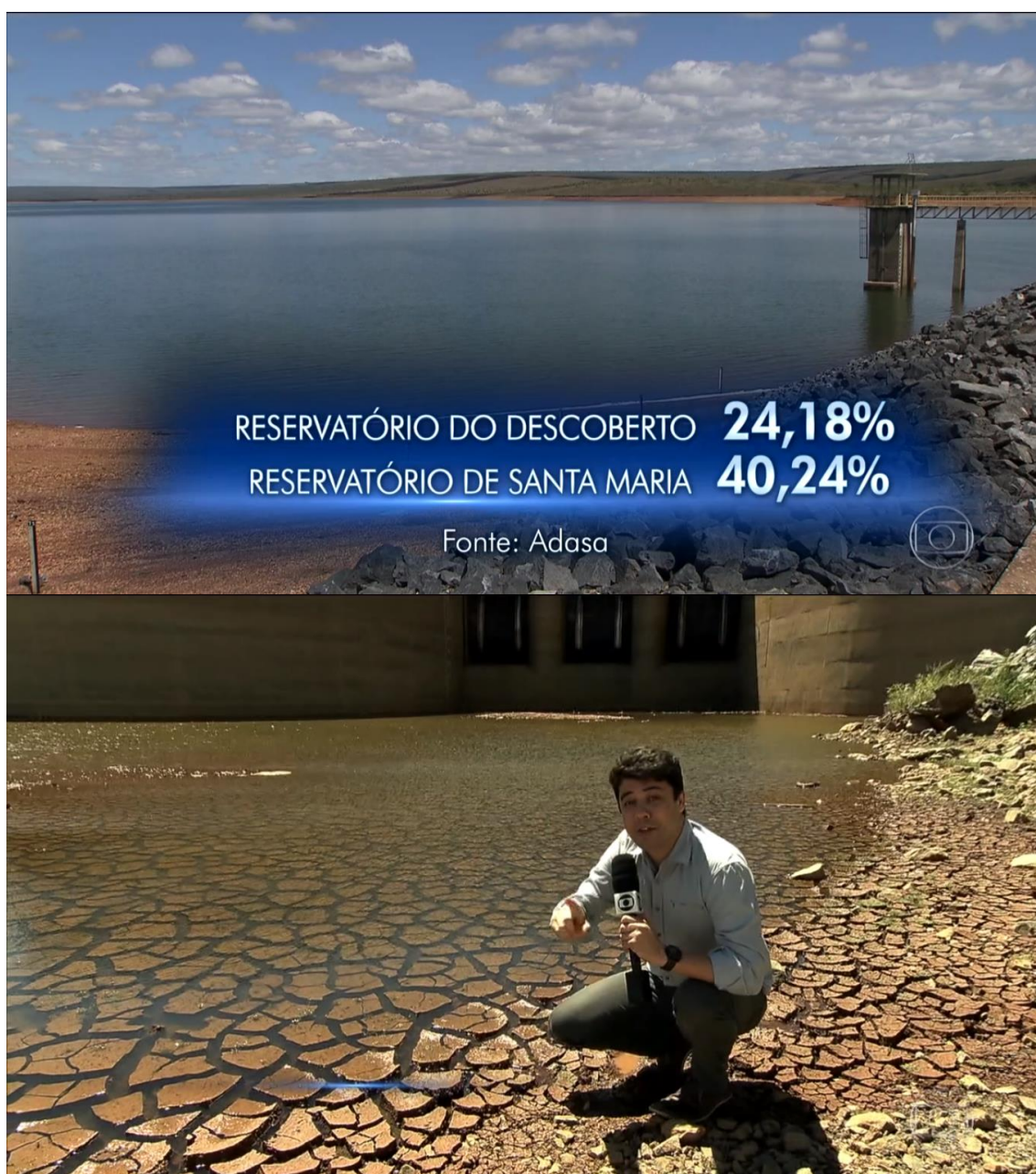
A maior cobertura foi encontrada na segunda matéria (Figura 16), com 3 minutos e 18 segundos de duração e apenas dois entrevistados: um especialista em recursos hídricos e o síndico de um condomínio. Mas a reportagem traz informações de amplitude nacional, com dados sobre a situação dos reservatórios em estados das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do país, conforme observamos na primeira parte do *off*:

*As chuvas deste verão estão ajudando a recuperar reservatórios de várias cidades brasileiras como o Cantareira, em São Paulo. Mas em parte da Bahia e no Distrito Federal a situação do abastecimento é crítica. Comprando caixa d'água ou estocando água do jeito que dá mesmo. Assim os moradores do Distrito Federal enfrentam a maior crise hídrica da história.*

*A situação de emergência foi decretada no fim de janeiro: 14 distritos estão no racionamento e cerca de dois milhões de pessoas têm água dois dias sim, um dia não. Nível mais crítico ainda na Bahia. O reservatório de Sobradinho é o principal do Nordeste e está com pouco mais de 10% de sua capacidade.*

*E isso bem no meio da estação úmida, que deveria trazer algum alento para a seca na região. Onde a chuva veio e melhorou a situação dos reservatórios foi no Sul e no Sudeste.*

**Figura 16 – Notícia sobre maior crise hídrica de Brasília**



Fonte: Jornal Nacional, 2 de fevereiro de 2017 (montagem de dois *frames*).

### **3.5.10 Matrizes Energéticas**

Coincidentemente, o macrotema agrupa o mesmo total de notícias que o anterior (21), mas a cobertura está melhor distribuída entre os microtemas disponíveis, com destaque para Alternativas e Previsões – ambas com 33% das notícias, conforme está registrado no Gráfico 10.

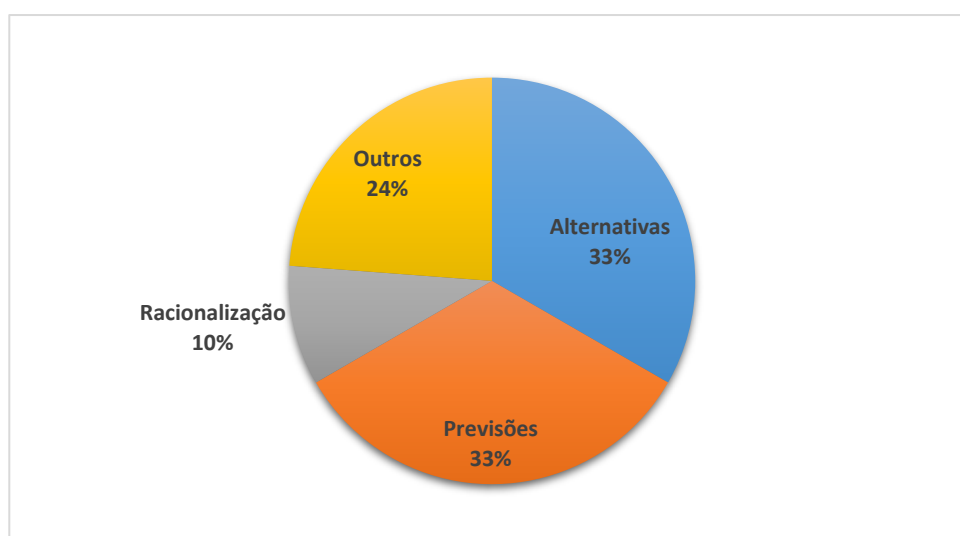


Contudo, boa parte do conteúdo é reproduzida de modo breve, em notas simples de 20 a 30 segundos, normalmente sobre decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a respeito de descontos ou aumentos no preço da conta de energia elétrica, em função das bandeiras tarifárias (que regulam a taxa de cobrança em função do nível dos reservatórios). No período analisado, registramos nove notas semelhantes:

1. Acionamento das usinas térmicas deixa contas de energia mais caras
2. Após cobrança indevida, Aneel vai dar desconto nas contas de luz em abril
3. Conta de energia terá bandeira vermelha em abril
4. Conta de luz continua cara em maio por causa da falta de chuva
5. Contas de luz vão ficar mais baratas em junho
6. Conta de luz fica mais cara a partir de 1º de julho por conta das termelétricas
7. Conta de luz fica mais cara em outubro com bandeira vermelha nível 2
8. Veja qual é o impacto da bandeira vermelha na conta de luz
9. Taxa extra na conta de luz vai subir mais de 40% em novembro

Compreende-se a frequência de notícias sobre mudanças na cobrança pelo serviço de energia elétrica, por dois motivos: o interesse final do consumidor (o peso no orçamento familiar) e a obrigação legal de divulgação de alterações no sistema de preços, que é regulado de modo bem específico.

**Gráfico 10 – Proporção de notícias do macrotema Matrizes Energéticas**



Fonte: pesquisa empírica.

Cabe ponderar o modelo de infraestrutura energética do Brasil, que tem matriz predominantemente hidráulica, com mais de 80% da geração proveniente de hidrelétricas (BRASIL, 2013). Embora a fonte seja do tipo renovável, é necessário considerar pontos negativos do sistema, como a dependência do volume de chuvas para manter os reservatórios cheios e o impacto ambiental da construção de barragens e da exploração de usinas hidrelétricas, que acarretam em alagamento de imensas áreas, êxodo de comunidades, danos à biodiversidade e alteração da navegabilidade de rios (FARIAS E REI, 2015, p. 17-18).

O maior desafio para o setor é a substituição de investimentos em fontes de energia tradicionais para fontes consideradas de energia limpa, como solar, eólica e biomassa, além da elaboração de programas de eficiência energética (PNUMA, 2013).

Neste ponto de análise, selecionamos duas matérias representativas do microtema Alternativas: as reportagens “Aumenta o número de consumidores que produzem a própria energia” (3 de fevereiro de 2017) e “Nordeste puxa a produção de energia eólica no Brasil, que bate recordes” (7 de julho de 2017).

A primeira matéria (Figura 17) explica os benefícios da instalação de placas fotovoltaicas para produção de energia solar, com destaque aos benefícios de economia para dois empresários: os donos de uma pequena fábrica e de um restaurante, ambos localizados numa mesma cidade da região Nordeste. Embora a reportagem não traga informações sobre vantagens para o meio ambiente, os relatos dos personagens e do diretor-geral da Aneel são positivos – mas em sentido único: a vantagem financeira. Observe parte do *Off*:

*O número de consumidores brasileiros que produzem a própria energia aumentou mais de 17 vezes nos últimos dois anos no país. A fábrica de casquinhas de sorvete em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, investiu R\$ 160 mil em painéis solares para gerar toda a energia de que precisa: 3.500 kWh por mês. O financiamento dos equipamentos vai ser pago em cinco anos. Luciano diz que compensa. (...)*

*A energia que ele produz é compartilhada com a rede elétrica. A luz do sol já garante até mais energia do que a empresa necessita atualmente, e essa sobra gera um crédito junto à concessionária de energia do estado. Enquanto a fábrica não é ampliada, o Luciano está usando esse excedente em outro endereço. A legislação permite, desde que as contas de luz estejam em nome da mesma pessoa.*

*A energia que vem da empresa zerou a conta da casa dele. “Se eu não estivesse utilizando essa energia que está sendo produzida na fábrica, eu estaria pagando, em média, R\$ 600 a R\$ 700 aqui em casa”, conta.*

**Figura 17 – Notícia sobre energia solar e economia para empresários**



Fonte: Jornal Nacional, 3 de fevereiro de 2017 (montagem de dois frames).

A segunda matéria segue linha semelhante, mas apresenta outra tecnologia alternativa: a energia eólica, em reportagem novamente ambientada na região Nordeste. Mas ao contrário da anterior, esta não contou com personagens e foi construída totalmente com análise de dados numéricos que traçam um panorama da produção eólica no país,



com ênfase para a participação de 80% dos estados nordestinos. Com uso de artes gráficas em larga escala e aproveitamento de belas imagens dos aerogeradores (Figura 18), a única entrevista é empregada no fim da matéria: um pequeno depoimento da presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica. Observe trecho do Off:

*Os bons ventos nunca foram tão bem aproveitados. Na terça-feira (4), o Brasil produziu 6.704 megawatts de energia eólica. Mais do que o recorde anterior, de um dia antes (6.280) e o que o registrado no dia 13 de setembro de 2016 (6.059). A energia gerada na terça é suficiente para abastecer 3 milhões de consumidores por um mês inteiro. E significou 11,42% de toda a eletricidade produzida no dia, no país. O Brasil tem 457 parques eólicos, 80% deles estão no Nordeste. Juntos, eles têm capacidade de produzir 11,4 gigawatts de energia eólica. É o equivalente a uma usina de Belo Monte.*

**Figura 18 – Notícia sobre recorde de produção de energia eólica**



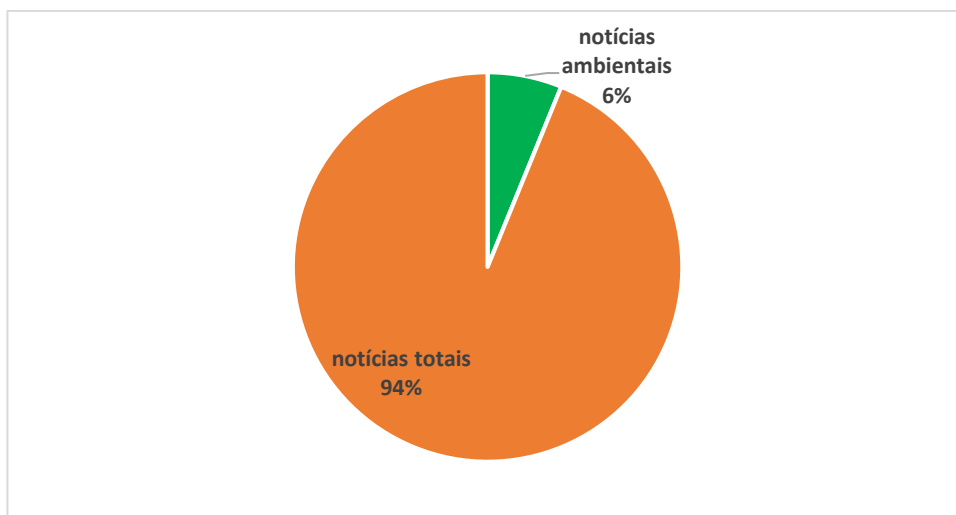
Fonte: Jornal Nacional, 7 de julho de 2017.

### **3.5.11 Participação das notícias ambientais no Jornal Nacional**

Nesta terceira etapa da metodologia proposta, iremos apresentar os resultados da observação empírica do período de doze meses do telejornal (de 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017). Ao todo, compilamos 5.165 matérias veiculadas em todas as

12 editorias temáticas, sendo 340 notícias vinculadas à Editoria Meio Ambiente. Portanto, a cada 100 notícias do Jornal Nacional, somente seis correspondem a pautas ambientais.

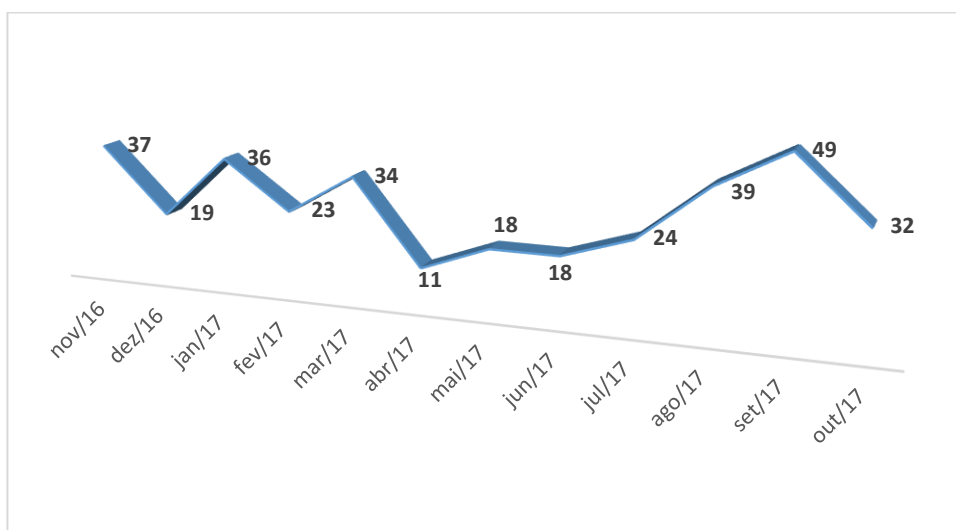
**Gráfico 11 – Participação da Editoria Meio Ambiente no JN**



Fonte: pesquisa empírica.

De acordo com o levantamento, em média, são veiculadas 28,3 matérias por mês sobre assuntos de meio ambiente. O pico noticioso é observado no mês de setembro de 2017, quando são noticiadas 49 matérias. Neste período, destacam-se catástrofes decorridas de fenômenos ambientais, todas registradas na América e com grande repercussão internacional: a passagem do furacão Irma (oito matérias), do furacão Maria (cinco matérias) e da tempestade Harvey (três matérias) pelos Estados Unidos; e os desdobramentos de um terremoto registrado no México (sete matérias).

**Gráfico 12 – Evolução da Editoria Meio Ambiente no JN**



Fonte: pesquisa empírica.

Na ponta inversa da curva, está o mês de abril de 2017, quando foram compiladas somente 11 matérias ambientais. O motivo central é a grande frequência, neste mês, de edições atípicas ou especiais, dedicadas a uma notícia da Editoria Política aguardada com muita expectativa: a divulgação da chamada “Lista de Fachin”. A lista contém 108 nomes de governadores, senadores, deputados, ministros e pessoas ligadas aos políticos, suspeitos de corrupção e lavagem de dinheiro, relacionados pelo ministro Luiz Edson Fachin para inquérito no Supremo Tribunal Federal. Todos os nomes provêm de delações de executivos e ex-executivos da empreiteira Odebrecht. E outro assunto rendeu edição especial: a onda de protestos nacionais contra Reformas Trabalhista e Previdenciária, em tramitação no Congresso. Observe o registro feito na Tabela 2 (e disponível em detalhes no Apêndice I, na planilha de notícias de abril de 2017):

**Tabela 2 – Edições atípicas do mês de abril/2017**

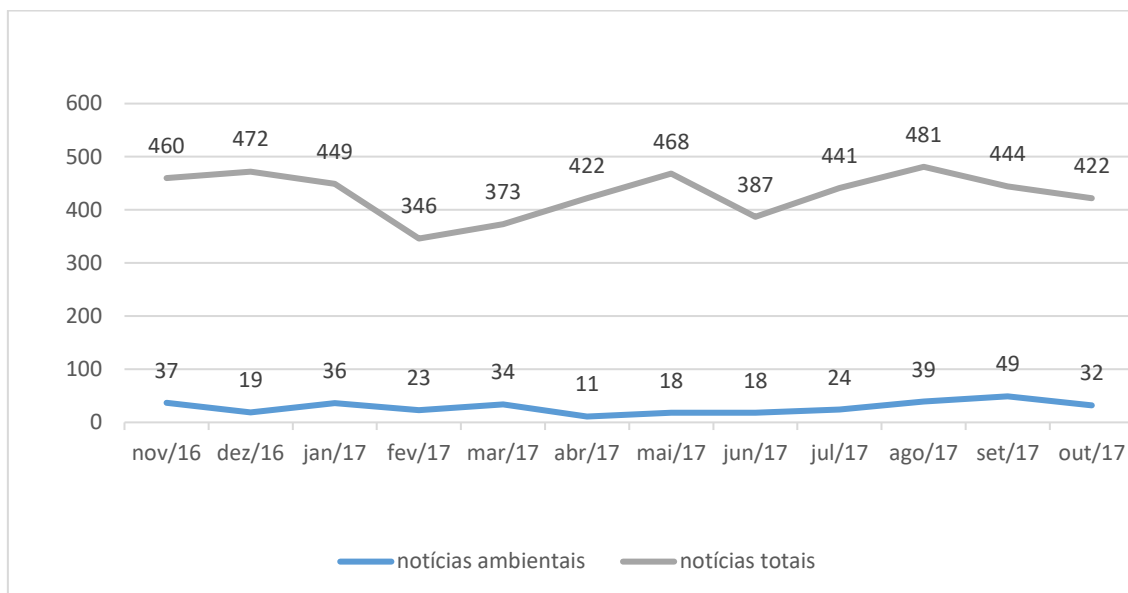
<b>Edição</b>	<b>Fato gerador</b>
12/04/2017	Edição posterior à divulgação da chamada "Lista de Fachin", fato gerador de 22 das 28 matérias.
13/04/2017	Edição absolutamente dedicada aos desdobramentos da "Lista de Fachin". Todas as 21 matérias abordam o assunto.
14/04/2017	A "Lista de Fachin" rendeu 16 das 19 matérias desta edição.
15/04/2017	Dez das 17 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
17/04/2017	Nove das 19 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
18/04/2017	Seis das 13 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
28/04/2017	Dez das 20 matérias abordaram o mesmo assunto: protestos nacionais contra Reformas Trabalhista e Previdenciária, em tramitação no Congresso.

Fonte: pesquisa empírica.

Outros temas da agenda midiática convencional ou extraordinária ocasionam a presença de edições atípicas em outros meses de análise, em função de eventos e fatos do calendário previsto e imprevisto – em qualquer dos casos, a Editoria Política é a maior responsável, seguida em menor frequência pela Editoria Esporte. A compilação detalhada das edições atípicas está disponível para consulta no Apêndice II.

Se a média de notícias ambientais é de 28,3 por mês, a média global de notícias do Jornal Nacional é de 430,4 matérias por mês. Observe a curva de veiculação geral e específica no Gráfico 13.

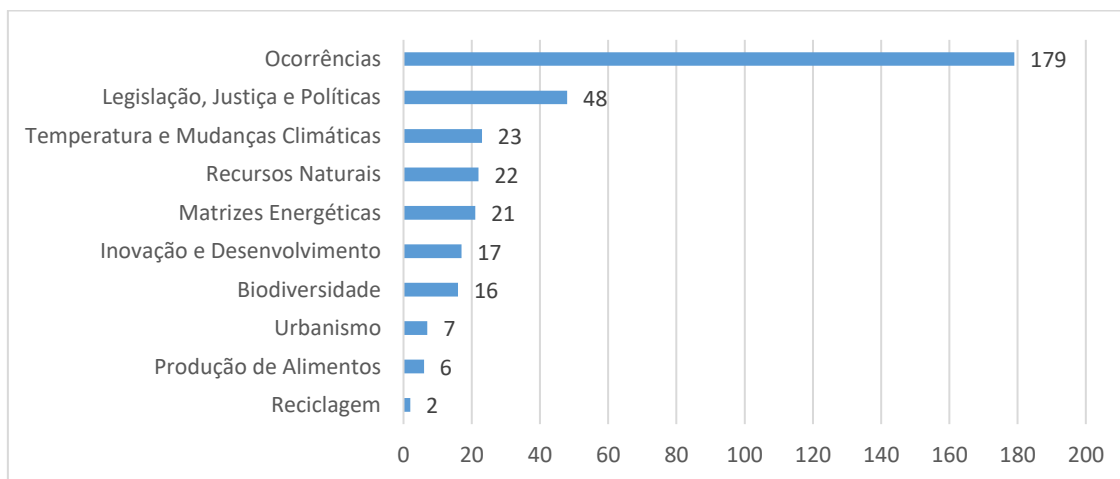
**Gráfico 13 – Veiculação anual de notícias do Jornal Nacional**



Fonte: pesquisa empírica.

Com relação à divisão de notícias da Editoria Meio Ambiente por cada um dos 10 macrotemas estabelecidos, lidera o macrotema Ocorrências, com quase quatro vezes mais notícias que o segundo macrotema mais frequente – Governança Ambiental (Gráfico 14). E três macrotemas contêm número de notícias abaixo de 10: Urbanismo, Produção de alimentos e Resíduos Sólidos.

**Gráfico 14 – Distribuição de notícias por macrotema ambiental no JN**



Fonte: pesquisa empírica.

Também fizemos a contabilização do tempo dedicado à veiculação das notícias ambientais no Jornal Nacional, no período de análise. Observe na Tabela 3 e também no Gráfico 15.

**Tabela 3 – Tempo das notícias ambientais**

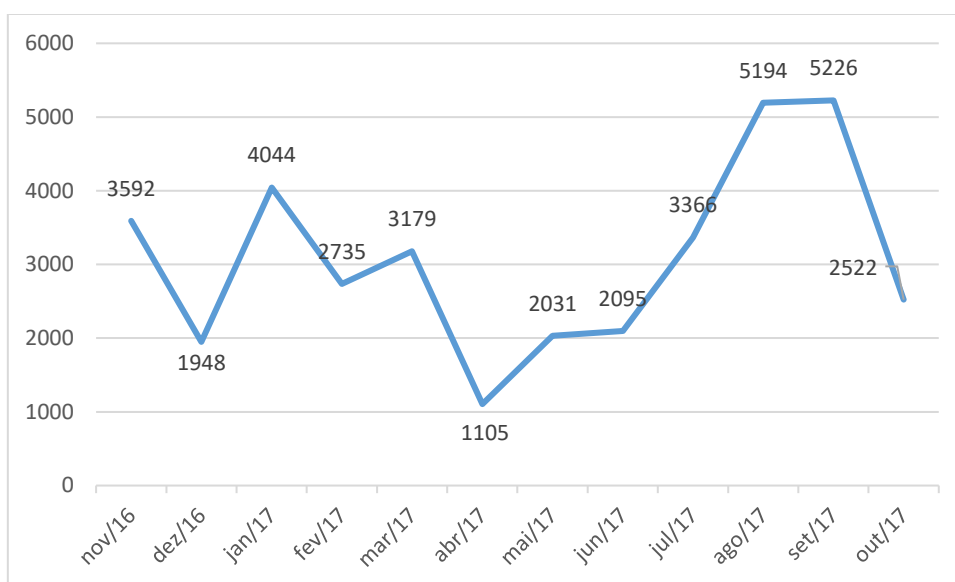
<b>Mês</b>	<b>Tempo das notícias ambientais (em seg.)</b>	<b>Tempo das notícias totais (em seg.)</b>	<b>Percentual ambiental</b>
Nov./2016	3592	65665	5,47
Dez./2016	1948	77840	2,51
Jan./2017	4044	63767	6,34
Fev./2017	2735	50971	5,36
Mar./2017	3179	55283	5,75
Abr./2017	1105	62240	1,77
Mai./2017	2031	73401	2,76
Jun./2017	2095	68618	3,05
Jul./2017	3366	68498	4,91
Ago./2017	5194	68322	7,6
Set./2017	5226	75558	6,91
Out./2017	2522	65576	3,84
<b>Total</b>	<b>37.037</b> (102,8 horas)	<b>795.739</b> (2.210,3 horas)	<b>4,69</b>

Fonte: pesquisa empírica.

Os dados confirmam pico noticioso no mês de setembro de 2017 (5.226 segundos), com muita proximidade de tempo dedicado às notícias ambientais no mês anterior (5.194 segundos). E o mês com menor tempo para a editoria Meio Ambiente é abril de 2017 – assim como registramos na análise do número de notícias.

Na comparação com o tempo dedicado às notícias totais, o mês com maior proporção de tempo do conteúdo ambiental é agosto de 2017 (7,6% do tempo do mês). Ao todo, as notícias ambientais somam 37.037 segundos ou 10,28 horas do noticiário, que correspondem à proporção de 4,69% do tempo das notícias totais.

**Gráfico 15 – Medição de tempo das notícias ambientais (em segundos)**



Fonte: pesquisa empírica.

A Tabela 4 está organizada em função do número de matérias por mês, em ordem decrescente. Observe que o mês de setembro de 2017 registra o maior número tanto de matérias (49) quanto de tempo dedicado ao noticiário ambiental (5.226 segundos). Mas a maior média distribuída entre as notícias ambientais é verificada no mês de julho de 2017 (140,2 segundos).

No movimento inverso, ou seja, na coleta dos menores índices, o mês de abril de 2017 registra o menor número de matérias ambientais (11) e também o menor tempo dedicado a essa editoria (1.105 segundos). Mas o menor tempo médio por matéria ambiental é notado no mês de outubro de 2017 (97,0 segundos).

**Tabela 4 - Tempo *versus* número de notícias ambientais**

<b>Mês</b>	<b>Tempo</b>	<b>Número de matérias</b>	<b>Tempo médio/matéria</b>
set/17	5226	49	106,6
ago/17	5194	39	133,1
nov/16	3592	37	97,0
jan/17	4044	36	112,3
mar/17	3179	34	93,5
out/17	2522	32	78,8
jul/17	3366	24	140,2
fev/17	2735	23	118,9
dez/16	1948	19	102,5
mai/17	2031	18	112,8
jun/17	2095	18	116,3
abr/17	1105	11	100,4

Fonte: pesquisa empírica; tempo em segundos.

### **3.6 Matrizes de relevância temática**

A quarta etapa metodológica articula os conceitos trabalhados até este ponto, notadamente as premissas do agendamento e da relevância jornalística, com base em pressupostos de *accountability*, que fundamentam a necessidade de adoção de mecanismos de transparência editorial. Nesta fase da pesquisa, recorreremos ao teste de um instrumento técnico para gestão de conteúdos jornalísticos: o Guia da Agenda Jornalística (GAJ), desenvolvido por Guerra (2016a).

Por meio da utilização da ferramenta, é possível mensurar a capacidade noticiosa do Jornal Nacional, sobretudo o diferente grau de relevância atribuído a cada editoria temática presente no produto telejornalístico. “O Guia visa exatamente oferecer uma solução de natureza técnica, destinada a sistematizar um conjunto de critérios e procedimentos para avaliar a relevância de temas e orientar sua seleção para compor a agenda jornalística” (GUERRA, 2016a, p. 200).

Antes da montagem das matrizes, faz-se necessário reforçar a compreensão sobre relevância (vide capítulo 2), mais detidamente o conceito de Relevância Jornalística (RJ). Por um lado percebida na esfera das preferências espontâneas particulares (esfera privada) e, por outro, no âmbito do exercício da cidadania (esfera pública), a Relevância

Jornalística atua no campo de atendimento a necessidades ou expectativas da audiência<sup>39</sup>. Essas necessidades podem ser de ordem biológica, cognitiva, individual e social. E estão sujeitas a adaptações e interferências no tempo e no espaço. Logo, de posse dos mecanismos de coleta de dados e informações, os meios de comunicação operam atribuições de relevância a determinados temas, em formato de notícia, conforme parâmetros de seleção estabelecidos por rotinas produtivas e projeto editorial, transmitidas hierarquicamente e, em determinados casos, normatizadas (FEITOZA, 2016; GUERRA, 2008; SPERBER e WILSON, 1995).

No âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Qualijor, grupo apresentado na primeira parte deste trabalho, alguns modelos de análise são construídos tendo por base o parâmetro de Relevância Jornalística, bem como outros conceitos-chave para os estudos de *accountability* e de avaliação da qualidade no jornalismo, como indicadores de pluralidade e de diversidade de conteúdo. Para efeito deste estudo, adotamos a verificação do atendimento ao requisito “Relevância Temática”, com base em três matrizes de análise sob o ponto de vista de três agendas: política, pública e midiática – esta última representada pelas notícias veiculadas pelo Jornal Nacional.

### **3.6.1 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda política**

A medição dos graus de relevância orientadores para a agenda política será extraída do conjunto documental disponível em organismos governamentais que compõem nosso segundo grupo de referência (o primeiro foi o próprio Jornal Nacional):

- ONU Meio Ambiente - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)

O primeiro organismo é definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “a agência responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável”<sup>40</sup>. Criada em 1972, a agência possui três objetivos centrais: “manter o estado do meio ambiente global sob

---

<sup>39</sup>O conceito de audiência é entendido a partir da contribuição de McQuail (1997, p. 2): “as audiências são tanto um produto de um contexto social, o que leva a interesses culturais, entendimentos e necessidades de informação comuns, quanto uma resposta a um padrão particular de fornecimento de mídia”.

<sup>40</sup> Conforme material disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>



contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente; e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras”<sup>41</sup>.

Facilmente, é possível traçar a seleção temática produzida pelo desempenho prático da ONU Meio Ambiente, que atua na articulação entre setores estratégicos para o agendamento do tema geral. Conforme texto disponível na página da agência na internet:

Entre as principais áreas temáticas de atuação da ONU Meio Ambiente no período 2010-2011 estão as mudanças climáticas, a gestão de ecossistemas e biodiversidade, o uso eficiente de recursos e o consumo e produção sustentáveis e a governança ambiental. Nessas áreas, a ONU Meio Ambiente procura contribuir para o diálogo entre os gestores públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico<sup>42</sup>.

Ao girar o foco para a realidade nacional, passaremos a analisar a ordem de relevância dada à temática pelo Governo Federal, por intermédio dos subsídios documentais previstos no Plano Plurianual (PPA)<sup>43</sup> mais recente, direcionado às políticas públicas a serem desenvolvidas entre os anos de 2016 e 2019.

Estabelecido pela Lei 12.593/12, o Plano Plurianual é estruturado de forma apropriada ao nosso foco de estudo, por oferecer elementos de organização sistemática, por meio de divisores essenciais à esta pesquisa. Dessa maneira, as unidades básicas do PPA são denominadas de “Programas Temáticos”.

Os Programas Temáticos [possuem] declarações e metas orientadoras do Orçamento, que expressam os recortes de políticas públicas. No Plano, o programa possui Indicadores e Objetivos. Cada Objetivo é composto por Metas e Iniciativas que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. As Iniciativas asseguram o vínculo com as ações orçamentárias, agora detalhadas apenas nas Leis Orçamentárias Anuais<sup>44</sup>.

O âmbito ambiental da Lei 12.593/12 e, por conseguinte, a aplicação do PPA 2016-2019, são regulamentados pela Portaria nº 331, de 8 de agosto de 2013. Em outras palavras, este normativo institui a Política de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

---

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> “O Plano Plurianual, previsto na Constituição Federal, é uma lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”, conforme material disponível em <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gest%C3%A3o-estrat%C3%A9gica/plano-plurianual>

<sup>44</sup> Idem.

O MMA participa, nos anos de vigência do Plano Plurianual, no eixo de atuação prioritária de um total de quatro Programas Temáticos, com respeito à “transversalidade do tema ambiental”<sup>45</sup>, ou seja, à presença de aspectos de meio ambiente em uma série de outros programas administrados por outros ministérios e órgãos da administração direta e indireta. Os quatro programas de cunho eminentemente ambiental, conforme plano de trabalho do Ministério do Meio Ambiente, são:

1. 2050 – Mudança do Clima
2. 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
3. 2083 – Qualidade Ambiental
4. 2084 – Recursos Hídricos

Cada braço de orientação, oferecido pela base normativa construída de um lado pela ONU Meio Ambiente e de outro, pelo MMA no Brasil, será mensurado em termos de relevância teórica e prática para obtenção de parâmetros de prioridade temática. Ao fim, teremos um robusto panorama de indicadores de qualidade da abordagem da pauta ambiental, e seus macro e microtemas, por parte do Jornal Nacional.

### **3.6.1.1 Agenda da ONU**

O exercício de verificação documental da agenda operada pela Organização das Nações Unidas levou em consideração dois textos: o relatório Brundtland (resultado da Conferência Mundial sobre o Homem e Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo) e a lista de questões ambientais relacionadas como prioritárias pela ONU Meio Ambiente em 2018.

O relatório Brundtland elenca quais devem ser os sete principais objetivos das políticas ambientais que derivam do conceito de desenvolvimento ambiental. Para cada um dos objetivos, identificamos correlação com macro e microtemas apresentados nesta pesquisa, que passam a receber Fator de Relevância 5, ou seja, relevância principal na matriz da cobertura ambiental sob hipótese da agenda política.

Ao justificar o primeiro objetivo (retomar o crescimento), o relatório explica que a busca pelo desenvolvimento sustentável leva consigo o desafio do enfrentamento da pobreza. “A pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente” (CMMAD, 1991,

---

<sup>45</sup> Idem.

p. 53). Desse modo, a eliminação do problema passaria pela redistribuição de renda sobretudo nos países de Terceiro Mundo.

Em complemento, o segundo objetivo (alterar a qualidade do desenvolvimento) esclarece que o desenvolvimento sustentável pretendido deve modificar o teor do crescimento, de modo a torná-lo “menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais equitativo em seu impacto” (p. 56). Independentemente do porte e riqueza do país, seria necessário levar em consideração os níveis de deterioração dos recursos naturais na corrida por melhorias nos índices econômicos.

De grande amplitude, o terceiro objetivo (atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento) volta-se à satisfação das necessidades humanas mais básicas, em termos de sobrevivência e bem-estar. “É preciso que o ritmo e o padrão do desenvolvimento econômico criem oportunidades de trabalho sustentáveis (...) que permitam às famílias pobres viverem dentro dos padrões mínimos de consumo” (p. 58).

Ao detalhar o quarto objetivo (manter um nível populacional sustentável), o relatório indica a forte relação entre sustentabilidade e crescimento populacional. De acordo com o relatório, é preciso reduzir os índices de aumento da população em regiões mais pobres, por meio de políticas de educação e controle de natalidade, entre outras medidas. O argumento é defendido de modo direto: “é mais fácil buscar o desenvolvimento sustentável quando o tamanho da população se estabiliza num nível coerente com a capacidade produtiva do ecossistema” (p. 60).

O quinto objetivo (conservar e melhorar a base de recursos) diz respeito às políticas destinadas a determinados grupos, como agricultores, pescadores e silvicultores, que utilizam recursos ambientais como meio de subsistência, mas precisam evitar a exploração excessiva e o desgaste ecológico. Nesse caso, entra em jogo a adoção de “políticas de desenvolvimento urbano, localização de indústrias, planejamento habitacional e sistema de transporte, bem como a seleção de tecnologias agrícolas e industriais” (p. 64).

A capacidade de inovação tecnológica dos países em desenvolvimento é o ponto-chave do sexto objetivo (reorientar a tecnologia e administrar o risco). Segundo o relatório, “as preocupações com os recursos ambientais deveriam nortear os processos de invenção de tecnologias alternativas, de aperfeiçoamento das tradicionais, e de escolha e

adaptação de tecnologias importadas” (p. 65). Assim, cada tecnologia criada deveria levar em consideração a análise dos riscos ao meio ambiente, por meio do aprimoramento de técnicas, de mecanismos legais e institucionais de planejamento, prevenção e diminuição de danos.

Por fim, o sétimo objetivo (incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões) reforça a integração necessária entre economia e ecologia. Nesse ponto, o relatório defende maior participação pública nas decisões que afetam o meio ambiente, com garantia de voz ativa às comunidades. Dessa maneira, seria necessário descentralizar a administração dos recursos e resolver o problema da “fragmentação setorial de responsabilidades”, com foco nas mudanças estruturais que destaquem o interesse comum pelo tema do meio ambiente.

Os sete objetivos relacionados como “imperativos estratégicos” pelo relatório Brundtland resultam, nesta pesquisa, em 14 microtemas de agenda política. Cada um deles recebe Fator de Relevância 5, isto é, relevância principal na matriz da cobertura ambiental. Observe a atribuição de correspondência na tabela abaixo.

**Tabela 5 – Macro e microtemas principais do relatório Brundtland**

<b>Objetivos de desenvolvimento sustentável (ONU)</b>	<b>Macro e micro temas ambientais (Matriz de relevância)</b>
Retomar o crescimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanismo/Crescimento</li> </ul>
Alterar a qualidade do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanismo/Qualidade de Vida</li> </ul>
Atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanismo/Qualidade de Vida</li> <li>• Produção de Alimentos/Agrotóxicos</li> <li>• Produção de Alimentos/Agroecologia</li> <li>• Produção de Alimentos/Novas tecnologias</li> <li>• Matrizes Energéticas/Racionalização</li> <li>• Matrizes Energéticas/Alternativas</li> <li>• Matrizes Energéticas/Previsões</li> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Urbanismo/Qualidade de Vida</li> </ul>

Manter um nível populacional sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanismo/Crescimento</li> </ul>
Conservar e melhorar a base de recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Recursos Naturais/Solo</li> <li>• Recursos Naturais/Ar</li> </ul>
Reorientar a tecnologia e administrar o risco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanismo/Planejamento</li> </ul>
Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governança Ambiental/Nacional</li> <li>• Governança Ambiental/Disputas e ações</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, adaptada de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991).

Como complemento à identificação dos eixos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pelo relatório Brundtland, direcionamos a seleção de microtemas à lista de questões ambientais relacionadas como prioritárias pela ONU Meio Ambiente em 2018.

Responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos naturais, a ONU Meio Ambiente é uma agência específica da Organização das Nações Unidas com sede em Nairóbi, no Quênia, e uma rede de escritórios regionais de apoio a instituições e processos de governança ambiental.

Em janeiro de 2018, a ONU Meio Ambiente listou um total de seis ameaças ambientais que precisam ser enfrentadas com prioridade<sup>46</sup>. A primeira diz respeito à situação dos “recifes de coral” ao redor do mundo, que convivem com riscos como invasão de espécies, acidificação dos oceanos e poluição por protetores solares. Um levantamento indica que três quartos dos recifes de coral do mundo estão sob risco.

A segunda ameaça ambiental é a “poluição por plástico”, que pode ser combatida com ações como substituição de sacolas descartáveis, proibição do uso de micropartículas nos cosméticos (*microbeads*) e promoção de alternativas sustentáveis. Mais específico, o terceiro tema elencado é um objetivo: “deixar o mundo dos esportes mais verde” em um ano de grandes eventos. O foco é a redução do impacto ambiental e a adoção de práticas de sustentabilidade nas Olimpíadas de Inverno, na Coreia do Sul, a Copa do Mundo da Rússia e os Jogos Olímpicos de Verão da Juventude, na Argentina.

<sup>46</sup> <https://nacoesunidas.org/onu-meio-ambiente-lista-seis-questoes-ambientais-para-ficar-de-olho-em-2018/>

Também em função da agenda anual, o quarto tema relaciona “meio ambiente e migração”. Segundo informações da ONU Meio Ambiente, as mudanças climáticas e a degradação ambiental são reconhecidas oficialmente como impulsionadores da migração – assuntos que estarão presentes na conferência mundial do Marrocos, a ser realizada em dezembro, com meta de estabelecer novo pacto para migrantes e refugiados.

De modo semelhante, o quinto eixo temático (cidades e mudanças climáticas) leva em consideração a realização de dois eventos: a Conferência de Cidades Resilientes que ocorre em abril em Bonn, na Alemanha, e a Cúpula de Ação Global para o Clima, que será realizada em setembro em São Francisco, nos Estados Unidos. Nesses espaços, serão debatidas ações de redução da emissão de gases do efeito estufa e métodos inovadores de adaptação às mudanças climáticas.

O sexto e último tema ambiental (grandes felinos) alerta para a extinção de 95% da população mundial de tigres, no último século. Ainda segundo dados da ONU Meio Ambiente, a população de leões africanos caiu mais de 40%. E leopardos da neve, onças e espécies similares também estão em perigo devido à perda de habitats, à caça predatória e outros tipos de ameaça. Por isso, a agência ambiental se propõe a estimular iniciativas de proteção aos grandes felinos do mundo.

Nesta pesquisa, os seis temas de ameaça ambiental resultam em sete microtemas de agenda política. Assim como fizemos na análise do relatório Brundtland, cada um deles recebe Fator de Relevância 5, isto é, relevância principal na matriz da cobertura ambiental. Observe a atribuição de correspondência na tabela abaixo.

**Tabela 6 – Macro e microtemas da agenda da ONU Meio Ambiente**

<b>Ameaças ambientais (ONU Meio Ambiente)</b>	<b>Macro e micro temas ambientais (Matriz de relevância)</b>
Recifes de coral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> </ul>
Poluição por plástico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorrências/Provocadas</li> </ul>
Deixar o mundo dos esportes mais verde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inovação e Desenvolvimento/</li> <li>• Sustentabilidade</li> </ul>
Meio ambiente e migração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência</li> <li>• Governança Ambiental/Disputas e Ações</li> </ul>

Cidades e mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência</li> <li>• Urbanismo/Qualidade de Vida</li> </ul>
Grandes felinos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, adaptado de ONU Meio Ambiente (2018).

### 3.6.1.2 Agenda do Ministério do Meio Ambiente

A análise da relevância temática aplicada ao Governo Federal é feita com base no Plano Plurianual 2016-2019, com ênfase específica aos quatro Programas Temáticos designados ao plano de trabalho do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA).

Para cada um dos programas temáticos, identificamos correlação com macro e microtemas apresentados nesta pesquisa, que passam a receber Fator de Relevância 5, ou seja, relevância principal na matriz da cobertura ambiental sob hipótese da agenda política.

O primeiro programa (Mudança do Clima) inclui a adoção de políticas de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres decorrentes de efeitos das mudanças climáticas. Com orçamento previsto de R\$ 100 mil, o eixo de atuação concentra-se fundamentalmente na correlação com o microtema Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência, conforme é possível observar na Tabela 7.

No exercício empírico, todos os três objetivos do programa foram relacionados a esse microtema. E somente outros dois microtemas (Ocorrências/Naturais e Ocorrências/Provocadas) foram identificados, como acréscimo ao escopo do terceiro objetivo, que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias com finalidades explícitas como: monitorar o desmatamento e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

No âmbito do segundo programa temático (Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade), consta a promoção de ações de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Com mesmo orçamento (R\$ 100 mil), o programa tem detalhamento maior de objetivos e, conseqüentemente, variedade maior de microtemas identificados. Entre os seis objetivos inerentes ao programa, podemos relacionar cinco microtemas, conforme vê-se na Tabela 7.

Quatro objetivos compõem o eixo temático do programa Qualidade Ambiental, que tem diretriz estratégica idêntica ao programa anterior: promoção de ações de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Nesse caso, o orçamento previsto é maior (R\$ 200 mil) e oito microtemas foram localizados.

E o último programa (Recursos Hídricos) agrega a maior previsão de orçamento (R\$ 500 mil), destinado à promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água. Obviamente, todos os sete objetivos contemplam o microtema Recursos Naturais/Água, mas outros dois são identificados: Recursos Naturais/Solo e Urbanismo/Planejamento. A Tabela 7 mostra todos os microtemas aferidos nos quatros programas temáticos correspondentes ao Plano Plurianual específico do Ministério do Meio Ambiente.

**Tabela 7 - Macro e microtemas da agenda do Ministério do Meio Ambiente**

<b>Programa Temático</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Macro e microtemas ambientais</b>
2050 - Mudança do Clima	<p>0540 - Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas</p> <p>1067 - Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima</p> <p>1069 - Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência</li> <li>• Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência</li> <li>• Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência</li> <li>• Ocorrências/Naturais</li> <li>• Ocorrências/Provocadas</li> </ul>
2078 - Conservação e Uso Sustentável da	1078 - Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biodiversidade/Flora</li> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> <li>• Inovação e Desenvolvimento/Sustentabilidade</li> </ul>



Biodiversidade	<p>1063 - Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.</p> <p>1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal</p> <p>1065 - Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva</p> <p>1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras</p> <p>1070 - Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biodiversidade/Flora</li> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> <li>• Inovação e Desenvolvimento/ Sustentabilidade</li> <li>• Governança Ambiental/Nacional</li> <li>• Governança Ambiental/Disputas e Ações</li> <li>• Urbanismo/Qualidade de Vida</li> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> <li>• Inovação e Desenvolvimento/ Sustentabilidade</li> <li>• Biodiversidade/Fauna</li> <li>• Biodiversidade/Flora</li> </ul>
2083 - Qualidade Ambiental	1102 - Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Recursos Naturais/Solo</li> <li>• Recursos Naturais/Ar</li> <li>• Resíduos Sólidos/ Domiciliares</li> <li>• Resíduos Sólidos/ Industriais</li> </ul>

	<p>1103 - Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar</p> <p>1104 - Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana</p> <p>1105 - Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Ar</li> <li>• Governança Ambiental/Nacional</li> <li>• Produção de Alimentos/Agrotóxicos</li> <li>• Governança Ambiental/Nacional</li> <li>• Ocorrências/Provocadas</li> </ul>
2084 - Recursos Hídricos	<p>1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos</p> <p>1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas</p> <p>1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas</p> <p>0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica</p> <p>0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Recursos Naturais/Solo</li> <li>• Recursos Naturais/Água</li> <li>• Urbanismo/Planejamento</li> <li>• Recursos Naturais/Água</li> </ul>

	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> </ul>
	1024 - Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Naturais/Água</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, adaptado de Ministério do Meio Ambiente (2016).

### 3.6.1.3 Finalização da matriz

Quanto aos demais microtemas, estabelecemos um padrão de pontuação residual, com atenção a assuntos correlatos aos apresentados nos textos referenciais (relatório Brundtland, agenda da ONU Meio Ambiente em 2018 e Plano Plurianual do Governo Federal).

Inicialmente, atribuímos Fator de Relevância 4 (alta relevância) a três microtemas: Governança Ambiental/Internacional, por entender que a adoção de mecanismos legais, programas e políticas públicas ambientais de âmbito nacional (contemplados com Fator de Relevância 5) obedecem, em boa parte dos casos, a critérios de ordem internacional, advindos de acordos multilaterais e de boas práticas governamentais executadas em outros países; Biodiversidade/Flora (somente à agenda da ONU), incluído pelo entendimento de que iniciativas de preservação da fauna colaboram também para a conservação das espécies vegetais; e Urbanismo/Crescimento (somente à agenda do Ministério do Meio Ambiente), incluído como complemento à visão da agenda explícita do planejamento e da qualidade de vida nas cidades.

Também atribuímos Fator de Relevância 3 (média relevância) a assuntos considerados intermediários, que aparecem de maneira sutil nos documentos analisados e correspondem a dois microtemas: Ocorrências/Naturais (somente à agenda da ONU), que não são citadas explicitamente no relatório Brundtland e na agenda anual da ONU Meio Ambiente, mas podem ser relacionadas como fatos importantes na consideração de elementos para o desenvolvimento sustentável; e Inovação e Desenvolvimento/Ciência, que tem similitude com outro microtema (Temperatura e Mudanças Climáticas/Ciência, de Fator 5). Todos os microtemas restantes receberam Fator de Relevância 2 (baixa

relevância), por considerarmos estarem ausentes da discussão efetivamente proposta pelo referencial aferido. A matriz completa, com pesos atribuídos e médias correspondentes à presença das temáticas analisadas na agenda política, pode ser vista na Tabela 8.

**Tabela 8 – Fatores de Relevância ambiental da agenda política**

Macrotema	Microtema	Fator de Relevância (FR)		
		MMA	ONU	Média
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	2	2	2
	Proteção/Saúde	2	2	2
	Ciência	5	5	5
	Comportamento	2	2	2
	Outros	1	1	1
Ocorrências	Naturais	5	3	4
	Provocadas	5	5	5
	Ação ambientalista	2	2	2
	Outros	1	1	1
Governança Ambiental	Nacional	5	5	5
	Internacional	4	4	4
	Disputas/ações	5	5	5
	Outros	1	1	1
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	5	5	5
	Agências e Empresas	2	2	2
	Ciência	3	3	3
	Ativismo	2	2	2
	Outros	1	1	1
Biodiversidade	Flora	5	4	4,5
	Fauna	5	5	5
	Outros	1	1	1
Resíduos Sólidos	Domiciliares	5	2	2
	Industriais	5	2	2
	Novas tecnologias	2	2	2
	Outros	1	1	1
Produção de alimentos	Agrotóxicos	5	5	5
	Agroecologia	2	5	3,5
	Novas tecnologias	2	5	3,5
	Outros	1	1	1
Urbanismo	Planejamento	5	5	5
	Crescimento	4	5	4,5
	Qualidade de vida	5	5	5
	Outros	1	1	1
Recursos Naturais	Água	5	5	5
	Solo	5	2	3,5
	Ar	5	2	3,5
	Outros	1	1	1
Matrizes Energéticas	Racionalização	2	5	3,5
	Alternativas	2	5	3,5
	Previsões	2	5	3,5
	Outros	1	1	1

Fonte: elaboração própria, em consonância com Ungaretti (1998) e Guerra (2016a).

### 3.6.1.3 Extração do Índice de Resolução Semântica de Referência

Diante da apuração dos pesos correspondentes ao Fator de Relevância (FR), poderemos prosseguir na metodologia proposta por Guerra (2016a) a respeito do Guia da Agenda Jornalística. Teremos por fim uma matriz robusta de avaliação da produção sugerida pela primeira agenda de referência: a agenda política.

Em primeiro lugar, a matriz deve demonstrar a capacidade produtiva do objeto jornalístico. Se considerarmos que, no período analisado de 12 meses, o telejornal apresentou 5.165 reportagens distribuídas em 12 editorias temáticas<sup>47</sup> (vide item 3.2), obteremos média aritmética de 430,4 matérias por editoria.

Dessa maneira, como ponto de partida, é possível sinalizar que o número ideal de matérias por editoria, para haver equilíbrio absoluto entre elas, deveria ser - hipoteticamente - de 35,86 matérias para cada grupo temático por mês. Evidentemente, um leque de aspectos precisaria ser ponderado, para justificar o diferencial entre os pesos atribuídos a assuntos como Política, Meio Ambiente e Religião.

A relação entre o total de reportagens produzidas e o número de editorias temáticas sugere, efetivamente, a linha de capacidade produtiva do telejornal, o que Guerra (2016a) propõe como Indicador de Produtividade Jornalística (IProd).

O Indicador de Produtividade Jornalística (IProd) consiste na capacidade média de produção instalada em uma organização, considerando o número de notícias. Pode ser medido por edição, por semana ou por mês [ou por ano]. (GUERRA, 2016a, p. 212)

Como margem de introdução aos cálculos da matriz, cada editoria é analisada sob a ótica da isonomia distributiva – e na sequência os devidos pesos serão atribuídos, para alcance dos valores proporcionais. Portanto, o IProd por tema é delimitado, inicialmente, como 430,4 para todos os 12 grupos temáticos (editorias).

Em seguida, é necessário identificar o Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R), que corresponde à “quantidade de notícias sobre um tema proporcionalmente à sua relevância” (Idem, p. 213). O conceito de Resolução Semântica advém da proposta de Fidalgo (2004) para notícias produzidas no ambiente digital,

---

<sup>47</sup> Na primeira etapa da pesquisa empírica, o levantamento indicou a presença de 12 editorias temáticas, como Política, Economia e Emprego, Saúde e Meio Ambiente.

sobretudo em sites do tipo *open source*. Conforme o autor, “quanto mais notícias se produzirem sobre um determinado acontecimento, maior tende a ser sua Resolução Semântica, isto é, maior o grau de informação sobre ele” (FIDALGO, 2004 apud GUERRA, 2016a, p. 209).

Para aplicação do modelo do Guia da Agenda Jornalística nesta pesquisa, iremos proceder a mensuração do Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R), com base em dados obtidos na etapa anterior. Assim, utilizaremos a quantidade absoluta de matérias veiculadas pelo Jornal Nacional durante 12 meses e o Fator de Relevância mensurado na análise normativa, que agora será tratado como Fator de Relevância Jornalística (FRJ). Na definição de Guerra (2016a), trata-se do “valor numérico que expressa a relevância sugerida para os temas, produzindo consequentemente um determinado grau de hierarquização entre eles” (p. 212).

A aplicação do Fator de Relevância Jornalística (FRJ) ao Índice de Produtividade Jornalística (Iprod) visa garantir que a quantidade de notícias por tema leve em conta a relevância prospectada junto às agendas consultadas. Desta forma, é assegurada a proporcionalidade entre a relevância do tema, medida pelo FRJ, com o número de notícias que deverá dar conta dele, isto é, seu Índice de Resolução Semântica (IRS-R). O índice vai recomendar a quantidade de notícias sobre um tema proporcionalmente à sua relevância prospectada. (GUERRA, 2016a, p. 213)

Agora, o esforço estatístico passa a se concentrar na busca pelo Índice de Resolução Semântica (IRS-R). Os cálculos para obtenção do índice obedecem à fórmula:

$$\text{IRS-R} = [\text{IProd (tema)} \times \text{FRJ} / \Sigma \text{FRJ}] \times \text{no. Temas}$$

Onde:

*IProd (tema)* – Indicador de Produtividade Jornalística por tema

*FRJ* – Fator de Relevância Jornalística de cada tema

$\Sigma \text{FRJ}$  – somatório dos Fatores de Relevância Jornalística

*No. Temas* – número de temas a receberem cobertura

*IRS-R* – Índice de Resolução Semântica de Referência

Na aplicação da fórmula, o Indicador de Produtividade Jornalística para o tema ambiental é de 430,4. Para obtermos o índice por microtema, é necessário fazer a divisão pelos 41 microtemas ambientais adotados e, assim, chegamos ao Iprod de 10,5 (valor arredondado). Quanto ao somatório dos Fatores de Relevância Jornalística (FRJ), obtivemos com base no total de médias apresentadas na tabela anterior ( $\Sigma \text{FRJ} = 122,5$ ).

Todos os valores calculados podem ser observados na Tabela 9. Estes índices servem como referência experimental de agenda política, que será objeto de comparação mais adiante com as demais agendas (pública e do JN). O objetivo final será verificar o grau de correspondência entre as agendas política e pública (consideradas juntas) e a agenda praticada pelo Jornal Nacional.

**Tabela 9 - Matriz de Relevância da cobertura ambiental – hipótese da agenda política**

<b>Macrotema</b>	<b>Microtema</b>	<b>Fator de Relevância Jornalística (FRJ)</b>	<b>Indicador de Produtividade Jornalística (IProd)</b>	<b>Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R)</b>
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	2	10,5	7,02
	Proteção/Saúde	2	10,5	7,02
	Ciência	5	10,5	17,57
	Comportamento	2	10,5	7,02
	Outros	1	10,5	3,51
Ocorrências	Naturais	4	10,5	14,04
	Provocadas	5	10,5	17,57
	Ação ambientalista	2	10,5	7,02
	Outros	1	10,5	3,51
Governança Ambiental	Nacional	5	10,5	17,57
	Internacional	4	10,5	14,04
	Disputas/ações	5	10,5	17,57
	Outros	1	10,5	3,51
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	5	10,5	17,57
	Agências e Empresas	2	10,5	7,02
	Ciência	3	10,5	10,54
	Ativismo	2	10,5	7,02
	Outros	1	10,5	3,51
Biodiversidade	Flora	4,5	10,5	15,81
	Fauna	5	10,5	17,57
	Outros	1	10,5	3,51
Resíduos Sólidos	Domiciliares	2	10,5	7,02
	Industriais	2	10,5	7,02
	Novas tecnologias	2	10,5	7,02
	Outros	1	10,5	3,51
Produção de alimentos	Agrotóxicos	5	10,5	17,57
	Agroecologia	3,5	10,5	12,30
	Novas tecnologias	3,5	10,5	12,30
	Outros	1	10,5	3,51
Urbanismo	Planejamento	5	10,5	17,57
	Crescimento	4,5	10,5	15,81
	Qualidade de vida	5	10,5	17,57
	Outros	1	10,5	3,51
Recursos Naturais	Água	5	10,5	17,57
	Solo	3,5	10,5	12,30
	Ar	3,5	10,5	12,30

	Outros	1	10,5	3,51
Matrizes Energéticas	Racionalização	3,5	10,5	12,30
	Alternativas	3,5	10,5	12,30
	Previsões	3,5	10,5	12,30
	Outros	1	10,5	3,51
<b>Total</b>		<b>Σ 122,5</b>	<b>430*</b>	<b>430*</b>

Fonte: elaboração própria, em consonância com Ungaretti (1998) e Guerra (2016a).

\*Totais arredondados.

### 3.6.2 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda pública

A matéria-prima referencial da agenda pública, para este teste de caráter experimental, constitui na coleta de impressões e convicções pessoais representativas do setor mais genérico entre as três agendas analisadas. Afinal, este grupo deve ser composto por uma série de atores sociais como instituições da sociedade civil, organizações ambientais, especialistas do terceiro setor e das universidades, entre outros personagens de influência, fundamento e liderança de opinião.

O conjunto de opiniões coletadas representa, de modo científico e preliminar, as demandas sociais da área ambiental conforme a relevância temática. Além disso, consideramos que uma análise mais criteriosa teria que abarcar um tipo de coleta estatística mais amplo, sob métodos próprios das pesquisas de opinião pública – em acordo com o que propõe a teoria da agenda.

Nosso mapeamento foi feito com base na contribuição de três especialistas do tema ambiental, que possuem experiências distintas: uma representante do terceiro setor; um professor de Ética Ambiental; e um ex-secretário estadual do Meio Ambiente – que hoje atua como consultor e professor da área ambiental. Está formado nosso terceiro e último grupo de referência (em complemento às agendas do JN e política).

A primeira colaboradora, Anna Caroline Nogueira, é diretora do instituto Canto Vivo, uma organização não-governamental (ONG) que atua desde 2001 no desenvolvimento de ações ambientais em Sergipe, mas com inserção nos estados de Alagoas, Bahia e mais recentemente em São Paulo. Nos primeiros anos, trabalhava com reprodução e soltura de aves silvestres nas matas sergipanas e, em seguida, direcionou-se para a recuperação e preservação da vegetação local.

Hoje, o instituto Canto Vivo desempenha uma série de outras frentes de trabalho, como reprodução e distribuição de mudas e sementes, arborização urbana e coleta de



material para oficinas de reciclagem, além de ações educacionais e de conscientização em escolas e comunidades. Por meio de parcerias com empresas, a ONG tem coordenado uma agenda de eventos e, nos últimos anos, investido na abertura de “ecolojas” para angariar recursos destinados aos projetos ambientais.

O segundo colaborador, Evaldo Becker, é professor do quadro permanente dos Mestrados em Filosofia e do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (Prodema-UFS). Atualmente coordena, entre outros, o projeto “Ética socioambiental nas comunidades tradicionais do Baixo São Francisco no Estado de Sergipe”, financiado pelo Edital de Ciências Humanas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em disciplinas como Ética Ambiental.

E o último colaborador, Genival Nunes, tem experiência em várias frentes: nos setores governamental, acadêmico e, mais recentemente, como consultor ambiental. Na estrutura de governo, exerceu o cargo de secretário de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos em Sergipe entre os anos de 2010 e 2014. Entre outras funções, atuou como diretor presidente da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) por oito anos, vice-presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (Abema) por três anos, membro titular dos Conselhos Nacionais e Estaduais do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (estes últimos como presidente) e presidente da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente.

Atualmente, Genival Nunes é professor dos cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção e Engenharia Civil da Universidade Tiradentes. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Resíduos Sólidos Urbanos, Gestão Ambiental e Consultoria em Engenharia Ambiental. Desde 2015, trabalha como diretor de uma empresa de consultoria em projetos ambientais.

Todos os colaboradores foram submetidos a um teste experimental de coleta de impressões com o seguinte questionamento: se fosse possível estabelecer pesos de relevância entre os temas ambientais, como o faria? Para tanto, receberam uma cópia em branco da tabela de Fatores de Relevância Ambiental – a mesma utilizada para o mapeamento das agendas política e do Jornal Nacional.

Em visitas pessoais, eles preencheram a tabela com base na instrução simples: atribuir fatores de relevância de 0 a 5, conforme reproduzido a seguir:

- 5: *relevância principal*
- 4: *alta relevância*
- 3: *média relevância*
- 2: *baixa relevância*
- 1: *pouco relevante*
- 0: *irrelevante*

Os resultados estão disponíveis abaixo, na Tabela 10. As notas dos colaboradores receberam os códigos C1, C2 e C3. Observe que um padrão se revelou ao final da tabulação de dados, ou seja, verificamos sete tipos de média final (2,7 – 3,0 – 3,3 – 3,7 – 4,0 – 4,3 – 4,7). Em rápida análise, podemos informar que a atribuição de fatores de relevância obedece a critérios semelhantes de pontuação, em alguns casos, e possui pequenos desvios em outros.

Antes de explicitar os resultados coincidentes, vamos destacar os “microtemas mais relevantes”, de acordo com o padrão de pontuação assinalado pelos colaboradores. Oito microtemas registram a maior média aritmética (4,7): Proteção/Saúde e Ciência (vinculados ao macrotema Temperatura e Mudanças Climáticas); Internacional (vinculados a Governança Ambiental); Flora e Fauna (vinculados a Biodiversidade); Agroecologia (vinculado a Produção de alimentos); Planejamento (vinculado a Urbanismo); e Água (vinculado a Recursos Naturais).

E a lista de “microtemas menos relevantes”, que registram a menor média aritmética (2,7), contém somente dois microtemas: Previsão do Tempo e Comportamento (ambos vinculados ao macrotema Temperatura e Mudanças Climáticas).

Outros três microtemas receberam pontuações idênticas (fator de relevância 4): Provocadas (Ocorrências); Disputas/ações (Governança Ambiental); e Ar (Recursos Naturais). E o mesmo número de microtemas recebeu notas absolutamente distintas: Naturais e Ação ambientalista (ambos vinculados a Ocorrências); e Agências e Empresas (Inovação e Desenvolvimento).

**Tabela 10 – Fatores de Relevância ambiental da agenda pública**

Macrotema	Microtema	Fator de Relevância (FR)			
		C1	C2	C3	Média
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	3	2	3	2,7
	Proteção/Saúde	5	5	4	4,7
	Ciência	5	5	4	4,7
	Comportamento	3	2	3	2,7
	Outros	5	3	2	3,3
Ocorrências	Naturais	4	5	3	4
	Provocadas	4	4	4	4
	Ação ambientalista	4	5	3	4
	Outros	4	3	2	3
Governança Ambiental	Nacional	5	4	4	4,3
	Internacional	5	5	4	4,7
	Disputas/ações	4	4	4	4
	Outros	5	3	2	3,3
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	5	5	3	4,3
	Agências e Empresas	4	5	3	4
	Ciência	5	5	3	4,3
	Ativismo	3	5	3	3,7
	Outros	4	3	2	3
Biodiversidade	Flora	5	5	4	4,7
	Fauna	5	5	4	4,7
	Outros	5	3	2	3,3
Resíduos Sólidos	Domiciliares	4	3	4	3,7
	Industriais	5	4	4	4,3
	Novas tecnologias	4	5	4	4,3
	Outros	5	3	2	3,3
Produção de alimentos	Agrotóxicos	5	4	4	4,3
	Agroecologia	5	5	4	4,7
	Novas tecnologias	4	5	4	4,3
	Outros	5	3	2	3,3
Urbanismo	Planejamento	5	5	4	4,7
	Crescimento	4	3	4	3,7
	Qualidade de vida	4	5	4	4,3
	Outros	4	3	2	3
Recursos Naturais	Água	5	5	4	4,7
	Solo	4	5	4	4,3
	Ar	4	4	4	4
	Outros	4	3	3	3,3
Matrizes Energéticas	Racionalização	4	4	3	3,7
	Alternativas	5	5	3	4,3
	Previsões	4	4	3	3,7
	Outros	4	3	2	3

Fonte: elaboração própria, em consonância com Ungaretti (1998) e Guerra (2016a).

### 3.6.2.1 Extração do Índice de Resolução Semântica de Referência

Assim como procedemos na compilação da agenda política, passada a apuração dos pesos correspondentes ao Fator de Relevância Jornalística (FR), devemos agora extrair outro indicador proposto pelo Guia da Agenda Jornalística de Guerra (2016a). Nesse caso, o Índice de Resolução Semântica Referencial (IRS-R) irá retratar a quantidade de notícias recomendada sobre cada tema, proporcionalmente à relevância indicada pelos colaboradores da agenda pública. Ao fim apresentaremos a matriz de relevância.

Dessa vez, o cálculo para obtenção do índice será feito mais rapidamente, visto que já dispomos do Indicador de Produtividade Jornalística para o tema ambiental, obtido no tópico acima (430,4). Do mesmo modo, dispomos do índice para cada um dos 41 microtemas ambientais – considerando nesse total os 10 nomeados “Outros”. Portanto, o Iprod para cada microtema das agendas política e pública é o mesmo (10,5).

Obviamente, o único indicador diferente refere-se aos Fatores de Relevância Jornalística. Na agenda pública, o somatório das médias é maior que o obtido na agenda anterior, em função da liberdade concedida aos colaboradores para atribuição de pesos de relevância ( $\Sigma \text{FRJ} = 161,6$ ). Na Tabela 11 podemos observar todos os valores calculados.

**Tabela 11 – Matriz de Relevância da cobertura ambiental – hipótese da agenda pública**

Macrotema	Microtema	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)	Indicador de Produtividade Jornalística (Iprod)	Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R)
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	2,7	10,5	7,19
	Proteção/Saúde	4,7	10,5	12,52
	Ciência	4,7	10,5	12,52
	Comportamento	2,7	10,5	7,19
	Outros	3,3	10,5	8,79
Ocorrências	Naturais	4	10,5	10,65
	Provocadas	4	10,5	10,65
	Ação ambientalista	4	10,5	10,65
	Outros	3	10,5	7,79
Governança Ambiental	Nacional	4,3	10,5	11,65
	Internacional	4,7	10,5	12,52
	Disputas/ações	4	10,5	10,65
	Outros	3,3	10,5	8,79
	Sustentabilidade	4,3	10,5	11,65
	Agências e Empresas	4	10,5	10,65

Inovação e Desenvolvimento	Ciência	4,3	10,5	11,65
	Ativismo	3,7	10,5	9,85
	Outros	3	10,5	7,79
Biodiversidade	Flora	4,7	10,5	12,52
	Fauna	4,7	10,5	12,52
	Outros	3,3	10,5	8,79
Resíduos Sólidos	Domiciliares	3,7	10,5	9,85
	Industriais	4,3	10,5	11,65
	Novas tecnologias	4,3	10,5	11,65
	Outros	3,3	10,5	8,79
Produção de alimentos	Agrotóxicos	4,3	10,5	11,65
	Agroecologia	4,7	10,5	12,52
	Novas tecnologias	4,3	10,5	11,65
	Outros	3,3	10,5	8,79
Urbanismo	Planejamento	4,7	10,5	12,52
	Crescimento	3,7	10,5	9,85
	Qualidade de vida	4,3	10,5	11,65
	Outros	3	10,5	7,79
Recursos Naturais	Água	4,7	10,5	12,52
	Solo	4,3	10,5	11,65
	Ar	4	10,5	10,65
	Outros	3,3	10,5	8,79
Matrizes Energéticas	Racionalização	3,7	10,5	9,85
	Alternativas	4,3	10,5	11,65
	Previsões	3,7	10,5	9,85
	Outros	3	10,5	7,79
<b>Total</b>		<b>Σ 161,6</b>	<b>430*</b>	<b>430*</b>

Fonte: elaboração própria, em consonância com Ungaretti (1998) e Guerra (2016a).

\*Totais arredondados.

### 3.6.3 Matriz ambiental sob a hipótese da agenda do JN

Os cálculos para a elaboração desta matriz levam em conta uma diferença estrutural em relação às demais agendas: os índices estão postos, devidamente coletados da cobertura ambiental. Trata-se do resultado efetivo do trabalho de cobertura, que será comparado com um modelo de análise da relevância. Na agenda do JN, quanto maior for a proximidade entre os dados empíricos (valores apurados) e os números de referência (índices das outras agendas), melhor terá sido a cobertura.

Primeiro, o Indicador de Produtividade Jornalística (IProd) não considera o universo ideal de notícias por editoria do telejornal. Agora, ele toma por base o total apurado de notícias restritas à editoria Meio Ambiente (340). Por isso, o IProd para cada microtema ambiental considera a divisão do total apurado (340) pelo número de microtemas (41), chegando ao índice: 8,29.

Em segundo lugar, não consideramos mais a presença de um Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R). Agora, conforme metodologia proposta por Guerra (2017), os dados são tratados com base em um Índice de Resolução Semântica “Apurado” (IRS-A) – visto que o total de notícias produzidas já foi calculado com base na análise do conteúdo veiculado por um produto jornalístico, o Jornal Nacional.

Portanto, se por exemplo o microtema Naturais (vinculado ao macrotema Ocorrências) agrupa 113 matérias, terá também IRS-A total de 113; e assim sucessivamente. Observe abaixo, na Tabela 12, os resultados da matriz de relevância ambiental com base nas notícias veiculadas pelo Jornal Nacional no período de análise (de 1º de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017).

**Tabela 12 - Matriz de Relevância da cobertura ambiental – agenda do JN**

Macrotema	Microtema	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)	Indicador de Produtividade Jornalística (IProd)	Índice de Resolução Semântica Apurado (IRS-A)
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	0	8,29	0
	Proteção/Saúde	1,44	8,29	4
	Ciência	1,80	8,29	5
	Comportamento	3,25	8,29	9
	Outros	1,80	8,29	5
Ocorrências	Naturais	40,79	8,29	113
	Provocadas	18,41	8,29	51
	Ação ambientalista	2,88	8,29	8
	Outros	2,52	8,29	7
Governança Ambiental	Nacional	6,50	8,29	18
	Internacional	3,95	8,29	9
	Disputas/ações	5,76	8,29	16
	Outros	1,80	8,29	5
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	1,80	8,29	5
	Agências e Empresas	0	8,29	0
	Ciência	2,52	8,29	7
	Ativismo	1,80	8,29	5
	Outros	0	8,29	0
Biodiversidade	Flora	1,44	8,29	4
	Fauna	4,33	8,29	12
	Outros	0	8,29	0
Resíduos Sólidos	Domiciliares	0	8,29	0
	Industriais	0,36	8,29	1
	Novas tecnologias	0,36	8,29	1
	Outros	0	8,29	0
	Agrotóxicos	0,72	8,29	2
	Agroecologia	0	8,29	0

Produção de alimentos	Novas tecnologias	0,72	8,29	2
	Outros	0,72	8,29	2
Urbanismo	Planejamento	0	8,29	0
	Crescimento	0	8,29	0
	Qualidade de vida	2,16	8,29	6
	Outros	0,36	8,29	1
Recursos Naturais	Água	6,50	8,29	18
	Solo	0,36	8,29	1
	Ar	1,08	8,29	3
	Outros	0	8,29	0
Matrizes Energéticas	Racionalização	0,72	8,29	2
	Alternativas	2,52	8,29	7
	Previsões	2,88	8,29	8
	Outros	1,44	8,29	4
<b>Total</b>		<b>Σ 122,5*</b>	<b>340</b>	<b>340</b>

Fonte: elaboração própria, em consonância com Ungaretti (1998) e Guerra (2016a).

\*Total arredondado.

### 3.7 Resultados finais: revelando o grau de correspondência

Agora, estão disponíveis todos os indicadores necessários para responder à questão central: qual o grau de correspondência entre o conteúdo ambiental produzido pela agenda do Jornal Nacional e as expectativas das agendas política e pública? Também podemos traçar comparativamente as diferenças na distribuição de relevância entre os diversos temas da pauta sobre meio ambiente.

De modo experimental, buscamos detectar os traços de agendamento midiático na figura representativa do Jornal Nacional e, em seguida, coletamos a expectativa de conteúdo ideal com base em sugestões de especialistas da área ambiental e recomendações de documentos políticos. Os resultados permitem demonstrar o grau de proximidade (correspondência) entre os dois atores representativos de agendamento: mídia e fontes externas (agendas política e pública). Portanto, a qualidade da cobertura do telejornal será maior conforme a aproximação com as agendas disponíveis.

Iremos iniciar pela sistematização dos temas ambientais em três grupos possíveis, conforme o índice de relevância verificado: principal, intermediário e distante. Faremos essa separação de dois modos: internamente (grau de relevância por agenda) e externamente (grau de correspondência entre agendas).

Com relação à separação interna a ser operada nas agendas política e pública, consideramos três faixas de relevância, conforme o Fator de Relevância:

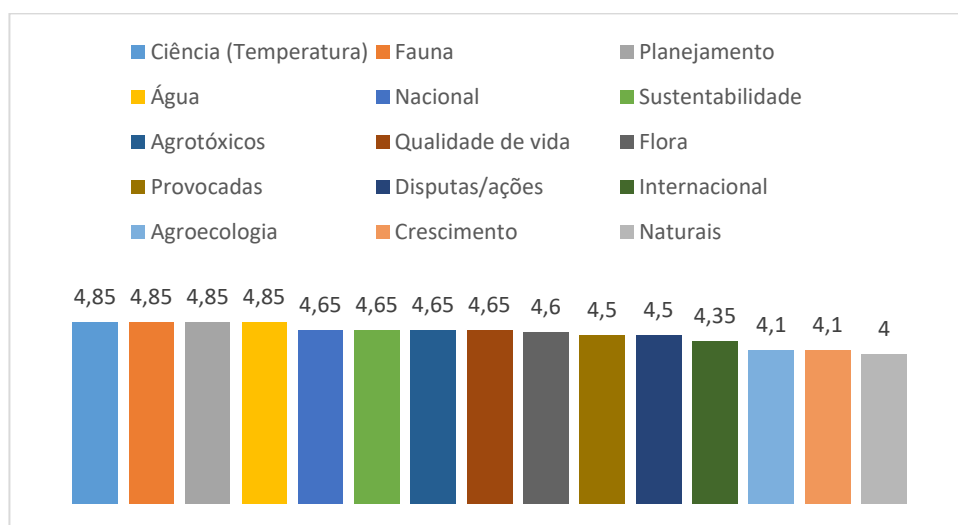
- De 4 a 5: maior relevância
- De 3 a 3,9: relevância intermediária
- De 2,9 a 0: menor relevância

E outro padrão de faixas de relevância será obedecido na agenda do Jornal Nacional, conforme explicaremos adiante:

- Acima de 10: maior relevância
- De 2 a 10: relevância intermediária
- Abaixo de 2: menor relevância

Nas agendas política e pública, os assuntos ambientais de maior relevância são quinze microtemas (Gráfico 16), com destaque para quatro deles: Ciência (Temperatura e Mudanças Climáticas), Fauna (Biodiversidade), Planejamento (Urbanismo) e Água (Recursos Naturais), todos com a pontuação máxima verificada (4,85).

**Gráfico 16 – Temas de maior relevância para agendas política e pública\***

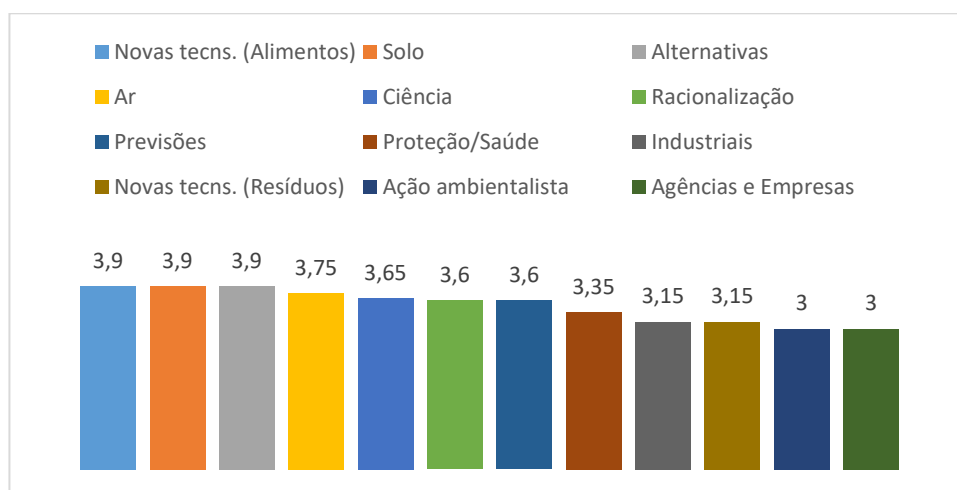


Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

As mesmas agendas (política e pública) contêm doze microtemas no agrupamento intermediário (Gráfico 17), com destaque para três deles: Novas tecnologias (Produção de Alimentos), Solo (Recursos Naturais) e Alternativas (Matrizes Energéticas), todos com o mesmo índice de relevância (3,9).



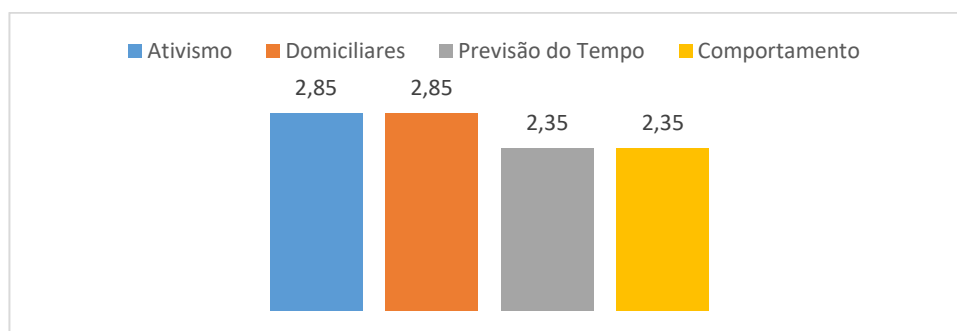
**Gráfico 17 – Temas de relevância intermediária para agendas política e pública\***



Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

E existem quatro microtemas de menor relevância para as duas agendas (Gráfico 18): Ativismo (Inovação e Desenvolvimento), Domiciliares (Resíduos Sólidos), Previsão do Tempo e Comportamento – os dois últimos são integrantes do macrotema Temperatura e Mudanças Climáticas e registram as menores nota de relevância para as agendas política e pública (2,85 e 2,35).

**Gráfico 18 – Temas de menor relevância para agendas política e pública\***



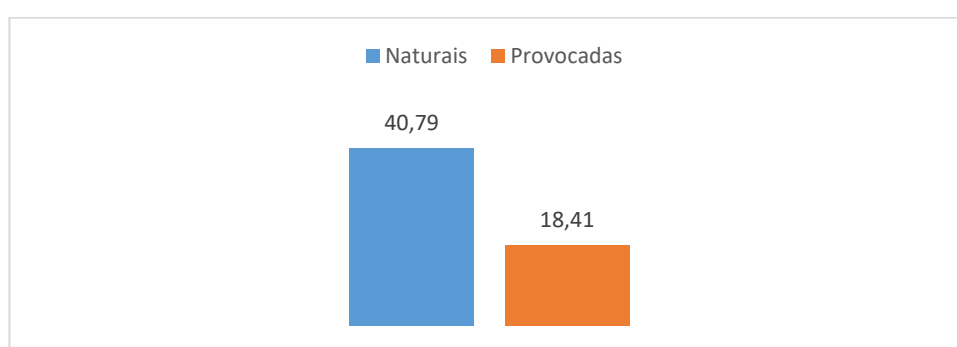
Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

Na agenda do Jornal Nacional, ao contrário do relativo equilíbrio encontrado nas outras agendas, verificamos grande disparidade entre a relevância atribuída a certos temas ambientais. Podemos explicar essa diferença em função de dois motivos centrais, relacionados a características da mídia e à contribuição dos especialistas ambientais consultados: a preocupação dos colaboradores com a busca de certa isonomia entre os temas (por isso atribuíram notas de 2 a 5) e a ausência de regramento normativo (interno

ou externo) que exija dos veículos de comunicação a adoção de pesos e medidas numéricas para a escolha da cobertura sobre qualquer assunto.

Em função desse livre-arbítrio, a agenda do Jornal Nacional registra somente dois microtemas de maior relevância (Gráfico 19), com índices bem distantes do restante do conjunto de temas: Naturais (40,79) e Provocadas (18,41). Ambos são integrantes do macrotema Ocorrências, o que denota maior interesse do veículo analisado pela temática (e de certo modo, da imprensa em geral, conforme observamos no capítulo 1). O macrotema corresponde à melhor representação do padrão noticioso da editoria Meio Ambiente e de outras editorias temáticas: o tipo factual.

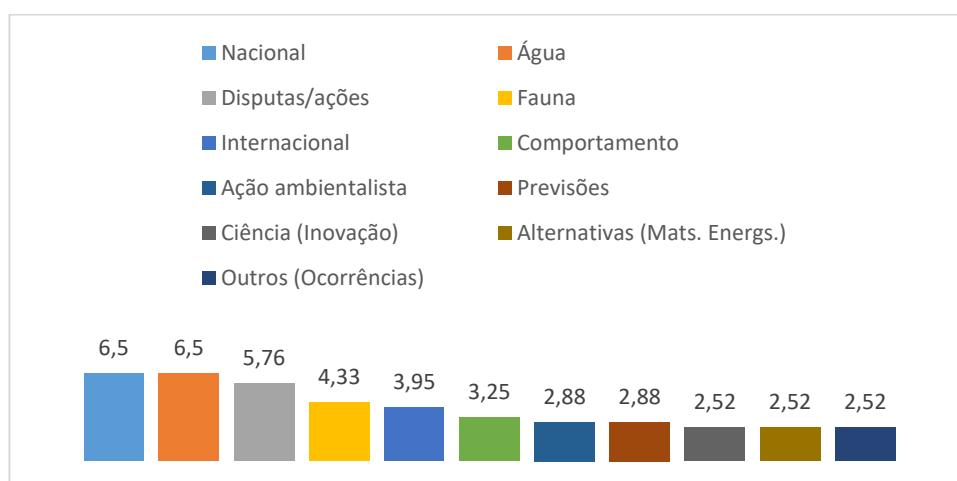
**Gráfico 19 – Temas de maior relevância para agenda do JN\***



Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

Esta agenda contém onze microtemas no agrupamento intermediário (Gráfico 20), com destaque para dois deles: Nacional (Governança Ambiental) e Água (Recursos Naturais), ambos com o mesmo índice de relevância (6,5).

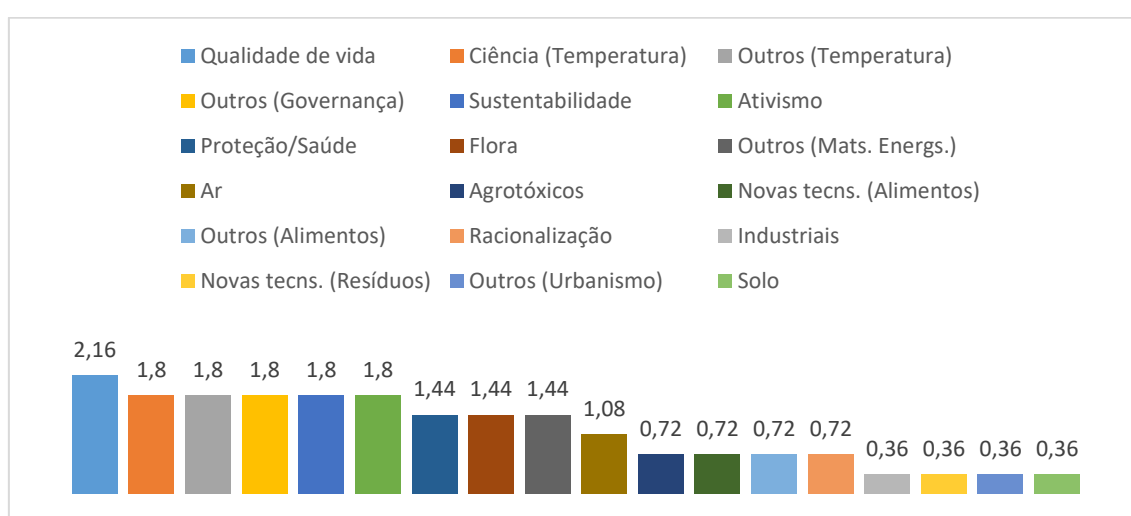
**Gráfico 20 – Temas de relevância intermediária para agenda do JN\***



Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

E os assuntos de menor peso noticioso para a agenda do Jornal Nacional, ou seja, que registram menores índices de relevância são dezoito microtemas – doze deles estão disponíveis no Gráfico 21, porque outros seis não foram noticiados em momento algum durante o período analisado. Isso significa que os temas ambientais de menor relevância, para a agenda do JN, receberam “índice zero”. São eles: Previsão do Tempo (Temperatura e Mudanças Climáticas); Agências e Empresas (Inovação e Desenvolvimento); Domiciliares (Resíduos Sólidos); Agroecologia (Produção de alimentos); Planejamento e Crescimento (ambos do macrotema Urbanismo).

**Gráfico 21 – Temas de menor relevância para agenda do JN\***



Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

Com base nas informações apuradas dos índices de relevância e seus pesos considerados internamente (grau de relevância por agenda), podemos elaborar a curva comparativa entre as duas agendas analisadas (JN e política/pública). Observe no Gráfico 22 dois picos de distinção que se sobressaem aos demais, que correspondem ao modelo de cobertura supracitado, baseado no padrão factual. Por isso as duas curvas acentuadas se referem aos microtemas Naturais e Provocadas, ambos do macrotema Ocorrências.

**Gráfico 22 – Curva de comparação entre agendas (grau de relevância interno)\***



Fonte: pesquisa empírica; (\*) com base no Fator de Relevância.

A partir desse instante, faremos a sistematização dos temas ambientais de acordo com o segundo modo de separação proposto: o movimento externo (grau de correspondência entre agendas). Para tanto, recorreremos ao cálculo de outro elemento: a “margem diferencial” entre os dois grupos de agenda (agenda do Jornal Nacional e agendas política e pública). A margem é obtida pelo cálculo da diferença entre os índices de relevância atribuídos a cada microtema, por agenda.

Nesse caso, adotaremos um único padrão de separação, de acordo com três intervalos de dados:

- Abaixo de 1,0: maior proximidade
- De 1,0 a 2,0: proximidade intermediária
- Acima de 2,1: maior distanciamento

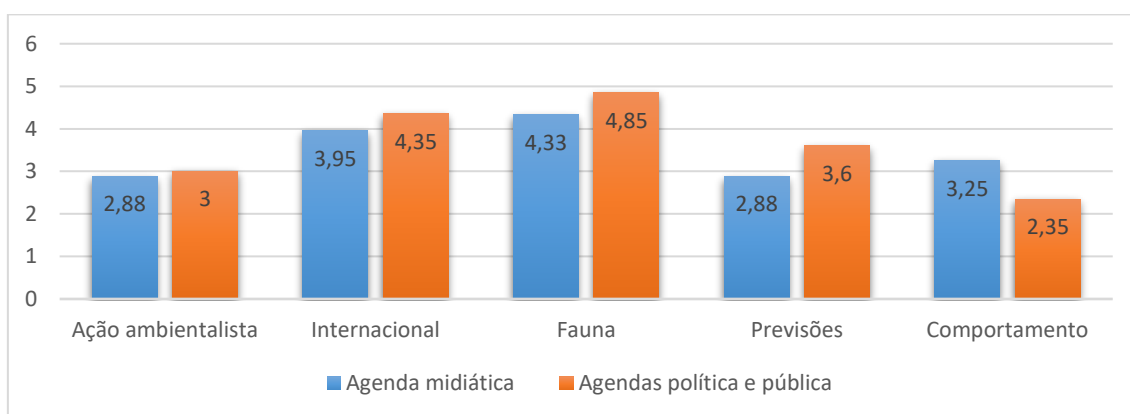
Na comparação entre agendas, os assuntos ambientais cujos índices de relevância possuem maior grau de proximidade são cinco microtemas, que pertencem a macrotemas distintos (Tabela 13 e Gráfico 23). Observe que a margem diferencial do microtema Ação Ambientalista (Ocorrências) é a menor entre todos os 31 disponíveis na proposta empírica geral, portanto possui a maior correspondência entre agendas.

**Tabela 13 - Fatores de relevância de maior proximidade**

Microtema	Agenda do JN	Agenda política e pública	Margem diferencial
Ação ambientalista (Ocorrências)	2,88	3	0,12
Internacional (Governança Ambiental)	3,95	4,35	0,4
Fauna (Biodiversidade)	4,33	4,85	0,52
Previsões (Matrizes Energéticas)	2,88	3,6	0,72
Comportamento (Temp. e Mudanças Climáticas)	3,25	2,35	0,9

Fonte: pesquisa empírica; ordem crescente.

**Gráfico 23 - Fatores de relevância de maior proximidade**



Fonte: pesquisa empírica; ordem crescente.

Entre os assuntos com índices de relevância intermediários, destacam-se dois microtemas da seção Inovação e Desenvolvimento: Ativismo (1,05) e Ciência (1,13), com os maiores índices de proximidade desse agrupamento. Em contraste, o microtema Proteção/Saúde (Temperatura e Mudanças Climáticas) registra índice de relevância bem próximo do limite estabelecido (1,91). Observe na Tabela 14 e no Gráfico 24.

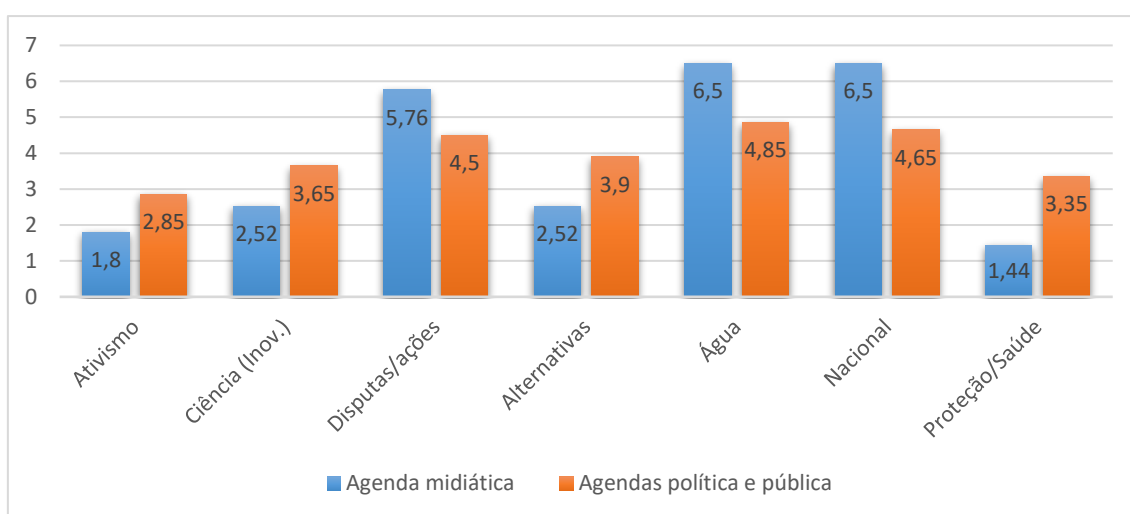
**Tabela 14 - Fatores de relevância de proximidade intermediária**

Microtema	Agenda do JN	Agenda política e pública	Margem diferencial
Ativismo (Inovação e Des.)	1,8	2,85	1,05

Ciência (Inovação e Des.)	2,52	3,65	1,13
Disputas/ações (Governança Ambiental)	5,76	4,5	1,26
Alternativas (Matrizes Energéticas)	2,52	3,9	1,38
Água (Biodiversidade)	6,5	4,85	1,65
Nacional (Governança Ambiental)	6,5	4,65	1,85
Proteção/Saúde (Temp. e Mudanças Climáticas)	1,44	3,35	1,91

Fonte: pesquisa empírica; ordem crescente.

**Gráfico 24 - Fatores de relevância de proximidade intermediária**



Fonte: pesquisa empírica; ordem crescente.

E os assuntos ambientais com registros mais díspares entre as agendas, com base nos índices de relevância atribuídos, formam a maioria: dezenove microtemas, com destaque para dois deles: Naturais e Provocadas, ambos derivados do macrotema Ocorrências, com margem diferencial de 39,68 e 12,1, respectivamente (Tabela 15 e Gráfico 25). Mais uma vez, a disparidade explica-se pela preferência noticiosa por relato de fatos atuais ou o acompanhamento destes, conforme o modelo praticado pela grande imprensa – e referido algumas vezes neste trabalho.

No entanto, convém citar a presença de determinados macrotemas, como Urbanismo, Produção de Alimentos e Resíduos Sólidos. O primeiro se destaca negativamente na análise da agenda do Jornal Nacional, visto que registra “relevância zero” em dois microtemas (Planejamento e Crescimento) e aparece de modo breve no microtema Qualidade de Vida, com apenas seis notícias (vide tópico 3.5.8).

Desse modo, nota-se ausente da agenda do Jornal Nacional notícias que compõem dois dos principais assuntos elencados pelas outras agendas. Afinal, os microtemas Planejamento (4,85) e Crescimento (4,1) estão presentes no grupo dos maiores índices de relevância das agendas política e pública, com o 1º e 6º maiores índices entre todos.

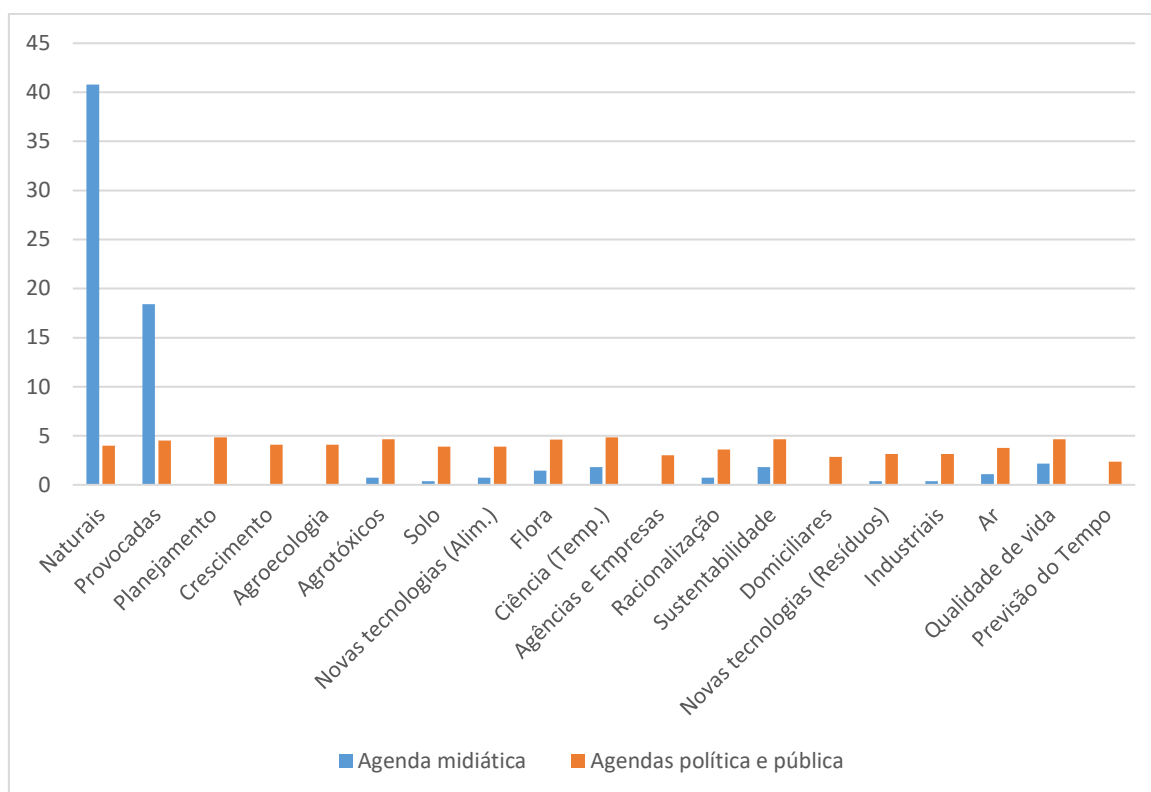
Estão ausentes do noticiário, portanto, notícias sobre projetos, políticas e convênios de planejamento urbano, sobre causas e consequências do crescimento dos municípios ou com ênfase à redução de impactos ambientais nas cidades.

**Tabela 15 - Fatores de relevância de maior distanciamento**

<b>Microtema</b>	<b>Agenda do JN</b>	<b>Agenda política e pública</b>	<b>Margem diferencial</b>
Naturais (Ocorrências)	40,79	4	36,79
Provocadas (Ocorrências)	18,41	4,5	13,91
Planejamento (Urbanismo)	0	4,85	4,85
Crescimento (Urbanismo)	0	4,1	4,1
Agroecologia (Produção de Alimentos)	0	4,1	4,1
Agrotóxicos (Produção de Alimentos)	0,72	4,65	3,93
Solo (Recursos Naturais)	0,36	3,9	3,54
Novas tecnologias (Produção de Alimentos)	0,72	3,9	3,18
Flora (Biodiversidade)	1,44	4,6	3,16
Ciência (Temp. e Mudanças Climáticas)	1,8	4,85	3,05
Agências e Empresas (Inovação e Des.)	0	3	3
Racionalização (Matrizes Energéticas)	0,72	3,6	2,88
Sustentabilidade (Inovação e Des.)	1,8	4,65	2,85
Domiciliares (Resíduos Sólidos)	0	2,85	2,85
Novas tecnologias (Resíduos Sólidos)	0,36	3,15	2,79
Industriais (Resíduos Sólidos)	0,36	3,15	2,79
Ar (Recursos Naturais)	1,08	3,75	2,67
Qualidade de vida (Urbanismo)	2,16	4,65	2,49
Previsão do Tempo (Temp. e Muds. Climáticas)	0	2,35	2,35

Fonte: pesquisa empírica; ordem decrescente.

**Gráfico 25 - Fatores de relevância de maior distanciamento**



Fonte: pesquisa empírica; ordem decrescente.

Agora faremos a análise dos números conforme a metodologia proposta por Guerra (2018), que estabelece outro padrão para leitura dos dados, com base em margens de tolerância para a cobertura noticiosa. Convém frisar que o Fator de Relevância Jornalística e o Índice de Resolução Semântica de Referência são metas que indicam a relevância do tema e a proporção que deveriam ocupar na cobertura de acordo com a relevância pré-estabelecida pelas agendas pública e política. Veremos o grau de correspondência entre o conteúdo do Jornal Nacional e as expectativas de conteúdo das demais agendas.

Quanto mais próximo um índice estiver do outro, maior a adequação entre a Referência (a meta) e o Apurado (valor real encontrado) na cobertura realizada. Por tratar-se de áreas nas quais as avaliações comportam diferenças de julgamento, são consideradas margens de tolerância para fins de acomodação de possíveis divergências de avaliação.

Consideramos cinco faixas de pontuação, que atendem a margens de tolerância. São elas:



- **Desejável (cor verde):** indica variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência. – de 70,1% a 130%;
- **Tende à saturação (cor rosa):** variação ultrapassa 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor). – de 130,1% a 300%;
- **Tende à retração (cor amarelo claro):** variação de 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%) – de 10,1% a 70%;
- **Forte tendência a saturação (cor amarelo escuro):** indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência – acima de 300%;
- **Forte tendência a retração (cor vermelha):** Forte tendência a invisibilidade (menor ou igual a 10% em relação ao valor de Referência) ou invisibilidade total (quando em zero) – de 0% a 10%.

Na Tabela 16, é possível observar os resultados. Nela, há predomínio da cor amarelo claro (33 unidades), que indica “tendência a retração”. Curiosamente, todos os macrotemas possuem microtemas enquadráveis neste grupo, com exceção apenas do macrotema Ocorrências. Em seguida, aparece uma situação-limite: a cor vermelha (22 unidades). Nesse grupo somente o microtema Solo (Recursos Naturais) aparece com forte tendência à invisibilidade. Todos os demais microtemas registram invisibilidade total.

O grupo da cor verde, que indica margem de tolerância “desejável”, possui somatório semelhante (20 unidades). Nesta seção destacam-se a maior parte do macrotema Governança Ambiental, e os microtemas Fauna (Biodiversidade), Ação ambientalista (Ocorrências) e Previsões (Matrizes Energéticas).

As cores rosa (tendência a saturação) e amarelo escuro (forte tendência a saturação) são as que aparecem em menor quantidade na tabela: três e quatro vezes, respectivamente. No primeiro caso, trata-se do Fator de Relevância Jornalística Apurado para os microtemas Comportamento (Temperatura e Mudanças Climáticas), Nacional (Governança Ambiental) e Água (Recursos Naturais). E no segundo caso, tanto o FRJ quanto o IRS apurados nos microtemas Naturais e Provocadas (ambos do macrotema Ocorrências). Ou seja, esses dois microtemas são verificados como sendo os de maior saturação no noticiário ambiental do Jornal Nacional.

**Tabela 16 – Tendência a saturação e tendência a invisibilidade**

Macrotema	Microtema	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)			Índice de Resolução Semântica (IRS)		
		Agendas Pública/ Política (Média)	Agenda do JN	Proximidade (%)	Agendas Pública/ Política (Média)	Agenda do JN	Proximidade (%)
Temperatura e Mudanças Climáticas	Previsão do Tempo	2,35	0	0	7,11	0	0
	Proteção/Saúde	3,35	1,44	42,98	9,77	4	40,94
	Ciência	4,85	1,80	37,11	15,05	5	33,22
	Comportamento	2,35	3,25	138,29	7,11	9	126,58
	Outros	2,15	1,80	83,72	6,15	5	81,30
Ocorrências	Naturais	4	40,79	1.019,75	12,35	113	914,97
	Provocadas	4,5	18,41	409,11	14,11	51	361,44
	Ação ambientalista	3	2,88	96,00	8,84	8	90,49
	Outros	2	2,52	126	5,65	7	123,89
Governança Ambiental	Nacional	4,65	6,50	139,78	14,61	18	123,20
	Internacional	4,35	3,95	90,80	13,28	9	67,77
	Disputas/ações	4,5	5,76	128,00	14,11	16	113,39
	Outros	2,15	1,80	83,72	6,15	5	81,30
Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	4,65	1,80	38,70	14,61	5	34,22
	Agências e Empresas	3	0	0	8,84	0	0
	Ciência	3,65	2,52	69,04	11,10	7	63,06
	Ativismo	2,85	1,80	63,15	8,44	5	59,24
	Outros	2	0	0	5,65	0	0
Biodiversidade	Flora	4,6	1,44	31,30	14,17	4	28,22
	Fauna	4,85	4,33	89,27	15,05	12	79,73
	Outros	2,15	0	0	6,15	0	0
Resíduos Sólidos	Domiciliares	2,85	0	0	8,44	0	0
	Industriais	3,15	0,36	11,42	9,34	1	10,70
	Novas tecnologias	3,15	0,36	11,42	9,34	1	10,70
	Outros	2,15	0	0	6,15	0	0
Produção de alimentos	Agrotóxicos	4,65	0,72	15,48	14,61	2	13,68
	Agroecologia	4,1	0	0	12,41	0	0
	Novas tecnologias	3,9	0,72	18,46	11,98	2	16,69
	Outros	2,15	0,72	33,48	6,15	2	32,52
Urbanismo	Planejamento	4,85	0	0	15,05	0	0
	Crescimento	4,1	0	0	12,83	0	0
	Qualidade de vida	4,65	2,16	46,45	14,61	6	41,06
	Outros	2	0,36	18,00	5,65	1	17,69
Recursos Naturais	Água	4,85	6,50	134,02	15,05	18	119,60
	Solo	3,9	0,36	9,23	11,98	1	8,34
	Ar	3,75	1,08	28,80	11,48	3	26,13
	Outros	2,15	0	0	6,15	0	0
Matrizes Energéticas	Racionalização	3,6	0,72	20,00	11,08	2	18,05
	Alternativas	3,9	2,52	64,61	11,98	7	58,43
	Previsões	3,6	2,88	80,00	11,08	8	72,20
	Outros	2	1,44	72,00	5,65	4	70,79

**Desejável:** indica variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência. – de 70,1% a 130%

**Tende à saturação:** variação ultrapassa 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor). – de 130,1% a 300%

**Tende à retração:** variação de 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%) – de 10,1% a 70%

**Forte tendência a saturação:** indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência – acima de 300%

**Forte tendência a retração:** Forte tendência a invisibilidade (menor ou igual a 10% em relação ao valor de Referência) ou invisibilidade total (quando em zero) – de 0% a 10% (Fonte: pesquisa empírica; com base em Guerra (2018)).

Com base nos dados da Tabela 16, podemos desenvolver um último recurso analítico que servirá para quantificar os dados disponíveis conforme as margens de tolerância estabelecidas. Trata-se de organizar os dados acima de acordo com os níveis de proximidade ou distanciamento do que convencionamos chamar de retração e saturação. Para tanto, estabelecemos metas (limites) de quantidade proporcional de notícias ambientais para cada um dos rótulos representativos das margens de tolerância definidas. Na Tabela 17, observe que espera-se uma quantidade maior de notícias nas duas faixas intermediárias (tendência a saturação e tendência a retração, ambas com meta estipulada de quantidade menor ou igual a 30%). Ao contrário, a expectativa é obter o menor possível de notícias nas duas faixas de maior desvio (forte tendência a saturação e forte tendência a retração, ambas com meta estipulada de quantidade menor ou igual a 10%). E a faixa de classificação “Desejável” corresponde, na meta estipulada, a quantidade maior ou igual a 20%.

**Tabela 17 – Quantificação da cobertura conforme margem de tolerância**

<b>Classificação</b>	<b>Meta</b>	<b>Resultado absoluto</b>	<b>Resultado relativo</b>	<b>Satisfatório?</b>
Desejável	Maior ou igual a 20%	9	21,95%	SIM
Tende à saturação	Menor ou igual a 30%	3	7,31%	SIM
Tende à retração	Menor ou igual a 30%	16	39,02%	NÃO
Forte tendência a saturação	Menor ou igual a 10%	2	4,9%	SIM
Forte tendência a retração	Menor ou igual a 10%	11	26,82%	NÃO
<b>Total</b>		<b>41</b>	<b>100%</b>	

Fonte: elaborado pelo autor.

Agora vamos nos concentrar na última coluna da Tabela 17. Para chegar à conclusão da análise dos dados, é preciso recorrer a um pequeno quadro de referência, que considera o cumprimento das metas conforme os quatro rótulos abaixo:

1. Todas as metas cumpridas: **cobertura excelente**
2. Uma meta não cumprida: **boa cobertura**
3. Duas ou três metas não cumpridas: **média cobertura**
4. Quatro ou cinco metas não cumpridas: **cobertura ruim**

No caso das notícias sobre meio ambiente produzidas pelo Jornal Nacional, o quadro hipotético acima e os dados compilados na Tabela 17 permitem classificar a cobertura apurada como “média”. Afinal, em duas categorias o noticiário não atingiu as metas estipuladas: nas faixas de tendência a retração (desvio de 9,01%) e de forte tendência a retração (desvio de 16,81%).

De modo geral, todo o conjunto de métodos e indicadores utilizados para a análise empírica da cobertura ambiental do Jornal Nacional leva à compreensão de que há limitações na seleção temática específica. Concluimos que há grande concentração de pautas factuais, em discrepância à ausência de outras pautas relevantes, de conteúdo considerado preventivo ou contextual. A solução passaria pela adoção de métodos de planejamento da produção, que poderia levar em consideração o mapeamento preliminar de todas as pautas possíveis para cada editoria, a exemplo da ambiental. Um instrumento eficaz seria a própria matriz de relevância, construída com base em indicadores refinados, para acompanhamento interno dos jornalistas com poder hierárquico de decisão e, posteriormente, para prestação de contas sobre a qualidade jornalística efetivamente praticada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num exercício multidisciplinar, necessário ao campo da Comunicação, convém recorrer a métodos da tecnologia da informação para organizar e orientar rotinas produtivas do jornalismo. O suporte tecnológico oferece recursos para a agilidade requerida por um ambiente de redação jornalística, sobretudo por dois motivos centrais: refinar o modelo de gestão do conhecimento e melhorar processos coletivos.

Historicamente centrada na figura individual do jornalista, a prática profissional tem solicitado novas habilidades pessoais, de ordem cognitiva e tecnológica. Contudo, a caricatura do homem multifuncional perde sentido quando os resultados de produção revelam práticas inconsistentes de apuração, método e entrega do produto noticioso.

Na prateleira do mercado de notícias, a regra de ouro é o conteúdo de qualidade, acima da plástica embalagem – restrita a outra esfera de relevância. Independentemente da estética de apresentação, o primeiro bloco de um telejornal ou o primeiro caderno de um periódico precisa demonstrar coerência editorial qualitativa, fundamentada em práticas de gestão empresarial.

Apesar de baixa adesão, por setores acadêmicos e profissionais, às inovações de ordem organizacional e tecnológica, é necessário adotá-las como empréstimo à profissão de origem liberal, sobretudo para reforçar a complexa teia ideológica de aspectos de autonomia e liberdade.

Há três desafios iniciais à formatação de práticas de gestão editorial: desenvolver métodos claros e confiáveis; obter parâmetros consensuais; e produzir pesquisas geradoras de inovação (GUERRA, 2015, p. 5). Não são barreiras intransponíveis, mas demonstram a necessidade de esforços conjuntos entre pesquisadores da Comunicação, Administração, Política e Informática. E numa visão ampliada, é preciso consolidar o entendimento em torno da Comunicação como ciência social aplicada.

Essência do jornalismo, o trabalho em equipe é substrato operacional para o desenvolvimento de tecnologias, métodos e práticas capazes de abarcar as demandas sociais por critérios como relevância, verdade, pluralidade e diversidade<sup>48</sup>. Todos

---

<sup>48</sup> Quatro expectativas básicas da audiência em relação à notícia. (GUERRA, 2015, p. 6).

conceitos populares, que carecem de sofisticação prática no interior das redações jornalísticas.

A contribuição da teoria do agendamento à pesquisa aplicada de avaliação da qualidade jornalística permite observar, estatística e analiticamente, respostas consistentes acerca da seleção temática operada pelo Jornal Nacional. Acima de ser um pretexto, a verificação da pauta ambiental torna-se um mote específico de gancho para pesquisas vindouras.

Ironicamente, à sombra do realinhamento progressivo das “teorias da agenda”, a convergência teórica traz de volta a abordagem sobre a influência da mídia sobre as atitudes e opiniões, uma análise típica da teoria dos efeitos limitados, que vigorava no limiar do surgimento da hipótese do *agenda-setting* – esta criada justamente como contestação ao julgamento inicial. Resta uma prova de que a evolução dos estudos permite aprimorar conceitos e dialogar sob pontos em comum.

No desenrolar das novas pesquisas, ao perceber diferentes pesos e medidas na cobertura noticiosa, a teoria incorpora uma classificação que divide os atributos mais importantes em dois polos: enquadramentos dominantes - temas centrais - e argumentos marcantes - aspectos. Essa conversação com o paradigma do enquadramento ajuda a compreender a difícil equação entre o que é relevante, o que é selecionado pela mídia jornalística, o que dá mais audiência, o que é capturado pelos grupos, o que reverbera na opinião pública e o que retorna como matéria-prima ao jornalista.

Não é possível, nesta pesquisa, demonstrar a efetiva aplicação desta sequência cíclica de efeitos. Mas é permitido perceber que as origens da teoria, bem como sua vigorosa atualização, servem para explicar os efeitos prolongados da exposição individual e coletiva à mídia. E no caso de pautas como “meio ambiente”, o modelo do agendamento revela traços comuns da segregação temática nos repertórios de produtor e consumidor.

Na essência do debate, oferecemos um novo delimitador: a “captura ambiental”. Sem a pretensão de contestar os formuladores dos conceitos de intrusão e não intrusão, sugerimos um avanço reflexivo que admita deduções estatísticas sobre o grau de interferência coletiva das notícias no repertório cotidiano e, num paralelo, o grau de interferência individual do cotidiano na absorção noticiosa. Pretendemos desse modo demonstrar matematicamente como a pauta ambiental, utilizada como norteadora

simbólica, serviria como objeto de estudo aprofundado sobre relevâncias macro e microtemática.

A qualidade editorial de um produto jornalístico não está restritamente ligada à proporção que noticia um assunto denso ou acessível. O fator colabora para a análise. Mas o uso de instrumentos refinados de avaliação permitiria balizar e mensurar a presença de variáveis robustas como diversidade de conteúdo e pluralidade de fontes. Logo, a matriz de estudo partiu do ponto de partida “relevância temática”.

O esforço metodológico se concentrou na elaboração de uma pesquisa de consistência investigativa, abastecida sob dois movimentos: primeiro, uma análise criteriosa do conteúdo das edições do Jornal Nacional, que respondeu ao fim pela verificação detalhada de um ano inteiro de exibição de reportagens de conteúdo geral e específico (ambiental); e por último, um método de avaliação de qualidade jornalística com base em matrizes de relevância temática, ou seja, uma análise de cunho comparativo entre a agenda do JN e as expectativas de duas agendas de referência: pública e política.

As matrizes de relevância temática podem ser utilizadas por organizações jornalísticas como instrumentos de verificação do trabalho, de modo a avaliar internamente a qualidade editorial e, além disso, podem servir como ferramentas de prestação de contas ou *accountability*.

Na análise dos resultados, ficou clara a preferência do Jornal Nacional pelo relato de fatos atuais ou o acompanhamento destes, conforme o modelo praticado pela grande imprensa. Em função desse perfil de jornalismo *hard news*, dois microtemas ambientais de caráter factual se sobressaíram com grande destaque entre o conjunto geral: Ocorrências Naturais e Provocadas.

Na ponta inversa, seis microtemas ficaram completamente ausentes do noticiário durante o período analisado: Agroecologia (Produção de Alimentos), Agências e Empresas (Inovação e Desenvolvimento), Domiciliares (Resíduos Sólidos), Previsão do Tempo (Temperatura e Mudanças Climáticas), Planejamento e Crescimento (ambos do macrotema Urbanismo).

Convém frisar que a coluna Previsão do Tempo dispõe de espaço reservado em todas as edições do telejornal e, por isso, não foi considerada na pesquisa. Contudo, chama atenção a ausência da agenda do Jornal Nacional de dois dos principais assuntos

elencados pelas outras agendas: Planejamento e Crescimento, que figuram com o 1º e 6º maiores índices entre todos.

Portanto, estão ausentes do produto jornalístico notícias sobre projetos, políticas e convênios de planejamento urbano, sobre causas e consequências do crescimento dos municípios ou com ênfase à redução de impactos ambientais nas cidades. Essa é nítida prova da fragilidade preventiva ou contextual das pautas sobre meio ambiente e, aparentemente, do noticiário geral.

Na comparação entre agendas, surpreende o registro do microtema com maior grau de correspondência: Ação Ambientalista, que integra notícias sobre ações, campanhas e atividades programadas e/ou desempenhadas por grupos ambientalistas e outras representações coletivas, provenientes da sociedade civil organizada ou de iniciativas individuais e comunitárias.

Nesse caso, comprova-se abertura de espaço na grande mídia à agenda específica dos movimentos ambientais, que conforme vimos, iniciaram processo de consolidação e prestígio junto à opinião pública na década de 1980 – oito anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

Agora, numa distância progressiva de 46 anos, o verão nos parece mais uma vez convidativo. Este pequeno enxerto analítico de diferentes modelagens da agenda ambiental pode resultar numa grande árvore frondosa. No alto, os frutos de McCombs e Shaw. Ao alcance, o sabor da realidade cultivada muito além da fronteira de Estocolmo, por fortes razões de diversidade brasileira. Vamos à colheita.



## REFERÊNCIAS

- ADER, C. **A longitudinal study of agenda-setting for the issue of environmental pollution.** Journalism & Mass Communication Quarterly, 72, 1995, p. 300-311.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9000:2005. Sistemas de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário.** Rio de Janeiro, 2005, 2ª ed., 35 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:2008. Sistemas de gestão da qualidade: requisitos.** Rio de Janeiro, 2008, 2ª ed., 36 p.
- ALMEIDA, Mário; FREITAS, Cláudia R.; SOUSA, Irineu M. de. **Gestão do conhecimento para a tomada de decisão.** São Paulo: Atlas, 2011, 114 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1979, 229 p.
- BARROS, A. T.; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010, p. 45-77.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor.** São Paulo: Moderna, 2001, p. 178-179.
- BENEDETI, Carina Andrade. **A Qualidade da Informação Jornalística: do conceito à prática.** Florianópolis/SC: Insular, 2009. Série Jornalismo a Rigor, Volume 2
- BOFF, Leonardo. A contribuição do Brasil. In: Viana, Gilney(org); Silva, Marina(org); Diniz, Nilo(org). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil / Challenge of sustainable: a social-environment debate in Brazil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BRASIL, 2013. Ministério de Minas e Energia. **Relatório Anual da Empresa de Pesquisa Energética.** Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/DPG\\_Docs/EPE-DPG-SDB-001-2013-r0.pdf](http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/DPG_Docs/EPE-DPG-SDB-001-2013-r0.pdf)> Acesso em: 27 de nov. 2017.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas.** Teoria & Pesquisa, vol. 24, n. 2, p. 4-17, jul. a dez. de 2015. Disponível em: <[www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/442/293](http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/442/293)>
- CERQUEIRA, Luiz Augusto Egypto de. **Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores.** Série Debates CI: Comunicação e Informação; 6. Brasília: UNESCO, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 411 p.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros.** Série Debates CI: Comunicação e Informação; 3. Brasília, Unesco, 2010.
- COHEN, B. **The press and the foreign policy.** Princeton: Princeton University, 1963.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**. Teorias e Métodos. Covilhã: Livros LabCom, 2011.

DOWNS, A. **Up and down with ecology**: the issue-attention cycle. *The Public Interest*, 28, 1972, p. 38-50.

FALCHETI, Vaquer; GABRIEL, Fabrício. **Futebol na Globo começará mais cedo em 2016; entenda porquê**. Na Telinha - UOL. Disponível em: <<http://natelinha.uol.com.br/noticias/2016/01/16/futebol-na-globo-comecara-mais-cedo-em-2016-entenda-por-que-95674.php>>

FEITOZA, Liliane do Nascimento Santos. **Relevância jornalística: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e accountability**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2016.

FELIZOLA, Matheus P. M. **A trajetória dos movimentos socioambientais em Sergipe – personagens, instituições e estratégias de comunicação**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, RN, 2012.

FERREIRA, Bibiana; PINHEIRO, Bruna; SILVA, Danielle; CONRAD, Kalliandra. **Transparência e accountability como estratégias de comunicação organizacional em ações de responsabilidade social empresarial**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38º. Anais, Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

FIGUEIREDO, L. M. de. **O conceito de relevância e suas implicações**. *Ciência da Informação*, v. 6, n. 2, p. 75- 78, 1977.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. **The structure of foreign news**: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, Oslo, v.2, n. 1, 1965.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Veja, 1999.

GANS, Herbert J. **Deciding what's News**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Edição ampliada comemorativa de 25º aniversário. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GENTILLI, V. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GIACOMINI-FILHO, Gino. **A responsabilidade social como fator de inovação para a comunicação.** Comunicação & Inovação (Online), v. 16, p. 77-93. São Caetano do Sul: USCS, 2015.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Guia da Agenda Jornalística (GAJ) na perspectiva de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ).** Brazilian Journalism Research, Brasília, v. 12, n. 3, 2016.

\_\_\_\_\_. Bases conceituais para um sistema informatizado de gestão da produção jornalística com foco na qualidade editorial. In: GUERRA, Josenildo Luiz; FRANCISCATO, Carlos Eduardo; FRANÇA, Lílían Cristina Monteiro. (Org.). **Jornalismo e Tecnologias Digitais: produção, qualidade e participação.** 1ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, v. 1, p. 68-95.

\_\_\_\_\_; BARRETO, Nara. Índice de Relevância Jornalística (IRJ): metodologia para avaliação de qualidade editorial do requisito relevância. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). **Crítica do jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação.** Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016, p. 79-104.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da Qualidade da Informação Jornalística.** Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial. Brasília: Unesco, 2010. (Série Debates CI: Comunicação e Informação; 5).

\_\_\_\_\_. **Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo:** possibilidades e diretrizes. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v. 13, n. 3, set./dez. 2010.

\_\_\_\_\_; CHRISTOFOLETTI, R. ; BALDESSAR, M. J. ; LIMA, S. P. . **A qualidade do conteúdo da Agência Brasil/EBC:** avaliação dos requisitos diversidade, pluralidade e cobertura de políticas públicas. Eptic (UFS), v. 15, p. 153-173, 2013.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade:** problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. P.39-49.

JONAS, H. **Das Prinzip Verantwortung.** Versuch einer Ethik die technologische Zivilisation. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984.

JORNET, Carlos. **Gestión periodística. Herramientas para lograr um periodismo efectivo y de calidad.** 1ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

KEANE, J. **The media and democracy.** Cambridge: Polity Press, 1998.

KOSICKY, G. **Problems and opportunities in agenda-setting research.** Journal of Communication, 43, 2, 1993, p. 108-109.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. 2ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008, 308 p.

LEONI, B.; RADFORD, T.; SCHULMAN, M. **Disaster through a different lens: a guide for journalists covering disaster risk reduction**. United Nations Office for Disaster Risk Reduction: Estados Unidos, 2011.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e diferentes dimensões da Accountability**. E-Compós (Brasília), v. 7, p. 1-27, 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/113/112>>

MARTINI, Stella. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_; REYNOLDS, Amy. **News influence on our pictures of the world**. In: BRYANT, J. (Ed.); ZILLMANN, D. (Ed.). **Media effects: Advances in theory and research**, 2nd ed., p. 1-18. Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, x, 634 p, 2002.

\_\_\_\_\_; SHAW, Donald. **The emergence of American political issues: The Agenda-Setting Function of the Press**. St. Paul, Minnesota: West Publishing Co, 1977.

\_\_\_\_\_; SHAW, Donald. **The Evolution of Agenda-setting Research: Twenty Five Years in the Marketplace of Ideas**. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 2, 1993.

\_\_\_\_\_; GHANEM, S. **The convergence of Agenda Setting and Framing**. In: REESE, S.; GANDY, O.; GRANT, A. (Eds.). **Framing public life. Perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah: Lawrence Erlbaum associates, Inc., 2003.

McQUAIL, Denis. **Audience Analysis**. London: Sage Publication, 1997.

MEYER, Philip. **Os Jornais Podem Desaparecer? Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2007.

MITNICK, Barry M. **The political economy of regulation: creating, designing and removing regulatory forms**. New York: Columbia University Press, 1980.

MONPART, Josep L. Gómez, LOZANO, Juan F. Gutiérrez, SAMPIO, Dolors Palau (Org.). **La calidad periodística: teorías, investigaciones y sugerencias profesionales**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona/Universitat Pompeu Fabra, D.L. 2013.

NORRIS, Pippa, ODUGBEMI, Sina. **The roles of the news media in the governance agenda: watch-dogs, agenda-Setters and gate-keepers**. In.: Harvard University-World

Bank workshop on “The Role of the news media in the governance agenda: watch-dog, agenda-setter and gate-keeper.” 29-31st May 2008. Disponível em <[http://issuu.com/internews/docs/mediamatters?mode=embed&document\\_Id=080307235258-86879280152d4cd485010c7d3a09c955&layout=g rey](http://issuu.com/internews/docs/mediamatters?mode=embed&document_Id=080307235258-86879280152d4cd485010c7d3a09c955&layout=g%20rey)>

PALACIOS, Marcos. (Org.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo**. Volume 1: Modelos. LabCom Books, 2011.

PALACIOS, Marcos. **A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), novembro de 2008.

PINTO, Manuel, MARINHO, Sandra. **A qualidade em jornalismo: problematização e operacionalização do conceito**. Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, em 10 e 11 de Abril de 2003.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**. Disponível em: <[www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents](http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents)>. Acesso em: 20 set. 2016.

ROBERTS, M; WANTA, W.; TZONG-HOUNG, D. **Agenda-setting and issue salience online**. Communication Research, 29, p. 452-465, 2002.

ROGERS, E.; DEARING, J. **Agenda-setting Research: Where Has It Been? Where Is It Going?** In: ANDERSON, J. (Ed.). Communication Yearbook 11. Newbury Park, CA: Sage, 1988, p. 565.

\_\_\_\_\_; BREGMAN, D. **The anatomy of agenda-setting research**. Journal of Communication, vol. 43, n. 2, 1993.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos Indicadores para o Desenvolvimento da Mídia da UNESCO**. Série Debates CI: Comunicação e Informação; 4. Brasília: UNESCO, 2010.

SALWEN, M. **Effects of accumulation of coverage on issue salience in agenda-setting**. Journalism Quarterly, 65, p. 100-106, 1988.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**. Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014, p. 51-70.

SILVA, Hugo. **Checks and Balances: sistema de freios e contrapesos**. 2014. Disponível em: <<https://hugosilva.jusbrasil.com.br/artigos/122115130/cheks-and-balances>>

SOARES, Marcelo. **Jornalismo de prevenção**. Revista de Jornalismo ESPM, n. 5, ano 2, abr. a jun. 2013. Instituto Cultural ESPM: São Paulo, 2013, p. 16-20.

SOROKA, S. **Issue attributes and agenda-setting by media, the public and a policymakers in Canada**. International Journal of Public Opinion Research, 14, 2002, p. 264-285.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2 ed. Blackwell, 1995. In: SUÁREZ, Adriana Amado (Org.). **Periodismo de calidad: debates y desafíos**. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

TANKARD, J.; HENDRICKSON, L.; SILBERMAN, J.; BLISS, K.; GHANEM, S. **Media frames: approaches to conceptualization and measurement**. Association for Education in Journalism and Mass Communication. Boston, 1991.

THOMPSON, John B. **The media and modernity: a social theory of the media**. Cambridge: Cambridge UP, 1995, 324 p.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume II. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

UNGARETTI, Wladimir Netto. **Empresariado e ambientalismo: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil**. São Paulo: Ed. Annablume, 1998.

VIZEU, Alfredo. **O Jornalismo e as "teorias intermediárias"**: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredojornalismo-teorias-intermediarias.pdf>>.

WANTA, W.; HU, Y. **Time-lag differences in the agenda-setting process: An examination of five news media**. *International Journal of Public Opinion Research*, 1994.

WEAVER, D. & ELLIOT, S.N. **Who sets the agenda for the media? A study of local agenda-setting building**. *Journalism Quarterly*, 62, 1985, p. 87-94.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 10ª edição. Editorial Presença: Lisboa, 2009.

YAGADE, A. & DOZIER, D.M. **The media agenda-setting effect of concrete versus abstract issues**. *Journalism Quarterly*, 67, 1990, p. 3-10.

ZUCKER, H. G. **The Variable Nature of New Media Influence**. In: RUBEN, B. D. (ed.), *Communication Yearbook 2*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1978.

## APÊNDICE I

Levantamento de dados – Jornal Nacional  
(1º de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017)

ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL   JORNAL NACIONAL							
Novembro, 2016							
Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
01/11/2016	17	2	Desabamento de gruta durante cerimônia religiosa deixa 10 mortos	Ocorrências	Provocadas	00:40:21	00:00:59
			Excesso de chuvas afeta plantio de arroz no Rio Grande do Sul	Ocorrências	Naturais		00:01:20
02/11/2016 *	14	2	Testemunha conta que teto desabou depois de queima de fogos na gruta	Ocorrências	Provocadas	00:20:07	00:02:03
			Protesto em Barra Longa (MG) lembra o rompimento da barragem da Samarco	Ocorrências	Provocadas		00:00:21

03/11/2016	20	2	Marcha contra rompimento de barragem chega a Mariana	Ocorrências	Provocadas	00:43:16	00:00:26
			Mais de 200 imigrantes morrem em dois naufrágios no Mar Mediterrâneo	Ocorrências	Outros		00:01:29
04/11/2016	18	2	ONU diz que ações adotadas após tragédia em Mariana são insuficientes	Governança Ambiental	Internacional	00:43:34	00:02:35
			Entra em vigor acordo para combater mudanças climáticas no planeta	Temperatura e Mudanças Climáticas	Outros		00:01:47
05/11/2016	18	5	Protestos marcam a passagem de um ano da tragédia de Mariana, MG	Ocorrências	Provocadas	00:39:33	00:00:37
			JN refaz trecho percorrido por lama de barragem da Samarco	Ocorrências	Provocadas		00:05:56
			Regência, ES, tem economia quase parada 1 ano após tragédia ambiental	Ocorrências	Provocadas		00:01:58
			Capital da Índia vive a pior onda de poluição em 17 anos	Recursos Naturais	Ar		00:00:23



			Terremotos que atingiram a Itália destruíram patrimônio valioso	Ocorrências	Naturais		00:02:52
07/11/2016	15	1	Eleição americana é preocupação entre participantes da COP 22	Governança Ambiental	Internacional	00:48:14	00:00:35
08/11/2016	22	0	0	0	0	00:46:28	00:00:00
09/11/2016	15	0	0	0	0	00:53:11	00:00:00
10/11/2016	16	0	0	0	0	00:20:23	00:00:00
11/11/2016	20	1	Além da corrida, organizadores do GP do Brasil de F1 se preparam para evitar desperdícios	Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	00:43:37	00:01:54
12/11/2016	18	2	Justiça Federal pede nova perícia da Samarco na barragem de Fundão	Governança Ambiental	Nacional	00:32:28	00:00:32
			Pneu abandonado é preocupação a mais no combate ao Aedes aegypti	Temperatura e Mudanças Climáticas	Proteção/Saúde		00:02:00
14/11/2016	21	4	‘Novo Sertão’: seca transforma agreste de Pernambuco	Ocorrências	Naturais	00:37:20	00:03:18
			Cientistas calculam que 2016 será o ano mais quente já registrado	Temperatura e Mudanças Climáticas	Ciência		00:02:01

			Centenas de abalos atingem Nova Zelândia após forte terremoto	Ocorrências	Naturais		00:01:45
			Ursa polar 'mais triste do mundo' deixa o confinamento na China	Biodiversidade	Fauna		00:00:48
15/11/2016	18	4	Comerciantes e indústrias criam meios para economizar água em PE	Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	00:44:01	00:02:29
			Deslizamento de terra deixa dois mortos em Petrópolis (RJ)	Ocorrências	Naturais		00:02:20
			Líderes mundiais fazem apelo para que Donald Trump respeite acordo do clima	Governança Ambiental	Internacional		00:01:45
			Tartarugas marinhas têm problemas para voltar ao mar no Maranhão	Biodiversidade	Fauna		00:02:11
16/11/2016 *	11	0	0	0	0	00:24:28	00:00:00
17/11/2016	21	2	Seca diminui nível do Rio Xingu na região da usina de Belo Monte	Recursos Naturais	Água	00:47:38	00:02:35

			Mais de 300 imigrantes morrem no Mar Mediterrâneo em três dias	Ocorrências	Naturais		00:00:30
18/11/2016	17	2	Quatro empresas e 22 pessoas se tornam rés pela tragédia em Mariana	Governança Ambiental	Nacional	00:40:12	00:02:33
			Reunião sobre clima reafirma acordo que limita emissão de gases	Governança Ambiental	Internacional		00:00:34
19/11/2016	13	1	Frio fora de época surpreende até o sul do país	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:31:14	00:00:14
21/11/2016	19	1	Terra treme em Fukushima, no Japão, arrasada pelo tsunami de 2011	Ocorrências	Naturais	00:40:25	00:02:13
22/11/2016	17	1	Japão suspende alerta de tsunami após terremoto em Fukushima	Ocorrências	Naturais	00:40:16	00:01:19
23/11/2016 *	11	0	0	0	0	00:16:30	00:00:00
24/11/2016	23	2	Estiagem de cinco anos deixa 81% das cidades do Ceará em emergência	Ocorrências	Naturais	00:49:23	00:02:11
			Oitenta mil pessoas deixam cidade de Israel por causa de incêndios florestais	Ocorrências	Provocadas		00:00:29

25/11/2016	16	3	Pesquisadores de MS criam sensor de raios com leiteira de alumínio	Inovação e Desenvolvimento	Ciência	00:39:26	00:01:56
			Anvisa: 99% dos alimentos estão livres de risco agudo por agrotóxicos	Produção de Alimentos	Agrotóxicos		00:00:29
			Israel prende 13 pessoas suspeitas de ligação com incêndios florestais	Governança Ambiental	Internacional		00:00:25
26/11/2016	17	0	0	0	0	01:00:42	00:00:00
28/11/2016	15	0	0	0	0	00:39:56	00:00:00
29/11/2016	23	0	0	0	0	01:21:43	00:00:00
30/11/2016	25	0	0	0	0	01:09:59	00:00:00
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>37</b>				<b>18:14:25</b>	<b>00:59:52</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>8,04%</b>				<b>100%</b>	<b>5,47%</b>

\*Edições breves do JN, em função de partidas de semifinal e final de competição de futebol, a Copa do Brasil.

SEGUNDOS

65665

3592

**ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL**
**Dezembro, 2016**

<b>Edição</b>	<b>Total de notícias</b>	<b>Notícias ambientais</b>	<b>Manchetes ambientais</b>	<b>Macrotemas ambientais</b>	<b>Microtemas ambientais</b>	<b>Tempo JN</b>	<b>Tempo Pauta Ambiental</b>
01/12/2016 *	14	0	0	0	0	01:10:53	00:00:00
02/12/2016 *	26	0	0	0	0	01:02:50	00:00:00
03/12/2016 *	17	0	0	0	0	01:04:03	00:00:00
05/12/2016	18	2	Polícia investiga incêndio que matou 36 pessoas na Califórnia	Ocorrências	Provocadas	00:53:07	00:01:35
			Prefeitura de Florianópolis decreta situação de emergência depois da passagem de ciclone	Ocorrências	Naturais		00:00:27
06/12/2016	20	0	0	0	0	00:59:31	00:00:00
07/12/2016	14	1	Terremoto atinge Indonésia e deixa 96 mortos	Ocorrências	Naturais	00:37:29	00:00:16
08/12/2016	19	1	Naufrágio no Pará deixa um morto e dez desaparecidos	Ocorrências	Outros	00:41:47	00:00:27

09/12/2016	17	1	No Nordeste, Temer anuncia verbas para a infraestrutura da região (visita a obras: barragem e transposição)	Governança Ambiental	Nacional	00:51:25	00:01:59
10/12/2016	15	0	0	0	0	01:03:46	00:00:00
12/12/2016	13	1	Museu da Língua Portuguesa vai ser reconstruído após incêndio	Ocorrências	Provocadas	00:43:11	00:03:12
13/12/2016	25	1	Prefeitura de Belo Horizonte decreta situação de emergência por causa da chuva	Ocorrências	Naturais	00:52:31	00:00:23
14/12/2016	20	1	MG tem sete mortos em 24 horas em consequência das chuvas	Ocorrências	Naturais	00:48:01	00:03:12
15/12/2016	20	1	Chuva provoca a morte de uma mulher na Baixada Fluminense, no Rio	Ocorrências	Naturais	00:45:00	00:00:24
16/12/2016	19	0	0	0	0	00:43:27	00:00:00
17/12/2016	16	0	0	0	0	00:41:20	00:00:00
19/12/2016	17	0	0	0	0	00:47:29	00:00:00
20/12/2016	16	0	0	0	0	00:44:54	00:00:00
21/12/2016	18	0	0	0	0	00:43:33	00:00:00
22/12/2016	15	1	Incêndio destrói empresa de materiais recicláveis em Guarulhos (SP)	Ocorrências	Provocadas	00:53:26	00:00:20

23/12/2016	14	0	0	0	0	00:50:10	00:00:00
24/12/2016	15	0	0	0	0	00:32:36	00:00:00
26/12/2016	16	2	Solidariedade ajuda moradores do sertão a enfrentar a seca em Sergipe	Temperatura e Mudanças Climáticas	Outros	00:41:15	00:01:45
			No CE, atraso na transposição do São Francisco prejudica 50 mil pessoas	Recursos Naturais	Água		00:02:10
27/12/2016	17	2	Sensação térmica no Rio de Janeiro chega a quase 50°C nesta terça-feira	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:42:16	00:02:17
			Araras se espalham por cidade no interior de SP e encantam moradores**	Biodiversidade	Fauna		00:03:14
28/12/2016	14	2	Cresce o número de pessoas que são atingidas por raios dentro de casa	Ocorrências	Naturais	00:41:29	00:03:00
			Saiba qual é a temperatura ideal para aliviar o calor sem prejudicar a saúde	Temperatura e Mudanças Climáticas	Proteção/Saúde		00:02:21
29/12/2016	24	2	Jiboia de mais de dois metros para trânsito em avenida de Palmas	Biodiversidade	Fauna	00:42:12	00:00:17

			Cardumes de sardinhas encantam banhistas em praia do Rio	Biodiversidade	Fauna		00:02:22
30/12/2016	18	0	0	0	0	00:41:42	00:00:00
31/12/2016	15	1	Clima no Brasil foi de extremos, em 2016	Temperatura e Mudanças Climáticas	Ciência	00:37:57	00:02:47
<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>19</b>				<b>21:37:20</b>	<b>00:32:28</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>4,02%</b>				<b>100%</b>	<b>2,51%</b>

\*Nestes dias, as edições do telejornal foram dedicadas excepcionalmente à cobertura de uma notícia de grande repercussão nacional: a queda da aeronave que levava a equipe de futebol da Chapecoense (SC). Destaque maior para as edições dos dias 29/11 e 03/12, datas da tragédia na Colômbia e do velório no Brasil, respectivamente.

\*\*Reportagem emblemática para os fins desta pesquisa.

SEGUNDOS

77840

1948



# ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Janeiro, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
02/01/2017	18	1	Mulher é atingida por raio no litoral de SP e está em estado grave	Ocorrências	Naturais	00:41:04	00:00:24
03/01/2017	14	1	Tremor de magnitude de 4.7 assusta Vargem Grande, no Maranhão	Ocorrências	Naturais	00:43:12	00:03:07
04/01/2017	19	0	0	0	0	00:44:11	00:00:00
05/01/2017	14	2	Explosão em fábrica de fertilizantes espalha nuvem de fumaça tóxica	Ocorrências	Provocadas	00:43:15	00:02:37
			Praia do ES tem atração turística que vem de longe: um elefante marinho	Biodiversidade	Fauna		00:02:04
06/01/2017	19	1	Temporal faz três cidades da serra gaúcha decretarem emergência	Ocorrências	Naturais	00:44:38	00:01:39

07/01/2017	19	6	Calor em São Paulo faz vendas subirem e aquece economia	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:35:42	00:02:22
			Temporal em SP alaga estação do metrô e deixa carros ilhados	Ocorrências	Naturais		00:00:24
			Hidrelétrica de Sobradinho diminui vazão e afeta população ribeirinha	Recursos Naturais	Água		00:02:45
			Cidade do RS recebe ajuda de municípios vizinhos após enchente	Ocorrências	Naturais		00:01:38
			Onda de frio no Hemisfério Norte provoca mortes e cancela voos	Ocorrências	Naturais		00:00:40
			Enchentes deixam 12 mortos no sul da Tailândia e isolam vilas inteiras	Ocorrências	Naturais		00:00:26
09/01/2017	18	2	Calor leva Ministério da Saúde a fazer alerta sobre a chikungunya	Temperatura e Mudanças Climáticas	Proteção/Saúde	00:38:49	00:02:49
			Região Metropolitana de Porto Alegre ainda sofre com os efeitos das chuvas	Ocorrências	Naturais		00:01:37

10/01/2017	21	2	Animais fogem do fogo em matas e chegam a cidades buscando comida	Ocorrências	Provocadas	00:41:15	00:01:53
			Seca provoca inflação no serviço de caminhão-pipa no Nordeste	Temperatura e Mudanças Climáticas	Outros		00:02:03
11/01/2017	16	3	No calor forte do verão, um desafio: andar de ônibus sem ar-condicionado	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:41:24	00:02:22
			Cuiabá tem temperaturas mais amenas no verão do que no inverno	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento		00:01:56
			Inverno rigoroso provoca mortes e deixa cidades isoladas na Europa	Ocorrências	Naturais		00:01:56
12/01/2017	23	3	Em São Paulo, moradores lutam contra a invasão dos pernilongos	Ocorrências	Naturais	00:41:43	00:03:44
			Seca leva DF a sofrer primeiro racionamento de água	Recursos Naturais	Água		00:02:36
			Onda de frio na Europa segue provocando transtornos	Ocorrências	Naturais		00:00:30
13/01/2017	18	0	0	0	0	00:41:00	00:00:00

14/01/2017	13	2	No sertão do Ceará, homens do campo se tornam profetas da chuva	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:39:54	00:02:36
			Em Pernambuco, catador de lixo dá exemplo de solidariedade	Inovação e Desenvolvimento	Ativismo		00:02:37
16/01/2017	18	2	Um dos vulcões mais ativos do México volta a entrar em erupção	Ocorrências	Naturais	00:34:47	00:00:20
			Águas-vivas atacam 6.600 banhistas em Santa Catarina no fim de semana	Ocorrências	Naturais		00:03:16
17/01/2017	17	0	0	0	0	00:35:23	00:00:00
18/01/2017	15	2	Terremotos em série assustam região central da Itália	Ocorrências	Naturais	00:34:36	00:01:53
			Em 2016, calor no planeta foi recorde pela terceira vez seguida	Temperatura e Mudanças Climáticas	Ciência		00:02:18
19/01/2017 *	29	1	Após terremoto, avalanche soterra hotel na Itália e deixa mortos	Ocorrências	Naturais	01:02:32	00:02:16
20/01/2017 *	19	0	0	0	0	00:56:31	00:00:00
21/01/2017	16	2	Parque precisa de doações para continuar aberto em Goiás	Ocorrências	Ação ambientalista	00:44:21	00:02:29

			Nove pessoas são resgatadas dos escombros do hotel destruído por avalanche na Itália	Ocorrências	Naturais		00:00:21
23/01/2017	16	1	Três filhotes de cachorros são resgatados de hotel soterrado por neve na Itália	Ocorrências	Naturais	00:38:29	00:00:32
24/01/2017	15	0	0	0	0	00:37:33	00:00:00
25/01/2017	15	1	Rejeitos de fábricas de jeans deixam água do Rio Capibaribe vermelha	Ocorrências	Provocadas	00:24:17	00:02:03
26/01/2017	14	1	Sistema emite alerta durante tempestades em São Paulo	Inovação e Desenvolvimento	Ciência	00:48:27	00:02:12
27/01/2017	15	1	Pesquisa desenvolve inseticida que usa luz contra larva do Aedes aegypti	Inovação e Desenvolvimento	Ciência	00:37:43	00:02:24
28/01/2017	16	1	Moradores se unem para combater pernilongos na cidade de São Paulo	Ocorrências	Outros	00:36:34	00:02:15
30/01/2017	13	0	0	0	0	00:39:13	00:00:00
31/01/2017	19	1	Deslizamento em Florianópolis mata homem em casa	Ocorrências	Naturais	00:36:14	00:00:20
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>37</b>				<b>17:42:47</b>	<b>01:07:24</b>

<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>8,24%</b>	<b>100%</b>	<b>6,34%</b>

\*Nestes dias, as edições do telejornal cederam grande espaço à cobertura da queda do helicóptero que levou à morte do ministro do STF Teori Zavascki. No dia 19, sete reportagens e dois links ao vivo detalharam o fato. E no dia 20, outras 13 matérias deram conta do acompanhamento da notícia.

SEGUNDOS 63767 4044

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Fevereiro, 2017

<b>Edição</b>	<b>Total de notícias</b>	<b>Notícias ambientais</b>	<b>Manchetes ambientais</b>	<b>Macrotemas ambientais</b>	<b>Microtemas ambientais</b>	<b>Tempo JN</b>	<b>Tempo Pauta Ambiental</b>
01/02/2017	12	0	0	0	0	00:21:53	00:00:00
02/02/2017	12	1	DF enfrenta racionamento na maior crise hídrica da história	Recursos Naturais	Água	00:34:37	00:03:18
03/02/2017	16	3	Medo de febre amarela faz moradores do Leste de MG matarem macacos	Ocorrências	Provocadas	00:37:50	00:02:42

			Chuva rompe adutora e deixa metade de Sorocaba sem água	Ocorrências	Naturais		00:02:02
			Aumenta o número de consumidores que produzem a própria energia	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:02:15
04/02/2017	13	0	0	0	0	00:32:05	00:00:00
06/02/2017	14	0	0	0	0	00:39:43	00:00:00
07/02/2017	15	1	Seca no agreste de Pernambuco faz animais buscarem comida na cidade	Temperatura e Mudanças Climáticas	Outros	00:37:17	00:02:41
08/02/2017	12	0	0	0	0	00:22:53	00:00:00
09/02/2017	17	1	Nevasca atinge o Nordeste dos Estados Unidos	Ocorrências	Naturais	00:40:44	00:00:14
10/02/2017	15	0				00:40:35	
11/02/2017	14	0				00:40:03	
13/02/2017	13	2	Temporal deixa desabrigados no interior de Mato Grosso	Ocorrências	Naturais	00:37:51	00:00:21
			Represa da Califórnia se rompe e 200 mil têm que deixar suas casas	Ocorrências	Provocadas		00:00:30
14/02/2017	19	1	Japoneses trabalham unidos para uma cidade mais limpa	Inovação e Desenvolvimento	Ativismo	00:38:10	00:02:58
15/02/2017	10	0		0	0	00:21:52	00:00:00

16/02/2017	15	1	Operação da PF faz buscas em investigação sobre Belo Monte	Governança Ambiental	Nacional	00:41:19	00:04:23
17/02/2017	15	3	Senado aprova antiambientalista para Agência Ambiental Americana	Governança Ambiental	Nacional	00:36:49	00:02:01
			Em Goiás, carros abandonados ficam do tamanho de uma geladeira	Resíduos Sólidos	Novas tecnologias		00:02:34
			Operação devolve à natureza papagaios capturados no Tocantins	Biodiversidade	Fauna		00:02:36
18/02/2017	12	2	Horário de verão chega ao fim com economia estimada de R\$ 147 milhões	Matrizes Energéticas	Racionalização	00:36:43	00:02:16
			Fantástico vai debater o saneamento básico no país*	Urbanismo	Qualidade de vida		00:01:12
20/02/2017	17	1	Assembleia Legislativa do Rio aprova venda da Cedae	Governança Ambiental	Outros	00:38:28	00:03:53
21/02/2017	12	0	0	0	0	00:37:45	00:00:00
22/02/2017	15	1	Naufrágio no Mediterrâneo deixa 74 imigrantes mortos em praia da Líbia	Ocorrências	Outros	00:20:45	00:01:33



23/02/2017	20	1	Belo Horizonte fecha parques por risco de contágio de febre amarela	Urbanismo	Qualidade de vida	00:38:20	00:02:25
24/02/2017	20	4	Secretaria do ES confirma morte de macaco por febre amarela em Vitória	Ocorrências	Naturais	00:52:01	00:00:30
			Temporal em São Paulo mata uma pessoa e causa transtornos no trânsito	Ocorrências	Naturais		00:00:21
			Chuva piora o trânsito na saída dos paulistanos para o feriado de carnaval	Ocorrências	Naturais		00:01:06
			Pesquisadores britânicos descobrem que as abelhas podem aprender	Inovação e Desenvolvimento	Ciência		00:02:05
25/02/2017 **	15	0	0	0	0	00:42:21	00:00:00
27/02/2017 **	10	1	Pela primeira vez na história, Brasília enfrenta racionamento de água	Recursos Naturais	Água	00:25:51	00:01:39
28/02/2017 **	13	0	0	0	0	00:33:36	00:00:00
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>23</b>				<b>14:09:31</b>	<b>00:45:35</b>
	<b>100%</b>	<b>6,64%</b>				<b>100%</b>	<b>5,36%</b>

<b>Porcentagem em</b>			
-----------------------	--	--	--

\*Chamada do programa Fantástico, da Rede Globo, incluída como extra ao conteúdo noticioso do JN.

\*\*Edições especiais de Carnaval. O assunto é abordado em metade (7) das reportagens veiculadas no sábado; em mais da metade (6) das reportagens da segunda-feira; e na grande maioria (10) das reportagens da terça-feira, feriado oficial.

SEGUNDOS 50971 2735

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Março, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
01/03/2017	16	1	Drone grava imagens da erupção do vulcão Etna	Ocorrências	Naturais	00:20:13	00:00:20
02/03/2017	19	1	Atoleiros impedem escoamento de soja em BR no Mato Grosso	Ocorrências	Provocadas	00:38:20	00:02:17
03/03/2017	18	2	No Pará, começam a seguir viagem caminhões retidos pela lama na BR-163	Ocorrências	Provocadas	00:39:33	00:00:26

			Excesso de chuva deixa três mil desabrigados no Mato Grosso	Ocorrências	Naturais		00:00:30
04/03/2017	12	2	Rodovias federais estão afundadas na lama e interditadas por atoleiros	Ocorrências	Provocadas	00:34:49	00:04:43
			MP vai investigar rompimento de barragem no sertão de Pernambuco	Ocorrências	Provocadas		00:01:39
06/03/2017	14	1	Na Tailândia, tartaruga é operada para tirar mil moedas do estômago	Biodiversidade	Fauna	00:37:09	00:00:27
07/03/2017	12	0	0	0	0	00:39:45	00:00:00
08/03/2017	10	0	0	0	0	00:20:34	00:00:00
09/03/2017	19	3	Morte de macacos em SP pode ter como causa medo da febre amarela	Ocorrências	Provocadas	00:38:08	00:02:19
			Cientistas do ES caçam mosquitos para pesquisar febre amarela	Inovação e Desenvolvimento	Ciência		00:02:10
			Pesquisa dá passo decisivo na busca de um ser vivo sintético	Inovação e Desenvolvimento	Ciência		00:02:05
10/03/2017	13	2	Brasileiros pagaram em 2016 quase R\$ 2 bi por energia que não usaram	Matrizes Energéticas	Outros	00:37:29	00:02:04

			Paraíba começa a receber águas da transposição do Rio São Francisco	Recursos Naturais	Água		00:03:35
11/03/2017	15	2	Escola sustentável ensina lições de respeito ao meio ambiente em Bali	Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade	00:32:45	00:02:55
			Umbuzeiro, árvore nativa do Nordeste, socorre agricultores na seca	Biodiversidade	Flora		00:03:31
13/03/2017	15	2	Temporal na Serra Gaúcha deixa um morto e 70 feridos	Ocorrências	Naturais	00:37:07	00:01:44
			Nevasca atinge costa leste dos EUA e congela uma casa inteira	Ocorrências	Naturais		00:00:15
14/03/2017	13	1	Nevasca provoca transtornos na costa leste dos EUA	Ocorrências	Naturais	00:38:24	00:01:40
15/03/2017	10	1	Rejeitos de minério vazam de duto da Vale e atingem rios do centro de Minas	Ocorrências	Provocadas	00:26:23	00:01:18
16/03/2017	18	4	Ibama vistoria rios de Itabirito (MG) atingidos por rejeitos de mina da Vale	Ocorrências	Provocadas	00:37:40	00:00:27

			Instituições independentes vão avaliar prejuízos causados por barragem em Mariana	Ocorrências	Ação ambientalista		00:00:30
			Erupção do Etna, vulcão mais ativo da Europa, fere 10 pessoas	Ocorrências	Naturais		00:00:24
			Museu do Amanhã ganha prêmio de construção verde mais inovadora	Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade		00:02:55
17/03/2017	13	0	0	0	0	00:45:18	00:00:00
18/03/2017	12	2	Fiéis pedem a São José chuva para encher reservatórios no Ceará	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:37:09	00:01:43
			Inundações e deslizamentos de terra provocam 67 mortes no Peru	Ocorrências	Naturais		00:00:26
20/03/2017	11	0	0	0	0	00:38:20	00:00:00
21/03/2017	11	0	0	0	0	00:44:22	00:00:00
22/03/2017	11	0	0	0	0	00:24:57	00:00:00
23/03/2017	4	0	0	0	0	00:19:59	00:00:00
24/03/2017	13	1	Em Goiás, criadores de perus têm 175 mil aves à espera de abate	Produção de Alimentos	Outros	00:42:05	00:01:08

25/03/2017	15	1	Após despoluição, Rio Jundiáí volta a ter peixes e abastece moradores	Recursos Naturais	Água	00:31:32	00:02:00
27/03/2017	18	3	Acionamento das usinas térmicas deixa contas de energia mais caras	Matrizes Energéticas	Alternativas	00:39:00	00:02:20
			Pesquisa explica por que a variação de temperatura é perigosa para idosos	Temperatura e Mudanças Climáticas	Ciência		00:02:38
			Morte de macacos por febre amarela é considerada desastre ambiental	Ocorrências	Naturais		00:02:23
28/03/2017	15	2	Após cobrança indevida, Aneel vai dar desconto nas contas de luz em abril	Matrizes Energéticas	Outros	00:21:57	00:00:30
			Ciclone Debbie atinge Nordeste da Austrália com ventos de 260 km/h	Ocorrências	Naturais		00:00:23
29/03/2017	8	1	Greenpeace faz ato em Copacabana em defesa dos corais da Amazônia	Ocorrências	Ação ambientalista	00:20:54	00:00:21
30/03/2017	17	0	0	0	0	00:39:39	00:00:00
31/03/2017	21	2	Apagão atinge 2,2 milhões na região Metropolitana de Manaus	Ocorrências	Outros	00:37:52	00:00:31

		Conta de energia terá bandeira vermelha em abril	Matrizes Energéticas	Previsões		00:00:22
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>34</b>			<b>15:21:23</b>	<b>00:52:59</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>9,11%</b>			<b>100%</b>	<b>5,75%</b>

SEGUNDOS 55283 3179

# ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Abril, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
01/04/2017	13	1	Chuvas deixam pelo menos 150 mortos no sul da Colômbia	Ocorrências	Naturais	00:32:21	00:00:44
03/04/2017	14	1	Iniciativa combate Aedes aegypti e ajuda comércio em Campo Grande	Inovação e Desenvolvimento	Ativismo	00:34:38	00:02:23
04/04/2017	12	0	0	0	0	00:36:49	00:02:08

05/04/2017	10	1	Chimpanzé argentina ganha habeas corpus e vai para santuário no Brasil	Biodiversidade	Fauna	00:20:35	00:01:51
06/04/2017	22	0	0	0	0	00:36:39	00:00:00
07/04/2017	18	0	0	0	0	00:40:18	00:00:00
08/04/2017	16	1	Artista japonês espalha bicicletas floridas por São Paulo	Ocorrências	Outros	00:32:47	00:02:08
10/04/2017	19	0	0	0	0	00:40:18	00:00:00
11/04/2017	17	0	0	0	0	00:58:11	00:00:00
12/04/2017*	28	0	0	0	0	00:52:07	00:00:00
13/04/2017**	21	0	0	0	0	01:00:33	00:00:00
14/04/2017***	19	0	0	0	0	00:53:19	00:00:00
15/04/2017*** *	17	0	0	0	0	00:55:18	00:00:00
17/04/2017*** **	19	0	0	0	0	00:41:28	00:00:00
18/04/2017*** ***	13	1	Análises na foz do Rio Doce mostram alto índice de metais na água	Ocorrências	Provocadas	00:43:11	00:02:35
19/04/2017	13	0	0	0	0	00:35:50	00:00:00
20/04/2017	16	0	0	0	0	00:43:19	00:00:00
21/04/2017	15	0	0	0	0	00:44:44	00:00:00
22/04/2017	18	0	0	0	0	00:44:58	00:00:00



24/04/2017	17	1	Terremoto de magnitude 6,9 atinge região central do Chile	Ocorrências	Naturais	00:37:49	00:00:20
25/04/2017	18	2	Índios protestam em Brasília contra projeto sobre demarcação de terras	Ocorrências	Ação ambientalista	00:41:14	00:00:31
			TRF suspende licitação do último trecho da transposição do Rio São Francisco	Governança Ambiental	Nacional		00:00:25
26/04/2017	17	0	0	0	0	00:30:22	00:00:00
27/04/2017	15	0	0	0	0	00:38:22	00:00:00
28/04/2017**** ****	20	1	Conta de luz continua cara em maio por causa da falta de chuva	Matrizes Energéticas	Racionalização	00:40:41	00:02:08
29/04/2017	15	2	Marcha contra mudanças climáticas reúne mais de 150 mil nos EUA	Ocorrências	Ação ambientalista	00:41:29	00:00:32
			Mata Atlântica volta a crescer, mas desmatamento avança no Brasil	Biodiversidade	Flora		00:02:40
<b>Total</b>	<b>422</b>	<b>11</b>				<b>17:17:20</b>	<b>00:18:25</b>
<b>Porcentagem</b>	<b>100%</b>	<b>2,60%</b>				<b>100%</b>	<b>1,77%</b>

--	--	--	--	--

\*Edição posterior à divulgação da chamada "Lista de Fachin", fato gerador de 22 das 28 matérias. A lista contém 108 nomes de governadores, senadores, deputados, ministros e pessoas ligadas aos políticos, suspeitos de corrupção e lavagem de dinheiro, relacionados pelo ministro Luiz Edson Fachin para inquérito no Supremo Tribunal Federal. Todos os nomes provêm de delações de executivos e ex-executivos da empreiteira Odebrecht.

\*\*Edição absolutamente dedicada aos desdobramentos da "Lista de Fachin". Todas as 21 matérias abordam o assunto.

\*\*\*A "Lista de Fachin" rendeu 16 das 19 matérias desta edição.

SEGUNDOS 62240 1105

\*\*\*\*Dez das 17 matérias são suítes da "Lista de Fachin".

\*\*\*\*\*Nove das 19 matérias são suítes da "Lista de Fachin".

\*\*\*\*\*Seis das 13 matérias são suítes da "Lista de Fachin".

\*\*\*\*\*Dez das 20 matérias abordaram o mesmo assunto: protestos nacionais contra Reformas Trabalhista e Previdenciária, em tramitação no Congresso.

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Maio, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
--------	-------------------	---------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	----------	-----------------------

01/05/2017	17	3	Confronto entre índios e fazendeiros deixa 13 feridos no Maranhão	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:41:53	00:02:12
			Tempestades deixam 16 mortos no sul e no meio-oeste dos EUA	Ocorrências	Naturais		00:00:43
			Homem refloresta sozinho uma cidade de Pernambuco	Inovação e Desenvolvimento	Ativismo		00:02:53
02/05/2017	23	1	PF acompanha investigação do confronto entre índios e agricultores	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:50:37	00:02:29
03/05/2017	13	1	Força-tarefa em Viana (MA) tenta identificar responsáveis por conflito	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:30:37	00:01:51
04/05/2017	17	0	0	0	0	00:41:32	00:00:00
05/05/2017	14	2	Tragédia de Mariana ainda deixa moradores com medo da água	Ocorrências	Provocadas	00:42:01	00:03:45
			Presidente da Funai, Antônio Costa, é exonerado do cargo	Governança Ambiental	Nacional		00:00:44
06/05/2017	11	1	Conflitos de terras provocam a morte de 7 pessoas em uma semana no Pará	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:36:02	00:02:55
08/05/2017	15	1		Urbanismo	Qualidade de vida	00:34:15	00:02:46

			Brasil tem quase 3 mil lixões ou aterros irregulares, diz levantamento				
09/05/2017	17	1	General ex-diretor da Funai é nomeado presidente interino	Governança Ambiental	Nacional	00:40:55	00:01:12
10/05/2017 *	22	0	0	0	0	00:36:01	00:00:00
11/05/2017 *	24	0	0	0	0	00:57:17	00:00:00
12/05/2017	19	0	0	0	0	00:45:24	00:00:00
13/05/2017	14	0	0	0	0	00:35:46	00:00:00
15/05/2017	19	0	0	0	0	00:35:02	00:00:00
16/05/2017	12	0	0	0	0	00:33:23	00:00:00
17/05/2017 **	11	0	0	0	0	00:25:34	00:00:00
18/05/2017 **	22	0	0	0	0	01:25:34	00:00:00
19/05/2017 **	29	0	0	0	0	01:22:01	00:00:00
20/05/2017 **	21	0	0	0	0	01:15:41	00:00:00
22/05/2017 **	19	0	0	0	0	01:02:58	00:00:00
23/05/2017	15	0	0	0	0	00:54:31	00:00:00
24/05/2017	12	0	0	0	0	00:35:04	00:00:00
25/05/2017	18	0	0	0	0	00:52:04	00:00:00

26/05/2017	15	1	Contas de luz vão ficar mais baratas em junho	Matrizes Energéticas	Previsões	00:40:26	00:00:20
27/05/2017	16	1	Chuva com quatro mortos faz Maceió decretar estado de calamidade	Ocorrências	Naturais	00:36:04	00:01:41
29/05/2017	17	3	No Rio Grande do Sul, 12 cidades decretam situação de emergência pelas chuvas	Ocorrências	Naturais	00:38:41	00:00:25
			Sobe para cinco o número de mortos em Alagoas por causa da chuva	Ocorrências	Naturais		00:01:52
			Pernambuco tem três mortos e dois desaparecidos por causa da chuva	Ocorrências	Naturais		00:02:37
30/05/2017	18	2	Em Pernambuco, 24 municípios decretam emergência pelas chuvas	Ocorrências	Naturais	00:38:20	00:01:53
			Em Maceió, bombeiros resgatam três corpos soterrados numa barreira	Ocorrências	Naturais		00:01:48
31/05/2017	18	1	Pernambuco e Alagoas têm 51 cidades em situação de calamidade	Ocorrências	Naturais	00:35:38	00:01:45
<b>Total</b>	<b>468</b>	<b>18</b>				<b>20:23:21</b>	<b>00:33:51</b>

<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>3,84%</b>	<b>100%</b>	<b>2,76%</b>

\*Dia de depoimento do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva à Justiça, no âmbito da Operação Lava Jato. O assunto rendeu 15 das 22 matérias.

\*Idem. 13 das 25 matérias.

\*\*5 de 11 matérias; 18 de 21 matérias; 24 de 29 matérias; e 17 de 21 matérias; 9 de 18 matérias sobre os desdobramentos do mesmo assunto: o dono do frigorífico JBS, Joesley Batista, entregou ao Ministério Público Federal uma gravação feita em março. Nela, o empresário conta ao presidente Michel Temer que está pagando pelo silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. E segundo delação dos executivos da JBS, o senador Aécio Neves pediu e recebeu R\$ 2 milhões do dono da empresa, Joesley Batista. Dois principais desdobramentos dos fatos: protocolos de pedidos de impeachment do presidente Michel Temer e afastamento do senador Aécio Neves do mandato e da presidência do PSDB.

SEGUNDOS 73401 2031

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Junho, 2017

<b>Edição</b>	<b>Total de notícias</b>	<b>Notícias ambientais</b>	<b>Manchetes ambientais</b>	<b>Macrotemas ambientais</b>	<b>Microtemas ambientais</b>	<b>Tempo JN</b>	<b>Tempo Pauta Ambiental</b>
01/06/2017	14	2	Trump prometeu e agora cumpre: EUA saem do Acordo de Paris	Governança Ambiental	Internacional	00:42:37	00:02:54

			Sobe para 40 mil número de desabrigados em Alagoas	Ocorrências	Naturais		00:00:56
02/06/2017	15	0	0	0	0	00:40:52	00:00:00
03/06/2017	15	0	0	0	0	00:46:05	00:00:00
05/06/2017	15	1	Chuvas castigam regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Ocorrências	Naturais	00:40:16	00:02:22
06/06/2017	19	0	0	0	0	00:47:00	00:00:00
07/06/2017	15	1	MP de Alagoas investiga fraude no número de atingidos por chuva	Ocorrências	Naturais	00:35:31	00:01:30
08/06/2017	13	1	Chuvas no RS deixam 3 mortos e 73 cidades em estado de emergência	Ocorrências	Naturais	00:46:35	00:01:58
09/06/2017	0	0	0	0	0	01:11:54	00:00:00
10/06/2017	15	1	Depois de enchentes e dos temporais no Sul, desalojados enfrentam o frio	Ocorrências	Naturais	00:38:39	00:01:55
12/06/2017	14	1	Chuva para no RS, mas deixa 115 cidades em situação de emergência	Ocorrências	Naturais	00:41:55	00:00:26
13/06/2017	13	0	0	0	0	00:45:23	00:00:00
14/06/2017	17	0	0	0	0	00:36:07	00:00:00

15/06/2017	14	2	Cheias deixam 39 municípios em estado de emergência no Amazonas	Ocorrências	Naturais	00:40:46	00:02:03
			Floresta no Pará pode ter área de proteção ambiental reduzida	Governança Ambiental	Outros		00:03:47
16/06/2017	18	2	Chuva ajuda a recuperar importante barragem de Pernambuco	Matrizes Energéticas	Outros	00:40:52	00:02:31
			Hortas urbanas levam cultivo para dentro das casas em São Paulo	Produção de Alimentos	Novas Tecnologias		00:02:35
17/06/2017	16	0	0	0	0	00:47:52	00:00:00
19/06/2017	19	2	Temer veta MPs que reduzem área protegida de floresta no Pará	Governança Ambiental	Nacional	00:42:25	00:02:43
			Mais de mil bombeiros combatem fogo em vegetação em Portugal	Ocorrências	Provocadas		00:02:00
20/06/2017	18	1	Incêndio se alastra em Portugal e número de mortos sobe para 64	Ocorrências	Provocadas	00:47:58	00:01:51
21/06/2017	12	2	Temporal inunda Rio e resalta um problema: falta de informação	Ocorrências	Naturais	00:35:00	00:03:12



			Bombeiros controlam 95% do incêndio florestal em Portugal	Ocorrências	Provocadas		00:00:26
22/06/2017	14	0	0	0	0	00:41:49	00:00:00
23/06/2017 *	23	0	0	0	0	00:44:12	00:00:00
24/06/2017	17	1	Chuvas provocam deslizamento e deixam mortos na China	Ocorrências	Naturais	00:37:11	00:01:25
26/06/2017	15	0	0	0	0	00:44:01	00:00:00
27/06/2017	17	0	0	0	0	01:01:15	00:00:00
28/06/2017	11	0	0	0	0	00:35:38	00:00:00
29/06/2017	10	0	0	0	0	00:44:56	00:00:00
30/06/2017	18	1	Conta de luz fica mais cara a partir de 1º de julho por conta das termelétricas	Matrizes Energéticas	Previsões	00:46:49	00:00:21
<b>Total</b>	<b>387</b>	<b>18</b>				<b>19:03:38</b>	<b>00:34:55</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>4,65%</b>				<b>100%</b>	<b>3,05%</b>

\*13 de 23 matérias abordam o mesmo assunto: absolvição da chapa Dilma-Temer no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral.

SEGUNDOS

68618

2095

# ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Julho, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
01/07/2017	15	1	Desafios ambientais preocupam após 25 anos da conferência 'Rio 92'	Governança Ambiental	Internacional	00:38:48	00:03:15
03/07/2017	18	0	0	0	0	00:41:30	00:00:00
04/07/2017	15	0	0	0	0	00:40:52	00:00:00
05/07/2017	15	0	0	0	0	00:35:56	00:00:00
06/07/2017	17	0	0	0	0	00:51:24	00:00:00
07/07/2017	14	3	PF investiga incêndio de oito carros do Ibama no Sudoeste do Pará	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:41:26	00:01:59
			Mata do Jamanxim é cobiçada por madeireiros e garimpeiros	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:05:31
			Nordeste puxa a produção de energia eólica no Brasil, que bate recordes	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:02:37
08/07/2017	16	2	Cúpula do G20 isola os EUA sobre o acordo climático de Paris	Governança Ambiental	Internacional	00:44:04	00:03:02

			Chuvas trazem um pouco de alívio para moradores do interior de PE	Ocorrências	Naturais		00:02:17
10/07/2017 *	21	0	0	0	0	00:54:00	00:00:00
11/07/2017 *	12	1	Temer sanciona MP que regulariza ocupação de terras da União	Governança Ambiental	Nacional	00:46:56	00:02:13
12/07/2017 *	13	0	0	0	0	00:53:17	00:00:00
13/07/2017 *	17	0	0	0	0	00:47:37	00:00:00
14/07/2017	18	1	Área de proteção da mata do Jamanxim ainda é polêmica	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:45:02	00:03:04
15/07/2017	19	1	Queimadas estão proibidas até setembro nas áreas rurais de MT	Governança Ambiental	Outros	00:44:34	00:01:43
17/07/2017	17	0	0	0	0	00:43:15	00:00:00
18/07/2017	15	2	Serra catarinense registra menor temperatura do ano: - 7,4°C	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:48:04	00:02:57
			Produtores rurais do sul da Bahia recuperam nascentes de rios	Inovação e Desenvolvimento	Ativismo		00:03:12

19/07/2017	14	2	Bom Jardim da Serra (SC) registra a menor temperatura do ano: - 9° C.	Temperatura e Mudanças Climáticas	Comportamento	00:35:56	00:02:26
			Rio São Francisco tem vazão reduzida ao menor nível em 38 anos	Recursos Naturais	Água		00:02:17
20/07/2017	23	1	Terremoto de magnitude 6,7 sacode costa da Turquia e provoca pequeno tsunami	Ocorrências	Naturais	00:46:25	00:00:21
21/07/2017	17	1	ONG pede que Grande SP pague por poluição do Rio Tietê no interior	Ocorrências	Ação Ambientalista	00:41:46	00:02:35
22/07/2017	14	0	0	0	0	00:44:43	00:00:00
24/07/2017	21	0	0	0	0	00:45:08	00:00:00
25/07/2017	21	2	MST invade fazendas e faz protestos contra o governo Temer	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:43:27	00:00:42
			Escorpiões assustam moradores da região metropolitana do Recife	Urbanismo	Outros		00:02:24
			Forte onda de calor atinge várias regiões da Europa	Temperatura e Mudanças Climáticas	Outros		00:02:19

26/07/2017	13	4	Integrantes do MST invadem fazendas do grupo MMX, de Eike Batista	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:35:09	00:00:31
			Casal que denunciava posseiros é morto no Sudeste do Pará	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:00:31
			Mais de dez mil pessoas deixam a Riviera francesa por causa de incêndios florestais	Ocorrências	Provocadas		00:00:26
			Reino Unido vai banir carros movidos a gasolina e diesel até 2040	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:01:36
27/07/2017	20	2	Ambientalistas condenam projeto de lei que reduz área de Jamanxim	Governança Ambiental	Outros	00:45:12	00:03:11
			Fogo atinge balneários da Côte d’Azur, entre outras regiões da França	Ocorrências	Provocadas		00:02:01
28/07/2017	20	1	Usar etanol em vez de gasolina reduz emissão de nanopartículas, diz estudo	Matrizes Energéticas	Previsões	00:43:02	00:02:56
29/07/2017	15	0	0	0	0	00:41:48	00:00:00
31/07/2017	21	0	0	0	0	00:42:17	00:00:00
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>25</b>				<b>19:01:38</b>	<b>00:56:06</b>

<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>5,66%</b>	<b>100%</b>	<b>4,91%</b>

\*12 de 19 matérias; 5 de 12 matérias; 4 de 13 matérias; e 4 de 16 matérias sobre desdobramentos do mesmo assunto: votação da denúncia de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer, na Câmara Federal. No dia 12 de julho, outro assunto dominou o noticiário (6 de 16 matérias): a condenação do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva a 9 anos e 6 meses de prisão, por acusação de ser o dono oculto de um triplex no Guarujá.

SEGUNDOS 68498 3366

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Agosto, 2017

Edição	Total de notícias	Notícias ambientais	Manchetes ambientais	Macrotemas ambientais	Microtemas ambientais	Tempo JN	Tempo Pauta Ambiental
01/08/2017	18	0	0	0	0	00:48:12	00:00:00
02/08/2017 *	26	0	0	0	0	00:00:00	00:00:00
03/08/2017	18	0	0	0	0	00:48:12	00:00:00
04/08/2017	17	0	0	0	0	00:42:46	00:00:00
05/08/2017	15	1	Onda de calor deixa 11 países da Europa em estado de emergência	Temperatura e Mudanças Climáticas	Proteção/Saúde	00:43:41	00:01:39

07/08/2017	20	1	Justiça suspende processo contra envolvidos na tragédia de Mariana	Governança Ambiental	Disputas/Ações	00:42:56	00:02:21
08/08/2017	24	1	Cientistas dos EUA confirmam aquecimento global, que Trump nega	Temperatura e Mudanças Climáticas	Ciência	00:45:56	00:02:32
09/08/2017	18	1	Lei que dá destino a embalagens e resíduos industrializados não pegou	Resíduos Sólidos	Industriais	00:36:30	00:02:34
10/08/2017	18	0	0	0	0	00:46:26	00:00:00
11/08/2017	17	2	Rondônia não tem chuva há 60 dias e estiagem afeta o Rio Madeira	Ocorrências	Naturais	00:41:40	00:02:24
			Países da Europa recebem ovos contaminados com pesticida	Produção de Alimentos	Agrotóxicos		00:01:34
12/08/2017	18	0	0	0	0	00:41:11	
14/08/2017	16	3	Pela primeira vez, pato-mergulhão nasce em cativeiro em SP	Biodiversidade	Fauna	00:41:52	00:02:20
			Maré seca atinge litoral de São Paulo até o Rio Grande do Sul	Ocorrências	Naturais		

			Número de mortos em deslizamento em Serra Leoa pode passar de 300	Ocorrências	Naturais		0000:19
15/08/2017	13	1	Serra Leoa pede ajuda após deslizamento que matou centenas	Ocorrências	Naturais	00:48:55	00:02:09
16/08/2017	10	0	0	0	0	00:35:19	00:00:00
17/08/2017	17	0	0	0	0	00:47:22	00:00:00
18/08/2017	15	0	0	0	0	00:44:14	00:00:00
19/08/2017	16	1	Falta de saneamento básico tem impacto direto na sala de aula	Urbanismo	Qualidade de Vida	00:44:48	00:04:43
21/08/2017	17	2	Ministério vai propor ao governo privatização da Eletrobras	Governança Ambiental	Nacional	00:44:13	00:03:31
			Equipe do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade é atacada no Pará	Ocorrências	Provocadas		00:00:42
22/08/2017	22	5	Itaipu e usinas nucleares vão ficar de fora da privatização da Eletrobras	Governança Ambiental	Nacional	00:47:46	00:02:17
			Eletrobras é a maior empresa de energia elétrica da América Latina	Governança Ambiental	Nacional		00:02:58



			Ritmo do desmatamento na Amazônia Legal diminui depois de 5 anos	Biodiversidade	Flora		00:02:29
			Estudo de médicos contesta limite aceitável de poluição em São Paulo	Recursos Naturais	Ar		00:03:08
			Na Itália, bombeiros resgatam três irmãos soterrados após terremoto da Ilha de Ísquia	Ocorrências	Naturais		00:00:54
23/08/2017	17	1	Em menos de 24 horas, mais uma baleia encalha no litoral do Rio	Ocorrências	Naturais	00:35:13	00:00:24
24/08/2017	18	0	0	0	0	00:49:20	00:00:00
			Governo do Acre decreta emergência por causa da seca	Ocorrências	Naturais		00:00:19
25/08/2017	15	2	Harvey pode ser o maior furacão a atingir os EUA em 12 anos	Ocorrências	Naturais	00:45:30	00:02:01
			Furacão Harvey perde força, mas provoca transtornos nos EUA	Ocorrências	Naturais		00:02:06
26/08/2017	17	2	Artistas e ambientalistas criticam decreto que extinguiu reserva	Ocorrências	Ação Ambientalista	00:44:15	00:02:38

28/08/2017	21	4	Furacão Harvey deixa 10 mortos e 30 mil desalojados no Texas	Ocorrências	Naturais	00:44:15	00:02:12
			Incêndios criminosos ameaçam áreas de conservação no Tocantins	Ocorrências	Provocadas		00:02:01
			Fiscais vistoriam barragem de rejeitos da CSN em Congonhas (MG)	Ocorrências	Provocadas		00:02:11
			Após críticas, Temer altera decreto sobre mineração na Amazônia	Governança Ambiental	Nacional		00:03:46
29/08/2017	18	5	No Texas, tempestade Harvey pode ter matado 19; fábrica pode explodir	Ocorrências	Naturais	00:47:15	00:03:10
			Maior reservatório de água do Ceará tem nível mais baixo da história	Recursos Naturais	Água		00:02:12
			Cientistas brasileiros pesquisam geração de energia a partir do açúcar	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:02:00
			Brasil ainda engatinha na adoção de carros elétricos ou híbridos	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:03:03

			Brasil é destaque no ranking de construções sustentáveis	Inovação e Desenvolvimento	Sustentabilidade		00:03:16
30/08/2017	25	5	Chuva que atingiu Texas é a maior em 60 anos nos Estados Unidos	Ocorrências	Naturais	00:46:53	00:02:27
			Moradores de Houston usam barcos para tentar resgatar pertences	Ocorrências	Naturais		00:03:06
			Justiça Federal suspende liberação de área da Amazônia para mineração	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:02:47
			Em dois anos, cientistas descobrem mais de 300 espécies na Amazônia	Biodiversidade	Fauna		00:02:30
			Em SP, índios guarani protestam contra redução de reserva no Pico do Jaraguá	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:00:47
31/08/2017	15	2	Harvey: incêndio em fábrica alagada no Texas lança fumaça tóxica no ar	Ocorrências	Naturais	00:34:02	00:03:13
			Tempestade Harvey deixa 38 mortos em cidades que parecem lagos	Ocorrências	Naturais		00:02:10

<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>39</b>	<b>18:58:42</b>	<b>01:26:34</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>8,10%</b>	<b>100%</b>	<b>7,60%</b>

\*Excepcionalmente o Jornal Nacional não foi exibido. Nesta data, a Rede Globo transmitiu a votação, na Câmara Federal, sobre o arquivamento da denúncia de crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer.

SEGUNDOS 68322 5194

## ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL

Setembro, 2017

<b>Edição</b>	<b>Total de notícias</b>	<b>Notícias ambientais</b>	<b>Manchetes ambientais</b>	<b>Macrotemas ambientais</b>	<b>Microtemas ambientais</b>	<b>Tempo JN</b>	<b>Tempo Pauta Ambiental</b>
01/09/2017	18	2	Mortos na passagem da tempestade Harvey no Sul dos EUA já são 46	Ocorrências	Naturais	00:45:19	00:02:30

			Governo adia extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados na Amazônia	Governança Ambiental	Nacional		00:00:29
02/09/2017	21	2	Incêndios florestais fazem Califórnia declarar estado de emergência	Ocorrências	Provocadas	00:43:35	00:00:39
			Trump vai a Houston pela 2ª vez para visitar vítimas atingidas pelo Harvey	Ocorrências	Naturais		00:01:48
04/09/2017	19	2	Após Harvey, EUA agora se preocupam com outro furacão	Ocorrências	Naturais	00:46:23	00:00:28
			Incêndio destrói o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, em BH	Ocorrências	Provocadas		00:00:30
05/09/2017	28	0	0	0	0	01:10:40	00:00:00
06/09/2017	21	0	0	0	0	01:18:09	00:00:00
07/09/2017	10	1	Furacão Irma mata 10 pessoas na passagem pelo Caribe	Ocorrências	Naturais	00:46:13	00:00:33
08/09/2017	12	2	Forte terremoto atinge o México e deixa dezenas de mortos	Ocorrências	Naturais	00:49:46	00:01:42
			Mais de 20 morrem na passagem do furacão Irma pelo Caribe	Ocorrências	Naturais		00:03:01

09/09/2017	15	4	Furacão Irma provoca destruição e mortes no Caribe e vai para os EUA	Ocorrências	Naturais	00:43:33	00:04:46
			Classificação de tempestades serve para prever possíveis prejuízos	Inovação e Desenvolvimento	Ciência		00:02:04
			Terremoto do México é um dos mais fortes já ocorridos na América Latina	Ocorrências	Naturais		00:02:16
			Furacão Irma faz dezenas de voos serem cancelados entre SP e Miami	Ocorrências	Naturais		00:02:18
11/09/2017	18	2	Após atingir Caribe e Flórida, furacão Irma perde força e vira tempestade	Ocorrências	Naturais	00:49:05	00:03:25
			Terremoto no sul do México deixa 96 mortos	Ocorrências	Naturais		00:00:20
12/09/2017	14	2	Furacão Irma deixa cinco milhões de imóveis sem energia na Flórida	Ocorrências	Naturais	00:49:44	00:02:20
			Ambientalistas, indígenas e artistas se unem em ato a favor da Amazônia	Ocorrências	Ação Ambientalista		00:02:11

13/09/2017	16	1	Sobe para 81 o número de mortes causadas pelo furacão Irma	Ocorrências	Naturais	00:45:58	00:00:27
14/09/2017	17	0	0	0	0	01:06:23	00:00:00
15/09/2017	20	2	Fogo consome veredas do cerrado mineiro e ameaça florestas e rios	Ocorrências	Provocadas	00:44:57	00:02:16
			Obras de Belo Monte continuam apesar de suspensão de licença	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:00:36
16/09/2017	16	1	Lixo nuclear de extinta mina de urânio ocupa área de cem Maracanãs	Recursos Naturais	Solo	00:44:54	00:04:19
18/09/2017	19	2	Furacão Maria alcança nível 5 e ameaça Caribe	Ocorrências	Naturais	00:44:19	00:00:25
			Fogo destrói Parque Estadual da Serra do Rola Moça, em BH	Ocorrências	Provocadas		00:00:23
19/09/2017	14	2	Terremoto deixa destruição e mais de cem mortos no México	Ocorrências	Naturais	00:49:04	00:05:51
			Caribe em alerta para o furacão Maria, de alto poder de destruição	Ocorrências	Naturais		00:00:33

20/09/2017	13	3	Mutirão de solidariedade tenta salvar sobreviventes de terremoto no México	Ocorrências	Naturais	00:35:44	00:04:13
			Furacão Maria é rebaixado à categoria 2, mas ainda ameaça o Caribe	Ocorrências	Naturais		00:00:40
			Por causa de queimadas, floresta no Médio Araguaia deve desaparecer	Ocorrências	Provocadas		00:02:06
21/09/2017	21	6	Equipes de resgate ainda procuram dezenas de desaparecidos no México	Ocorrências	Naturais	00:56:01	00:02:55
			Porto Rico ficou totalmente destruído após furacão Maria, diz Trump	Ocorrências	Naturais		00:00:27
			Seca em Goiás deixa reservatório no nível mais baixo da história: 8%	Recursos Naturais	Água		00:01:53
			Estiagem pode fazer governo adotar bandeira vermelha 2 na conta de luz	Recursos Naturais	Água		00:03:16
			MP e PF investigam suspeita de massacre de índios de tribo isolada	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:02:27



			Prefeitura do Rio reabre para o público o Parque Radical de Deodoro	Governança Ambiental	Outros		00:00:25
22/09/2017	21	3	No México, continuam as buscas por sobreviventes de desabamentos	Ocorrências	Naturais	00:52:58	00:01:15
			Passa de 30 o número de mortos na passagem do furacão Maria pelo Caribe	Ocorrências	Naturais		00:00:22
			Fogo consome área de 1.400 campos de futebol na Serra da Bocaina	Ocorrências	Provocadas		00:01:40
23/09/2017	17	2	Novo tremor de terra assusta mexicanos neste sábado	Ocorrências	Naturais	00:40:58	00:00:23
			Aumenta o incêndio na Serra da Bocaina	Ocorrências	Provocadas		00:00:22
25/09/2017	18	2	Governo revoga decreto que liberava mineração em reserva na Amazônia	Governança Ambiental	Nacional	00:42:52	00:02:33
			Após uma semana de combate, fogo é controlado na serra da Bocaina (SP)	Ocorrências	Provocadas		00:02:00
26/09/2017	18	1	Índios e funcionários do Ibama tentam conter	Ocorrências	Provocadas	00:49:01	00:00:34

			incêndio no Parque Nacional do Xingu				
27/09/2017	11	2	Leilões de petróleo e gás rendem ao governo bônus de R\$ 4 bilhões	Governança Ambiental	Nacional	00:31:02	00:03:13
			Incêndio provoca retirada de 30 mil moradores da região central da Ucrânia	Ocorrências	Provocadas		00:00:16
28/09/2017	16	0	0	0	0	00:48:11	00:00:00
29/09/2017	14	2	Maior reservatório do Nordeste opera com apenas 5% do volume útil	Recursos Naturais	Água	00:43:20	00:02:21
			Conta de luz fica mais cara em outubro com bandeira vermelha nível 2	Matrizes Energéticas	Previsões		00:00:33
30/09/2017	17	3	Veja qual é o impacto da bandeira vermelha na conta de luz	Matrizes Energéticas	Previsões	00:41:09	00:02:25
			Reservatório que abastece cidade do Acre está praticamente seco	Recursos Naturais	Água		00:02:01
			Pipeiros entregam água imprópria para consumo de milhares no Piauí	Recursos Naturais	Água		00:02:36

<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>49</b>	<b>20:59:18</b>	<b>01:27:06</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>11,03%</b>	<b>100%</b>	<b>6,91%</b>

SEGUNDOS 75558 5226

**ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL | JORNAL NACIONAL**  
**Outubro, 2017**

<b>Edição</b>	<b>Total de notícias</b>	<b>Notícias ambientais</b>	<b>Manchetes ambientais</b>	<b>Macrotemas ambientais</b>	<b>Microtemas ambientais</b>	<b>Tempo JN</b>	<b>Tempo Pauta Ambiental</b>
02/10/2017	20	1	Temporais causam mortes e destruição em Minas e no RS	Ocorrências	Naturais	00:51:35	00:00:44
03/10/2017	18	1	Deslizamento mata duas pessoas em Juiz de Fora (MG)	Ocorrências	Naturais	00:49:30	00:00:15
04/10/2017	20	1	Hidrelétrica do São Francisco vai diminuir ainda mais a vazão do lago de Sobradinho	Recursos Naturais	Água	00:52:13	00:00:20
05/10/2017	19	0	0	0	0	00:54:21	00:00:00

06/10/2017	19	1	Tempestade tropical mata 25 pessoas ao passar pela América Central	Ocorrências	Naturais	00:42:14	00:00:37
07/10/2017	19	2	Estados Unidos se preparam para a chegada do furacão Nate	Ocorrências	Naturais	00:43:14	00:01:33
			Quatrocentas mil pessoas ficam sem energia elétrica em Roraima	Ocorrências	Outros		00:00:20
09/10/2017	21	2	EUA anunciam suspensão de plano que restringia emissão de gases	Governança Ambiental	Internacional	00:42:59	00:01:40
			Incêndios florestais na Califórnia deixam 10 mortos	Ocorrências	Provocadas		00:00:16
10/10/2017	15	0	0	0	0	00:30:06	00:00:00
11/10/2017	13	0	0	0	0	00:38:27	00:00:00
12/10/2017	14	1	Nos EUA, 29 pessoas morrem em incêndios florestais na Califórnia	Ocorrências	Provocadas	00:47:49	00:00:43
13/10/2017	17	2	Preço do gás de cozinha volta a subir e população sente no bolso	Matrizes Energéticas	Outros	00:47:53	00:02:36
			Chuva no Sul deixa 25 cidades em situação de emergência	Ocorrências	Naturais		00:01:36
14/10/2017	13	0	0	0	0	00:46:17	00:00:00

16/10/2017	15	0	0	0	0	00:46:55	00:00:00
17/10/2017	18	2	Desmatamento na Amazônia cai 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017	Biodiversidade	Flora	00:43:05	00:00:17
			Bombeiros combatem queimadas na Bahia	Ocorrências	Provocadas		00:00:23
18/10/2017	10	0	0	0	0	00:33:12	00:00:00
19/10/2017	19	1	Temporais causam estragos em 40 cidades gaúchas	Ocorrências	Naturais	00:46:49	00:00:27
20/10/2017	15	1	SC proíbe venda de ostras e mexilhões por causa de toxina rara	Produção de Alimentos	Outros	00:30:55	00:00:27
21/10/2017	16	4	Pesquisadores comemoram a volta das baleias jubarte à costa do Sergipe	Biodiversidade	Fauna	00:43:40	00:02:00
			Governo de SP fecha parques após morte de macaco por febre amarela	Urbanismo	Qualidade de vida		00:01:38
			Presidente Temer dá desconto de até 60% em multas por crimes ambientais	Governança Ambiental	Nacional		00:03:02
			Primeira tangerina brasileira ganha registro do Ministério da Agricultura	Produção de Alimentos	Novas Tecnologias		00:03:13

23/10/2017	14	2	Queimadas já consumiram 20% da Chapada dos Veadeiros, em Goiás	Ocorrências	Provocadas	00:42:29	00:02:16
			Brasília vive a maior escassez de água de seus 57 anos de história	Recursos Naturais	Água		00:02:19
24/10/2017	16	1	Taxa extra na conta de luz vai subir mais de 40% em novembro	Matrizes Energéticas	Previsões	00:47:00	00:03:15
25/10/2017 *	0	0	0	0	0	00:00:00	00:00:00
26/10/2017	18	2	São Paulo fecha 12 parques como medida de prevenção à febre amarela	Urbanismo	Qualidade de vida	00:41:09	00:01:29
			Fogo já consumiu 26% do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Ocorrências	Provocadas		00:01:32
27/10/2017	21	5	Animais ficam presos na lama, onde antes existiam rios e lagos, no TO	Ocorrências	Provocadas	00:42:49	00:00:39
			Seca no Rio São Francisco provoca pressão alta em moradores de AL	Recursos Naturais	Água		00:03:04
			Aneel mantém para novembro a bandeira	Matrizes Energéticas	Previsões		00:00:23

			vermelha 2 nas contas de luz				
			Governo arrecada R\$ 6,15 bi com leilão do pré-sal, abaixo do esperado	Matrizes Energéticas	Alternativas		00:02:44
			MPF abre inquérito para apurar se incêndio na Chapada dos Veadeiros é criminoso	Governança Ambiental	Disputas/Ações		00:00:32
28/10/2017	19	1	Chuva ajuda no combate ao incêndio no Parque da Chapada dos Veadeiros (GO)	Ocorrências	Provocadas	00:40:50	00:00:39
30/10/2017	17	2	Concentração de gás carbônico na atmosfera atinge maior nível em 800 mil anos	Recursos Naturais	Ar	00:41:29	00:00:34
			Incêndio na Chapada dos Veadeiros é controlado	Ocorrências	Provocadas		00:00:29
31/10/2017	16	0	0	0	0	00:45:56	00:00:00
<b>Total</b>	<b>422</b>	<b>32</b>				<b>18:12:56</b>	<b>00:42:02</b>
<b>Porcentagem em</b>	<b>100%</b>	<b>7,58%</b>				<b>100%</b>	<b>3,84%</b>

\*Excepcionalmente o Jornal Nacional não foi exibido. Nesta data, a Rede Globo transmitiu a votação, na Câmara Federal, pelo arquivamento da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no ano. A denúncia do Ministério Público acusava o presidente e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco dos crimes de organização criminosa. Temer também era acusado por obstrução de Justiça.

SEGUNDOS

65576

2522

**Tabela – Análise das editorias temáticas do Jornal Nacional**

<b>Editorias/ Edições</b>	<b>Política</b>	<b>Economia e Emprego</b>	<b>Curiosidades, Ciência e Tecnologia</b>	<b>Cultura e Persona- lidades</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	<b>Esporte</b>	<b>Justiça e Cidadania</b>	<b>Segurança e Violência</b>	<b>Trânsito e Cidades</b>	<b>Religião</b>	<b>Meio Ambiente + Previsão do Tempo<sup>1</sup></b>
01/11/2016	7	2			1		3	1		1		2 Previsão: 2
02/11/2016	5	1	1		1		1	1		1	1	2 Previsão: 2
03/11/2016	3	1	1	1			4	6	1	1		2 Previsão: 2
04/11/2016	5		1	1	2		4	1	2			2 Previsão: 2
05/11/2016	2		2		1	2	2	3	1			5 Previsão: 2
07/11/2016	4	2			2		3	2	1			1 Previsão: 2
08/11/2016	11*	2					2	5	1	1		Previsão: 2
09/11/2016	14*						2					Previsão: 1
10/11/2016	7	2				1	3	3				Previsão: 2



11/11/2016	2	2		1	1	1	3	8	2			1 Previsão: 2
12/11/2016	2	1	1				5	4	3	1		2 Previsão: 2
14/11/2016	2	3	2	1		1	3	3	2			4 Previsão: 2
15/11/2016	3	4	2			1	2	1	2			4 Previsão: 2
16/11/2016	2				1		2	3	3			Previsão: 2
17/11/2016	3	3	2		1		1	6	3			2 Previsão: 2
18/11/2016	3	1	1			1	1	6	2			2 Previsão: 2
19/11/2016	2			1			3	3	2		1	1 Previsão: 2
21/11/2016	5	2					2	5	3		1	1 Previsão: 2
22/11/2016	6		1		1	1		7				1 Previsão: 2
23/11/2016	3					1	2	4				Previsão: 2
24/11/2016	5	2		1		1	3	5	4			2 Previsão: 2
25/11/2016	7	2	1					1	2			3 Previsão: 2
26/11/2016	6			6**	1		3	1				Previsão: 2
28/11/2016	4	4		1		1	3	2				Previsão: 2
29/11/2016	2						21***					

												Previsão: 2
30/11/2016	5	1	1	1			10***	7				Previsão: 2
<b>TOTAL (514)</b>	<b>120</b>	<b>35</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>88</b>	<b>88</b>	<b>34</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>88</b> (51 Previsão do Tempo)

Fonte: elaborado pelo autor.

<sup>1</sup> Para efeito de estudo específico da pauta, além da facilidade visual, optou-se por separar reportagens (gravadas e editadas) das matérias de *mapa-tempo*.

\* O grande número de matérias da Editoria Política deve-se à cobertura do resultado das Eleições nos Estados Unidos, responsável por 7 das 11 matérias da Editoria na edição no dia da votação (8 de novembro) e por 12 das 14 matérias no dia do resultado (vitória de Donald Trump, anunciada em 9 de novembro).

\*\*A Editoria Cultura e Personalidades registrou pico noticioso nesta edição, em função da cobertura da morte do ex-presidente de Cuba, Fidel Castro.

\*\*\*Uma “pauta multitemática” responde pela exceção à regra, nesta edição considerada especial. Trata-se da notícia da queda da aeronave que levava a equipe de futebol da Chapecoense (RS) a Colômbia. A pauta rendeu 21 matérias enquadradas na Editoria Esporte, ou seja, quase a totalidade do telejornal, exibido horas após o acidente (29 de novembro) e outras nove matérias no dia seguinte.

## APÊNDICE II

### Edições atípicas do Jornal Nacional

- **16 e 23/11/2016:** Edições breves do JN, em função de partidas de semifinal e final de competição de futebol, a Copa do Brasil.
- **1º a 03/12/2016:** Nestes dias, as edições do telejornal foram dedicadas excepcionalmente à cobertura de uma notícia de grande repercussão nacional: a queda da aeronave que levava a equipe de futebol da Chapecoense (SC). Destaque maior para as edições dos dias 29/11 e 03/12, datas da tragédia na Colômbia e do velório no Brasil, respectivamente (a primeira data não foi compilada nesta pesquisa).
- **19 e 20/01/2017:** Nestes dias, as edições do telejornal cederam grande espaço à cobertura da queda do helicóptero que levou à morte do ministro do STF Teori Zavascki. No dia 19, sete reportagens e dois links ao vivo detalharam o fato. E no dia 20, outras 13 matérias deram conta do acompanhamento da notícia.
- **Carnaval (24 a 28/02/2017):** O assunto é abordado em metade (7) das reportagens veiculadas no sábado; em mais da metade (6) das reportagens da segunda-feira; e na grande maioria (10) das reportagens da terça-feira, feriado oficial.
- **Edições especiais do mês de abril/2017**

Edição	Fato gerador
12/04/2017	Edição posterior à divulgação da chamada "Lista de Fachin", fato gerador de 22 das 28 matérias.
13/04/2017	Edição absolutamente dedicada aos desdobramentos da "Lista de Fachin". Todas as 21 matérias abordam o assunto.
14/04/2017	A "Lista de Fachin" rendeu 16 das 19 matérias desta edição.
15/04/2017	Dez das 17 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
17/04/2017	Nove das 19 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
18/04/2017	Seis das 13 matérias são suítes da "Lista de Fachin".
28/04/2017	Dez das 20 matérias abordaram o mesmo assunto: protestos nacionais contra Reformas Trabalhista e Previdenciária, em tramitação no Congresso.

- **10/05/2017:** Dia de depoimento do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva à Justiça, no âmbito da Operação Lava Jato. O assunto rendeu 15 das 22 matérias.
- **11/05/2017:** Idem. 13 das 25 matérias.
- **17 a 22/05/2017:** 5 de 11 matérias; 18 de 21 matérias; 24 de 29 matérias; e 17 de 21 matérias; 9 de 18 matérias sobre os desdobramentos do mesmo assunto: o dono do frigorífico JBS, Joesley Batista, entregou ao Ministério Público Federal uma gravação feita em março. Nela, o empresário conta ao presidente Michel Temer que está pagando pelo silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. E segundo delação dos executivos da JBS, o senador Aécio Neves pediu e recebeu R\$ 2 milhões do dono da empresa, Joesley Batista. Dois principais desdobramentos dos fatos: protocolos de pedidos de impeachment do presidente Michel Temer e afastamento do senador Aécio Neves do mandato e da presidência do PSDB.
- **23/06/2017:** 13 de 23 matérias abordam o mesmo assunto: absolvição da chapa Dilma-Temer no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral.
- **De 10 a 13/07/2017:** 12 de 19 matérias; 5 de 12 matérias; 4 de 13 matérias; e 4 de 16 matérias sobre desdobramentos do mesmo assunto: votação da denúncia de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer, na Câmara Federal. No dia 12 de julho, outro assunto dominou o noticiário (6 de 16 matérias): a condenação do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva a 9 anos e 6 meses de prisão, por acusação de ser o dono oculto de um tríplice no Guarujá.
- **02/08/2017:** Excepcionalmente o Jornal Nacional não foi exibido. Nesta data, a Rede Globo transmitiu a votação, na Câmara Federal, sobre o arquivamento da denúncia de crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer.
- **25/10/2017:** Excepcionalmente o Jornal Nacional não foi exibido. Nesta data, a Rede Globo transmitiu a votação, na Câmara Federal, pelo arquivamento da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no ano. A denúncia do Ministério Público acusava o presidente e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco dos crimes de organização criminosa. Temer também era acusado por obstrução de Justiça.